

resenha

de política exterior do brasil

número 78, 1º semestre de 1996

ministério das relações exteriores
2008

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 78, 1º semestre de 1996

Ano 23, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização / Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2008 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -. Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 –.

306p.

ISSN 0101 2428
Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores

CDU: 327 (05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

Brasil – Suriname

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente do Suriname, Runaldo Ronald Venetiann, em Brasília, 10 de janeiro de 1996 11

Brasil - Índia

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do Seminário Brasil-Índia, no Rio de Janeiro, 11 e 12 de janeiro de 1996 13

“Seminário Brazil Today”

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do Seminário “Brazil Today”, sobre o tema “Brazilian Initiatives on Economic Integration”. Nova York, 17 de janeiro de 1996 17

Brasil - Índia

Conferência “Conseqüências Sociais da Globalização”, proferida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso no Indian International Centre, Nova Délhi, 25 de janeiro de 1996 23

Visita à Índia

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da Índia, Shanker Sharma, Nova Délhi, 26 de janeiro de 1996 31

OCDE

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do Seminário da OCDE sobre regras multilaterais de investimento. Brasília, 5 de fevereiro de 1996 35

Equador-Peru

Discurso do Ministro de Estados das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário da assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty. Brasília, em 16 de fevereiro de 1996 37

Brasil - México

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia Oficial de Chegada ao México, realizada no Palácio Nacional, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1996 39

Banquete oferecido pelo Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Ernesto Zedillo Ponce de León, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1996 41

Visita à sede do Departamento do Distrito Federal na Cidade do México

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da visita à sede do Departamento do Distrito Federal, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1996 45

Sessão solene da comissão permanente do Congresso da União

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene da comissão permanente do Congresso da União, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996 47

Conferência O impacto da globalização nos países em desenvolvimento

Conferência “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: Riscos e Oportunidades”.
Discurso proferido pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Colégio do México, 20 de fevereiro de 1996 53

Brasil - Bolívia

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Chancelaria boliviana, La Paz, 23 de fevereiro de 1996 65

Brasil - Bolívia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Cerimônia de Condecoração com a Ordem do Condor dos Andes, La Paz, 23 de fevereiro de 1996 71

Brasil- Peru

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido ao Presidente do Peru, Alberto Fujimori, Brasília, 26 de fevereiro de 1996. 75

SG - ONU

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, Brasília, 29 de fevereiro de 1996. 77

Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão

Discurso do Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na VI Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, São Paulo, 29 fevereiro de 1996 79

Parlamento de Origem Libanesa

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido aos participantes do II Congresso Internacional de Parlamentares de Origem Libanesa, Brasília, 8 de março de 1996. 83

Brasil-EUA

Discurso do Presidente da República no encontro com representantes da comunidade empresarial da Costa Oeste dos Estados Unidos da América, São Francisco, 10 de março de 1996. 87

Conferência

Conferência “A Revitalização da Arte da Política” do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pronunciada na Universidade Stanford (“Robert Wesson Lecture”), 11 de março de 1996 91

Brasil-Japão

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete oferecido pelo Imperador do Japão, Tóquio, 13 de março de 1996 101

Brasil-Japão

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço oferecido por representantes do meio empresarial japonês, Tóquio, 13 de março de 1996 103

Brasil-Japão

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Parlamento Japonês, Tóquio, 14 de março de 1996 107

Brasil - Japão

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto, Tóquio, 14 de março de 1996 113

Condecoração da Bandeira

Palavras do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Condecoração da Bandeira do V Exército dos Estados Unidos da América do Norte, San Antonio, 15 de março de 1996 117

Reunião Ministerial Hemisférica

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Reunião Ministerial Hemisférica, Cartagena, 21 de março de 1996 119

Brasil - Chile

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente do Chile, Eduardo Frei Ruiz Tagle, Brasília, 25 de março de 1996 123

Comissão Mista Brasil-Alemanha

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da cerimônia de abertura da XXII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Científica e Tecnológica, Joinville, 26 de março de 1996 127

Mercosul

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Cerimônia de Instalação da Seção Nacional do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul, Brasília, 27 de março de 1996 131

Brasil-Países Árabes

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luis Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos Embaixadores dos Países Árabes acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 28 de março de 1996 135

Política Externa - Escola de Guerra Naval

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Escola de Guerra Naval sobre o tema “A Política Externa Brasileira”, Rio de Janeiro, 29 de março de 1996 137

Brasil- Argentina

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço empresarial realizado no Hotel Sheraton, Buenos Aires, 8 de abril de 1996 153

Brasil - Argentina

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Herinque Cardoso, por ocasião do Banquete oferecido pelo Presidente da República Argentina, Carlos Menem, Buenos Aires, 8 de abril de 1996 157

Sessão Solene do Congresso

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de Sessão Solene do Congresso da República Argentina, Buenos Aires, 9 de abril de 1996 159

Comissão de Relaçõess Exteriores da Câmara dos Deputados

Exposição do Ministros de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, sobre o tema “A política externa brasileira no primeiro ano do Governo Fernando Henrinque Cardoso”, 11 de abril de 1996 165

Mercosul

Discurso do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do “Encontro do Norte sobre o Mercosul”, Manaus, 12 de abril de 1996 179

Brasil - Portugal

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete oferecido ao Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, Brasília, 15 de abril de 1996 183

Dia do Diplomata

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Florestan Fernandes” do Instituto Rio Branco, Brasília, 30 de abril de 1996 187

Dia do Diplomata

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da comemoração do Dia do Diplomata e da formatura da turma “Florestan Fernandes” do Instituto Rio Branco, Brasília, 30 de abril de 1996 191

Brasil – Países Africanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos embaixadores africanos acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 2 de maio de 1996 197

Projeto “De Tordesilhas ao Mercosul”

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Inauguração do Projeto “De Tordesilhas ao Mercosul”, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1996 201

Conferência sobre desarmamento

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no plenário da conferência sobre desarmamento, Genebra, 14 de maio de 1996 203

Diálogo Internacional

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do jantar de inauguração do Foro do Sol M. Linowitz do diálogo inter-americano sobre o tema “A new Inter-Americanism for the Global Age”, Washington, 16 de maio de 1996 207

Brasil - Venezuela

Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da Venezuela, Rafael Caldeira, Brasília, 20 de maio de 1996 211

Curso de política, estratégia e alta administração do exército

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para estagiários do curso de política, estratégia e alta administração do exército (CPAEX) sobre o tema “A Política Externa Brasileira”, Brasília, 20 de maio de 1996 215

Brasil - Canadá

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na cerimônia de assinatura do acordo de cooperação nuclear entre o Brasil e o Canadá, Brasília, 22 de maio de 1996 229

Seminário na Universidade de São Paulo

Pronúciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na abertura do Seminário “Globalização: O que é e quais as suas principais implicações”, promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 23 de maio de 1996 231

Brasil - França

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço oferecido pelo Conselho Nacional do Patronato Francês, Paris, 28 de maio de 1996 235

Brasil - França

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no banquete oferecido pelo Presidente da França, Jacques Chirac, Paris, 28 de maio de 1996 239

Brasil - França

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente da Assembléia Nacional Francesa, Philippe Seguin, Paris, 29 de maio de 1996 .. 243

Brasil - França

Palavras do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro da República Francesa, Alain Juppé, Paris, 29 de maio de 1996 247

Título de Doutor Honoris Causa

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do recebimento do Título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lumière, Lyon, 30 de maio de 1996 249

Brasil - França

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Ministro da Defesa da França na prefeitura da região de Rhône-Alpes, Lyon, 30 de maio de 1996 257

Escola Superior de Guerra

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na Escola Superior de Guerra sobre “A execução da Política Externa Brasileira”, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996 259

OEA

Discurso do Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Plenário da XXVI Assembléia-Geral da OEA, Washington, 3 de junho de 1996 269

Mercosul

Discurso do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião do encerramento do I Seminário sobre Fontes de Financiamento e Fomento a Negócios no âmbito do Mercosul, Recife, 14 de junho de 1996 273

Brasil - Paraguai

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia de Condecoração com a Ordem Nacional do Mérito do Paraguai, Assunção, 26 de junho de 1996 275

ATOS INTERNACIONAIS277

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Nota sobre relatório de ong dedicada a questões de direitos humanos a respeito de comunicações da Corte Interamericana de Direitos Humanos que envolvem o Brasil, 31 de janeiro de 1996 283

Nota sobre a adesão da França, Reino Unido e Estados Unidos aos protocolos adicionais do Tratado de Rarotonga, que estabelece uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul, 26 de março de 1996 284

Nota sobre a escalada da violência em Israel e no Líbano, 12 de abril de 1996 284

Nota sobre a assinatura do Tratado de Pelindaba, que transforma o Continente Africano em zona livre de armas nucleares, 12 de abril de 1996 285

ARTIGOS

“O desafio da diplomacia”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal de Brasília. 21 de janeiro de 1996 287

“O Brasil e a OMC”

Artigo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, publicado na “Gazeta Mercantil”, e no Diário “La Época”, de Santiago do Chile. Rio de Janeiro e Santiago do Chile, respectivamente, em 26 de janeiro e 17 de fevereiro de 1996 289

“Um projeto de política externa para 1996”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Folha de São Paulo. São Paulo, 28 de janeiro de 1996 292

“Novas bases para a relação com o México”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil, 14 de março de 1996 293

“Uma nova era nas relações Brasil-Japão”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil. 28 de março de 1996 295

“Uma diplomacia afirmativa na África”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Correio Braziliense. Brasília, maio de 1996 296

Patentes: Um grande passo

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal o Globo. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1996 298

“Les relations Franco-Brésiliennes: À la recherche de temps nouveaux”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Revista França-Brasil. Maio de 1996 300

ÍNDICE REMISSIVO 303

Brasil – Suriname

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente do Suriname, Runaldo Ronald Venetiann, em Brasília, 10 de janeiro de 1996

Senhor Presidente,

Ao dar as boas-vindas a Vossa Excelência, quero manifestar com clareza que é do interesse do Brasil aproximar-se cada vez mais do Suriname.

Atribuímos, assim, grande importância a sua presença entre nós.

Temos acompanhado com atenção os esforços do povo e do Governo de seu país para superar os desafios da vida independente, em meio a um contexto internacional nem sempre favorável.

Sabemos também do papel de Vossa Excelência na condução, serena e equilibrada, do processo de consolidação da democracia no Suriname.

Esta é sem dúvida uma tarefa difícil e complexa, mas que a firme determinação da sociedade surinamense haverá de levar a bom termo.

Junto com os princípios da economia de mercado, a democracia fincou raízes profundas na América do Sul.

Os ideais democráticos passaram orientar o desenvolvimento das sociedades nesta parte do mundo.

Nós, sul-americanos, já não aceitamos, sob qualquer pretexto, desvios em relação ao caminho democrático.

O Brasil e o Suriname olham o futuro com otimismo, pois é com plena liberdade política que lograremos lançar bases seguras para o desenvolvimento e garantir melhores condições de

vida para nossos povos.

A democracia é a melhor base para a amizade permanente entre as nações.

Este é o momento ideal para relançarmos nossa já tradicional parceria sobre as bases dos valores que partilhamos, da vizinhança e da nossa condição de países sul-americanos e amazônicos.

Nossos países estão buscando, com o esforço de profundas reformas internas, uma maior participação nos fluxos internacionais de comércio, tecnologias e investimentos.

O crescimento de nossas economias cria oportunidades para uma cooperação bilateral mais intensa em diversos setores.

Além disso, temos um vasto patrimônio comum de interesses e afinidades. A defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social são ideais que devem nos unir.

Somos países amazônicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental.

Por isso temos trabalhado juntos para canalizar o interesse internacional na amazônia em iniciativas concretas de cooperação que efetivamente promovam seu desenvolvimento de acordo com as aspirações de nossos povos.

Somos também países sul-americanos que assistem a um amplo movimento integracionista em nossa região.

O Brasil tem buscado responder a esse

grande movimento de integração através do engajamento em iniciativas como o MERCOSUL, cujo dinamismo o coloca hoje como o quarto maior PIB mundial, após a União Européia, os Estados Unidos e o Japão.

Esta não é uma opção que exclui outras, mas sim um exemplo dos benefícios que pode trazer o regionalismo aberto para a inserção internacional de um país.

Por isso temos dado atenção especial à celebração de novos acordos de liberalização comercial entre o MERCOSUL e nossos parceiros no âmbito da ALADI.

Por isso apoiamos o início de negociações semelhantes entre o MERCOSUL e o Suriname no mais breve prazo possível.

O Suriname é um país a que a geografia e a história reservam uma posição de indiscutível relevo na política externa brasileira.

Esta posição assume agora importância ainda maior com a perspectiva de integração hemisférica emanada da Cúpula das Américas.

O Brasil tem enfatizado que este processo deve ter por base os esquemas sub-regionais de integração existentes e que seus objetivos devem orientar-se por uma política gradual e realista.

É nesse quadro que o Suriname se apresenta

como uma porta de acesso privilegiado ao Caribe, conferindo a nossas relações uma dimensão adicional.

A tudo isso vem somar-se um aspecto essencial do relacionamento brasileiro-surinamense: o elemento humano.

Nossa vizinhança deve incentivar um maior intercâmbio fronteiriço que possa contribuir para o desenvolvimento nos dois lados da fronteira.

Além disso, é fundamental que continuemos a priorizar a cooperação técnica bilateral - sobretudo a formação de recursos humanos - que tem produzido resultados muito positivos para o conjunto de nossas relações.

Senhor Presidente,

Alegro em poder transmitir-lhe, nesta ocasião, não só a certeza que tenho do potencial de cooperação entre nossos países, mas sobretudo a estima que o Governo e o povo brasileiros têm pelo Suriname.

Com esse espírito peço a todos que me acompanhem num brinde pela saúde do Presidente Ronald Venetiaan, pela prosperidade do povo surinamês e pelo fortalecimento crescente dos laços de amizade e cooperação que unem o Brasil e o Suriname.

Muito obrigado.

Brasil - Índia

*Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do
Seminário Brasil-Índia, no Rio de Janeiro, 11 e 12 de janeiro
de 1996*

Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia,
José Israel Vargas;

Exmo. Sr. Embaixador Gurdip Bedi;

Exmo. Sr. Embaixador João Clemente Baena
Soares;

Exmo. Sr. Embaixador Samuel Pinheiro
Guimarães;

Senhoras e Senhores,

Este seminário comprova o interesse e a importância do relacionamento Brasil-Índia. A representatividade dos participantes e o alto nível das intervenções feitas indicam claramente a riqueza de questões envolvidas nesta aproximação, a multiplicidade de seus aspectos relevantes e o conjunto de oportunidades a serem exploradas.

Esta é talvez a questão central que convém destacar: o interesse pelo futuro das relações indo-brasileiras deve-se ao reconhecimento do enorme potencial que nelas se encerra e que se traduz não só no adensamento dos vínculos bilaterais, mas também na cooperação para a redefinição do sistema internacional. Redefinição que é uma exigência da realidade global em acelerada transformação que vivemos.

Diante desse panorama, em que incertezas e possibilidades se combinam, as nações não podem perder a perspectiva de longo prazo. Devem resguardar, portanto, sua capacidade de planejamento estratégico. A política externa brasileira identifica, hoje, um conjunto de vínculos estratégicos

e dentre eles está o que desejamos construir com a Índia.

Brasil e Índia são países em desenvolvimento que já atingiram, em várias áreas, uma capacidade competitiva inquestionável. Com isto, os interesses nacionais, fator decisivo na constituição de uma política externa, revelam notável complexidade. Por outro lado, ocupam Brasil e Índia tradicionalmente uma posição de destaque em negociações multilaterais, o que, mais do que uma herança, é um trunfo a ser explorado e preservado. Por motivos como esses, Brasil e Índia não podem operar recortes no conjunto de temas da pauta internacional: devem considerá-la em sua totalidade. São nações que não podem atuar topicamente, selecionando questões específicas no interior de um quadro de cuja dinâmica permanecem distanciados. Em síntese, são exemplos de países cuja evolução implica necessariamente a consideração de sua inserção internacional.

As mesas temáticas em que este seminário foi organizado refletem este imperativo compartilhado. O cenário político internacional revela uma série de desafios que nortearão a política global nos próximos anos. Gostaria de enfatizar um exemplo específico em que a parceria indo-brasileira será vital: a criação de instituições internacionais mais democráticas e eficientes pela valorização do princípio da representatividade. Brasil e Índia, que auferem os benefícios da organização democrática em nível nacional, desejam trabalhar conjuntamente para que

o sistema mundial venha a se estruturar sobre um conjunto mais amplo de perspectivas e opiniões, o que muito contribuiria para a estabilidade internacional que todos desejamos.

No cenário econômico internacional, segundo item do programa, destaca-se a perspectiva que se abre com a OMC de estruturação de um sistema comercial mundial submetido a regras claras. Brasil e Índia, nações que realizam processos ambiciosos de abertura econômica, tiveram atuação destacada nas negociações multilaterais que, desde o lançamento da Rodada Uruguai, vêm paulatinamente fundamentando as normas ordenadoras do intercâmbio de bens e serviços. Em vários momentos, as delegações dos dois países puderam trabalhar de forma coordenada, atendendo, com habilidade e determinação, aos seus interesses nacionais. Esta coordenação se beneficiaria de um planejamento sistemático, capaz de torná-la mais constante e menos reativa a contingências específicas.

O terceiro tópico discutido é central: as perspectivas estratégicas nas relações indo brasileiras. Sabe-se que a autonomia das nações nas próximas décadas dependerá fortemente de sua capacidade de acompanhar os avanços constantes da pesquisa científica e de suas aplicações no processo produtivo. Neste contexto, muito já se falou sobre os entendimentos entre países em desenvolvimento na área de ciência e tecnologia. No caso de Brasil e Índia, graças à sólida base que ambos puderam desenvolver, trata-se de uma iniciativa realista, pragmática e de grande potencial. O êxito que for alcançado neste setor geraria, além de benefícios para os envolvidos, um notável efeito-demonstração, comprovando a viabilidade da cooperação horizontal. Tenho certeza de que os contatos mantidos em dezembro, durante a visita do Ministro José Israel Vargas, terão desdobramentos significativos.

Visitei Nova Délhi em novembro passado. Chefiei a delegação brasileira à terceira reunião realizada no âmbito do “Memorando de Entendimento relativo a Consultas sobre Assuntos

de Interesse Comum” e realizei contatos preparatórios para a visita presidencial. Encontrei-me com autoridades da Chancelaria, do Ministério do Comércio e do Ministério do Meio Ambiente indianos. Fui recebido na “Confederation of Indian Industry” - CII. Finalmente, em recepção oferecida na Embaixada, tive a oportunidade de encontrar membros de vários setores representativos da sociedade indiana.

Em todas essas ocasiões, a visita presidencial e as perspectivas que ela abrirá para as relações bilaterais foram tratadas com interesse, expectativa e autêntico entusiasmo. Havia um reconhecimento generalizado de que países como Brasil e Índia, por sua expressão própria, pelo papel que desempenham em negociações multilaterais, pela liderança que frequentemente exercem no grupo dos países em desenvolvimento e pelo grau de proximidade que tradicionalmente revelam frente a vários temas da pauta internacional, não podem adiar o esforço de desenvolvimento de seu diálogo. Neste espírito, propus a meus interlocutores a elaboração de uma “agenda comum” Brasil-Índia, que não seria um documento específico, mas sim uma meta orientadora dos trabalhos setoriais a serem realizados pelos dois governos com vistas à gradual formação de um projeto abrangente e articulado para o futuro das relações bilaterais.

Deve ser enfatizado, contudo, que a tarefa a ser cumprida não é somente de natureza intergovernamental. É significativo o papel específico dos setores privados e grande o interesse por eles demonstrado até o momento. Também em novembro passado, por ocasião da visita do Vice-Ministro de Comércio indiano, Senhor Tejendra Khanna, recebi em Brasília numerosa comitiva empresarial. O grupo vinha do Rio, onde havia sido realizada reunião do Conselho Empresarial Misto estabelecido pela Confederação Nacional da Indústria e a “Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry” - FICCI. As expectativas positivas apresentadas à época foram recentemente confirmadas por notícias

de promissores desdobramentos. Ao governo interessa criar mecanismos de acompanhamento do trabalho dos Conselhos Empresariais, de modo a poder oferecer-lhes o apoio necessário.

Gostaria de encerrar esta breve intervenção referindo-me ao sentido político da visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizará nos próximos dias à Índia, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro a esse país amigo. O Presidente do Brasil será o convidado especial do Governo indiano às celebrações do “Dia da República”. Sua

presença nestas cerimônias representará uma eloquente manifestação da vontade política de dois governos, de dois países, de duas nações de inaugurar uma nova etapa de seu relacionamento, que será proveitosa não apenas para ambos os povos, mas também para a própria comunidade internacional.

Felicito os organizadores e participantes deste seminário pela qualidade da reflexão por ele propiciada, a qual certamente contribuirá para este novo momento que estamos inaugurando.

Muito obrigado.



“Seminário Brazil Today”

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do Seminário “Brasil Today”, sobre o tema “Brazilian Initiatives on Economic Integration”. Nova York, 17 de janeiro de 1996

1- Experience in integration

To fully grasp the importance and the dimension of economic integration for the Brazilian government one must bear in mind that the efforts toward integration in Latin-America accrue decades of experience in the pursuit of goals that in the past, often proved to be either too ambitious, or simply untimely. Actually, these two ingredients - realism and timing - are key elements in Brazil's present equation for economic and trade linkages with its global partners.

2. The history of Latin-American integration efforts shows that realism and timing were not always present when quite praiseworthy objectives were outlined and deadlines set. Such was the case of the 1960 Montevideo Treaty, which created the Latin-American Free Trade Association (LAFTA) and established that integration should be achieved through product by product negotiations simultaneously involving all parties of the Association. The rigidity of this process completely doomed the LAFTA's chances for success.

3. The Montevideo Treaty of 1980 created the Latin-American Integration Association (LAIA), successor to LAFTA, which now allowed for the negotiations of bilateral or limited multilateral agreements among members of the Association, designated “Partial Scope Agreements”. Concessions

or preferences agreed upon were then applicable only to the signing parties of these partial agreements and not, as was the case with LAFTA, to all members of the Association. Even after these new provisions, progress was still slow in the direction of a truly sub-continental free trade area, further still from a common market, final goal of LAIA, as stated in its very 1st Article. Not all countries were prepared to open their borders to competitive neighbors, and most had their views of foreign trade directed to extra-regional markets. This legal framework, nevertheless, paved the way to the open markets thrust which gained force in the late 80s.

4. By the middle of the past decade, the import substitution model was running out of steam throughout Latin-America and the return to democracy made old rivalries obsolete. Brazil and Argentina were both returning to democracy and undergoing the first stages of a progressive opening of their two somewhat complementary economies. In 1986 the two started talks that resulted in the bilateral Economic Integration and Cooperation Program, which envisaged the creation of a common economic area to be achieved by a gradual and selective opening of both markets. Several bilateral agreements and protocols were signed until. In 1990, all these instruments were consolidated and included in the Brazil-Argentina Economic Complementary

Agreement No.14 of LAIA, which was the seed of MERCOSUL.

5. In that same year. Paraguay and Uruguay - countries with economic and political interests highly intermeshed with those of Brazil and Argentina - were invited to participate in the process which culminated in the creation of MERCOSUL with the signature of the Asuncion Treaty in March 1991.

II- Mercosul: an unprecedented initiative

6. It is important to underline that since its origin MERCOSUL was meant to be much more than a mere free trade area. The Asuncion Treaty envisages the formation of an enlarged economic space with a unified imports tariff, free circulation of goods and means of production (capital and labor), coordination of economic and trade policies, and joint action on the contacts with our trade partners.

7. MERCOSUL was an innovation on several different aspects with respect to previous integration efforts carried out in the continent. Maybe the most remarkable distinction was the program of automatic and progressive reduction of tariff duties among the four members during the 4 year transition period”.

Many wrongly believed the “zero tariffs” objective to be far-fetched and impossible to reach. It is true that a few exceptions remain, but they are few, they are exceptions. and they are scheduled to disappear over the next few years.

8. Together with the elimination of tariffs applicable to commerce among the four members, non-tariff barriers to trade (such as quotas, phytosanitary restrictions and others) were mostly eliminated. With these goals accomplished. the skeptics now began to doubt the attainment of the Customs Union, which was finally put into effect, right on schedule, on January 1st 1995, also under the legal framework of LAIA.

9. Last December, in Punta del Este. Uruguay, MERCOSUL approved an “Action Program” that outlines the objectives to be attained by the year 2000. One of the main concerns of the

MERCOSUL 2000 Program is the removal of all remaining tariffs for trade inside the Customs Union borders. Enduring nontariff barriers or similar dispositions should also be completely eliminated or, in some cases, harmonized.

10. The straightening and deepening of the integration process in other trade related areas are also a high priority of the Action Plan. On the path for the ultimate goal of MERCOSUL – the Common Market - several areas will be addressed and new objectives set out, all to be pursued under the principles of gradualism. flexibility and equilibrium. Conversations will be carried out on agriculture, industry, mining, energy, services, communications, transports and infrastructure, tourism, financial matters, taxation, and macroeconomic policies. In all areas, the four countries will examine ways to further cooperation, development and harmonization of the various national mechanisms. rules and regulations.

III- The positive impact of Mercosul

11. With MERCOSUL, for the first time ever, the Brazilian society as a whole felt the full impact of integrating measures in all areas and activities of everyday life. It is in production and marketing however that the changes are most evident. A quick look at supermarket shelves and store windows will show a vastly different array of goods from the one displayed just a few years ago.

12. Some segments of the economy underwent widespread and deep transformations. The automobile industry is a patent example of this inflection. Before the 90s, the national plants produced obsolete models that, with few and notable exceptions, had been taken out of the market of the industrialized countries decades earlier. Modern technologies, such as the electronic fuel injection system could not be incorporated to the production lines due to extremely high import taxes or market protection in other areas - informatics in this case.

13. The effects of lower taxes and reduced market protection were manifold. It made the industry

face the competition of modern imported car models and allowed the reequipping and updating of the assembly lines. The Brazilian market is now supplied with automobiles similar to those sold in the US, Japan or Europe. The market was also stimulated and growth resumed. Present production level is over 1.5 million units/year. Some projections indicate that, by the year 2000, Brazil could become the 5th largest automobile producer in the world.

14. The Brazilian informatics sector is also a paradigm of the changes induced by MERCOSUL and the shift to a more open market environment. This industry was protected, for several years, with a closed borders policy. Today, innovations are unmistakably noticeable. Associations and creative partnerships with foreign companies are numerous. Prices to the consumer have fallen drastically and up to date technologies are now available at much more competitive prices.

15. Maybe the most remarkable feature of this new scenario is the emergence of a new mentality amid the MERCOSUL entrepreneurs. One that encourages a competitive approach, stricter quality control, research and development of new technologies, productivity increases, labor and business specialization, and the search for new partnerships - internally and with foreign companies.

IV- Mercosul: A building block

16. Greatly stimulated by the positive effects of the integration process within the borders of the Customs Union, MERCOSUL is holding fast to the larger goal of competitively inserting the sub-region in the international markets. It is by no accident that the principles and provisions of the Asuncion Treaty are thoroughly compatible with Article 24 of the CATT and also with the Marrakech Agreement establishing the World Trade Organization.

17. This fact has been ascertained throughout the consultations with the WTO Working Group specifically established for MERCOSUL. These attributes result from the firm determination of the

negotiating teams to give MERCOSUL a transparent and non-excluding character, according to the true and intended meaning of the term "open regionalism".

18. The four MERCOSUL members have in mind the importance of the adaptation of their economic structures to the highly competitive world environment. With this in mind, a whole section of the Punta del Este Action Program was dedicated to the external relations of MERCOSUL.

19. The emphasis placed by the four governments on the "open regionalism" trait of the group should be stressed, for it is one of the major cornerstones of the MERCOSUL initiative. The four member countries view their association not as an end in itself, but as a means to bring the region closer to the objectives of the LAIA. In fact, Article 3 of the 1980 Treaty of Montevideo enshrines the "convergence" principle and calls for a "progressive multilateralization of the Partial Agreements" with a view to the "establishment of the Latin-American common market". In this same line, the Asuncion Treaty states that MERCOSUL should be considered a step forward in the direction of the integration of Latin America and its Article 20 leaves the group open for the accession of other LAIA members.

20. The open nature of MERCOSUL may be also ascertained by numbers. Although total trade among the MERCOSUL members increased by 302% from 1988 to 1994, there was no trade diversion. Actually, extra-regional trade exchanges increased by 83% in the same period. MERCOSUL's share of world trade also jumped from 6,5% to 19,5%.

21. As pointed out earlier the four MERCOSUL governments understand that the enlarged market of the Customs Union has the crucial purpose of exposing the national enterprises to foreign competition, notably in the economic sectors that have been under high levels of protection for a long period of time. This should be an incremental process, cautiously controlled, in order to ensure adaptation and restructuring, and not unnecessary insolvency due to a hasty and disorderly changing of the economic

environment.

22. One should notice that, especially in the case of Brazil, the national companies were doubly exposed to foreign competition. On one hand there was the gradual but quick exposure to the products of the other three partners. On the other hand, the unified tariff lowered the protection of several industries, in some cases rather significantly. The average unified tariff is calculated to be around 12%, consequently beneath the previous Brazilian 14% average, and much lower than the high level of protection present in the 80s.

V - Mercosul reaching out

23. The next obvious and natural step for MERCOSUL on the external front was to further integrate its market with those of the neighbor countries also covered by the Montevideo Treaty. The construction of a net of free trade agreements with other LAIA countries is in the making. Negotiations have a 4+1 format - or 4 + block as in the case of the conversations with the Andean Group. At this first stage, these agreements strive to give a multilateral framework to all concessions that were individually negotiated by the four MERCOSUL countries with the remaining LAIA members. Last month, an agreement with Bolivia was concluded. Negotiations are quite advanced with Chile and significant progress was also achieved with Venezuela.

24. The next stage is to establish, for each of these agreements, a mechanism similar to the one used by MERCOSUL during its "transition period": a program of gradual and automatic tariffs elimination scheduled to take place over a period of 10 years. In order to be successful, all these efforts strictly observe the two principles I mentioned in the beginning of these remarks - timing and flexibility.

VI- The free trade area of the americas

25. It is Brazil's unfaltering conviction that these two parameters should guide our endeavors to bring about the most challenging task of our continent

which is the construction of the Free Trade Area of the Americas - FTAA - by the year 2005. In December of 1994, the Miami Summit, which congregated leaders of 34 countries of our continent, adopted a Declaration of Principles and an Action Plan, which seal a pact for the attainment of "development and prosperity through economic integration and free trade.

26. We believe that the experience Latin-American countries have had with their successive regional integration attempts will play a major role during the debates and negotiations concerning the FTAA. As I noted earlier, implausible goals and deadlines were conducive to repeated failures. That is why our delegations at the Miami Summit, and at the Ministerial Meeting, last July, in Denver, took distinctive care in stating that we should use the existing agreements in the region as the foundations of the FTAA. MERCOSUL in particular could offer substantial contributions, due to its large experience accumulated not only with the negotiations among the four members, but also with the above mentioned 4+1 talks with the other LAIA members.

27. Brazil firmly believes that this "building blocks" approach, while fostering a gradual convergence of the existing regional agreements - extraordinary assets themselves - will help us avoid the traps of unrealistic timing and objectives. During the FTAA negotiations, the Latin-American countries have stressed the importance of measuring every step of the way and avoiding unrealistic or unbalanced commitments.

28. To this effect, the working groups created by the Denver trade ministerial have been instructed to gather all possible information on previous experiences and the existing integration mechanisms.

Brazil is actively participating in all working groups and strongly hopes that their reports will allow the ministers gathered in Cartagena, next March, to make further progress and establish appropriate guidelines to our negotiating teams.

VII- Integration and development

29. A common trace of Brazil's various initiatives listed above is the ultimate goal of development and betterment of conditions for the peoples of all parties. Free trade and integration are subordinated to that higher purpose. The first *considerandum* of the Asuncion Treaty clearly reads: "the expansion of our countries domestic markets, through integration, is a vital prerequisite for accelerating their process of economic development with social justice". The same principle is present, in similar words, at the Montevideo Treaty and in the Declaration of Principles of the Miami Summit.

30. It is to warrant the fulfillment of this goal that Brazil has shown uncompromising steadfastness in one aspect of the negotiations: equilibrium. All ingredients and variables present during the conversations should serve the sole purpose of ensuring that all signatory parties benefit from the agreement.

Balance must not be sacrificed for the benefit of immediate political or economic gains. Should this happen, the inevitable consequence is the signing of an agreement doomed to be short lived or inoperative. In either case, the parties will be quite reluctant before they make the decision to commit time and valuable resources on similar efforts.

31. Brazil believes that the political and economic conditions in the Americas are ripe for a sure-footed and unwavering course towards the restructuring of our economies through a higher level of economic linkage in the continent. The road of economic integration should be used with resourcefulness and prudence to avoid the mistakes of the past. New challenges, opportunities, and responsibilities lie ahead and our partners from the Americas may rest assured that Brazil will not refrain from them.



Brasil - Índia

*Conferência “Conseqüências Sociais da Globalização”
proferida pelo Presidente da República, Fernando Henrique
Cardoso no Indian International Centre, Nova Délhi, 25 de
janeiro de 1996*

I - Introdução. As Diferentes Acepções da Globalização.

É um prazer para mim compartilhar com os presentes algumas reflexões sobre as conseqüências da globalização. É desnecessário dizer que um tema de tamanha complexidade não pode ser analisado, em todas as suas implicações, numa Conferência breve como esta. De qualquer modo, os limites de tempo que tenho de respeitar terão um efeito benéfico: serei conciso e assim concentrarei minha atenção nos tópicos de interesse particular para países em desenvolvimento como Brasil e Índia.

A globalização tornou-se uma espécie de palavra da moda. Muitas vezes dita, mas raramente com o mesmo significado. Trata-se, na verdade, de um daqueles conceitos tão amplos, que é empregado por diferentes pessoas para explicar fatos de natureza completamente diversa. Mesmo quando qualificada como “econômica”, a globalização ainda pode ser associada a uma grande variedade de fenômenos.

Possivelmente, a primeira noção que nos vem à mente ao falarmos da globalização econômica é a da sempre crescente expansão dos fluxos financeiros internacionais e de seu impacto sobre as políticas monetária e cambial das economias nacionais. Os efeitos da dimensão financeira da globalização são de certa forma controversos. Se, por um lado, a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode ser vista como uma forma eficiente de alocar recursos internacionalmente e de canalizá-los para países emergentes, por outro, a

volatilidade dos capitais de curto prazo e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra moedas são considerados como uma nova forma de ameaça à estabilidade econômica dos países. Noutras palavras, o movimento virtualmente desimpedido de grandes volumes de capitais cria, ao mesmo tempo, oportunidades e riscos.

Outro aspecto é a globalização da produção e a conseqüente ampliação das correntes internacionais de comércio. No passado, a regra geral era de que todas as fases da produção de uma determinada mercadoria fossem realizadas num mesmo país, e esta mercadoria era então consumida localmente ou exportada. Isso já não corresponde à verdade. Diminuiu o conteúdo nacional da maioria das mercadorias, e fases intermediárias na produção de um bem agora ocorrem em diferentes países. Os produtos finais, especialmente aqueles mais intensivos em tecnologia, dificilmente podem receber o rótulo de serem integralmente feitos (“made in”) num só país. Isto é o resultado da interação de várias novas tendências, entre as quais a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados.

O comércio internacional de bens intermediários se faz sobretudo entre unidades industriais da mesma empresa. As corporações freqüentemente estruturam suas atividades de modo a atender estratégias de “marketing” e produção destinadas a reforçar sua posição competitiva regional

ou global. Os países são selecionados para receber investimentos destas corporações com base no quadro geral das vantagens comparativas que oferecem.

Isto tem levado a um acirrada competição entre países — em particular aqueles em desenvolvimento — por investimentos externos. Em contraste com as décadas de 60 e 70, quando julgavam necessário introduzir controles e restrições para disciplinar, em seus mercados, as atividades das transnacionais, os países em desenvolvimento têm reformulado suas políticas comerciais e econômicas, em parte para oferecer um ambiente doméstico atraente para os investimentos externos, os quais se fazem necessários para complementar as suas taxas internas de poupança geralmente insuficientes.

A globalização também conduz a uma crescente uniformidade do arcabouço institucional e do quadro regulatório em todos os países. Pois, para que possa desenvolver-se a globalização da produção, é preciso que as regras nos diferentes países sejam similares, de modo que não venham a prevalecer, em qualquer país, vantagens “artificiais”. Exemplo desta tendência é a introdução, na Organização Mundial de Comércio, de padrões internacionais para os direitos de propriedade intelectual e para as regras de investimento.

Temas que, no passado, eram considerados como de competência interna de cada país estão agora sujeitos a regimes multilaterais de regras. Naturalmente que há limites a essa crescente uniformização de padrões, em razão das próprias diferenças nacionais. É complexa a interação entre as tendências globais no sentido da homogeneidade e as identidades nacionais.

Finalmente, a globalização econômica está associada a uma revolução nos métodos de produção que resultou numa mudança significativa nas vantagens comparativas das nações. A posição competitiva de um país em relação aos demais é, cada vez mais, determinada pela qualidade de seus recursos humanos, pelo conhecimento, pela ciência e tecnologia aplicadas à produção. Abundância de

mão-de-obra e matérias-primas é vantagem comparativa de importância cada vez menor, na medida em que aqueles dois fatores de produção representam parcelas declinantes do valor agregado em praticamente todos os bens. Esta tendência irreversível torna improvável que o êxito dos países do Sul derive exclusivamente da mão-de-obra barata e dos recursos naturais.

II - As Conseqüências da Globalização.

II.1 - A Mudança no Papel do Estado.

Intimamente vinculada à questão da globalização econômica é a mudança no papel do Estado. A globalização significa que as variáveis externas passaram a ter influência acrescida nas agendas domésticas, reduzindo o espaço disponível para as escolhas nacionais. Já mencionei que os requisitos para a competitividade externa levaram a uma maior homogeneidade nos aspectos institucionais e regulatórios dos Estados, que tais requisitos deixaram menor margem de manobra para estratégias nacionais altamente diferenciadas em relação, entre outros, ao trabalho e à política macro-econômica. O equilíbrio fiscal, por exemplo, tornou-se um novo dogma, conforme bem ilustra o Tratado de Maastricht da União Européia, que fixa parâmetros dentro dos quais devem situar-se os números do equilíbrio orçamentário de seus países membros.

Tanto a opinião pública internacional quanto o comportamento dos mercados também passaram a desempenhar um papel que antes não tinham na redefinição dos limites possíveis de ação para o Estado. A informação movimenta-se livre e rapidamente. Se, por exemplo, circula a notícia de que um determinado país está enfrentando dificuldades para controlar seu déficit orçamentário ou estará proximamente elevando suas taxas de juros, os mercados financeiros internacionais tomam, com fundamento nestas notícias, decisões que poderão ter impacto real no país em questão.

Os países, seus líderes e as políticas por eles adotadas estão sob vigilância próxima e constante da opinião pública internacional. Qualquer medida

julgada por estas entidades imateriais como passo em falso pode impor penalidades. Ao contrário, decisões ou eventos interpretados como positivos são recompensados. A opinião pública internacional e, sobretudo, os mercados tendem a ser conservadores, a seguir uma certa ortodoxia em matéria econômica. Estabelecem um padrão de conduta econômica que praticamente não admite desvios num mundo em que há imensa variedade de realidades nacionais. O complexo processo de ajuste não deve ignorar tal diversidade.

A globalização modificou o papel do Estado num outro aspecto. Alterou radicalmente a ênfase da ação governamental, agora dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global.

Isto não significa necessariamente um Estado menor, muito embora este também seja um efeito colateral desejável da mudança de ênfase, mas certamente pede um Estado que intervenha menos e melhor; um Estado que seja capaz de mobilizar seus recursos escassos para atingir prioridades selecionadas, um Estado que possa canalizar seus investimentos para as áreas vitais na melhoria da posição competitiva do país, tais como infra-estrutura e serviços públicos básicos, entre os quais melhor educação e saúde; um Estado que esteja pronto a transferir para mãos privadas empresas melhor administradas por elas; um Estado, finalmente, no qual os funcionários públicos estejam à altura das demandas da coletividade por melhores serviços.

E tudo isso tem de ser feito num tempo em que os valores democráticos e uma sociedade civil fortalecida tornam ainda mais amplas as reivindicações de mudança. A transformação do Estado tem também de ser conduzida num quadro econômico de disciplina fiscal e austeridade no gasto público, em que o Estado conta com menos recursos financeiros.

Não se trata de tarefa simples. Requer uma mudança substancial de atitude e determinação para

combater interesses velados dentro do aparato estatal. Mas não há alternativa. No caso do Brasil, temos, em suma, de reconstruir o Estado se quisermos ter qualquer possibilidade de êxito na transição do modelo autárquico do passado para outro em que nossa economia se integre plenamente nos fluxos mundiais de comércio e investimento.

Podem parecer paradoxal que esta remodelação do Estado de nenhuma forma conflite com ideais tradicionais da esquerda (e orgulho-me de ser fundador e membro do partido que representa a Social Democracia no Brasil). Pois é justamente isto o que ocorre. Ao realocar seus recursos e suas prioridades para educação e saúde, num país com os grandes contrastes sociais do Brasil, o novo Estado estará contribuindo para a realização de algo em que ele falhou no passado: promover maior igualdade de oportunidades numa época em que a qualificação e a educação constituem pré-requisito não apenas para a conquista de um posto de trabalho, mas também para aumentar o grau de mobilidade social no país.

Hoje, mais do que nunca, metas caras à esquerda podem ser alcançadas junto com e em virtude de nossos esforços para aumentarmos as capacidades nacionais com vistas à participação competitiva na economia mundial. Além disso, este Estado remodelado precisa ser ainda mais forte no desempenho de suas tarefas sociais e melhor preparado para regulamentar as atividades recentemente privatizadas.

As dificuldades no processo de transição do papel do Estado são sentidas em toda parte e não podem ser subestimadas. A reforma da Previdência Social na França e as difíceis negociações para a aprovação do orçamento nos Estados Unidos são exemplos dos obstáculos a serem superados pelos Governos, basicamente porque não há respostas imediatas e evidentes ao desafio da transição. Abandonar as práticas tradicionais do Estado do Bem-Estar não implica deixar de lado a necessidade de melhores padrões de vida para os nossos povos.

II.2. Algumas Considerações Políticas sobre a Globalização.

De tudo o que disse até o momento, pode-se ficar com a impressão de que o processo de globalização responderia apenas às forças de mercado. Da perspectiva tanto da alocação de recursos quanto das decisões relativas ao investimento produtivo, o mercado é, de fato, o fator decisivo. Mas devemos evitar o erro de tirar, desse fato, conclusões equivocadas.

A primeira dessas possíveis conclusões equivocadas seria considerar que a globalização, vista como resultante unicamente das forças de mercado, esgotaria o debate sobre a questão. Isto não é verdade. Os contornos dentro dos quais o mercado atua são definidos politicamente. O jogo de poder entre as nações não está ausente, assim como não está a possibilidade de cooperação econômica definida por Governos. As negociações de comércio exterior ainda são conduzidas por meio do diálogo entre Estados em foros por eles criados, em particular as que dizem respeito à definição das regras que balizam a competição.

O poder econômico é um fator determinante nestas negociações, bem como na solução de disputas comerciais bilaterais. Em alguns casos, as potências econômicas invocam sua influência para desrespeitar as regras multilaterais por elas próprias propostas.

A questão dos subsídios à agricultura ilustra este ponto. Por outro lado, os movimentos recentes de criação de processos de integração regional, a que os anos 90 têm assistido, são também iniciativas com as quais os Governos tentam influenciar a direção da globalização econômica.

A segunda conclusão perigosa que devemos evitar seria transformar o mercado numa forma de ideologia, segundo a qual tudo o que estivesse a favor das forças de mercado fosse visto como bom, positivo, fator de desenvolvimento, ao passo que seria vista como negativa qualquer decisão política destinada a moldar as forças da competição.

É justamente o reconhecimento de que há

“limites” ao mercado que permite a nós, países em desenvolvimento, atuarmos politicamente na defesa de nossos interesses nacionais. No entanto, as formas de atuação, de regular o processo de globalização, variam entre os diferentes países em desenvolvimento.

Queiramos ou não, a globalização econômica é uma nova ordem internacional. Precisamos aceitar este fato com sentido de realismo; do contrário, nossas ações estarão destituídas de qualquer impacto efetivo. Isto não significa inércia política, mas uma perspectiva inteiramente nova sobre as formas de agir na cena internacional.

Precisamos também reconhecer nossas diferenças. O Sul não pode ser considerado como uma entidade única. A globalização acelerou e aprofundou a diferenciação entre os países em desenvolvimento em termos de sua capacidade de tirar proveito dos fluxos internacionais de investimento e comércio.

Quando escrevi meus livros sobre a teoria da dependência, a hipótese era a de que o processo internacional do capitalismo condicionava negativamente o desenvolvimento.

Não o impedia, mas o tornava injusto e desequilibrado. Para muitos, os modelos econômicos autárquicos eram uma possível forma de defesa contra uma integração internacional considerada arriscada e perigosa. Esta visão mudou. Temos de admitir que a participação na economia global pode ser positiva, que o sistema internacional não é necessariamente hostil. Mas, para aproveitar as oportunidades, é preciso ir com cuidado. O sucesso da integração na economia global depende, de um lado, da articulação diplomática e da construção de parcerias comerciais adequadas, e, de outro, da realização de reformas internas em cada país em desenvolvimento, democraticamente conduzidas.

II.3 - Globalização e a Questão da Inclusão e Exclusão.

Gostaria agora de passar ao exame de outra consequência da globalização: a questão da exclusão

e inclusão social. E minha primeira observação é a de que a globalização está dando origem a uma nova divisão internacional.

Os Pontos Cardeais já não explicam de forma satisfatória o mundo. As divisões Leste-Oeste e Norte-Sul eram conceitos que minha geração empregou para lidar respectivamente com a realidade política da Guerra Fria e com o desafio econômico do subdesenvolvimento. A situação internacional desta metade da década de 90 é muito mais complexa. O mundo pode ser dividido entre as regiões ou países que participam do processo de globalização e usufruem seus frutos e aqueles que não participam. Os primeiros estão geralmente associados à idéia de progresso, riqueza, melhores condições de vida; os demais, à exclusão, marginalização, miséria.

É certo que a globalização produziu uma janela de oportunidades para que mais países pudessem ingressar nas principais correntes da economia mundial. Os Tigres Asiáticos e mesmo o Japão são exemplos significativos. Estes países souberam aproveitar as oportunidades dadas pela economia mundial através da adoção de um conjunto de políticas que incluem, entre outras, o desenvolvimento de uma força de trabalho bem treinada e qualificada, aumento substancial da taxa de poupança doméstica, e implementação de modelos voltados para a exportação e baseados na intervenção estatal seletiva em alguns setores.

Para outros países em desenvolvimento mais complexos, entre os quais o Brasil e a Índia, a integração na economia global está sendo feita à custa de maior esforço de ajuste interno e numa época de competição internacional mais acirrada. Nossos avanços são conhecidos, e não tenho dúvidas de que nossos dois países estão tendo êxito em gradualmente colher os frutos dos laços econômicos mais profundos que estão estabelecendo com o resto do mundo.

O mesmo acredito será válido para as chamadas economias em transição dos antigos países

comunistas, que, não obstante, estão pagando um preço alto pelo ajuste aos princípios da economia de mercado impostos pela realidade atual.

Para os países menores e mais atrasados, prevalece, porém, um grande ponto de interrogação. Serão eles capazes de algum dia poder superar os desafios da globalização?

Estão seus povos condenados por uma lógica perversa a viver na pobreza absoluta, a ver suas instituições ruírem e a depender da ajuda externa num mundo menos predisposto a oferecê-la e mal preparado para canalizá-la de modo eficiente? Reconheço que as dificuldades a serem enfrentadas por esses países são enormes. No entanto, recuso-me a aceitar que seu destino esteja predeterminado ao fracasso, como se nada pudesse ser feito, como se a comunidade internacional pudesse conviver confortavelmente com a indiferença e a paralisia em relação aos países mais pobres. A marginalização perverte a boa consciência da humanidade.

A marginalização, todavia, não está confinada unicamente aos países ainda não integrados na economia internacional. Ela também está crescendo nos próprios países prósperos.

A globalização significa competição com base em maiores níveis de produtividade, ou seja, maior produção por unidade de trabalho. O desemprego resulta assim dos mesmos motivos que levam uma economia a ser competitiva. A situação é particularmente grave na Europa. Os que são demitidos nos países ricos podem recorrer a mecanismos de proteção social de diferentes tipos; alguns poderão ser treinados para um trabalho substituto. Mas pouco poderá fazer-se para aliviar a frustração dos jovens que querem ingressar no mercado de trabalho e não conseguem. A falta de esperança, o consumo de drogas e álcool, o desmembramento da família são alguns dos problemas trazidos pelo desemprego e pela conseqüente marginalização. Há um sentimento de exclusão, de mal-estar em vastos segmentos das sociedades ricas integradas na economia global,

alimentando a violência e, em alguns casos, atitudes de xenofobia.

Como lidar com a complexa questão do desemprego é um desafio com o qual se defrontam praticamente todos os países que participam da economia global. A resposta a ele certamente não deve ser encontrada numa reação à globalização, seja mediante um fechamento da economia ao comércio com parceiros externos, o que apenas agrava a marginalização de um país, seja mediante o estabelecimento de regras muito rígidas nas relações de trabalho, passo que corre o risco de, em vez de estimular, dificultar a criação de empregos.

Apesar de que dificilmente se poderia considerar a criação de empregos uma responsabilidade direta dos Governos, estes dispõem de uma ampla gama de possibilidades de ação para atacar o problema. A primeira e talvez mais importante medida é a promoção do crescimento econômico sustentado, através da adoção de políticas corretas. A segunda seria promover programas dos órgãos oficiais e do setor privado que sejam destinados ao retreinamento dos trabalhadores dispensados por setores nos quais já não conseguem encontrar um posto de trabalho.

Um terceiro passo seria tornar mais flexível o conjunto de regras relativas às relações de trabalho, de modo a preservar o número de empregos. Esta flexibilização deveria possibilitar, por exemplo, que empresas e trabalhadores negociassem livremente um leque tão vasto quanto possível de tópicos, tais como o número de horas de trabalho e de dias de férias, a forma de pagamento das horas-extras, etc. Deveria também resultar em menores custos para a contratação de trabalhadores.

Por fim, há alguns instrumentos à disposição do Governo que podem ser atrelados à expansão da oferta de empregos, tais como a concessão de créditos pelos bancos estatais e a inclusão de incentivos na legislação tributária.

Em países de grande população como o Brasil e a Índia, deve-se também ter sempre

presentes, ao pensar-se a questão da geração de empregos, as formas de funcionamento da chamada economia informal. Em que medida a economia informal reduz empregos na economia formal e em que medida oferece postos de trabalho adicionais? Um melhor conhecimento destas questões é necessário para que possamos tirar as conclusões corretas e adotar as medidas apropriadas.

3. - Conclusão. O Campo para a Atuação Internacional. A Ética da Solidariedade.

Permitam-me agora concluir com alguns breves comentários sobre o que pode ser feito pela comunidade internacional para lidar com os efeitos negativos da globalização econômica, fenômeno que está aqui para ficar e que influenciará nossas opções nacionais no futuro previsível.

Como disse, a globalização gerou a exclusão dos países pobres que ainda não compartilham os benefícios do processo. Criou também marginalização nos países ricos e naqueles em desenvolvimento que se encontram integrados na economia mundial. Mas a globalização também multiplicou a riqueza, desencadeando forças produtivas numa escala sem precedentes. Devemos renunciar aos elementos positivos da globalização, às possibilidades de maior riqueza por ela oferecidas, e reverter o relógio da História, supondo que seja possível fazê-lo? A resposta a esta indagação é seguramente negativa.

Como, então, podem atuar os Governos e Chefes de Estado para atenuar os dolorosos efeitos colaterais da marginalização numa época em que se modificou e de certa forma se contraiu o papel do Estado?

Assim como os Estados podem reduzir seus desequilíbrios sociais internamente, também é possível imaginar um grupo de Estados que seja capaz de propor alternativas para aliviar as conseqüências sociais da globalização. Não é tarefa simples. Sabemos que os problemas de hoje são de natureza global, como a volatilidade dos capitais mundiais, o tráfico de drogas, a proteção do meio-ambiente, as

migrações, etc.

O desafio reside em completarmos a transição da etapa do reconhecimento de que os problemas são globais para outra fase mais adiantada, na qual estejam criados os instrumentos concretos e estabelecida a mobilização para a mudança.

Sem ter a pretensão de oferecer uma resposta completa a este desafio, parece-me que um bom começo deveria partir do reconhecimento de que as propostas de mudança devam preencher quatro condições:

a) a primeira é de que as propostas de mudança sejam universais, que possam, pela negociação, encontrar alguma forma de consenso nos interesses dos Estados, pobres e ricos, em desenvolvimento e desenvolvidos;

b) a segunda condição é de que todas as propostas sejam viáveis, que não sejam irrealistas nem ingênuas, que não exacerbem rivalidades;

c) a terceira é de que as propostas sejam capazes de mobilizar aqueles Estados e outros atores que contem com efetivo peso para influenciar o processo de negociação;

d) e a quarta condição é a de que as propostas incorporem um conteúdo ético que as torne capazes de se situar acima da mística do mercado e do jogo de poder.

É chegado o tempo de tentarmos reintroduzir a ética da solidariedade nas formas de atuação do Estado e, através delas, no conjunto da sociedade. Os governos não podem fazer tudo, nem as lideranças mundiais. Não obstante, em razão do papel que desempenham, do exemplo que podem dar, os governos e seus líderes podem ser catalisadores da mudança, trazendo de volta valores éticos numa

época que parece ser deles carente.

No plano internacional, a ética da solidariedade pode levar a novas utopias, ainda que mais modestas, para preencher o vácuo ideológico deixado pelo colapso das grandes utopias do passado. A ética da solidariedade deveria inscrever na agenda internacional o tema da cooperação internacional para o desenvolvimento, agora dentro de uma nova perspectiva, que possa combater a indiferença em relação à marginalização, à exclusão, à fome e à doença, problemas que estão na raiz das questões das migrações e da violência no mundo todo.

No plano interno de cada um de nossos países, a ética da solidariedade deverá estar a serviço da formação de novas modalidades de parceria entre a sociedade e o governo; deverá auxiliar, através da educação, a sociedade a organizar-se, de modo que ela se torne mais autônoma e menos dependente de Governos que têm menos recursos; deverá dar maior importância ao desenvolvimento da comunidade e à construção da nação, da cidadania. Cidadãos e elites precisam exercer sua responsabilidade social se quisermos viver num mundo melhor.

Termino aqui meus comentários, ciente de que, apesar de diferentes pela história e geografia, a Índia e o Brasil compartilham problemas e desafios semelhantes. Hoje, toquei em alguns deles. Trataremos de enfrentá-los a partir de perspectivas distintas, mas buscando os mesmos resultados: lutar pela prosperidade mundial, melhorar os padrões de vida de nossos povos e reduzir a marginalização de suas camadas mais pobres. Desejo apenas que a Índia e o Brasil tenham êxito. E que no futuro estejam unidos, trabalhando juntos.



Visita à Índia

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da Índia, Shanker Sharma, Nova Délhi, 26 de janeiro de 1996

Senhor Presidente,

Quero agradecer as palavras de amizade e de apreço que Vossa Excelência acaba de pronunciar a respeito do meu país e das relações que unem o Brasil e a Índia.

São palavras generosas que bem refletem a grandeza da liderança política indiana, na esteira de Ghandi, Nehru, Indira e Rajiv — grandes nomes que ajudaram a forjar esta Nação e que ecoam na admiração dos brasileiros.

Minha comitiva e eu estamos encantados com a hospitalidade que recebemos desde o primeiro momento aqui em Nova Délhi, esta capital que espelha a nova e a velha Índia, as tradições, a grandeza das suas instituições e da sua História, a amabilidade do seu povo.

Gestos e marcas da cortesia e da gentileza tão próprias da alma indiana exprimem o simbolismo que reconheço no convite para que o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente a Índia o faça na condição de “Convidado de Honra” das comemorações do Dia da República.

Essa hospitalidade prenuncia o sucesso político e diplomático desta visita, que realizo pouco mais de um ano depois de iniciar meu Governo. Ela será a prova de que eu estava certo ao incluir, já em meu discurso de posse, a Índia como uma prioridade da minha política externa, insistindo em um ponto que para mim é muito claro: o Brasil não pode mais

permanecer distante da Índia e ignorar as transformações que aqui vêm ocorrendo.

Senhor Presidente,

Profundo admirador da Índia, aqui estive duas vezes, numa delas para presidir o Congresso da Associação Internacional de Sociologia, e aprendi então a apreciar a valiosa contribuição do pensamento indiano às Ciências Sociais.

É, pois, com um prazer muito especial que eu regresso a este país, agora como Presidente da República. Quero contribuir para o projeto comum que estamos construindo: fazer das relações entre dois dos maiores países em desenvolvimento um compromisso de amizade e cooperação abrangente e produtivo, que nos fortaleça no plano internacional e seja um instrumento do nosso próprio desenvolvimento.

A Índia, Senhor Presidente, é uma referência única e original no universo das nações. Sua grandeza territorial, a dimensão da sua população, sua diversidade étnica e cultural, a riqueza da sua história e da sua cultura milenares, a força do seu povo que soube como poucos tornar-se senhor dos seus destinos, a sua capacidade e o seu potencial econômico e científico-tecnológico, a sua sabedoria que une o tradicional ao que há de mais avançado em tecnologias de ponta, o dinamismo da sua economia e a sua projeção regional e internacional

— tudo isso faz da Índia um parceiro de primeira grandeza para qualquer país do mundo e muito especialmente para nós, brasileiros.

E os desenvolvimentos recentes no cenário internacional e em nossos próprios países tornam essa parceria não apenas um processo natural e racional, mas um imperativo marcado pela urgência.

É tempo de que o Brasil e a Índia, velhos amigos que se habituaram a encontrar-se sempre fora de casa — na ONU, na OMC, em todas as grandes conferências e foros internacionais —, para cultivar um grande entendimento, procurem agora trazer essa antiga amizade para dentro de suas próprias casas.

É tempo de que não mais apenas os Governos, mas os agentes econômicos e sociais de nossos países participem desse processo de construção de uma verdadeira relação de cooperação e intercâmbio entre países em desenvolvimento tradicionalmente amigos.

Senhor Presidente,

Esta minha visita é um reencontro devido há muito tempo, desde 1968, quando o Brasil teve a honra de receber a visita da então Primeira-Ministra Indira Ghandi.

O mundo mudou muito desde então. A paz, a democracia e a liberdade econômica passaram a ser as principais forças a impulsionar a História contemporânea.

Nossos países também cresceram e diversificaram as suas economias e o leque das suas parcerias internacionais. E essas alterações só fizeram reforçar o amplo espectro de identidades que nos aproximam, fortalecendo a nossa coordenação em torno de temas internacionais — políticos e econômicos — de interesse comum, como o comércio internacional, o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

Identidade, portanto, é a palavra-chave na relação Brasil-Índia, por paradoxal que isso possa parecer quando falamos de países obviamente tão distintos, tão fortes na sua individualidade.

Somos, como disse, dois dos maiores países em desenvolvimento, com uma história e uma tradição de defesa da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Formamos duas das maiores democracias do mundo, consolidadas e atuantes. Somos atores globais, com presença geográfica e temática abrangente nas relações internacionais contemporâneas e uma contribuição positiva e construtiva a oferecer no cenário internacional e nos foros de concertação e diálogo mundiais.

Somos países que têm projetos muito nítidos de desenvolvimento social, econômico e científico-tecnológico, cujas economias ingressam em fase de dinamismo sustentado e têm potencial praticamente ilimitado.

Hoje, identifica-nos também estarmos ambos engajados em uma grande transformação estrutural das nossas economias como resposta aos desafios do mundo da globalização e da competitividade econômica e comercial.

É uma mudança que combina com sucesso a estabilização econômica, a reforma, a abertura competitiva ao exterior e a busca de uma inserção internacional em sintonia com os novos tempos. O interesse da comunidade internacional pelos nossos países comprova o acerto desse notável aperfeiçoamento de rumos que estamos promovendo.

Senhor Presidente,

Não vamos ignorar que temos diferenças de percepção e de ênfase, hoje, com a revolução das comunicações, não existem mais barreiras entre as regiões, e de que o conhecimento e os contatos são conseqüência direta da capacidade de identificar e explorar interesses concretos.

Já estamos dando alguns passos nesse sentido. Esta visita é uma alavanca para iniciarmos o processo de nos conhecermos melhor.

Estamos criando molduras institucionais importantes para impulsionar as relações: a adidância militar da Índia, seu Consulado-Geral em São Paulo,

os entendimentos e perspectivas nas áreas política, ambiental, de ciência e tecnologia, cooperação técnica, de saúde e de agricultura, constituem passos importantes para elevar as relações bilaterais a um patamar mais condizente com a dimensão de nossos países.

Estamos identificando uma agenda bilateral comum, que vem somar-se à agenda internacional em que compartilhamos tantos interesses, pontos de vista e iniciativas. E estamos envolvendo mais e melhor os nossos empresários e os nossos acadêmicos, de forma a fazê-los participantes desse processo.

Esta visita traz também a expectativa brasileira de que o processo de retomada dos contatos de alto nível se consolide e que logo tenhamos a visita ao Brasil de Vossa Excelência e do Primeiro-Ministro Narasimha Rao.

Nós estaremos assim consolidando este processo de elevação das relações bilaterais a um nível compatível com a importância dos dois países. Esse é um compromisso nosso, porque o Brasil de hoje tem consciência plena da importância das nossas parcerias asiáticas e da dimensão única que a Índia

ocupa no conjunto dessas parcerias.

Senhor Presidente,

Nós estamos dando hoje um grande passo neste reencontro entre o Brasil e a Índia.

Graças à cuidadosa preparação que antecedeu esta iniciativa tanto aqui na Índia como no Brasil, espero que em pouco tempo possamos nos referir a esta visita como um marco na construção de relações exemplares entre nossos dois grandes países.

E que, a partir de agora, essas nossas relações tragam para o plano das realizações concretas a comunhão de muitos interesses e a simpatia que nos associam há muito no plano internacional.

Com esse espírito, eu quero pedir a todos que se unam a mim em um brinde pela prosperidade e a grandeza do povo indiano, que comemora hoje a data maior do Dia da República, pela amizade e cooperação entre os nossos povos e pela felicidade e ventura pessoais do Presidente Shanker Sharma e do Primeiro-Ministro Narasimha Rao.

Muito obrigado.



Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do Seminário da OCDE sobre regras multilaterais de investimento. Brasília, 5 de fevereiro de 1996

Senhora Joanna Shelton, Secretária-Geral Adjunta da OCDE,

Senhor William Dymond, Negociador-Chefe em matérias comerciais e de investimentos do Canadá,

Senhor Miguel Rodriguez Mendoza, Assessor Chefe para assuntos comerciais da Organização dos Estados Americanos

Senhores Embaixadores e Chefes de Delegação,

Senhores Delegados,

É com grande satisfação que encerro este seminário, iniciativa da OCDE em parceria com a Organização dos Estados Americanos, o Departamento de Assuntos Exteriores do Canadá e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O Brasil acolheu este seminário com particular interesse, o segundo sobre regras multilaterais de investimentos e o quarto da OCDE a realizar-se neste país. Já foram organizados seminários sobre privatização, em março de 1994, em São Paulo, sobre preços de transferência, em julho de 1996, em Brasília, e o primeiro sobre regras multilaterais sobre investimentos, também em julho de 1996, no Rio de Janeiro.

Como enunciou o Ministro Pedro Malan na manhã de ontem, o Governo brasileiro tem procurado, desde o início da década de 90, incrementar suas relações com a OCDE em diversas

áreas de atuação.

Desde 1993, o Brasil tem integrado o Diálogo de Política da OCDE com as *dynamic non member economies*, o qual compreende seminários sobre diferentes temas econômicos, em áreas tais como comércio, investimentos, tributação, privatização, política de concorrência, meio ambiente e mercado de trabalho. O Brasil também tem participado de seminários informais sobre esses temas no Forum com as chamadas *emerging market economies*.

Em 1994, o Brasil tornou-se membro pleno do Centro de Desenvolvimento, órgão que tem prestado relevantes contribuições para a análise de questões afetas ao desenvolvimento econômico e servido como importante instrumento de diálogo entre a OCDE e os países não membros.

Com o intuito de intensificar as relações com a OCDE, o Brasil ingressou em 1996 — também como membro pleno — no Comitê do Aço, primeiro Comitê da OCDE ao qual o país se associou formalmente. Com o mesmo propósito, o Governo brasileiro apresentou à Organização proposta de adesão como observador a quatro outros Comitês — de Comércio; de Administração Pública; de Revisão e Desenvolvimento Econômico; e de Investimentos Internacionais e Empresas Multinacionais (CIME).

O Brasil espera, proximamente, completar o processo de adesão a esses Comitês.

Especificamente quanto ao CIME, recebi relato muito positivo das consultas — amplas e construtivas — mantidas na última segunda-feira com Delegação daquele Comitê.

Essa série de iniciativas concretas conducentes à intensificação do relacionamento entre o Brasil e a OCDE revelam horizonte ampliado de possibilidades de cooperação conjunta, as quais deverão ser reforçadas e renovadas em iniciativas futuras.

Nesse sentido, considero bastante proveitosa a realização desse seminário, que permitiu o intercâmbio de comentários, impressões e pontos de vista sobre diferentes aspectos e questões relativos às negociações do Acordo Multilateral sobre Investimentos, que deverá ser concluído em meados de 1997 no âmbito da OCDE.

Para o Brasil, o tema dos investimentos externos e de sua regulamentação multilateral reveste-se de grande importância.

Na percepção do Governo brasileiro, esse tema constitui capítulo essencial de conversações e negociações multilaterais, especialmente em contexto internacional conformado pelos processos de globalização e liberalização das economias.

Se, por um lado, foram muitos os avanços logrados quanto ao estabelecimento de regras internacionais para regular os fluxos de comércio, sobretudo graças à conclusão da Rodada Uruguaiana do GATT e da criação da Organização Mundial do Comércio; por outro, foram poucas as realizações orientadas ao estabelecimento de abrangente quadro jurídico internacional sobre investimentos.

O Brasil tem forte interesse na formação de um quadro internacional de regras consistentes, equilibradas e abrangentes sobre investimentos.

Entendo que a relevância global do tema justificou a constituição pela OCDE de mecanismos de consultas mais sistemáticas com países não membros sobre as negociações conducentes a um Acordo Multilateral sobre Investimentos.

As informações prestadas e as consultas mantidas com os negociadores de países membros da OCDE nesses dois dias, estruturadas em bases técnicas, enfocaram os tópicos fundamentais a serem compreendidos em um instrumento do gênero do MAI : definição de investidor e investimentos; proteção de investimento; tratamento nacional; solução de controvérsias; privatização; monopólio; e concessões, entre outros.

Tenho a certeza de que futuros debates — como os transcorridos neste seminário em atmosfera de transparência e objetividade — muito contribuirão para uma melhor avaliação por parte dos países não membros sobre a evolução no âmbito da OCDE das regras de investimentos, bem como para o exame mais pormenorizado da compatibilidade de suas regras nacionais com o texto do MAI em negociação naquela Organização.

Ao renovar a todos os nossos agradecimentos pela contribuição positiva ao êxito do seminário, desejo-lhes uma excelente continuidade de sua estada no Brasil, em particular para aqueles que se beneficiarão dos próximos dias de carnaval, bem como uma ótima viagem de retorno a suas capitais.

Muito obrigado.

Equador-Peru

Discurso do Ministro de Estados das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário da assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty. Brasília, em 16 de fevereiro de 1996

Os países da América se unem hoje com um sentimento comum de satisfação para comemorar o primeiro aniversário da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995, que restabeleceu a confiança e a amizade entre dois povos irmãos.

Ao longo deste período, vários Governos se têm empenhado no trabalhoso, mas insubstituível exercício diplomático de favorecer uma solução pacífica e definitiva para os problemas entre o Equador e o Peru, em benefício da estabilidade, do desenvolvimento e da boa projeção internacional de todo o Continente e particularmente da América do Sul.

Estes não são tempos para acrescentarmos dificuldades aos desafios e riscos de um mundo cada vez mais dinâmico e competitivo e de nos desviarmos da luta pelo desenvolvimento sustentável com justiça social e plenitude democrática em nossos países.

Depois de um ano do compromisso de 17 de fevereiro de 1995, temos, efetivamente, motivos para nos orgulhar. A via da solução pacífica prevaleceu sobre o recurso à guerra. As partes diretamente envolvidas lograram notável avanço no caminho da distensão e do entendimento. A declaração que hoje estamos divulgando os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, do Brasil e do Chile e o Secretário de Estado dos Estados Unidos registra, com propriedade, esse resultado.

Em fiel cumprimento ao espírito e aos prazos

fixados na Declaração de Paz do Itamaraty, entrou rapidamente em vigor um cessar-fogo, pondo fim à perda de vidas humanas; com o desengajamento das tropas na zona de conflito, afastou-se o risco de um recrudescimento das hostilidades.

Creio interpretar o sentimento de todos ao registrar meu apreço pela atuação dos Observadores Militares dos Países Garantes, que conceberam e executaram, de forma isenta e equilibrada, essa complexa operação de engenharia militar. A eficiência e alto sentido profissional demonstrados pelos integrantes da Missão de Observadores Militares - a MOMEPE - e a vontade política que os sustentou continuarão a ser essenciais para a consolidação do processo de paz.

O silêncio das armas não assegura, entretanto, uma paz duradoura. É preciso conquistá-la. Por essa razão, tão importante quanto a distensão obtida no terreno militar é o passo que foi dado, nas últimas semanas, para superar a causa primeira dessa antiga pendência. Este, sim, constitui o motivo maior de celebrarmos esta data e de contemplarmos o futuro com otimismo.

De acordo com o compromisso solene assumido em 17 de fevereiro de 1995, os Chanceleres do Equador e do Peru reuniram-se em janeiro passado, em Lima, para - pela primeira vez em mais de meio século - iniciar discussões bilaterais diretas em torno do encaminhamento das divergências entre os dois países. Sei que falo por todos ao fazer

uma exortação para o ânimo de reconciliação que esse gesto encerra continue a prevalecer e a fortalecer-se no próximo encontro em Quito, abrindo caminho para as negociações substantivas que se realizarão no Brasil.

Esse é o caminho, o diálogo, nunca a confrontação; a razão, jamais a força. Serão, por certo, desafiadoras essas negociações. A agenda é densa e os temas se entrelaçam numa teia de condicionantes múltiplos. Haverá necessidade de agir em todos os campos simultaneamente, valorizando os objetivos maiores para superar resistências específicas. Acima de tudo, será preciso saber projetar uma visão de futuro, inspirada no interesse de longo prazo dos dois países. Uma visão que enfrente o desafio de buscar formas, mais do que de convivência pacífica, de desenvolvimento solidário. Esse processo, de dimensão histórica, deverá proporcionar que as Partes se sintam estimuladas a assumir, de forma gradual e progressiva, as tarefas e responsabilidades de, conjuntamente, assegurarem a paz na região e com isso o ambiente básico para o que importa: o desenvolvimento e o progresso social.

Para isso, é decisivo que o Equador e o Peru continuem adotando medidas de fomento da confiança mútua, de forma a gerar uma dinâmica de entendimento e boa fé entre todos os segmentos de suas sociedades.

Imbuídos das responsabilidades que o Protocolo do Rio de Janeiro nos impõe, nós, Países Garantes, entendemos que temos uma importante contribuição a dar nesse contexto e vamos continuar

a oferecê-la.

Agindo com consistência e prudente perseverança, poderemos seguir desempenhando papel de elemento catalisador dessas transformações. o Brasil, de modo particular, sente-se honrado em sediar as históricas negociações programadas para os próximos meses.

O desafio que o parágrafo 6 da Declaração do Itamaraty lança às Partes é universal: o da busca conjunta de soluções mutuamente aceitáveis. Somente assim será possível banir de nosso hemisfério a violência e a miséria. As atenções da comunidade internacional estão voltadas para os acontecimentos em Lima e em Quito, na esperança de que nossa região saberá fazer valer sua vocação - de que já deu mostras em tantas outras oportunidades - para a solução pacífica, satisfatória e definitiva das controvérsias.

O fiel cumprimento que se vem dando compromissos consagrados na Declaração de Paz do Itamaraty descortina condições excepcionais para que se alcance solução definitiva para esse diferendo centenário. A mensagem que os Países Garantes dirigiram ao Equador e ao Peru, no dia no dia 15 de janeiro passado, às vésperas do encontro em Lima, continha palavras de reconhecimento e estímulo a esses esforços pela paz e de confiança no seu êxito. o ato que celebramos hoje, estejam seguros, é a reafirmação concreta daquelas palavras e traduz a certeza de que reencontramos o caminho da verdadeira fraternidade em nosso Continente.

Muito obrigado.

Brasil - México

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia Oficial de Chegada ao México, realizada no Palácio Nacional, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1996

Eu quero agradecer as palavras generosas com que o meu prezado amigo, o Presidente Ernesto Zedillo, nos está recebendo hoje, oficialmente, nesta visita de Estado ao México.

A imponência deste edifício que traz a marca da riquíssima História mexicana, a inspiração do grande mural de Diego Rivera, a beleza da cerimônia oficial de chegada, o calor que o povo mexicano traz a este momento, os cuidados de que o Governo mexicano cercou os preparativos e agora a realização desta visita — tudo fala de um clima muito positivo para que este reencontro entre o Brasil e o México, mais do que reavivar uma velha amizade, crie um ímpeto novo nas nossas relações.

O Presidente Zedillo e eu assumimos este compromisso de voltar a colocar os nossos países novamente na lista de prioridades em suas respectivas agendas. Conversando em Bariloche, durante a última reunião de cúpula ibero-americana, nós pudemos avaliar a importância de que os nossos dois países busquem, pela via de um relacionamento bilateral compatível com a dimensão e o potencial das suas economias, complementar os esforços de reforma, desenvolvimento e integração que fazem tanto no plano interno quanto no plano dos seus respectivos enquadramentos regionais.

De certa forma, nós despertamos, naquele

encontro, para algo que deveria parecer óbvio, mas nem sempre é: a política externa de países em desenvolvimento como os nossos não pode fazer-se com base em exclusões.

Em qualquer lugar em que nos situássemos no mundo, dois países como o Brasil e o México deveriam necessariamente buscar-se, conhecer-se melhor, explorar oportunidades e compartilhar experiências, às vezes aprendidas com sacrifício.

É uma ilusão pensar que, neste Continente, o êxito econômico e a estabilidade política e social de qualquer dos nossos países pode prescindir do êxito e da estabilidade dos outros em uma economia progressivamente internacionalizada.

Por isso eu aceitei vir ao México e até acelerei a realização desta viagem: para que ela desse uma idéia clara da prioridade que nós damos à retomada das nossas relações no mais alto nível.

Eu estou ansioso para começar o trabalho que me trouxe até aqui. Se eu puder levar desta visita um compromisso claro dos nossos Governos sobre uma nova relação, mais aberta e intensa, entre o Brasil e o México, acho que teremos cumprido o objetivo principal.

Será um primeiro passo, um grande passo, em uma caminhada que podemos voltar a fazer juntos. Muito obrigado.



Banquete oferecido pelo Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Ernesto Zedillo Ponce de León, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1996

Recebo com muita emoção este Grande Colar da Ordem da Águia Asteca com que Vossa Excelência homenageia o povo brasileiro na pessoa do seu Presidente. Ele se soma às palavras de amizade e afeto que Vossa Excelência acaba de pronunciar para dar o tom de perfeito entendimento que marca esta noite de conagração entre brasileiros e mexicanos.

A história da América é também a história da amizade, da solidariedade e da tolerância entre os seus povos.

O Brasil e o México são dois grandes países que se destacaram em nossa região, contribuindo para dar-lhe um sentido de destino e de projeto.

É natural que, em etapa histórica de tão rápidas mudanças, que sinalizam muitos desafios e riscos, mas também novas oportunidades, nossos países revivam com novo ímpeto a sua amizade tradicional, compartilhando experiências e buscando formas de ampliar a sua parceria.

Brasil e México são diferentes em muitos sentidos. Pertencemos a sub-regiões econômica e culturalmente distintas, estamos sujeitos a forças que variam em intensidade segundo os espaços geográficos em que nos situamos e temos vivido uma diferente experiência histórica em muitos aspectos.

Mas somos, antes de mais nada, dois países

unidos pela identidade latinoamericana, com muitos desafios e interesses comuns, que não podem prescindir da relação bilateral na busca de respostas à realidade internacional que se convencionou chamar de “mundo da globalização”.

Esse mundo não pode ser apenas o da competição intensa entre os países, nem o da busca insensível da eficiência tecnológica e da competitividade.

Para que esse mundo da globalização faça sentido para nossos países, para que o crescimento econômico represente um real desenvolvimento humano, é preciso que ele se sustente nos valores da solidariedade, da inclusão social e da liberdade.

Como Presidente do meu país, retorno ao México, que já me acolheu outras vezes e onde tenho tantos amigos, para trazer a palavra de um novo Brasil.

Um Brasil plenamente democrático e livre, com a economia estabilizada e em crescimento, aberto ao mundo e comprometido com as reformas estruturais que haverão de sustentar esse amplo processo de mudança qualitativa do nosso desenvolvimento e de inserção mais proveitosa na economia mundial.

Um Brasil que se constrói em torno da noção de que, sem cidadania, não há soberania, nem

estabilidade política, nem crescimento econômico sustentado, nem sequer capacidade competitiva da economia. Hoje, a cidadania forte, participativa, reivindicativa, ciosa dos seus direitos e deveres, é um componente fundamental da legitimidade moderna.

Um Brasil em que a democracia se consolidou e se enraizou no cotidiano, criando o ambiente apropriado para o avanço social.

Um Brasil plenamente integrado na América do Sul, sua primeira e principal circunstância, e que assume a sua participação no MERCOSUL como um dos elementos decisivos da sua identidade internacional.

Um Brasil, finalmente, consciente do sentido universal dos problemas dos direitos humanos, do meio ambiente, da segurança e da paz e que, por isso, procura participar ativamente da construção de um sistema internacional inspirado por princípios de equidade e justiça.

Nós queremos que a confiança e as oportunidades que voltaram a animar os brasileiros, principalmente desde o lançamento do Plano Real — sustentado já por quase dois anos de sucesso — tenham um impacto cada vez mais positivo sobre as relações que nos unem aos nossos mais caros e tradicionais parceiros em todo o mundo.

Entre eles, o México ocupa um lugar de destaque. O México é, para o brasileiro mais simples, uma referência sempre afetuosa. As imagens da hospitalidade e do carinho dos mexicanos pelo Brasil, em torno de uma das muitas pontes que nos unem — o gosto pelo futebol —, já fazem parte do sentimento coletivo brasileiro.

E o México é também, para nós, brasileiros, uma síntese da América Latina — das suas paisagens humanas e geográficas, da sua história e dos seus desafios, das suas promessas e dilemas.

Poucos povos têm, como o mexicano, uma história tão rica e uma identidade nacional tão forte e marcante. São três mil anos de cultura e um patrimônio histórico e arqueológico dos mais ricos em todo o

mundo.

O México continua a ser hoje um pólo criador e irradiador de cultura. Temos, como latino-americanos, orgulho de nomes da grandeza de Tamayo, de Juan Rulfo, de Octavio Paz e de Carlos Fuentes, homens universais que ajudam a projetar nosso continente.

Senhor Presidente,

Se a amizade é o sentimento que o México evoca nos brasileiros, é o interesse dos mais legítimos o que alimenta nossas relações com este país de vastos recursos e extraordinário potencial.

Fora dos âmbitos sub-regionais em que estamos inseridos, há um vasto campo bilateral para atuarmos.

O MERCOSUL e o NAFTA fortalecem-nos para isso, mas não substituem o bilateral entre países da importância e do potencial do Brasil e do México.

Entre o bilateral e o regional não há exclusão; há complementaridade e comunicação.

Somos parceiros importantes no conjunto das relações intra-latino-americanas, ainda que estejamos muito aquém do que se poderia esperar de economias do porte, da vocação de dinamismo das nossas.

À medida que se fortalece o nosso setor privado, que se abrem as nossas economias e se redimensiona o papel do Estado em nossos países, esse intercâmbio ganha novos vetores de aceleração.

É preciso que a ação dos Governos catalise, mas sem substituir, a ação dos agentes econômicos no crescimento do intercâmbio econômico e comercial bilateral.

Para isso, é necessário mais do que vontade política: é preciso que nós nos conheçamos melhor.

Temos uma agenda extensa e concreta para tratar, uma agenda proporcional ao tamanho de nossas economias, ao dinamismo de suas políticas externas e à extensão dos espaços políticos e econômicos em que ambos os países procuram atuar.

Não podemos deixar que questões pequenas e localizadas prejudiquem o potencial de nossas

relações: com equilíbrio e pragmatismo é possível superar todas essas questões.

Compartilhamos uma agenda hemisférica cada vez mais complexa, em que a construção de uma verdadeira parceria continental dá uma nova dimensão às relações interamericanas e aumenta a responsabilidade de países como o Brasil e o México.

Nossos países tornaram-se referências obrigatórias no quadro mais amplo dos êxitos, desafios e problemas das economias emergentes, que vêm alterando o perfil das relações internacionais e a própria inserção externa dos nossos países.

Mas nós não queremos assistir passivamente a esse processo. Nossa vontade de participar na construção do futuro faz parte de um projeto maior de reforço da nossa soberania através do fortalecimento econômico e da correção do passivo social que entrava nosso desenvolvimento pleno.

A parceria de países como o Brasil e o México deve, por isso mesmo, voltar-se para aquelas áreas de entendimento — político, econômico, comercial e de cooperação — que reforcem a nossa capacidade de preservar e ampliar os progressos que já fizemos em nossa inserção regional e internacional.

Temos experiências importantes a compartilhar. Só para dar um exemplo expressivo, de grande atualidade na escala das prioridades brasileiras, o México vem há tempos implementando projetos de grande visibilidade na criação e desenvolvimento de pólos turísticos, de que Cancún,

hoje tão familiar aos brasileiros, é perfeito exemplo.

Esse conhecimento das experiências mais recentes dos nossos países será um fator fundamental para uma parceria que vá além do simbolismo dos gestos, que altere qualitativamente o perfil da nossa coordenação política, do nosso intercâmbio, da nossa cooperação e que tenha um verdadeiro efeito multiplicador.

E não podemos perder de vista que é no campo espiritual, da cooperação e do intercâmbio cultural que se completa necessariamente a parceria renovada que nós desejamos desenvolver entre o Brasil e o México.

Senhor Presidente,

A verdadeira solidariedade que podemos construir entre os nossos países em um momento decisivo das suas histórias foi o que me animou a vir ao México.

É com esse espírito e em reconhecimento à contribuição que Vossa Excelência vem dando ao fortalecimento das relações entre o México e o Brasil que, em nome de todos os brasileiros, quero fazer-lhe a entrega do Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Receba-o também como prova da gratidão de todos os brasileiros que aqui se encontram pela amizade e hospitalidade com que o México mais uma vez fala ao coração do Brasil.

Muito obrigado.



Visita à sede do Departamento do Distrito Federal na Cidade do México

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da visita à sede do Departamento do Distrito Federal, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1996

Quero agradecer ao povo da Cidade do México a honra que me dá ao fazer-me a entrega, pelas mãos do seu Regente, da Chave da Cidade. Esta é uma homenagem inesquecível para quem, como eu, conhece há tempos este Vale do México a que Alfonso Reyes sempre se referiu com tanta inspiração e afeto.

Mas hoje, para descrever a complexidade humana e sócio-econômica da Cidade do México, teríamos de ir muito além das metáforas para referir-nos à vigorosa civilização latino-americana que aqui se construiu, com seu patrimônio, seus valores, desafios, problemas e oportunidades.

Esta é uma grande cidade do mundo. Uma cidade carregada de história e promessas, de orgulhos justificados e também de preocupações que nós compartilhamos em grande medida.

Na Cidade do México, as praças, as igrejas, os palácios coloniais, cada teatro e museu, as ruínas astecas resgatadas da noite dos tempos pelo orgulhoso cuidado dos mexicanos com a sua memória, os “pueblos” incorporados à cidade em seu crescimento desmesurado falam da grandeza de um verdadeiro pólo de civilização urbana das Américas.

Para qualquer latino-americano, a Cidade do México é uma síntese do que somos: da nossa história, da nossa personalidade culturalmente mestiça, dos nossos projetos e dos nossos desafios. Muito antes

de que a América irrompesse na História do Ocidente com a viagem de Colombo, já a Tenochtitlán dos Astecas era um grande centro urbano, religioso e comercial.

Berço de uma grande civilização pré-hispânica, cimento desta nação original e forte que é o México, esta cidade seria também o pólo irradiador por excelência da cultura e da vida política e econômica da Colônia.

Mais tarde, quando o vento da liberdade começasse a fazer do sonho da independência nesta nossa América uma realidade a ser construída a cada dia, a Cidade do México continuaria sendo palco das lutas libertárias e reformistas do século XIX e um ponto de referência obrigatório da Revolução de 1910.

Hoje, com a maior concentração urbana e populacional do mundo, esta cidade encarna alguns dos desafios mais colossais que se apresentam ao espírito humano.

Como conciliar o imperativo da vida urbana moderna com o desenvolvimento econômico, com o bem-estar social e com a convivência respeitosa com o meio ambiente?

Como harmonizar o crescimento urbano com a preservação do patrimônio histórico e artístico legado pelo passado colonial e pré-hispânico?

Como modernizar os nossos países sem inchar as nossas cidades, esvaziando o campo e

colocando uma pressão insuportável sobre os habitantes dos centros urbanos?

Como garantir aos milhões de habitantes das grandes cidades acesso aos bens culturais e ao lazer, mantendo a sua ligação ontológica com o restante do país e com as regiões de que provêm?

Por tudo isso, receber a chave desta cidade assume para o Presidente de um país profundamente latino-americano como o Brasil um significado especial, como a lembrança de um desafio.

De alguma forma o Brasil, pela pessoa do seu Presidente, se associa hoje à história desta cidade.

E com isso rende homenagem a uma metrópole que, nascida em 1325 graças a uma civilização portentosa, atravessa os tempos, passa pela história e resiste aos movimentos da própria terra para afirmar-se como a imagem de um povo profundamente enraizado na grandeza do seu passado e na esperança do seu futuro.

Muito obrigado.

Sessão solene da comissão permanente do Congresso da União

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene da comissão permanente do Congresso da União, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996

Agradeço muito sinceramente as palavras elogiosas com que Vossa Excelência se referiu a mim e particularmente ao Brasil.

Eu as recebo como mais uma demonstração da amizade que o povo mexicano devota ao povo brasileiro — uma amizade presente em cada momento desta visita que marca um necessário reencontro entre o Brasil e o México.

Essa amizade faz parte do sentimento coletivo brasileiro. Eu mesmo pude testemunhá-la e desfrutá-la em outras ocasiões em que aqui estive, recebido com carinho e respeito por um povo exemplarmente latino-americano, imensamente hospitaleiro.

A presença de Vossas Excelências nesta sessão de homenagem ao Brasil é prova do interesse que o meu país e as relações que mantém com o México despertam nos responsáveis pelos destinos desta grande Nação. Em agradecimento, trago a mensagem de afeto e amizade do povo brasileiro, pedindo-lhes que sejam os intérpretes dessa saudação junto ao povo mexicano.

Agradeço também por esta oportunidade de me dirigir ao Parlamento mexicano, esta forma concreta da soberania popular, fonte de legitimidade do Estado moderno e a expressão por excelência do que deve ser a cidadania.

Esta é a Casa do Povo, seu melhor

instrumento de participação. Parlamentar como os Senhores, orgulhoso das instituições democráticas do meu país, venho a este Congresso porque é dever dos Governantes desta América prestar tributo permanente às instituições que têm entre suas missões consolidar para sempre a democracia na América.

Porque a democracia é a forma de viver e conviver em sociedade que nos aproxima do ideal de perfeição e de justiça que anima o homem nos grandes movimentos que transformam a História e aprimoram a civilização.

E porque, em um regime democrático, a Política é a forma por excelência de construir diálogo, tolerância e persuasão, consensos sem os quais nenhum povo é capaz de progredir.

Afinal, o que são a Nação, a soberania, o desenvolvimento, a cidadania, a justiça e os direitos humanos senão contratos sociais cujo valor e operacionalidade dependem do seu nível de aceitação pela sociedade — da sua legitimidade? Seria ilusório falar em soberania ou em poder nacional se esses conceitos não se assentam na força do consenso ou daquilo que está mais próximo dele, que é a vontade da maioria articulada pelas instituições políticas.

Daí a força que o Parlamento soberano ganha no Estado moderno. Daí a minha devoção ao Parlamento.

Senhores Congressistas,

Não esqueço que, durante a vigência de tantos regimes de exceção neste Continente que agora reencontra o rumo da democracia, o México foi um dos santuários daqueles que fugiram à repressão. Por isso mesmo, o México ajudou a alimentar as esperanças de um renascimento completo da liberdade em outros países das Américas.

Quero por isso homenagear os homens públicos e os cidadãos mexicanos que souberam acolher os que buscavam refúgio por suas idéias. Eles ajudaram a manter viva no mundo a imagem de uma América generosa e aberta, a mesma que durante séculos acolheu raças e culturas tão diferentes para mesclá-las e formar aquilo que José Vasconcelos tão sensivelmente chamou de “a raça cósmica”.

Desde a resistência de Moctezuma e Cuauhtémoc aos conquistadores espanhóis, o México foi terra de luta pela liberdade, pela sua identidade e pela transformação social.

A Revolução de 1910 de certa forma antecipou nas Américas o que seriam os grandes movimentos sociais que tanto impacto teriam nas relações internacionais no século XX. E muitas conquistas do povo mexicano a partir de então mostraram que, neste Continente de heranças às vezes pesadas e realidades amargas, a transformação social é possível.

Hoje, mais uma vez, os fatos da História comprovam que sem um ânimo permanente de reformar e aperfeiçoar as instituições e as estruturas políticas, econômicas e sociais, as nações poderiam ficar à deriva em um mundo cada vez mais complexo e competitivo. Essa lição se aprende em todas as partes do mundo, e muito especialmente na América Latina.

O México que eu hoje visito mais uma vez dá uma demonstração de como um povo pode ser capaz de reunir novamente suas forças e prosseguir firme no caminho do desenvolvimento e da convivência amigável e construtiva com as Nações do mundo, promovendo as reformas e fazendo as

correções de rumo para que o país possa continuar a atender aos desafios internos e internacionais que os anos 90 trouxeram.

É esse o México que eu quero homenagear aqui nesta Casa. É esse o povo que eu reverencio desta tribuna que quer ser a sua voz e a expressão dos seus anseios, esperanças e direitos.

Senhores Congressistas,

Venho ao México para cumprir um compromisso que assumi com o Presidente Ernesto Zedillo em Bariloche, em outubro de 1995, durante a V Reunião de Cúpula Ibero-Americana. Naquela ocasião, discutimos a importância de que os nossos países reafirmem a vertente bilateral das suas relações como complemento necessário às suas respectivas políticas de integração sub-regional.

Era um desafio que nos lançávamos. É um desafio que estamos procurando enfrentar. É um desafio que convoca muito mais do que os dois Presidentes.

Afinal, somos dois grandes países em desenvolvimento, diversos em muitos aspectos, mas com interesses comuns e uma grande capacidade de associação.

Nosso compromisso com a construção de uma parceria renovada, que leve em conta as necessidades e os desafios presentes, tem ao menos três dimensões.

A primeira, interna, é a do impacto social e econômico que a dinamização das nossas relações, através de projetos e empreendimentos concretos e bem orientados, pode trazer para os nossos povos, em termos de comércio, investimentos produtivos, cooperação e empreendimentos conjuntos. Cada vez mais a diplomacia deve traduzir-se em empregos, em geração de riqueza, em capacidade de atuação internacional dos nossos países.

A segunda dimensão, bilateral, é a da própria intensidade das relações entre dois países da dimensão, dinamismo e perspectivas do Brasil e do México. Somos países de grande extensão territorial

e variedade física, de rica variedade regional e fazemos parte de diferentes âmbitos regionais, o que enriquece a nossa identidade internacional.

E a terceira, regional e internacional, é a dimensão da contribuição que as nossas relações podem dar para o fortalecimento e a projeção dos nossos países em um mundo em que as relações intra-regionais ganham um dinamismo essencial e contribuem para definir a base da própria inserção externa dos países.

Minha visita ao México é portanto parte de um projeto conjunto, brasileiro e mexicano, para tornar palpável o potencial político e econômico que sempre reconhecemos nas nossas relações. Temos de ser capazes de realizar esse potencial.

Senhores Congressistas,

Eu lhes trago a minha confiança nesse projeto, porque eu lhes trago a palavra de um Brasil que se renova, de um Brasil que cria novas condições para inserir-se no mundo e relacionar-se com os seus parceiros mais tradicionais, como é o caso do México.

O Brasil encontrou caminhos próprios na consolidação da democracia, hoje uma realidade inquestionável e inquestionada no meu país, a garantia de que vivemos em um regime de plena cidadania, de liberdade, de controle do Estado pela sociedade.

E o Brasil encontrou esses caminhos também na estabilização da economia, na retomada sustentada do crescimento, na integração regional e na abertura econômica refletida, pragmática e conscienciosa e em uma política externa universalista, mas profundamente sintonizada com as prioridades brasileiras no campo econômico e social.

Minha confiança no futuro da parceria brasileiro-mexicana vem da convicção de que o que está ocorrendo no Brasil quase dois anos depois da implantação do Plano Real já vem tendo efeitos muito positivos sobre o perfil do relacionamento brasileiro com os seus principais parceiros regionais e internacionais.

Alteraram-se as percepções externas sobre o Brasil desde que começamos a implantar o Programa de Estabilização.

E isso se deve a alguns êxitos: na vitória na luta contra a inflação, no equacionamento favorável da nossa dívida externa, na boa condução das políticas monetária, fiscal e cambial, que restauraram o crédito interno e internacional do Governo, na retomada sustentada do crescimento e, sobretudo, no impacto social positivo que a estabilização teve, ao restituir poder de compra à moeda e ao fazer cessar os efeitos perversos que a inflação tinha sobre os mais pobres, ao desvalorizar os salários e agravar a concentração de renda.

Senhores Congressistas,

A política externa do Brasil — esta que me traz aqui — tem procurado ser um instrumento a serviço da estabilização da economia e da retomada do crescimento econômico. Essas são as prioridades do povo brasileiro, esse é o mandato que eu recebi das urnas e esse é o caminho que nos apontam os desafios de uma economia globalizada e competitiva.

Não se trata absolutamente de abandonar princípios basilares que sempre guiaram a nossa política externa em mais de cento e vinte anos de paz ininterrupta com nossos dez vizinhos, em uma ativa participação nos foros internacionais do pós-Guerra e em uma persistente defesa dos ideais do desenvolvimento e da cooperação, indispensável para que eles se tornem uma realidade.

Trata-se, isso sim, de dar prioridade efetiva e cabal às parcerias externas — regionais e internacionais — que possam gerar, com reciprocidade de interesses e resultados, mais comércio, mais investimentos produtivos, mais cooperação e transferência de tecnologia, uma voz mais forte e legítima nos assuntos políticos e econômicos internacionais e, especialmente, mais bem-estar e empregos para a nossa população.

Se ouvirmos o nosso povo, ele nos dará as diretrizes certas para balizar a nossa política externa

e a nossa ação junto aos nossos parceiros tradicionais e a novos parceiros potenciais.

O povo brasileiro quer a sua soberania defendida e o seu país respeitado dentro e fora de suas fronteiras.

Ele quer os seus direitos protegidos e a sua participação como cidadão assegurada de todas as formas.

Ele quer amizades internacionais que signifiquem comunhão de valores e luta por uma sociedade internacional mais justa.

Ele quer oportunidades, empregos melhores e mais bem remunerados, acesso aos bens materiais e espirituais da civilização moderna.

Como consumidor, ele quer acesso a bens e serviços a preços justos, com qualidade e durabilidade, e que valorizem o seu dinheiro.

Ele quer cooperação internacional para que se encontrem instrumentos efetivos para a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

E ele quer que as nossas parcerias se traduzam em fatos que alteram para melhor a sua vida diária.

Essa é uma receita elementar. Como em tudo na vida de um país, a política externa de uma nação democrática tem que responder a anseios da sociedade e não a diretrizes geradas em gabinetes ou em setores particulares ou corporativos.

As grandes linhas da nossa política externa atual procuram responder a esses anseios. A integração regional no âmbito do Mercosul, as parcerias com os grandes centros do poder econômico mundial, as relações com os nossos vizinhos, a ênfase na cooperação fronteiriça como resposta às demandas geradas por essa verdadeira civilização da fronteira que se desenvolveu em tantas áreas, um trabalho persistente de atualização da percepção internacional sobre o Brasil do Real e as oportunidades que ele vem gerando — essas são todas linhas-mestras de uma política externa que se pretende pragmática porque quer ser profundamente

democrática, funcionando como um instrumento a serviço da transformação da sociedade brasileira.

Se tomamos o exemplo da integração regional no âmbito do Mercosul, fica patente como esse projeto serve aos propósitos da estabilização e do crescimento sustentado da economia brasileira, na medida em que o Mercosul amplia o nosso mercado, nos dá uma nova dimensão regional e internacional, amplia a oferta de produtos a preços competitivos no mercado interno, traz o desafio da competitividade para os nossos produtores, gera oportunidades de negócios e parcerias para os agentes econômicos.

Será também um passo no processo necessariamente cuidadoso e gradual de construção de um espaço econômico integrado nas Américas.

Ao mesmo tempo, o Mercosul começa a buscar parcerias novas. Estamos negociando formas de aproximação com a Venezuela, o Chile e a Bolívia, além do conjunto inteiro do Pacto Andino. E já demos passos concretos para uma associação mais estreita com a União Européia.

Em poucos anos, estamos transformando o Cone Sul em um espaço de cooperação e convivência democrática, graças a uma iniciativa que é um êxito comprovado de integração no nosso Continente.

Senhores Congressistas,

Entre essas áreas, com sentido de prioridade dada pelos interesses comuns e pela intensidade da agenda, está naturalmente o México.

O Brasil e o México devem procurar dar um salto qualitativo em suas relações. Não devemos temer o bilateralismo em um mundo de regionalismo crescente. Ao contrário, ele reforça nossas credenciais e abre-nos alternativas. Não deve haver exclusões nas opções que se apresentam a países como os nossos.

Brasil e México compartilham a identidade de países emergentes, com sociedades que ainda têm um longo caminho a percorrer em matéria de igualdade e oportunidade para todos os seus cidadãos e em termos de indicadores sociais e regionais.

Mais importante: como países que aprendem, nos duros embates da vida real, o valor da democracia e que estão comprometidos com o desenvolvimento e com a liberdade econômica, estamos procurando ficar em plena sintonia com as tendências dominantes na História contemporânea.

A essa identidade comum somamos as dimensões peculiares de cada um de nós para fazer da nossa inter-relação uma ponte múltipla entre duas sub-regiões muito diversas do Continente americano.

Às dimensões pacífica, caribenha e norte-americana do México contrapõem-se as dimensões atlântica, amazônica e platina do Brasil. Estamos juntos na América Latina, que traduz um modo de interpretar e integrar as diversas dimensões sub-regionais.

É um vasto espaço para aproximar pela via

da amizade e da cooperação bilateral.

Mas é a certeza de que essa aproximação serve aos interesses dos nossos povos que nos anima a empreender esse esforço, com a ajuda de todos.

Esse é o sentido da minha visita, essa é a exortação que eu trago: por uma parceria mais solidária entre os nossos países.

E esse é também o sentido da visita que faço a este Congresso e do tributo que aqui venho prestar ao povo mexicano em seu direito de representação soberana.

Porque os Senhores Congressistas trazem aqui a sensibilidade das regiões e das comunidades que representam e por isso dão aos interesses nacionais a força da legitimidade que lhes dá sentido e há de justificá-los perante a História.

Muito obrigado.



Conferência O impacto da globalização nos países em desenvolvimento

Conferência “ O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: Riscos e Oportunidades”. Discurso proferido pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Colégio do México, 20 de fevereiro de 1996

I - Introdução: os desafios do Político diante do fenômeno da Globalização.

É um enorme prazer voltar ao Colégio do México, um dos mais criativos centros do pensamento latino-americano, onde fui tantas vezes acolhido com generosidade e onde sempre encontrei o estímulo intelectual para o debate e para a pesquisa. Reencontrei amigos de longa data e, sobretudo, recordo os excelentes momentos de convívio e de amizade que a vida acadêmica aqui me proporcionou.

Vou tratar de um tema que se incorporou definitivamente à agenda de todos os governantes contemporâneos: a Globalização econômica e os riscos e oportunidades que dela decorrem. Em países como o Brasil e o México, refletir sobre as implicações deste fenômeno, tanto do ponto de vista interno como externo, é mais do que um desafio intelectual: é uma necessidade vital.

Não pretendo tratar aqui dessa questão com o rigor do homem de ciências. Mesmo porque, em tudo aquilo que tenho lido sobre a Globalização, percebo que falta ainda uma “teoria unificadora” que explique em profundidade a gênese das transformações e o curso dos acelerados desdobramentos na realidade econômica contemporânea. A Academia parece-me estar ainda no processo de mapear e de compreender o conjunto de acontecimentos que estão mudando a vida das

nações numa velocidade antes inimaginável.

Mas o tempo e as motivações do Político são, em sua essência, diferentes daqueles do Cientista Social. O Político não pode esperar pela sedimentação do conhecimento para agir. Se o fizer será atropelado pelos fatos. Temos, hoje, uma certeza: a da abrangência e da profundidade da mudança e isso nos assombra e nos angustia, dada a complexidade dos desafios que temos de enfrentar.

A verdade é que, independentemente dos vácuos teóricos existentes, já se conhece o suficiente sobre a Globalização para sabermos, com razoável perspectiva, quais os seus rumos prováveis e em que campo podemos atuar para amenizar alguns dos seus efeitos mais nocivos e, ao mesmo tempo, para potencializar as vantagens que estão surgindo para, nos próximos anos, darmos um grande salto em direção à prosperidade com mais justiça social.

A Globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas.

Isso, porém, não nos leva a desconhecer que uma das mais importantes missões da ação política contemporânea é a de assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores, pois o ganho econômico só tem sentido se trazer maior bem-estar para os cidadãos. A partir desse

pressuposto, devemos encontrar os meios e instrumentos para integrar nossos países nos novos padrões de produtividade e competitividade, única forma de obter o necessário crescimento econômico sustentável numa economia globalizada.

Este é o foco principal que tenciono dar a esta conferência. Procurarei ponderar sobre algumas das conseqüências sociais da Globalização, especialmente no que se relaciona aos riscos do aumento da desigualdade interna, em cada país, e no plano internacional, bem como do aumento do chamado desemprego estrutural.

II - Fatos que contribuíram para a superação das teorias tradicionais sobre a assimetria e a dependência nas relações econômicas e políticas mundiais.

Um ponto de partida para compreender melhor a natureza das transformações da realidade econômica e política da atualidade é a reflexão sobre algumas das razões que implicaram a superação de algumas teorias que procuravam explicar em profundidade a dinâmica das relações entre o Capital e o Trabalho e sua repercussão na órbita internacional.

É evidente que não tenho a pretensão de esgotar um tema tão complexo em espaço de tempo tão curto. Meu objetivo é apenas o de esboçar alguns lineamentos que permitam entender um pouco melhor o que está acontecendo no mundo de hoje.

As extraordinárias mudanças que ocorreram de 1989 para cá, entre as quais a aceleração dos efeitos da Globalização, revelaram os limites das teorias e das ideologias hegemônicas deste século. E isto não vale somente para o marxismo. Tanto o liberalismo clássico (em virtude das transformações na teoria das vantagens comparativas), como a social-democracia (que sofre a crítica do esgotamento do welfare state) exigem reformulações radicais que ainda não se completaram. Claro: as perspectivas históricas de que dispunham os seus fundadores eram outras, pressupondo determinadas formas de dialética entre o interno e o externo, e mesmo de

relação entre o capital e o trabalho, que não mais subsistem.

Mudou o mundo; mudou a natureza do Capital; mudou a natureza do Trabalho. Mudaram, também, os instrumentos necessários para alcançarmos níveis crescentes de inclusão social.

O que a História não superou no ideário principalmente das ideologias de esquerda foi a aspiração generosa no sentido de que as transformações tivessem o objetivo de incorporar os mais fracos, os mais desfavorecidos. Por isto, o tema da desigualdade persiste e ocupa espaço necessário na reflexão sobre a globalização.

2.1. A dimensão do Capital.

Na dimensão do Capital, um dos aspectos a ressaltar é o de que assistimos a uma verdadeira pulverização de sua propriedade. Hoje, os fundos de pensão e de investimento detêm, por exemplo, posição estratégica no controle do Capital e na definição de sua utilização. Isso está diluindo e despersonalizando a relação patrão-empregado nos setores mais dinâmicos e modernos da economia, embora, no Brasil e em boa parcela dos países em desenvolvimento, o grande empregador ainda sejam as pequenas e médias empresas.

A própria relação empreendedor-empresa está se alterando: o empresário “schumpeteriano”, o visionário empreendedor, está sendo substituído ou pelos empresários que controlam alguma forma de saber especializado e inovador, ou ainda, pela figura do gerente, que baliza suas decisões por padrões de eficiência e competitividade. A tendência não é nova e vem sendo descrita desde os anos 50, mas certamente se reforçou muito nos últimos anos.

Para citar apenas um exemplo que ratifica essas tendências: no Brasil, os fundos de pensão tornaram-se os maiores investidores no processo de privatização da economia. Os gerentes desses fundos passaram a ter um enorme poder, em termos de opções de investimento na economia, e são, em sua maioria, oriundos dos quadros das empresas públicas.

Ora, como falar, hoje, com nitidez, de “exploração” do capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do Capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao Capital justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna.

E fica aqui uma primeira indagação, mais de natureza sociológica do que econômica: a diferenciação do trabalho, derivada da facilidade do acesso ao capital — e, como apontarei, há outros determinantes da diferenciação — consagra somente formas modernas de organização ou também serve aos que, por artifício político, conseguem consolidar posições corporativas?

Outro elemento crucial é a crescente mobilidade dos fluxos financeiros internacionais e de seu impacto para as políticas monetária e cambial das economias nacionais. Fica cada vez mais difícil identificar a procedência dos capitais e, sobretudo, as intenções dos gerentes que os manipulam. A análise do destino dos lucros e de seus beneficiários se torna também uma questão complexa.

Isso não significa que fiquemos desarmados diante da volatilidade dos capitais. A constatação dessa tendência não pode levar à passividade. A internacionalização dos fluxos deve corresponder a novos arranjos internacionais para discipliná-los. E há espaço para tanto.

2.2. A dimensão do Trabalho.

Recordo que na teoria econômica clássica, o Trabalho, o Capital e a Terra eram os três fatores básicos da produção. O fator Trabalho tinha uma característica estática, homogênea. A tecnologia estava associada diretamente ao fator Capital, não ao Trabalho.

Hoje, como a produção tornou-se mais “intensiva em conhecimento” (knowledge intensive) quem detém esse saber, muito mais do que a empresa,

é o próprio trabalhador. Um exemplo significativo disso é o Silicon Valley, nos EUA, que cresceu com base no conhecimento, não nos capitais, que afluíram a posteriori. Embora este exemplo possa ter algo de esquemático, serve para ilustrar o ponto que pretendia ressaltar: na terminologia de Marx, o capital variável cresce em importância com relação ao capital constante, na medida em que o processo produtivo vai ficando mais “intensivo em conhecimento”.

Este fato traz profundas implicações para nossos países e economias. O saber tornou-se um fator de diferenciação no trabalho. A força física e as aptidões gerais foram superadas como elementos diferenciadores da mão-de-obra. O trabalho qualificado e criativo, de alto nível, tornou-se fator “escasso”, em comparação com a relativa abundância de capital que circula pelo mundo. E ainda mais importante para os países em desenvolvimento: a vantagem comparativa que os países periféricos teriam por causa da mão-de-obra abundante e barata praticamente desapareceu. Ou mais precisamente, localiza-se nos setores mais modernos da economia. Isto reforça a dificuldade de lidar com diferenças internas em países em desenvolvimento complexos, como os nossos. Tornou-se necessário combinar políticas públicas que preservem as áreas modernas e competitivas por padrões internacionais com um esforço permanente de incorporar os setores atrasados, mas intensivos de mão-de-obra.

Outro ponto de extraordinário impacto nas relações Capital-Trabalho: a modernização da economia levou a mão-de-obra industrial — no marxismo, o proletariado por excelência — a perder espaço para o emprego no setor terciário, um setor em que há baixa capacidade de mobilização (para efeitos de negociação com os detentores do Capital), maior informalidade e grandes diferenciações de tipos de ocupação e de margens salariais.

É em função dessa mudança no perfil de emprego que a flexibilização das normas trabalhistas está ocorrendo nos quatro cantos do mundo.

Muitos consideram que essa migração do

emprego do setor manufatureiro para o de serviços é um fenômeno negativo. Conceitualmente, contudo, isto é um equívoco: é errônea a percepção de que somente a indústria pode prover empregos de qualidade. É igualmente ultrapassada a noção de que somente o setor manufatureiro tem potencial exportador e, portanto, é capaz de promover mais facilmente o crescimento.

2.3. Algumas conseqüências das novas formas de expansão do Capital, da organização do Trabalho e da relação Capital-Trabalho.

Algumas conseqüências importantes advêm da implementação das novas formas de expansão do Capital, de organização do Trabalho e da relação entre o Capital e o Trabalho.

Primeiro: se por um lado a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode trazer oportunidades reais de crescimento para as economias emergentes, por outro, a volatilidade dos capitais de curto prazo e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra moedas são uma forma de ameaça real à estabilidade econômica e ao nível de emprego dos países. (O México e toda a América do Sul, e mesmo os mercados financeiros mais longínquos, bem sabem o impacto nocivo que essa volatilidade pode ter.)

Segundo: o conhecimento tornou-se, como sabemos, um fator concreto de diferenciação entre os trabalhadores, deixando vulnerável a posição daqueles que ocupam a maior parte dos postos de trabalho não-qualificado, sobretudo nos países em desenvolvimento. Nesse particular, gostaria de fazer um parêntese: essa diferenciação interna na classe trabalhadora faz lembrar, numa primeira aproximação, a noção de “burguesia proletária”, que no pensamento marxista estava ligada à exploração imperialista.

Ora, não se trata mais disso: a ascensão de setores específicos pode ser positiva e representativa dos ganhos de produtividade ou da sua capacidade organizacional. O problema surge quando as

vantagens cristalizam-se em mecanismos corporativos, em vantagens desiguais que são fruto muito mais da habilidade política de certos grupos, do que dos avanços na produção. O que parecia moderno pode tornar-se, assim, conservador, afastado da competição sadia e identificado com as vantagens do clientelismo. Isso ocorre, sobretudo, em certos setores do Estado e leva a que, em alguns países, a esquerda tradicional seja utilizada por esses grupos para a defesa de bandeiras paradoxalmente conservadoras, no sentido de manutenção de situações de privilégio.

Terceiro, e talvez ainda mais preocupante: diante desse quadro de transformações, quem seriam os novos agentes sociais da construção do futuro? Não mais a “burguesia conquistadora”, uma vez que o capital vai-se despersonalizando; não mais a classe média como portadora privilegiada de valores democráticos; tampouco o proletariado, órfão das utopias revolucionárias, depois da derrocada do socialismo real. Mais adiante voltarei a este tema, que julgo essencial.

Paralelamente às transformações ocorridas nas dimensões do Capital e do Trabalho e na sua inter-relação, outros elementos contribuíram para a superação das teorias que procuravam explicar o sistema de relações econômicas e políticas, a partir do conceito marxista de imperialismo.

Quando Enzo Faletto e eu trabalhamos na construção da Teoria da Dependência, o substrato do desenvolvimento na periferia do capitalismo, especialmente na América Latina, era a internacionalização dos mercados. Porém, naquele momento, um outro fenômeno se desenhava, ainda difícil de ser percebido em todas as suas vertentes pela ótica conceitual dos anos 60: concomitante com a internacionalização dos mercados, o que estava ocorrendo, na América Latina e no Ocidente desenvolvido, era a internacionalização da produção, a qual traria uma impressionante expansão das correntes internacionais de comércio, que passaram a crescer muito acima das taxas de crescimento das

economias nacionais. Antes, a regra prevalecente era a de que todas as fases da produção de determinado bem fossem processadas num mesmo país. Essa mercadoria era consumida localmente ou exportada. A proteção tarifária e não-tarifária, associada à estratégia de desenvolvimento prioritário do mercado interno, alimentou uma série de projetos nacionais de desenvolvimento baseados na industrialização protegida ou, como ficou conhecido na América Latina, no processo de substituição de importações. (Lembro que a estratégia asiática foi diferente, já que, sustentada em melhor perfil de distribuição de renda, voltada para a acumulação interna de capital e de tecnologia, o que levaria, mais tarde, a modelos mais eficazes de enfrentamento das questões da globalização.)

Mas, retornemos ao modelo de substituição de importações: o seu esgotamento derivou basicamente do fato de que o conteúdo nacional da maioria dos bens diminuiu e suas fases de produção se internacionalizaram. Quanto mais tecnologicamente sofisticado o bem, provavelmente maior será o número de países que participaram desde sua concepção e design, até sua produção e marketing. Essa tendência se fortaleceu, não apenas em razão do barateamento dos custos de produção (decorrente da revolução técnica e tecnológica), da maior mobilidade dos fatores de produção e, ainda, da queda das tarifas de transporte e comunicações. Foi resultado, igualmente, da progressiva redução da proteção tarifária e não-tarifária, em sucessivas rodadas de negociação multilateral em foros como o GATT, patrocinadas principalmente pelos países desenvolvidos, mas que passaram a engajar também os países de industrialização recente, ávidos por novos mercados. Nesse particular, as nações que aderiram mais tardiamente ao GATT, como é o caso do México, tiveram que consolidar suas tarifas em nível mais baixo, dos que haviam acedido ao Acordo em períodos anteriores. É sintomática, na atualidade, a ampliação dos temas tratados pelo GATT, muitos dos quais eram antes reservados à jurisdição interna.

Em decorrência da soma desses desdobramentos, cresceu exponencialmente o comércio intra-firmas, responsável hoje pela parcela mais significativa do comércio internacional. Se, há algumas décadas, o que interessava aos conglomerados multinacionais era a legislação vigente nos países recipiendários de investimentos sobre a remessa de lucros, busca-se, agora, dar prioridade à capacidade de determinada nação de produzir bens intermediários ou finais a preços competitivos, no bojo de estratégias corporativas definidas globalmente. Os países passaram a ser selecionados para receber investimentos dessas corporações multinacionais com base no cômputo das vantagens comparativas que oferecem, entre as quais a qualificação da mão-de-obra que se transformou num fator cada vez mais decisivo.

Várias são as conseqüências dessas evoluções. A primeira delas foi, sem dúvida, o enfraquecimento dos projetos de desenvolvimento nacional de caráter autárquico, fechado ao mercado externo. A segunda foi o acirramento da competição entre os países — notadamente os em desenvolvimento — por investimentos externos. Em larga medida, as nações têm reformulado suas políticas no campo econômico e comercial para atrair capitais, que complementam suas taxas insuficientes de poupança interna, oferecendo-lhes um ambiente doméstico mais atraente e previsível.

Isto também não é novidade. O que está ocorrendo, porém, é diferente dos anos 50, já que o modelo se altera, deixando de haver o investimento “especializado” no Terceiro Mundo e passando a atividade econômica local a se ligar a essas cadeias transnacionais de produção. Nem sempre essa ligação ao exterior é homogênea, especialmente em países de dimensão continental, em que o processo de modernização não pode alcançar a nação como um todo. “Separar” partes do território nacional para um tipo diferenciado de vinculação externa tem sido a solução encontrada por alguns países.

O acirramento da competição entre as nações

não excluiu, contudo, a cooperação, que pode assumir várias formas. A principal delas tem sido a integração regional. A criação de mercados ampliados, seja sob a forma de zona de livre-comércio, seja, num patamar mais avançado, de união aduaneira, transformou-se num instrumento fundamental para os países em desenvolvimento, no quadro da Globalização. No caso do Brasil, o MERCOSUL tornou-se, no espaço de menos de uma década, no principal projeto da diplomacia nacional. O MERCOSUL atrai hoje para toda a região um volume crescente de investimentos de grande porte, com impacto importante na geração de novos empregos.

Estou, assim, convencido de que as políticas de integração regional podem ser mecanismos decisivos de combate aos efeitos mais danosos da Globalização.

A terceira conseqüência é o surgimento de uma crescente uniformidade dos Quadros institucional e regulatório de todos os países. Para que a globalização da produção pudesse avançar, passou a prevalecer a noção hegemônica de uniformização das regras econômicas e comerciais, de forma a impedir a criação de vantagens artificiais em dado país. Exemplar nesse sentido é a introdução na Organização Mundial de Comércio, de parâmetros internacionais para os direitos de propriedade intelectual e os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos. É evidente, porém, que esse quadro normativo mais homogêneo somente cumprirá o seu objetivo se, na aplicação das normas, houver maior sentido de equilíbrio e, sobretudo, se for bloqueado o uso unilateral do poder econômico.

Também intimamente ligada à questão da Globalização é a limitação que se impõe à capacidade dos Estados de escolher estratégias diferenciadas de desenvolvimento, de adotar políticas macroeconômicas heterodoxas, ou ainda, de sustentar fórmulas rígidas na relação entre o Capital e o Trabalho. Os mercados de capital passaram a atuar como verdadeiros vigilantes das gestões nacionais: qualquer medida, por mais correta do ponto de vista

interno, que possa sinalizar um passo em falso ou contrariar o interesse dos investidores externos tem como conseqüência a revoada dos capitais de curto prazo, com sérios efeitos para a saúde do sistema financeiro de determinado país.

A ortodoxia ou o conservadorismo dessa espécie de tribunal imaterial, porém influente, traz limitações à capacidade de operar dos governantes, que, se, por um lado, não podem simplesmente ignorar esses condicionantes da realidade contemporânea, por outro, têm o dever de buscar nas contradições e nas inconsistências, bem como nas janelas de oportunidade do sistema em gestação estratégias capazes de reafirmar a prioridade do interesse nacional, de reforçar a vocação de países como os nossos para a autodeterminação soberana e, sobretudo, de consolidar nossa capacidade de influir na construção do futuro.

A Globalização está longe de ser um fenômeno que avança de modo uniforme no plano internacional. Seu ritmo obedece a movimentos variados. O paradigma financeiro, por exemplo, é diferente do comercial. Neste último, as áreas de resistência são muito mais pronunciadas, sobretudo nos países desenvolvidos, como provam a questão dos produtos agrícolas, da pesca, e tantos outros. Há uma clara contradição entre o discurso globalizante e prática, cuja regulação dos limites é ditada por negociações diplomáticas. Na área financeira, a abertura certamente é maior, mas não significa que esteja isenta de mecanismos regulatórios, normalmente estabelecidos pelos Bancos Centrais de cada país.

A Globalização também tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso envolve canalizar investimentos para a infra-estrutura e para os serviços públicos básicos, entre os quais educação e saúde, retirando o Estado da função de produtor de bens, de repositor principal do sistema produtivo.

Em vários momentos, mencionei que uma das conseqüências sociológicas da modernização induzida pela Globalização é a dispersão de interesses, a fragmentação do Trabalho e do Capital. Ora, o cerne da ação política, hoje, é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente. É nesse sentido que julgo fundamental entender que, com a Globalização, o Estado necessita recompor suas funções. Assim, a missão do Estado de direcionar o desenvolvimento (steering capacity) passa a ser muito mais importante do que a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e de serviços que não tem natureza essencialmente pública.

Este pequeno elenco de desdobramentos contemporâneos das relações econômicas internacionais fornece, em minha opinião, poderosos elementos que põem em cheque as teorias que procuravam explicar a realidade e, sobretudo, as estratégias políticas e econômicas tradicionais que os Estados procuravam seguir na busca do crescimento. Os desafios para enfrentar a nova realidade são imensos e cada vez mais complexos, uma vez que se tornou inviável separar os condicionantes internos dos externos. Além disso, cria-se uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a demanda por equidade aumenta em regimes democráticos, até como efeito da globalização da informação, ela é dirigida a um Estado que, em razão de seu novo papel, deve intervir menos e melhor, tendo opções cada vez mais restritas em termos de política econômica, em decorrência das necessárias disciplina fiscal e austeridade de gastos públicos.

Exatamente por isso nunca foi tão importante a qualidade do trabalho político. De que maneira, e a partir de que valores, o Governante deve combinar o interno e o internacional; como conciliar a dispersão de pressões e o imperativo da definição de rumos claros; como compatibilizar os mecanismos clássicos da representação com o anseio crescente de

participação direta da cidadania no processo decisório; como articular o empuxo de valores econômicos transnacionais com a necessidade de uma perspectiva soberana? (Eu poderia multiplicar muito mais essas dicotomias.) Sabemos que hoje não existem mais fórmulas ideológicas que teçam, com coerência, os fios de uma realidade cambiante. A atitude meramente pragmática do governante é insuficiente e simplista diante de problemas que envolvem opções complexas e valores.

Nesse sentido, fica patente que o trabalho fundamental do político, em nossos países, está ligado aos temas da justiça social. O seu mandato principal vem dos que nada ou pouco têm. Em sociedades como as nossas, não podemos nos iludir e tomar a Globalização como um dado natural da realidade ou como uma nova forma de ideologia e permitir que se acentuem as dicotomias internas. A desigualdade, embora alimentada pelas assimetrias e injustiças das relações interestatais, é ainda essencialmente um problema nacional. É a nossa capacidade de superá-la, com medidas inteligentes de adaptação à nova conjuntura externa, que marca a ação do estadista de hoje. Queiram ou não os defensores das ideologias neoliberais, o Estado ainda é uma referência obrigatória, como instrumento para organizar as transformações e disso o político contemporâneo não pode e não deve abrir mão.

III - Algumas conseqüências sociais da Globalização: os problemas do crescimento da desigualdade e do desemprego estrutural.

Durante décadas, os países em desenvolvimento tentaram influenciar, sem grande êxito, nos foros multilaterais, notadamente na UNCTAD, a construção de uma nova ordem econômica internacional. A verdade é que, um tanto à sua revelia, essa nova ordem já estava sendo forjada e hoje atende pelo nome de Globalização.

Sem ceder à ilusão de que essa nova ordem responderia apenas às forças do mercado, embora elas sejam decisivas, e que o poder dos Estados

nacionais deixou de ter o mesmo impacto sobre o curso dos eventos, é justamente o reconhecimento dos “limites” do mercado e da força que certos países de grandes dimensões, como o Brasil e o México, têm para influenciar no direcionamento da globalização econômica, que nos permite adotar medidas capazes de contra-arrestar os efeitos sociais mais negativos do fenômeno: a saber o crescimento da desigualdade e o agravamento do desemprego.

Para fazê-lo, contudo, os governantes têm de aceitar, como já afirmei, certos condicionantes da ordem econômica em gestação com realismo e sentido de pragmatismo.

A novidade do processo e a velocidade das transformações exigem formas inteiramente novas de agir no cenário internacional.

3.1. Desigualdade e exclusão social.

Como vimos, a globalização uniformiza, ao tempo em que diferencia. A tendência de muitos analistas e ideólogos é exaltar os processos uniformizadores, como se suficientes para criar riqueza e equidade. Ora, os temas da diferenciação são decisivos e constituem talvez o âmago da construção de uma perspectiva política da globalização. Na verdade, a questão do aumento da desigualdade e da exclusão social que a Globalização parece de alguma forma alimentar é intrincada e de difícil combate. Manifesta-se tanto no plano interno dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como no plano internacional. O paradoxal — e de certa forma até irônico — é que o aumento da desigualdade se processa exatamente num momento em que, com o final da Guerra Fria e com a abertura ao exterior dos regimes socialistas mais empedernidos, caminhamos para uma uniformização institucional e uma maior convergência universal de valores.

Na dimensão das relações interpessoais, a desigualdade passa a ser encarada menos como fruto da “exploração capitalista” ou das distorções do modelo de acumulação, do que das diferenças

qualitativas do trabalho, das competências e habilidades inatas ou adquiridas. A desigualdade material é identificada perversamente como resultado de um processo natural de diferenciação entre indivíduos. Essa ruptura do sentimento de solidariedade tem grave repercussão na própria idéia de identidade nacional, como identificou Robert Reich, o atual Secretário do Trabalho do Governo Clinton.

Na dimensão das relações interestatais, a desigualdade é vista menos como um fenômeno histórico, político, econômico ou cultural, do que como uma incapacidade de adaptação aos novos padrões de produção da economia globalizada ou ao quadro institucional e ideológico prevalecente nas “nações vencedoras”. Esse esmaecimento da explicação econômica, sociológica, histórica ou ética da desigualdade leva ao crescimento da indiferença e da intolerância com relação aos “perdedores”, que são classificados como os únicos responsáveis por seu próprio atraso.

Ainda no plano das relações entre Estados, passa a prevalecer o conceito de que o desenvolvimento transita pelo cumprimento do “dever de casa”, pela criação interna de condições de competitividade, antes do que pela cooperação internacional para o desenvolvimento, pela mobilização da comunidade mundial na luta contra a marginalização das nações mais pobres. A existência da desigualdade e da exclusão passa a ser, também perversamente, considerada como um dado natural da realidade, perdendo-se uma das dimensões mais importantes do pensamento “conservador” tradicional, que é, como já o disse, a da solidariedade, da proteção dos mais fracos e desassistidos, em nome da defesa de um valor maior, o da coesão ou da harmonia do tecido social.

O verdadeiro desafio, portanto, é ir além do conservadorismo. Sabemos que é indispensável retomar os valores comunitários e recriar uma ética de solidariedade.

Contudo, não é uma tarefa fácil rearticular os

instrumentos e instituições que tenham efetiva capacidade de lidar com a desigualdade e a exclusão.

3.2. O aumento do desemprego.

A questão do aumento do desemprego é outro tema que tem inquietado a maioria dos governantes e dos cidadãos, principalmente porque é um fator agravante do processo de aprofundamento da desigualdade e da exclusão social.

Algumas constatações preliminares são essenciais para evitarmos pensar o futuro com os olhos voltados para o passado. A primeira delas é de que já enfrentamos — e passaremos a enfrentar ainda mais — o gravíssimo problema do aumento do chamado “desemprego estrutural”, decorrente tanto da perda de competitividade de certos setores das economias antes protegidas por barreiras tarifárias ou não-tarifárias quase inexpugnáveis, como do enorme ganho de produtividade por unidade de trabalho. A segunda, já apontada anteriormente, diz respeito ao fenômeno da terciarização da economia que tem contribuído para a transformação da natureza do trabalho em escala global. No Brasil, por exemplo, o setor terciário responde, hoje, por mais de 60% do total de empregos na economia. Este é um fato de grande importância no processo de tomada de decisões dos Governos.

Os próprios países desenvolvidos não estão imunes ao problema do desemprego.

Entre os membros da OCDE, o desemprego triplicou entre 1970 e 1992, segundo os dados do Informe de 1993 sobre Desenvolvimento Humano do PNUD. E por causa dos movimentos migratórios, os problemas do desemprego, no Norte e no Sul, passaram a se tocar.

O temor desse agravamento da situação nos países do Norte é que alimenta determinadas tentativas de “reação” contra o processo de Globalização, como é o caso de esquemas de regionalismo mais fechado ou da defesa de teses como as de “dumping social” ou de “proteção verde”. Fatias de mercado por nós duramente conquistadas

pela força da competitividade começam a sofrer sobretaxas discriminatórias ou ilegais, ou ainda, têm de enfrentar mecanismos de concorrência desleal, em franco desrespeito às regras multilaterais, como bem ilustra a questão dos subsídios à agricultura nos países desenvolvidos.

IV - O papel do Governo no combate ao desemprego. Como gerar mais e melhores postos de trabalho.

Procurei demonstrar que o desemprego, como tantas outras questões sociais, tem uma dimensão internacional. A própria natureza do desenvolvimento globalizado gera efeitos dramáticos, como aponta a trajetória de alguns países desenvolvidos. Um ponto que procurei enfatizar é o de que não devemos ser passivos diante dos problemas que a Globalização fez emergir: a definição de estratégias nacionais precisas para combater esses males são absolutamente necessárias e urgentes. Por isso, passo a fazer uma breve reflexão sobre a forma pela qual, no Brasil, estamos lidando com o tema do desemprego.

Um dos principais problemas do Governante de um país democrático como o Brasil, que detém um enorme passivo social, resultado da incúria e do descaso histórico de suas elites, é a percepção equivocada por parte da população de que o Poder Executivo Federal pode tudo e tem a capacidade de reverter distorções seculares no curso de um mandato presidencial. É natural que assim seja, sobretudo em razão dos êxitos que estamos colhendo com a estabilização da economia.

Tenho perfeita consciência de que o problema do emprego, tanto no que se refere à oferta quantitativa de postos de trabalho, como à qualidade dos novos postos a serem criados, constitui uma das questões mais graves a serem enfrentadas pelos líderes políticos em todo o mundo. Porque a preservação e a geração de empregos são passos prévios não apenas para o êxito de qualquer política social, mas também para garantir a própria dignidade

dos cidadãos.

O enfrentamento desse tema complexo, contudo, não depende somente dos governos, embora algumas políticas governamentais sejam fundamentais para minorar o impacto do desemprego estrutural.

Passo, agora, a focar o caso do Brasil que, creio, deverá ter alguma semelhança com o do México. Antes de apontar algumas das medidas que meu Governo está adotando nesse campo, no contexto de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social, seria útil analisar brevemente alguns elementos que prevalecem na dimensão da força de trabalho e do lado da oferta de postos na economia brasileira.

Do lado da dimensão da força de trabalho, precisamos estar atentos aos seguintes aspectos: a) o componente demográfico continuará a exercer pressão sobre o mercado do trabalho nos próximos 15 anos, período a partir do qual, já se farão sentir os efeitos da atual queda na taxa de fertilidade da população; e b) o componente sócio-cultural do aumento das taxas de participação das mulheres na força de trabalho.

Do lado da oferta de postos de Trabalho, importa ressaltar que: a) em decorrência da abertura de economia e do imperativo da competitividade e produtividade, é preciso saber qual será a composição setorial de uma economia industrial periférica e integrada a uma nova divisão internacional do trabalho; b) está ocorrendo, como já indiquei, uma profunda reestruturação produtiva, em razão das novas tecnologias, que, por um lado, desvaloriza o trabalho não-qualificado e por outro, exige grandes esforços de recapacitação da força de trabalho; e c) a reestruturação organizacional do parque produtivo passa a exigir a abolição de categorias intermediárias de ocupação, ao tempo em que se processa uma informalização crescente do mercado de trabalho, agravada pela terceirização de funções.

Diante desses condicionantes, como buscar soluções inovadoras — dadas as limitações de ação do Estado — que envolvam os diferentes níveis de

Governo, a sociedade civil, sindicatos de trabalhadores e órgãos patronais? Não cabe aqui elaborar um receituário aprofundado para atacar o problema. Menciono apenas algumas das medidas, tanto do lado da oferta como da demanda do Trabalho, que meu Governo já adotou ou está em vias de implementar.

Do lado da oferta de mão-de-obra, estou comprometido com dois pontos que julgo essenciais: investimento maciço na educação básica e programas abrangentes de capacitação ou retreinamento, com custos a serem compartilhados com as empresas.

Do lado da demanda de mão-de-obra, nossa ação será concentrada: a) na expansão econômica sustentada através de políticas de crescimento conciliadas com a estabilização; b) no desenvolvimento de políticas específicas de geração de emprego, com a retomada de investimentos de porte nas áreas de infra-estrutura e social (a área social, embora subestimada como geradora de empregos, tem um enorme potencial empregador); c) no apoio técnico e financeiro a uma melhor capacitação de setores intensivos em trabalho, como, por exemplo, a construção civil, a agricultura familiar e o turismo; d) no incentivo fiscal, na melhoria das condições de financiamento da produção e apoio técnico às pequenas e médias empresas, que são o maior empregador do País; e) no estímulo, via financiamento de bancos estatais de fomento, de programas que preservem e gerem empregos; e f) na diminuição do custo do fator trabalho e nas negociações entre o Capital e o Trabalho para a flexibilização das relações trabalhistas, incluindo medidas que dêem maior autonomia aos sindicatos para a celebração de contratos coletivos de trabalho.

V - Conclusão: a economia globalizada e o futuro dos países em desenvolvimento. A demanda por equidade.

Estamos vivendo transformações que reorganizarão a política e a economia do próximo século. A tarefa de dar sentido humano ao

desenvolvimento, na era da Globalização, tornou-se um grande desafio, porque temos de lidar não apenas com uma realidade radicalmente nova, mas principalmente com o vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou.

Se, com a Globalização, a economia passa a condicionar o universo da produção e da gestão, o mesmo não se aplica ao universo dos valores. É preciso separar os fatos concretos acarretados pela Globalização de uma pseudo-ideologia que se está construindo em torno do fenômeno, com matizes que vão da pregação acrítica e celebratória das “virtudes” do sistema em gestação à afirmação da inevitabilidade da perda de relevância dos Estados nacionais.

Nesse sentido, precisamos refletir sobre como a Globalização, que sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do Homem — um novo Renascimento, como tenho afirmado — pode ser orientada para atender à demanda por equidade clamada por 4/5 da humanidade que padece sob os efeitos da miséria e da doença.

Como reinventar o sentido de comunidade no plano internacional, para evitar a exclusão social e a marginalização?

Como reforçar a responsabilidade social das elites culturais e econômicas?

Esta última indagação sobre a responsabilidade social — e para alguns a responsabilidade nacional — das elites merece, a meu juízo, uma reflexão um tanto mais detida. Independentemente da “democratização” do Capital de que tratei antes, e até por sua causa, a mecânica de reprodução das elites se robusteceu. Mas, ao mesmo tempo, as elites passam a se fechar na defesa de seus interesses mais particulares e mesquinhos, o que ameaça não apenas a idéia de democracia, mas também o próprio conceito de nação. Essa irresponsabilidade das elites gera uma exacerbação do individualismo e uma cultura de conflito que não pode sustentar-se. Como fazer para reavivar essa responsabilidade social das elites é um dos grandes

desafios de nosso tempo. O apelo por uma ética da solidariedade, a redefinição de valores nacionais e, principalmente, a luta contra a desigualdade, que as elites encararam hoje como algo natural e até aceitável, são ideais que somente a Política, enquanto arte de construção de consensos, pode equacionar.

Tenho a convicção que os países em desenvolvimento podem contribuir, talvez até mais do que as nações desenvolvidas, nessa passagem conceitual do domínio da economia para o mundo dos valores. Porque nós, mais do que nunca, temos de exercer nossa capacidade criadora para responder, a um só tempo, aos desafios da nova realidade e à superação do legado social que nos penaliza e envergonha.

Não se trata de retornar aos ideais do passado, realimentando utopias que já não explicam o mundo contemporâneo e tampouco se coadunam com a prevalência dos valores democráticos e da economia de mercado. A solução dos problemas contemporâneos ultrapassa as fronteiras nacionais e demanda a mobilização universal.

Central, no quadro de reflexões que procurei esboçar nesta Conferência, é a indefinição que prevalece, nos dias de hoje, sobre quais seriam os agentes sociais da construção do futuro. Não creio mais ser possível identificar uma classe social específica com esse papel de timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento, em meio ao turbilhão da mudança. Dar sentido humano ao progresso, reforçando-se a ética da solidariedade, tanto na dimensão nacional como internacional, passou a ser crescentemente um exercício coletivo, disperso, fragmentário, num verdadeiro composto de utopias parciais. Nenhuma classe ou grupo social detém, hoje, o monopólio na demanda por equidade.

Exatamente por isso — volto a insistir — é que precisamos revitalizar os valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância. Esses são, por excelência, os balizadores da legitimidade moderna. É necessário um engajamento real do Governo e da sociedade contra a corrente do

individualismo exacerbado e niilista, que conspira contra a própria noção de identidade nacional.

Os governantes, os intelectuais, as lideranças da sociedade civil têm um papel decisivo a

desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da História.

Brasil - Bolívia

*Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Chancelaria
boliviana, La Paz, 23 de fevereiro de 1996*

Introducción

He aceptado con gran gusto esta honrosa invitación de la Cancillería boliviana para hablarles sobre la política externa brasileña. Es un honor que le agrega mucho a esta visita oficial del canciller brasileño a La Paz, porque ésta es una oportunidad sin par para traer a los formuladores y ejecutores de la diplomacia boliviana algunas impresiones sobre el nuevo ritmo que el Presidente Fernando Henrique Cardoso ha imprimido a su diplomacia y sobre el lugar prioritario que en ella ocupan los países sudamericanos en general y Bolivia en lo particular.

Mi intención es que éste sea un diálogo abierto, informal, porque es del intercambio franco de opiniones que surgen las ideas nuevas que nos pueden servir en el permanente ejercicio de mantener dinámica y actuante — en el sentido más pragmático — las relaciones entre nuestros países.

Por eso, me interesa más que nada el intercambio de opiniones que podamos tener en seguida a esta presentación necesariamente genérica con la que me permito ocupar en los próximos momentos la atención de todos ustedes.

Primera parte - Una visión general de la política externa brasileña

La diplomacia es una tarea de permanente recreación de la tradición y del patrimonio que nos ha dejado el pasado. Es esa dialéctica entre la tradición y la innovación lo que justifica nuestro trabajo de hacer un puente entre nuestro país y el

mundo.

En esa ecuación, se operan cambios seguidos en sus polos, y esos cambios van transformando la naturaleza de toda la relación. Cambia el mundo — de la preeminencia de la Guerra Fría a la preeminencia de la globalización y la competencia económica —, y cambia el Brasil, consolidando su democracia y alterando profundamente el modelo de desarrollo que se basó en la intervención estatal, el cierre de la economía y, hay que reconocerlo, en políticas de crecimiento que generaban inflación progresiva.

Al cambiar tan profundamente los dos polos principales de la ecuación, es natural e imperativo que cambie la forma de promover su interacción y que se relativicen o se maten prioridades, énfasis y líneas de acción. Y aquí entra en escena una diplomacia más actuante para promover una nueva y más eficaz inserción externa de Brasil.

No se trata de abandonar principios cardinales que nos han orientado en más de ciento veinte años de paz y cooperación con nuestros diez vecinos y en décadas de labor en pro del desarrollo y de un sistema internacional más justo y equitativo. Se trata, eso sí, de reevaluar permanentemente ese patrimonio de forma a ponerlo al servicio de lo que son hoy las prioridades del pueblo brasileño, encauzadas por el vigor del régimen democrático: la estabilización de la economía, la retomada del crecimiento con más justicia social y la creación de empleos. Y eso se consigue con un mejor acceso a

los mercados internacionales, a los flujos de inversiones productivas y a las tecnologías indispensables al desarrollo económico.

Se trata, pues, de reforzar relaciones con nuestros socios tradicionales, empezando por el MERCOSUR y Sudamérica, los Estados Unidos, la Unión Europea y el Japón, y de ampliarlas hacia aquellas áreas en el mundo donde han surgido nuevas oportunidades de interacción, como lo son África Austral, con la democratización de Sudáfrica y el encauzamiento del conflicto angolano y mozambicano por la vía política y democrática, el Medio Oriente, con el proceso de paz entre Israel, la OLP y los vecinos árabes, la Europa del Este y obviamente la región que hoy se conoce como Asia-Pacífico, que juntamente con la India y la República Popular de China, ha tenido los más fuertes y persistentes índices de crecimiento económico y desarrollo tecnológico.

Esas áreas prioritarias la diplomacia brasileña las está abordando con algunos instrumentos nuevos.

Primero, valiéndose del profundo cambio de imagen y percepción del Brasil entre nuestros socios y entre los agentes económicos internacionales en general.

Hay un nuevo interés por el Brasil de la democracia consolidada y de la estabilización económica con crecimiento, reforma estructural y apertura hacia el exterior. Brasil padecía de graves dolencias que virtualmente lo asilaban incluso dentro del contexto latinoamericano.

Fuimos, en un pasado no muy distante y en parte gracias a la forma superficial con que se hacen los análisis políticos y económicos — fuimos, decía, el “hombre enfermo” de América Latina, en una alusión al Imperio Otomano en vísperas de la Primera Guerra Mundial. Mientras nuestros vecinos hacían el ajuste y se proyectaban como promesas de economías emergentes, nosotros nos debatíamos en las complejidades de la consolidación de la democracia, la purgación de males políticos heredados del pasado autoritario y las dificultades en alterar estructuras y prácticas económicas propias

de un modelo de desarrollo que sí había funcionado en el pasado, pero ya se había hecho obsoleto.

Cuando Brasil pudo finalmente abocar-se a la tarea de la estabilización monetaria y de las reformas, pasando por la negociación exitosa de su deuda externa, esa disposición — luego hecha realidad — alteró profundamente la señal con la que participábamos en el juego de las relaciones internacionales. Esa nueva proyección externa de Brasil es hoy día un elemento primordial en la conducción de nuestra política externa.

Otro elemento instrumento del que nos estamos utilizando como nunca antes en nuestra historia diplomática es la diplomacia presidencial, o sea, el involucramiento directo, personal, del Presidente de la República en la conducción de iniciativas diplomáticas, especialmente a través de viajes.

El Presidente Fernando Henrique fue canciller, tiene una familiaridad in común con los asuntos exteriores y un gusto inmenso en hacer política externa personalmente. Además, es un hombre que ya tenía una proyección internacional previa, gracias a su larga carrera de sociólogo, cientista política y profesor. Por todo ello, tiene una disposición y un perfil muy apropiados al ejercicio de una diplomacia de promoción activa de los intereses y de la imagen de Brasil junto a nuestros principales socios internacionales.

Si uno analiza la agenda de viajes internacionales del Presidente Fernando Henrique, se dará cuenta de que ella responde intensamente a las prioridades que nos hemos establecido. Sudamérica, con el Mercosur al centro, Estados Unidos, Portugal, Alemania, Bélgica y la Unión Europea, China, Malasia, India, México y próximamente el Japón y Francia son viajes concebidos con sentido de equilibrio y de objetivo. Bolivia está contemplada en ese calendario de prioridades que va cubriendo toda Sudamérica.

Esos viajes obedecen a la idea de relanzar algunas relaciones e inaugurar otras, siempre en las

regiones que responden más inmediatamente a los imperativos de la política externa. Y esos imperativos son los de reforzar la inserción externa de Brasil, ampliar el conocimiento internacional sobre lo que ocurre en Brasil y en Brasil sobre lo que ocurre en otros países, atraer inversiones y mejorar el acceso a mercados y tecnologías, todo ello con miras a sostener y consolidar los éxitos que estamos obteniendo en lo interno. De paso, estamos reforzando nuestro diálogo político con todas las regiones del mundo, ajustando nuestras iniciativas diplomáticas a nuestra condición de actor global.

Un tercer elemento es el mismo Mercosur, cuya consolidación, a la vez que es objetivo prioritario de la diplomacia brasileña, nos dio una dimensión adicional en nuestra propia personalidad internacional. Yo llegaría a atribuir una parte substancial del interés que Brasil hoy despierta en el mundo a la opción de la integración regional en el ámbito del Mercosur, que ha ampliado exponencialmente el comercio entre sus miembros y se ha vuelto uno de los elementos más atractivos de las economías de sus Estados-miembros.

Es con esos elementos adicionales de proyección externa que nos lanzamos a la ejecución de una agenda de política externa diseñado para ampliar aún más nuestra inserción global, nuestra presencia en los foros y mecanismos de decisión internacional y nuestra participación en los flujos globales de comercio, inversiones y tecnologías.

Segunda parte: Las relaciones intra-latinoamericanas

En la presentación general de la política externa brasileña, he señalado que el Mercosur y toda Sudamérica adquieren el sentido de prioridad máxima. Quisiera ahora poner en perspectiva lo que significa esa prioridad.

Las relaciones intra-latinoamericanas vienen adquiriendo un carácter especial en el contexto de las políticas exteriores de nuestros países. Cuando se habla de globalización como la característica central

del sistema económico internacional, hay una tendencia a mirar hacia los grandes polos del poder económico mundial — Norteamérica, la Unión Europea y el Pacífico asiático, con Japón al centro — y a privilegiar los aspectos más propiamente multilaterales de las relaciones económicas, especialmente a la luz del fortalecimiento del multilateralismo comercial y de la nueva Organización Mundial de Comercio.

Ese abordaje, sin embargo, no debe ofuscarnos en la búsqueda perenne del fortalecimiento de nuestros propios instrumentos de participación en la dinámica de las relaciones económicas internacionales.

Lo regional y lo internacional, lo regional y lo extra-regional no son instancias excluyentes o que impliquen una subordinación estéril. Son ámbitos complementarios de actuación, que hay que explotar con intensidad, con voluntad política y sentido práctico.

De hecho, entre los instrumentos a nuestra disposición para mejorar nuestra inserción externa y hacerla operativa en el campo interno — generando empleo y riqueza e actuando en el sentido de la transformación de nuestras sociedades —, varios tienen una dimensión específicamente latinoamericana y por ello inciden directamente sobre las relaciones entre vecinos como Brasil y Bolivia. Esos elementos explican en gran medida el por qué de una iniciativa como el Mercosur y el por qué del deseo de irlo ampliando con pragmatismo y con un profundo sentido de realismo político y económico.

Un primer elemento que compartimos es la democracia — sinónimo, en el contexto de la globalización y de la competencia por inversiones productivas, de estabilidad política, y por lo tanto una condición básica en el mundo contemporáneo. La gran mayoría de los países latinoamericanos han hecho de la democracia un tema que los aproxima en la identidad y en la acción, un tema que los hace mirar hacia el futuro de la región y de sí mismos. La democracia es una realidad que se ha consolidado en prácticamente toda la región, con algunos países

que ya van en la tercera o cuarta elección presidencial plenamente democrática, sin solución de continuidad y pese a dificultades que se han sobrellevado gallardamente en la mayoría de ellos.

Internamente, la democracia es la garantía de que los conflictos y los intereses sectoriales encuentren su cauce normal, de que se generen consensos indispensables a la modernización y apertura competitiva de las economías continentales y de que se busquen los medios de fortalecer la acción del Estado en aquellas áreas en que tiene responsabilidad primordial — la defensa y la seguridad de los ciudadanos, la protección del consumidor y, sobre todo, mejoramiento de los indicadores sociales (educación, salud, sanidad, habitación, servicios básicos, infraestructura). La democracia, por lo tanto, fortalece a nuestros países y los hace más aptos al juego internacional y regional.

Un segundo elemento es la integración económica, una respuesta regional al fenómeno de la globalización y que se viene dando en dos niveles complementarios.

El primer nivel es el de la integración regional en base a identidades y vínculos subregionales, como el MERCOSUL, que ya alcanza una etapa de unión arancelaria con gran flexibilidad, y el Pacto Andino. Son mecanismos que amplían la dimensión internacional de nuestros países, al ampliar el ámbito más inmediato de sus economías y al agregar dimensión a sus mercados.

El segundo nivel es el de la integración física fronteriza, que se acentúa en las zonas en las que es intensa la presencia humana a uno y otro lados de la frontera. Brasil, por ejemplo, tiene extensas zonas de contacto con sus vecinos en la región de la cuenca del Plata y en áreas amazónicas, especialmente con Bolivia. En uno y otro casos, es la existencia concreta de intercambio entre los mercados y de intereses palpables de las poblaciones fronterizas lo que impulsa ese doble proceso. La integración no crea corrientes de comercio o interconexión física a partir de la nada, sino que actúa sobre una base importante,

preexistente, para ampliarla y dinamizarla.

Un tercer elemento es el nivel del comercio intrarregional latinoamericano, que viene experimentando un crecimiento significativo en los últimos años merced de las políticas de apertura económica en la región y de la retomada del crecimiento que se siguió al ajuste estructural en varios países del Continente.

El cuarto elemento es el grado de proximidad política entre nuestros países. Con el Grupo de Rio, la Conferencia Iberoamericana, el Tratado de Cooperación Amazónica, el Tratado de la Cuenca del Plata y los esquemas subregionales de integración, hemos creado una intensa familiaridad entre nuestros Presidentes y nuestras Cancillerías y foros políticos y económico-comerciales insustituibles en su tarea de coordinación e iniciativa. La Hidrovía Paragnay-Paraná es un ejemplo concreto de iniciativa de enorme poder multiplicador para las economías de todos los países de la Cuenca del Plata y marca la fundación de una etapa nueva en la geopolítica de la región.

Gracias a esos foros, Latinoamérica y particularmente Sudamérica tienen hoy una personalidad política internacional mucho más completa y universalmente proyectada que hace algunos años, cuando nos debatíamos, casi siempre aisladamente, en diversos matices de crisis económica e inestabilidad política.

Esa familiaridad, esa coordinación, esa intensidad de conexiones políticas entre nuestros países es lo que nos permite movilizarnos rápidamente, a veces en grupos más reducidos de países más directamente involucrados o interesados en determinado asunto — para enfrentar situaciones de crisis coyuntural, como la que amenazó nuestras economías a principios de 1995 en función de la volatilidad de los capitales “golondrinas”.

El resultado de la combinación de esos elementos son las relaciones cada vez más estrechas que los países latinoamericanos mantienen entre sí, fortaleciendo la democracia a nivel continental y proyectando hacia el exterior una imagen de cohesión,

estabilidad y confiabilidad de toda la región y una conciencia creciente sobre la importancia de la solidaridad entre nuestros países, porque lo que afecte negativamente a uno de nosotros terminará por afectar adversamente, en mayor o menor grado, a todos los demás. De ahí surgió también la base de la respuesta que podemos dar a los desafíos, oportunidades y riesgos de la globalización. Esa respuesta es una sola: tenemos que ampliar la escala de nuestras economías para que puedan desarrollar al mismo tiempo su competitividad y su capacidad de atraer inversiones productivas que generen riqueza, empleos y tecnologías.

Tenemos buenos “assets” a los que estamos agregando el impulso deliberado de la integración física y económica en la región. La democracia es hoy día garantía de estabilidad política, una moneda de alto valor en el mundo de la globalización. Tenemos tradición como receptores de inversiones foráneas y tradición en la economía de mercado, pese al elevado grado de intervención estatal que nos caracterizaba en el pasado.

Tenemos una clase empresarial acostumbrada a la exposición externa y con una creatividad desarrollada en la adversidad.

Consolidar la democracia, la estabilidad monetaria, la apertura y la libertad económicas y las reformas estructurales es por lo tanto el reto para ampliar la base sobre la que se fundan nuestras respuestas a la globalización.

Y esas respuestas no se limitan a la integración regional, sino que abarcan en un grado hoy mucho más intenso también lo bilateral. Porque lo bilateral y lo regional no se pueden excluir. Se trata, en verdad, de instancias complementarias.

Bajo esa luz, quisiera concluir revisando rápidamente el marco general de las relaciones brasileño-bolivianas.

Tercera parte - Las relaciones Brasil-Bolivia

El ejemplo de las relaciones brasileño-bolivianas es ilustrativo. Son relaciones que se fortalecen

hoy con el acentuamiento de una nueva dimensión, la dimensión de las negociaciones cuatro-más-uno entre el Mercosur y Bolivia. Es un proceso que sigue su curso normal y que apunta hacia la ampliación de los espacios de integración en Sudamérica. El impacto de ese proceso en las relaciones bilaterales brasileño-bolivianas y en las relaciones intra-sudamericanas será enorme. Agregamos más un área de convergencia en nuestra región, más un espacio de cooperación que ultimadamente fortalecerá también la dimensión bilateral.

Brasil y Bolivia son países con muchas similitudes, que van más allá de las identidades básicas que unen, en lo cultural, lo étnico y lo histórico a los países de Latinoamérica. Brasil y Bolivia son países con una multiplicidad de vertientes geográficas o geopolíticas, que nos hacen unas especies de puentes entre subregiones del Continente. Brasil es un país atlántico, amazónico y platino, de dimensiones continentales y miembro del Mercosur. Bolivia es un país de porte considerable y a la vez andino, amazónico y platino – y miembro del Pacto Andino. Somos también miembros activos del Tratado de Cooperación Amazónica y del tratado de la Cuenca del Plata, dos importantes foros regionales de cooperación que han ganado trascendencia gracias a la dinámica económica que moviliza toda Sudamérica y le agregan una importante dimensión política a la integración.

Con una considerable complementaridad entre sus economías, Brasil y Bolivia empiezan a explotar fórmulas capaces de permitir un aprovechamiento óptimo de esa doble circunstancia que nos asocia: una relativa proximidad física y una demanda recíproca considerable por bienes industriales, alimentos y materias-primas necesarios a nuestro desarrollo.

La Amazonia, antaño barrera intrasponible, hoy es, junto al Pantanal, un área a través de la cual los dos países se unen. Allí tenemos un patrimonio ambiental y de biodiversidad incomensurable, que debe incentivar a la cooperación para su

protección y aprovechamiento en bases sustentables. La próxima Cumbre Hemisférica sobre Desarrollo Sustentable ya es un factor de coordinación, consulta y concertación entre Brasil y Bolivia. Quiero aprovechar esta oportunidad para reiterar el compromiso brasileño en cooperar con la Cancillería boliviana para asegurar que la Conferencia sea un éxito tanto en términos sustantivos como en sus aspectos organizacionales.

Estados de la Amazonia Occidental brasileña miran hacia Bolivia como una oportunidad en varios sectores: como mercado consumidor, como mercado proveedor, como interconexión con el mundo a través de los Andes y hacia el Océano Pacífico, socio en variadas formas de cooperación y hasta de inversiones. Y, claro, a través de la interconexión física y energética, con el gas, Bolivia y el Brasil del Sureste industrial se integran, con importante impacto sobre nuestras economías como un todo.

Hemos sido capaces de aislar y encapsular en su dimensión correcta los problemas que a veces ocurren en el área fronteriza merced de la misma actividad humana que se desarrolla en esas zonas, una actividad muchas veces pionera y aventurera.

La estabilidad política en ambos países, la retomada del crecimiento, la forma como el Continente ha sido capaz de resistir las presiones generadas por los problemas en el sistema financiero en principios del año pasado, la facilidad y franqueza con que nos entendemos y la conciencia creciente de que lo regional es un eslabón indispensable hacia lo universal les dan a las relaciones entre países del porte y las características sociales y económicas de Brasil y Bolivia una complejidad que nos acerca aún

más, un sentido único de oportunidad que hay que explotar en todas sus vertientes y posibilidades.

Estamos intensificando los contactos gubernamentales y en esa labor estamos, por nuestra parte, involucrando los Estados de Brasil que hacen frontera con Bolivia. Pero esa es una tarea que debe trascender la acción de los Gobiernos para alcanzar la participación de las sociedades y los agentes económicos de nuestros países. Afinal, Brasil y Bolivia tienen relaciones suficientemente maduras como para que puedan afectar, muy positivamente si queremos, la vida cotidiana de nuestros pueblos, la operación diaria y las perspectivas de negocios de muchos de nuestros agentes económicos.

Hace mucho que las relaciones Brasil-Bolivia dejaron atrás la retórica de las intenciones para inscribirse en la esfera de las realizaciones y en el mundo más promisor de las oportunidades.

Por todo ello, la amistad brasileño-boliviana va más allá de lo bilateral para inscribirse en el marco de una verdadera cooperación latinoamericana en un momento histórico en que nuestro Continente busca un nuevo patamar de inserción internacional.

Muchas gracias.

Luiz Felipe Lampreia, 54, Ministro de Relaciones Exteriores de la República Federativa de Brasil, es diplomático de carrera. Fue Subsecretario de Asuntos Políticos Bilaterales de la Cancillería, Embajador de Brasil en Surinam y Portugal, Representante Permanente en Ginebra y Secretario-General de Itamaraty en la gestión del entonces Canciller Fernando Henrique Cardoso.

Brasil - Bolívia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Cerimônia de Condecoração com a Ordem do Condor dos Andes, La Paz, 23 de fevereiro de 1996

Quero agradecer ao meu querido amigo Antônio Aranibar as afetuosas palavras com que me faz a entrega desta Grã Cruz da Ordem do Condor dos Andes.

Peço-lhe que transmita ao Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada o meu mais profundo reconhecimento por tão elevada honraria, que confere um sentido especial ao meu regresso a La Paz.

Guardarei esta prova da amizade e do apreço bolivianos não só como recordação afetuosas de minha visita oficial à Bolívia como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, mas também como mais uma afirmação da antiga e fraterna amizade que nos une.

Se me permite uma nota pessoal e uma lembrança, há mais de duas décadas, eu já havia sido agraciado por seu Governo, no grau de Oficial, na visita do saudoso Chanceler Azeredo da Silveira a este país. A promoção, ao mais alto grau, na Ordem do Condor dos Andes tem, para mim, o sentido de culminar uma série de etapas importantes da minha vida profissional. Comecei minha carreira diplomática cuidando de assuntos da nossa pauta bilateral e hoje, no mais alto posto do Itamaraty, a Bolívia ocupa parte da minha atenção e novamente me distingue com o seu reconhecimento.

É também uma alegria receber esta condecoração das mãos do meu querido colega Antônio Aranibar, um grande amigo do Brasil. Como Chanceler, ele tem realizado uma obra que vai além

das fronteiras bolivianas para se projetar em toda a América Latina. Graças a ele, a voz da Bolívia chega a todos os foros regionais e internacionais com brilho, franqueza e serenidade. Sua competência e profissionalismo merecem as nossas sinceras homenagens.

Esta é também uma oportunidade para reafirmar a importância que atribuímos a nossa relação. Já o fiz há pouco, na conferência que tive a honra de fazer aqui na Chancelaria e na qual procurei colocar as relações Brasil-Bolívia dentro do marco conceitual em que ganha sentido, atualidade e perspectiva na política externa brasileira em geral e na América do Sul em particular.

Quero reafirmar o que disse ali — que o reforço de relações bilaterais do porte, da densidade e do potencial das nossas é complemento necessário e insubstituível nos esforços que fazem os nossos países por uma melhor inserção internacional a partir do fortalecimento dos seus laços no âmbito sub-regional.

O regionalismo ditado pela integração econômica e pela concertação política não exclui em absoluto — ao contrário, pressupõe — o bilateralismo atuante, criativo e bem direcionado que o Brasil e a Bolívia vêm procurando praticar, concentrando-se em alguns projetos-chave, mas não descuidando os inúmeros temas próprios da agenda de dois países vizinhos que compartilham uma imensa fronteira comum e muitas identidades.

Esta visita do Chanceler do Brasil decorre de grande convergência que aproxima ainda mais dois países vizinhos solidamente assentados no sistema democrático e representativo e guiados pela liberdade econômica. Membros ativos de distintos esquemas de integração regional, nossos países dispõem de todo o instrumental necessário para aperfeiçoar a sua parceria em benefício individual e recíproco em um momento de grandes transformações internas no Brasil e na Bolívia e de profundas alterações no cenário regional e internacional.

É desnecessário detalhar o arco das amplas, profundas e densas relações Brasil-Bolívia. Nossa cooperação vai além do campo comercial, financeiro, cultural, imigratório e de cooperação técnica. Ela se projeta no plano do entendimento humano, das relações entre as pessoas e os agentes econômicos, muitas vezes ao longo da fronteira onde em vários pontos chegamos a criar uma virtual civilização fronteiriça, reflexo da capacidade dos dois povos de manter contatos na sua vida quotidiana, nos negócios e no trabalho.

A essa rotina intensa das relações se somam, como lembrei, alguns grandes projetos comuns de impacto positivo direto sobre as nossas economias e sobre a nossa relação política.

O primeiro deles, o dos corredores interoceânicos, é um desafio a nossa imaginação e a nossa capacidade criadora. Por intermédio dos corredores, integraremos horizontalmente nosso continente, tomando realidade o sonho secular de interligar, por terra, os dois oceanos. Assim, a Bolívia — país platino, amazônico e andino — poderá usufruir plenamente de sua condição de país de contatos, de irradiação, de trânsito e de interligação, otimizando, assim, de forma plena, suas vantagens comparativas. O Brasil e o Mercosul inteiro disporá, em direção à dinâmica região da Ásia-Pacífico, de vias mais curtas e diretas para o seu comércio internacional.

Outro grande projeto — a aproximação da

Bolívia com o Mercosul — avança a passos seguros, com sentido de realismo e pragmatismo. A conclusão, em Montevideu, em dezembro do ano passado, do Acordo de Complementação Econômica Bolívia-Mercosul queimou etapas que permitem antever a conclusão, nas datas previstas, de um acordo para o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a Bolívia e os quatro países-membros da união aduaneira. O Brasil recebe esta iniciativa boliviana com o mesmo agrado com que acolherá os passos complementares que a Bolívia vier a dar para aproximar-se do Mercosul.

Na integração física e econômica em que se empenham o Brasil e a Bolívia em várias frentes, o da integração energética, em torno do gás natural, desponta seguramente como o mais promissor e de maior impacto, quer em termos econômicos, quer políticos.

Estamos falando de um projeto binacional, que só encontra paralelo no passado recente se voltarmos aos anos 70, quando foram levadas a cabo as negociações entre o Brasil e o Paraguai que culminaram com Itaipu, uma das maiores hidrelétricas do mundo e hoje uma sólida empresa geradora de energia para os dois países-sócios. Estamos, pois, em vias de recriar um dos momentos mais marcantes de nossa história subregional.

O volume de recursos previstos na construção do gasoduto de mil e setecentos quilômetros de extensão, a transferência de tecnologia nela implícita, as perspectivas de implementação de nova matriz energética brasileira, os pagamentos à Bolívia em pelas importações de gás natural — tudo nos faz crer estarmos diante de uma inigualável oportunidade de imprimir às relações Brasil-Bolívia uma feição compatível com o potencial de cooperação entre os dois países e com as exigências dos novos tempos.

Por isso, estamos imprimindo às negociações em torno do projeto do gasoduto um ritmo acelerado, porém cauteloso, de forma a se poder atender satisfatoriamente todos os interesses envolvidos neste empreendimento. O lançamento próximo dos editais

para o início da obra nos permite antecipar o êxito de mais uma iniciativa em nossa já densa rede de cooperação.

No plano da cooperação técnica bilateral, acabamos de aprovar o novo programa para 1996-1997, concentrado em cinco áreas prioritárias — saúde, mineração, meio ambiente, agropecuária e apoio a pequenas e médias empresas. São áreas de grande significado econômico e visibilidade social. Estamos também firmando um ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica no campo dos estudos geológicos nas áreas limítrofes. São fatos próprios de uma agenda densa e importante.

Muitos outros temas figuram ainda nessa agenda bilateral, mas quero apenas realçar a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável de Santa Cruz de La Sierra, em dezembro, um dos eventos de alto nível que deverá implementar as decisões da Cúpula de Miami e a única reunião prevista em nível de Chefes de Estado e de Governo.

Estamos trabalhando para que a reunião trate em profundidade, e com sentido pragmático, da equação completa que está por trás do desenvolvimento sustentável, isto é, a idéia de

crescimento econômico e social associada às noções de uso sustentável dos recursos naturais e de proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio natural.

Esta é, portanto, mais uma área em que o Brasil e a Bolívia poderão trabalhar em coordenação cada vez mais estreita, com um reflexo positivo para as nossas relações e a nossa cooperação.

Senhor Chanceler,

Quero concluir este extenso inventário da relação entre dois países intimamente relacionados agradecendo mais uma vez a hospitalidade com que me recebe o Governo boliviano e esta condecoração que tanto fala da amizade entre os dois povos.

Estamos dando mais alguns passos graças a esta iniciativa boliviana de receber com tanta distinção o Chanceler brasileiro. Nós estamos prontos a continuar esta caminhada que começou há muitas décadas e que, para proveito recíproco, vem-se intensificando em ritmo e entusiasmo mais recentemente.

Muito obrigado.



Brasil - Peru

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido ao Presidente do Peru, Alberto Fujimori, Brasília, 26 de fevereiro de 1996.

Em nome do povo e do Governo brasileiros, quero dizer o quanto me alegra poder recebê-lo em Brasília novamente.

Vossa Excelência honrou-nos com sua presença na cerimônia de minha posse, gesto que interpretei como uma demonstração de grande apreço pelo Brasil. Ao retribuir esse gesto, no momento em que Vossa Excelência foi reeleito pelo povo peruano, quis também expressar a importância que atribuímos às relações com o Peru.

Os encontros dos Presidentes do Brasil e do Peru têm sido uma oportunidade para renovarmos e fortalecermos uma amizade.

Uma amizade que traduz uma longa história de paz e entendimento entre dois países unidos pela vizinhança, pelo desafio do progresso e pela vocação de liberdade de seus povos.

Nossas relações passaram por uma transformação qualitativa nos últimos anos, como resposta não apenas aos acontecimentos políticos e econômicos em cada um de nossos países, mas também aos processos de integração na região e às próprias exigências da globalização.

Temos hoje condições de promover relações mais produtivas de intercâmbio, cooperação e concertação.

Somos países amazônicos que conhecem o valor do seu patrimônio natural e as amplas possibilidades de cooperação que o desenvolvimento sustentável dessa região proporciona.

O Tratado de Cooperação Amazônica, que

se encontra em fase de revitalização, é um valioso instrumento diplomático para a ação que queremos compartilhar com nossos vizinhos amazônicos.

Nossa situação geográfica enseja oportunidades reais de integração física que assegurem tanto o acesso dos produtos brasileiros aos portos peruanos do Pacífico, como o de produtos peruanos aos portos brasileiros do Atlântico.

Temos economias dinâmicas e em crescimento, mais abertas e estáveis. E a essa base sólida se agregam a estabilidade política e o compromisso com o desenvolvimento social, dois elementos fundamentais para que os países em desenvolvimento possam explorar as oportunidades e enfrentar os desafios do mundo da globalização.

Por tudo isso, o Peru é um parceiro próximo e necessário para a diplomacia brasileira, que tem na América do Sul a sua primeira prioridade.

Senhor Presidente,

O Brasil e o Peru aproximam-se, hoje, não mais apenas pela vizinhança geográfica.

Nossa união ganhou vigor pelo compromisso com reformas estruturais e com uma nova estratégia de desenvolvimento, que nos permita lidar com um mundo em rápida transformação.

Sabemos hoje que o desenvolvimento econômico, a participação eficaz na economia internacional, só serão possíveis com a modernização do Estado, a liberalização econômica e a integração ao mercado das massas antes dele excluídas pela

combinação perversa de inflação com recessão.

Porque nenhum programa econômico terá êxito se não contar com a participação da sociedade em todos os seus níveis.

É a legitimidade democrática que dá força e sustentação às políticas econômicas.

Este é o sentido das reformas que estamos implementando no Brasil. Entendemos

que esse também é o sentido das reformas que Vossa Excelência vem levando a cabo em seu país.

Os progressos no plano interno de nossos países certamente terão efeito positivo sobre as nossas relações. A participação nos fluxos globais de comércio, investimentos e tecnologias depende cada vez mais de nossa capacidade de viabilizar parcerias externas — regionais e extra-regionais — que possam trazer elementos indispensáveis ao nosso desenvolvimento econômico.

Por isso, além do fortalecimento dos vínculos bilaterais entre os países da região, é de suma importância que avance o processo de integração econômica em curso na América do Sul. Ela é condição necessária para que tenha êxito o ambicioso projeto de integração hemisférica.

Com o MERCOSUL, o Brasil já deu passos decisivos no processo de integração. Ponto central de nossa política externa, o MERCOSUL já é nosso interlocutor para

outros países e regiões e está identificando novos parceiros entre os vizinhos sulamericanos, entre os quais o Peru assume importância particular.

Senhor Presidente,

Para que esse grande movimento de regionalização possa efetivamente colocar a América do Sul no mapa das grandes decisões internacionais, é preciso mais do que o apego aos ideais de democracia e liberdade econômica: é fundamental

que logremos construir e preservar um clima de paz e segurança, baseado na confiança mútua.

Paz e liberdade são elementos indissociáveis da democracia: ambas são garantia da estabilidade e pressuposto do desenvolvimento.

Há poucos dias comemoramos o primeiro aniversário da Declaração de Paz do Itamaraty, que restabeleceu a amizade entre Peru e Equador.

Desde então, o Brasil e os outros três países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro têm-se empenhado em favorecer o encaminhamento de uma solução pacífica e duradoura para as pendências entre os dois países. Temos justo motivo para orgulharmos de nossos esforços.

Mas foi a vontade política das partes em busca de reconciliação que trouxe os avanços mais promissores.

Não há alternativa ao diálogo, à convivência pacífica, à democracia, se queremos que nossa região prospere como um todo.

Senhor Presidente,

O Peru se projeta hoje como uma das grandes promessas do desenvolvimento na América Latina.

Nós queremos renovar a nossa parceria com o Peru, nós queremos elevá-la a um patamar mais compatível com o tamanho das nossas economias, a extensão das nossas fronteiras comuns e a nossa situação estratégica na América do Sul.

Esta visita é a garantia de que estamos começando uma nova era nas relações entre o Brasil e o Peru.

E é para festejar este reencontro que quero convidar todos os presentes a se juntarem a mim no brinde que faço à crescente prosperidade do povo peruano, à amizade exemplar que une brasileiros e peruanos e à felicidade e ventura pessoal do Presidente Alberto Fujimori.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, Brasília, 29 de fevereiro de 1996.

É um prazer para mim, Senhor Secretário-Geral, tê-lo como convidado para jantar em minha casa. O Brasil orgulha-se em receber um estadista de renome, dedicado a promoção da paz e do desenvolvimento universais.

Em todas as partes, as pessoas passaram a reconhecer no Secretário-Geral das Nações Unidas uma das principais personalidades políticas mundiais. As Nações Unidas sempre foram associadas às idéias de paz duradoura, de que a razão deve prevalecer sob a força, de que o respeito pelos direitos humanos seja observado internacionalmente para que os horrores de antigos desastres causados pelo homem não sejam repetidos. No mundo inteiro, a ONU é também ligada à promoção de melhores padrões de vida para toda a humanidade. As pessoas aprenderam a respeitá-la e a confiar nela.

Como membro fundador das Nações Unidas, o Brasil está comprometido com a defesa e a promoção dos princípios e propósitos da carta da ONU. Nós queremos fazê-lo de todas as formas, através das palavras e através da ação.

Esse compromisso é um dos pilares de nossa política externa e reflete valores muito caros aos brasileiros.

Senhor Secretário-Geral,

As Nações Unidas completaram cinquenta anos. Este é um momento simbólico, um momento

para reavaliar seu papel em um mundo que mudou profundamente. Durante as comemorações em Nova York, em setembro último, nós saudamos, com justa razão, as conquistas das Nações Unidas ao longo dos últimos cinquenta anos. Mas nossa organização deve ser reformada para que ela possa enfrentar com êxito os desafios das novas realidades internacionais do período pós-Guerra Fria. O fim do conflito ideológico traz a perspectiva de fazer da ONU um verdadeiro mecanismo de defesa coletiva, desde que a ela sejam assegurados os meios e o necessário apoio político para atuar em nome da comunidade das nações.

Nós não podemos - nós não devemos - permitir que as Nações Unidas fiquem paralisadas justamente quando sua contribuição é mais necessária. Nós precisamos estar preparados para mostrar o empenho político de mudar aquilo que precisa ser mudado, deixando de lado considerações egoístas num debate que envolve muito mais do que uma mera competição por prestígio individual.

A política de poder não pode se tornar um fator dominante no debate sobre a reforma do sistema das Nações Unidas. Afinal, as Nações Unidas foram criadas como um instrumento de paz e entendimento universais, como um meio de solucionar conflitos através da negociação e do diálogo - justamente como uma alternativa à política de poder.

Nós devemos ter como objetivo maior um

pacote de reformas coerente e equilibrado. Esta é a única maneira de assegurar, a longo prazo, uma distribuição adequada de deveres e responsabilidades entre os Estados-membros. Os objetivos da reforma devem guiar-se pela necessidade de dar à ONU os meios de promover a solução de controvérsias com flexibilidade e legitimidade, de lidar com os desafios do desenvolvimento criando novas idéias capazes de aliviar a pobreza, de redefinir mecanismos para a cooperação entre os Estados.

Em outras palavras, é um imperativo fornecer às Nações Unidas os recursos adequados para desempenhar seu mandato. A forma mais fácil de fazer isso seria que os Estados-membros cumprissem com suas obrigações financeiras para com a Organização de maneira razoavelmente pontual.

Senhor Secretário-Geral,

O Brasil tem o firme compromisso de lutar por uma ONU mais forte e dinâmica. É por isso que estou pessoalmente empenhado em garantir que nossas contribuições financeiras sejam pagas integral e pontualmente. Este não é um pequeno sacrifício para um país com tantas necessidades prementes como o Brasil. Acredito que esta é uma das melhores formas de mostrar um verdadeiro compromisso com as Nações Unidas nesses tempos difíceis.

O Brasil está demonstrando seu compromisso

com a Carta também em outras áreas, particularmente através da participação em operações de paz como a UNAVEM-III.

Senhor Secretário-Geral,

Nós sabemos bem que a função de funcionário público internacional número um requer, como Vossa Excelência mesmo já disse várias vezes, um equilíbrio delicado entre realismo e responsabilidade. Encontrar este equilíbrio é uma tarefa difícil, mas Vossa Excelência tem demonstrado repetidamente a sensibilidade política para fazê-lo.

Durante seu mandato, a ONU promoveu uma série de conferências sobre temas globais. Estas conferências apontaram novos horizontes para os problemas que afetam a humanidade como um todo. Elas constituem uma parte significativa do êxito das Nações Unidas no início da década de noventa.

O Brasil reconhece sua competência à frente das Nações Unidas. Esteja certo, Senhor Secretário-Geral, do apoio de meu país a seus esforços para revitalizar nossa Organização.

Com este espírito que quero fazer um brinde aos ideais que criaram as Nações Unidas cinquenta anos atrás e aos homens e mulheres, como Vossa Excelência, Senhor Secretário-Geral, que tem ajudado a manter viva a chama da esperança para os povos do mundo.

Muito obrigado.

Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão

Discurso do Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na VI Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, São Paulo, 29 fevereiro de 1996

Exmo Sr. Hiroshi Saito,
Exmo Sr. Minoru Murofushi,
Exmo Sr. Chihiro Tsukada,
Exmo Sr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira,
Exm Sr. Osvaldo Moreira Douat,
Ilustres representantes da Keidanren e da
CNI,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que participo da Sexta Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão. Este evento representa importante passo para a dinamização do diálogo empresarial entre os dois países.

Em 1995, celebrou-se o Centenário das relações diplomáticas entre Brasil e Japão.

Este marco na História comum de nossos povos suscita naturalmente reflexões sobre o passado que compartilhamos. Por outro lado, convida a uma consideração do futuro que desejamos construir. O diálogo nipo-brasileiro pode e deve ser enriquecido e elevado a um patamar superior de prioridade: este é o sentido central da visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fará brevemente.

No campo econômico-comercial, esse adensamento de relações deverá realizar-se no contexto da globalização dos mercados, dos processos de produção e dos sistemas de

informação. Dentre os fatores deste cenário, julgo essenciais: a abertura comercial, a integração econômica, a intensificação dos investimentos internacionais e a promoção de empreendimentos empresariais conjuntos.

Antes de tecer meus comentários sobre esses fatores à luz da experiência brasileira recente, devo ressaltar que Governos e empresas são parceiros na conformação dos espaços econômicos nacionais ao fenômeno da globalização. Ao meio empresarial cabe, entre outras, a tarefa de impulsionar, com dinamismo e criatividade, os empreendimentos. Os Governos, por sua vez, devem estabelecer políticas específicas para a consolidação de processos sólidos e sustentáveis de desenvolvimento. A política de abertura comercial implantada pelo Brasil tem permitido ao país alcançar uma crescente inserção internacional, baseada em modelo econômico que prioriza a competitividade empresarial, a formação de recursos humanos, a geração de empregos e a modernização tecnológico-industrial.

A liberalização comercial da economia brasileira foi inicialmente conduzida mediante reformas tarifárias expressivas, as quais, em seu conjunto, resultaram na redução da alíquota média incidente sobre as importações de 32,2%, vigente em 1990, para 14%, em julho de 1993, e 12%, em

janeiro de 1995.

Semelhante redução tarifária foi acompanhada de significativas medidas dirigidas ao desmantelamento de virtualmente todas as barreiras não-tarifárias e à plena implementação dos compromissos assumidos em matéria de serviços (GATS) e no Acordo sobre os direitos de propriedade intelectual (TRIPS), concluídos na Rodada Uruguai. Hoje, tem o Brasil participado ativamente das conversações, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, para o acompanhamento contínuo e prospectivo da liberalização do comércio internacional.

No contexto interno, em complementação às políticas monetária e fiscal, a abertura comercial tem gerado benefícios para a estabilização macroeconômica, ao submeter a economia à concorrência externa, ao permitir o consumo sustentado em setores com crescente demanda e ao diversificar a qualidade da oferta de bens e serviços.

Com o intuito de estabelecer ampla integração econômica na América do Sul, o Brasil tem-se empenhado em iniciativas relevantes, em parceria com os países desse subcontinente.

Essa região exhibe, hoje, um dos exemplos mais bem sucedidos de integração econômica: o Mercado Comum do Sul. Formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul representa um mercado consumidor de 200 milhões de habitantes e soma um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de US\$ 700 bilhões. Constitui, portanto, um dos mais importantes agrupamentos econômicos do mundo e espaço dotado de evidentes atrativos para a realização de investimentos.

O Mercosul - que em 1º de janeiro de 1995 tornou-se a primeira União Aduaneira do Hemisfério Sul - tem-se mostrado, desde a sua criação, instrumento de expansão das quatro economias que o integram. O intercâmbio comercial intra-Mercosul elevou-se de US\$ 4,1 bilhões, em 1990, para cerca de US\$ 12,0 bilhões, em 1994. No mesmo período, as importações do bloco, provenientes do resto do

mundo, elevaram-se de US\$ 25,0 bilhões para US\$ 50,1 bilhões. Esses dados comprovam que a formação do Mercosul, como iniciativa de integração aberta, foi muito exitosa na intensificação do comércio tanto intrazona como extra-zona.

No plano regional, o Brasil também tem orientado esforços para a conclusão de acordos de livre-comércio entre o Mercosul e outros membros da ALADI, mediante o esquema chamado “4 + 1”. Negociações nesse sentido foram iniciadas com a Bolívia e estão em estágio avançado com o Chile. Essas iniciativas tendem a definir padrão de ampliação da integração em conformidade com o princípio de “building blocks”.

O projeto de uma “Área de Livre Comércio das Américas”, a ser negociada até o ano 2005, também se adequa ao referido princípio. Conforme entendimento dos 34 países participantes da Cúpula das Américas, realizada em Miami, em dezembro de 1994, a integração hemisférica deverá ser construída por etapas, em consonância com os avanços de convergência obtidos nos esquemas regionais e sub-regionais de integração já existentes nas Américas, tais como o Mercosul e o NAFTA.

Em decorrência da personalidade jurídica de direito internacional do Mercosul, foi assinado, em dezembro de 1995, Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação com a União Européia. Primeiro no mundo firmado entre uniões aduaneiras, esse acordo ilustra, mais uma vez, a característica fundamental do Mercosul como instrumento de integração econômica aberta. Reflete, por conseguinte, o interesse do Mercosul em ampliar seu relacionamento com outras áreas do globo, não só com as Américas e a Europa, mas também com a Ásia e o Pacífico, no futuro próximo.

Nesse quadro, em que convivem, de modo harmônico e complementar, os processos de globalização e regionalização, o Brasil tem o firme propósito de manter o pluralismo tradicional de seu relacionamento econômico, tanto por intermédio de compromissos bilaterais, como mediante

entendimentos logrados a partir de uma ação do Mercosul. Neste momento em que a abertura comercial colocou o Brasil em linha com os fenômenos de globalização e integração, é renovada a vocação multilateral do Brasil.

Num mundo em acelerada transformação - marcado pela globalização e a definição de novos padrões de vantagens comparativas internacionais-, o Governo brasileiro tem procurado estabelecer políticas, modernizar práticas e rever legislações com vistas a assegurar regime e ambiente econômicos propícios ao investimento e ao investidor estrangeiro, cuja contribuição para a dinamização das economias nacionais é amplamente reconhecida.

É necessário realçar, ainda, as reformas constitucionais e legais em curso no Congresso Nacional em matéria de capitais estrangeiros, com ênfase para os avanços já alcançados quanto ao amplo tratamento nacional conferido a empresas instaladas no Brasil, bem como para as medidas que incentivam as instituições financeiras estrangeiras a participarem progressivamente do mercado nacional.

O Brasil atribui, pois, elevada prioridade à parceria com investidores e empresas estrangeiras, em diferentes setores da economia nacional,

prioridade que se tem traduzido na ampliação das possibilidades de participação do capital externo em investimentos diretos, privatizações, concessões e nos mercados financeiros e de capitais. Devo lembrar, por exemplo, que, no setor de telecomunicações vem sendo implementado vultoso programa de investimentos.

Senhoras e Senhores,

As exigências da globalização estimulam iniciativas conjuntas, tanto privadas como governamentais. A evolução da política brasileira em matéria comercial, de integração econômica, de investimentos e de parceria empresarial favorece o desenvolvimento das relações com o Japão. Esse, processo, por fim, será desdobrado sobre a base de fortes laços políticos, culturais e históricos, marcados no passado pela imigração nipônica que hoje é complementada pela presença de *nikkeis* brasileiros em terras japonesas. O momento, por isto, oferece amplas condições para o estabelecimento de uma nova e mais profunda etapa de nosso diálogo. Esta é, repito, a mensagem que o Presidente Fernando Henrique estará levando em sua próxima visita.

Muito obrigado.



Parlamento de Origem Libanesa

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido aos participantes do II Congresso Internacional de Parlamentares de Origem Libanesa, Brasília, 8 de março de 1996.

Em nome do Governo e do povo brasileiros, quero saudar os participantes deste II Congresso Internacional de Parlamentares de Origem Libanesa, que o Brasil tem o privilégio de sediar.

Tenho a certeza de que as conversações aqui mantidas e as amizades feitas ou reforçadas vão contribuir muito para fortalecer o sentido de comunidade que une os cidadãos de origem libanesa em todo o mundo, para aprimorar a sua solidariedade ao Líbano e para o reforçar o seu apoio à causa da paz no Oriente Médio.

Quero cumprimentar cada uma das delegações que vieram enriquecer e prestigiar este verdadeiro encontro de democracias de várias partes do mundo, e entre elas a delegação parlamentar da própria Assembléia Nacional libanesa, chefiada pelo seu Presidente, o Deputado Nabih Berry. Na sua pessoa e na do Deputado Luis Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados e também um ilustre descendente de libaneses, quero homenagear todos os participantes deste Congresso.

Peço-lhes que levem aos países e povos aqui representados, e à comunidade libanesa em todo o mundo, a mensagem de amizade e afeto do povo brasileiro e do seu Presidente.

Senhores Parlamentares,

O Líbano é hoje a imagem de uma grande esperança, um projeto de reencontro com o seu destino de grande pólo irradiador de civilização, de

encruzilhada de caminhos, de ponto de contato entre regiões e culturas. Engajado em sua própria reconstrução com um ritmo e uma vitalidade que não chegam a surpreender, pelas qualidades do seu povo, o Líbano volta a ocupar um lugar importante entre as parcerias que ressurgem no Oriente Médio.

Todos nós estamos comemorando esse renascimento.

O Brasil tem motivos para isso. Nós temos tido há muito tempo a felicidade de receber em nosso país imigrantes que saíram do Líbano e que vieram formar aqui a maior comunidade de origem libanesa do mundo.

Uma comunidade que, desde o seu nascimento, tem prestado contribuição insubstituível ao desenvolvimento econômico e ao progresso espiritual do Brasil, criando riqueza, levando o comércio e a indústria aos mais longínquos rincões do nosso imenso território, integrando-se perfeitamente a uma sociedade que se engrandece com a sua variedade étnica e cultural.

Prova maior dessa facilidade de integração da comunidade libanesa no Brasil é o expressivo número de parlamentares e demais homens públicos brasileiros que têm no Líbano uma segunda pátria distante. Nosso Congresso Nacional conta com mais de 40 parlamentares de origem libanesa, entre deputados e senadores. Quatro Estados são governados por membros da comunidade. Várias grandes cidades também.

São números que falam por si mesmos. E falam de uma integração plena, de uma comunidade que participa plenamente da vida nacional, defendendo não os seus interesses próprios, mas os interesses das regiões, Estados e comunidades que representam.

Senhores Parlamentares,

Nós olhamos para a paz e a reconstrução no Líbano com o entusiasmo de uma sociedade, a brasileira, em cujo seio sempre souberam viver, em harmonia perfeita, comunidades as mais variadas. Particularmente, nós nos beneficiamos muito, aqui, da convivência amistosa e plenamente cidadã das comunidades árabe e judaica, todas elas marcadas pela mesma saga da imigração.

Nós valorizamos a paz porque nós a conhecemos aqui, no convívio interno e nas nossas relações externas. Temos o patrimônio de mais de cento e vinte e cinco anos de paz ininterrupta com nossos dez vizinhos, uma longa experiência de integração racial e cultural como país de imigrantes e de base étnica indígena, europeia e africana, e uma sólida democracia, que permite a participação plena da sociedade, o exercício da cidadania e a condução negociada dos conflitos e demandas.

Esse patrimônio, de que tanto nos orgulhamos, é o que nos permite falar da paz como uma realidade insubstituível, que se conquista com determinação e se protege com coragem.

É esse patrimônio que nos tem permitido décadas de crescimento e hoje uma real possibilidade de dar um grande salto qualitativo no nosso desenvolvimento econômico e social.

E é esse patrimônio que nos permite fazer uma exortação, nos termos mais veementes, pela paz no Oriente Médio.

Para que os povos dessa região, que foi o berço das mais importantes civilizações da História, possam dedicar-se, com todo o seu valor e o seu potencial, ao desenvolvimento econômico e à justiça social.

Para que se ponha fim ao sofrimento humano

e ao desperdício de recursos que poderiam ser utilizados na melhoria da qualidade de vida e na criação de melhores oportunidades para os mais humildes.

Para que as nações e povos daquela área cheia de promessas adiadas possam viver em paz, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas, e dedicados à cooperação, ao comércio e à crescente integração das suas economias, para grande benefício geral.

O Líbano é uma prova de que é possível criar um consenso mínimo em torno da paz e a partir dele ir ampliando as áreas de convergência entre as forças sociais e entre os Estados. É preciso que os espíritos se disponham a desarmar-se, a enxergar a realidade com os olhos postos no futuro e não com os ressentimentos e as rivalidades do passado, com a razão e não apenas com a emoção.

O Líbano de hoje se tornou possível também graças aos apelos e à insistência da comunidade libanesa em todo o mundo em favor da paz e da concórdia e contra os atos de força, as imposições, as políticas de poder e de terror.

Apelos da mesma natureza em favor da paz em todo o Oriente Médio devem ser feitos por toda a comunidade internacional.

Senhores Parlamentares,

Um processo de paz está em curso no Oriente Médio. Ele é complexo, delicado e movido pela vontade política majoritária dos povos e das lideranças envolvidos, que compreenderam a importância de pôr fim a um conflito que já se prolonga muito além do que é humanamente suportável. Que compreenderam que só a paz pode dar as condições para que todos os povos da região encontrem o seu destino e se beneficiem, como faz a grande maioria do mundo, das oportunidades que se abriram com o fim da Guerra Fria e a consolidação de uma economia globalizada, que produz um grande número de economias emergentes.

Por isso, é nosso dever, como homens

públicos, como cidadãos de países que desfrutam da paz e como representantes de povos que guardam laços de amizade fraterna com todos os povos do Oriente Médio, exortar as lideranças árabes e israelenses a perseverar na busca da paz, incentivando-as com a nossa amizade e o nosso interesse.

É nosso dever encorajar os povos da região a apoiar as suas lideranças nas complexas negociações que estão em curso e que devem resultar não em ganhos oportunistas de uma ou outra parte, mas no benefício geral de uma paz com segurança e com garantias de estabilidade.

E é nosso dever apelar à razão daqueles que acreditam que, com a violência e o terror, com a oposição sistemática e principista ao processo de paz, serão capazes de conseguir algum benefício ou que não acabarão por ser tragados pela espiral de violência que estão alimentando ou incentivando.

Nossa indiferença agora poderia comprometer não apenas o processo de paz em que depositamos tantas justificadas esperanças, mas os próprios princípios e valores sobre os quais estamos lutando por fazer basear-se o sistema internacional, liberado finalmente das confrontações estéreis e mais apto a promover a cooperação e o intercâmbio entre os povos de todo o mundo.

O Brasil espera que o processo de paz no Oriente Médio proporcione uma paz justa, abrangente e duradoura para todos os povos da região.

Espera também que essa almejada solução pacífica leve em consideração o direito do povo

libanês à soberania e independência, conforme previsto nas resoluções internacionais, em especial a 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

E espera, assim, que o Líbano, livre de interferências externas, possa consolidar seu processo de reconciliação nacional e voltar a desempenhar um papel de destaque no cenário político internacional.

Senhoras e Senhores,

O Brasil quer ter uma parceria com todos e cada um dos povos do Oriente Médio — com o Líbano, em especial, ao qual estamos tão intimamente ligados e com o qual estamos rapidamente reconstruindo a sólida amizade que sempre nos uniu.

Nós apostamos na paz como condição primeira dessa parceria que buscamos com interesse e que responde tão bem aos anseios de cada uma das comunidades que aqui representam esses países e povos.

E nós apostamos na contribuição que pode trazer para esse processo a irmandade que une a grande família libanesa em todo o mundo, hoje presente nesta sala por intermédio de um número expressivo de representantes democraticamente eleitos em vários países amigos.

E é com esse espírito que eu quero brindar à prosperidade do Líbano, à paz na sua região, à amizade que se renova com todo vigor entre o Líbano e o Brasil, à felicidade de todos os membros da grande comunidade libanesa e dos seus representantes aqui reunidos.

Muito obrigado.



Brasil-EUA

Discurso do Presidente da República no encontro com representantes da comunidade empresarial da Costa Oeste dos Estados Unidos da América, São Francisco, 10 de março de 1996.

Senhoras e Senhores,

Foi com satisfação que aceitei o convite para este café da manhã, porque estes encontros são sempre uma oportunidade para que eu possa mostrar àqueles que têm interesse pelo Brasil o quanto estamos avançando no processo combinado de consolidação da estabilidade econômica e de fortalecimento das instituições democráticas.

Confesso que o interesse que a Costa Oeste e suas particularidades despertam no Brasil também me motivaram a participar deste encontro.

Acompanhamos com atenção o papel de vanguarda das corporações locais na pesquisa e manufatura de tecnologias de informação.

Estamos cientes do dinamismo da Costa Oeste em biotecnologia e na área espacial.

Temos presente a vitalidade da economia regional em serviços financeiros e em construção civil.

Pude testemunhar em minha experiência como Professor Visitante em Berkeley e em Stanford a qualidade dos centros de estudos e pesquisas aqui instalados.

Assim, estou atento aos fatores que projetam a Costa Oeste como um dos pólos mais dinâmicos de geração de bens e tecnologias do mundo industrializado.

Mais do que isso, estou convencido de que, com vontade política e discernimento empresarial, é possível construir uma parceria mutuamente vantajosa entre economias emergentes com as características

da brasileira e núcleos dinâmicos como esta região do mundo, não por acaso conhecida como “A Porta do Pacífico”.

Sei que a maioria dos presentes tem informações aprofundadas sobre as grandes conquistas que estamos obtendo no Brasil, mas mesmo assim julgo importante destacar alguns dos resultados excepcionais do programa de estabilização econômica conduzido no Brasil, além de indicar os rumos firmes que devemos seguir no futuro próximo.

A primeira e sem dúvida a mais importante conquista do Plano Real foi a redução da taxa de inflação, que foi reduzida de um patamar superior a 40% ao mês, para um índice mensal, em janeiro último, de 1.82%. Trabalhamos com a previsão de uma taxa de 20% para o corrente ano, um índice que ainda pode parecer alto para observadores externos, mas que, para os brasileiros, que viviam angustiados com os riscos da hiperinflação, representa um grande avanço.

O que os dados comprovam é que o fim do chamado imposto inflacionário transferiu cerca de 7,5 bilhões de dólares anuais para as classes mais desfavorecidas, que antes não tinham acesso aos instrumentos de indexação.

A economia está a caminho da completa desindexação e os mecanismos de política monetária e fiscal têm-se mostrado eficazes. Elevaram-se os níveis de poupança doméstica e as reservas internacionais alcançaram a faixa sem precedentes

de 51,3 bilhões de dólares em dezembro passado, tendo ascendido ainda mais desde então. Isso equivale a mais de 12 meses de nossas importações.

O Governo dispõe, portanto, de recursos para eventuais correções pontuais de rumo, como as que se fizeram necessárias por ocasião da crise mexicana. Não há pressões inflacionárias reprimidas, como aquelas que comprometeram planos anteriores e tampouco ameaça de desabastecimento.

As condições de sustentabilidade do Plano a longo prazo estão sendo asseguradas.

Tem sido buscado com consistência o equilíbrio das contas públicas. Ganha impulso o combate à evasão fiscal.

Existe um virtual consenso no Governo, no Congresso e nos segmentos interessados da sociedade civil quanto à importância de uma reforma do sistema tributário para a consolidação definitiva do Plano.

A reforma tributária deve compreender duas dimensões. Em primeiro lugar, a simplificação dos impostos e redução da carga tributária, acompanhadas da ampliação do universo dos contribuintes. Em segundo lugar, uma repartição mais adequada de receitas e responsabilidade nos três níveis da federação.

Ouçõ ocasionalmente críticas ao ritmo das reformas constitucionais, que estaria aquém do desejável. Essas críticas parecem-me decorrer, na maior parte dos casos, de uma compreensão imprópria daquilo que representa o processo democrático.

Como ocorre nos Estados Unidos, as leis no Brasil são feitas com o concurso dos Poderes Executivo e Legislativo. E ambos os Poderes buscam, também no Brasil, refletir em sua atuação as demandas, por vezes contraditórias entre si, das diversas instâncias da sociedade civil.

Mas já obtivemos resultados muito importantes no processo de reforma da Constituição brasileira. As emendas até aqui aprovadas permitiram a flexibilização do monopólio do Estado em petróleo

e telecomunicações, o fim da reserva de mercado em gás canalizado e navegação de cabotagem e a retirada das restrições ao capital externo.

Estamos neste momento dedicados ao acompanhamento da reforma da previdência social e, em algumas semanas, ao da reforma tributária.

É um processo custoso, de idas e vindas, de resultados nem sempre conclusivos, mas de fundamental importância para acomodar os diferentes interesses em jogo.

Não há outro caminho para assegurar a credibilidade e eficácia das reformas.

Um outro elemento central no esforço de equilíbrio fiscal e de redução da dívida pública é o processo de privatização. Sabemos que é necessário conter a drenagem de recursos públicos para financiar déficits das empresas estatais. As parcerias com o setor privado tornaram-se decisivas para o financiamento de um novo modelo de desenvolvimento.

Na redefinição do papel do Estado que estamos levando adiante, caberá ao setor privado uma presença significativa, sobretudo nos investimentos em infra-estrutura. Os recursos orçamentários, por definição escassos, devem ser destinados prioritariamente ao atendimento das demandas sociais, que, num país injusto como o Brasil, são, como todos sabem, imensas.

Com a privatização, estamos também contribuindo para elevar a produtividade e competitividade de setores importantes da economia, cuja ineficiência se escondia atrás de formas variadas de protecionismo.

As privatizações estão sendo aceleradas. Após as experiências bem sucedidas nas áreas siderúrgica, de fertilizantes e petroquímica, estamos consolidando a privatização do setor elétrico e iniciando a transferência para o capital privado da concessão para uso das ferrovias e alguns bancos oficiais.

Foram adotados os passos preliminares para o processo de privatização da Companhia Vale do

Rio Doce, a maior exportadora de minério de ferro em todo o mundo.

Um recente e importante desdobramento do processo de privatização foi a aprovação pelo Congresso, no ano passado, da lei de concessões de serviços públicos ao setor privado. O país passa agora a dispor de um instrumento eficaz para modernizar e expandir os setores de infra-estrutura.

A melhoria das condições de infra-estrutura concorrerá para a redução dos custos de produção, do que chamamos de “custo Brasil”. Acreditamos estar, desta forma, contribuindo para elevar o padrão de competitividade do parque industrial brasileiro, que já se situa como o mais desenvolvido e integrado daqueles das economias em desenvolvimento.

É imperioso identificar um traço que ajuda a singularizar o Brasil como economia emergente, além das variáveis econômicas a que aludi há alguns instantes. Esse traço é a conjugação de um mercado de dimensões continentais com um regime democrático pleno.

O Brasil representa um mercado de cerca de 160 milhões de pessoas, cujo poder aquisitivo, sobretudo nos segmentos mais humildes da população, tem-se expandido nos últimos dois anos. O PIB é hoje superior a mais de meio trilhão de dólares, com uma taxa média de crescimento nos últimos três anos superior a 5% ao ano, consolidando a posição do país como a maior economia do Hemisfério Sul.

Senhoras e Senhores,

No processo decisório sobre os investimentos futuros de suas empresas, um elemento fundamental é o de que a economia do Brasil não mudará de rumo.

Temos hoje a compreensão clara de que a estabilidade de regras, a previsibilidade das medidas a serem adotadas, a sinalização inequívoca de prioridades são dados essenciais para a atividade produtiva, para a expansão dos investimentos.

Está superado o quadro de incertezas que

prevalecia há poucos anos no Brasil em razão de alterações bruscas na direção da política econômica.

O Brasil vai crescer agora de forma sustentada porque quer e pode crescer.

Para isso, estamos reforçando nossa presença externa, reavaliando parcerias com vários países e grupos de países, em razão do perfil diversificado de nosso comércio exterior.

Nossa projeção externa começa pela consolidação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, que forma, junto com a Ásia, as duas regiões de maior crescimento econômico mundial na atualidade.

O MERCOSUL, que tem como princípio básico o regionalismo aberto, sem excluir o reforço dos laços com parceiros comerciais de outras regiões, tornou-se uma espécie de “marca de sucesso”, um foco de grande interesse da comunidade internacional pelo êxito que tem demonstrado na intensificação do comércio entre seus quatro membros.

É importante que saibam também que o MERCOSUL está em negociações adiantadas com o Chile e a Bolívia para a conclusão de acordos de livre comércio. Tratativas similares já foram também iniciadas com outros países da América do Sul, vizinhos do Brasil.

O impulso na direção do livre comércio alcança, na verdade, todo o continente americano, dentro da perspectiva de constituição, a partir dos esquemas de integração subregional existentes (NAFTA, MERCOSUL, PACTO ANDINO, entre outros), de uma Área de Livre Comércio das Américas até 2005.

É importante recordar, ainda, que o MERCOSUL celebrou em dezembro último um Acordo-Quadro com a União Européia para promover a cooperação econômica e o comércio entre ambas as regiões.

Em minha recente visita de Estado ao México, houve uma manifestação de interesse por parte do Presidente Zedillo de também iniciar um processo de aproximação daquele país com o MERCOSUL.

A economia brasileira tem crescido com a expansão do comércio intra-regional, mas isto não ocorreu em detrimento dos vínculos do País com o restante do mundo. Ao contrário, ampliaram-se nos últimos anos especialmente o nosso comércio com a Ásia e o volume das nossas importações dos Estados Unidos, que passou a ter uma balança comercial amplamente superavitária com relação ao Brasil, invertendo uma tendência que se havia estabelecido nos últimos anos em favor de nosso País.

Como os fatos e os dados demonstram, o Brasil retornou à trilha do crescimento sustentado. Mais importante: agora, os avanços na estabilização econômica e na consolidação política permitem o encaminhamento dos problemas estruturais do País e a superação do grave quadro de desequilíbrios sociais que entrava nosso desenvolvimento.

Os brasileiros recuperaram sua autoconfiança e a promessa sempre adiada de um futuro

melhor tornou-se uma possibilidade concreta.

O meu Governo está cumprindo e continuará a cumprir o papel de redefinir o papel do Estado, de dar prioridade aos investimentos na área social, de assegurar a abertura da economia aos fluxos de capitais e tecnologias e, sobretudo, de garantir a estabilidade das regras e a previsibilidade dos horizontes que devem reger a economia.

O Brasil virou um página definitiva de sua história e encontrará um lugar de destaque nas economias do século XXI.

É esta a mensagem de confiança que trago aos representantes da comunidade empresarial da Costa Oeste dos Estados Unidos, os quais, estou seguro, não perderão as excepcionais oportunidades de investimento e de bons negócios que o Brasil lhes oferece.

Muito obrigado.

Conferência

Conferência “A Revitalização da Arte da Política” do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pronunciada na Universidade Stanford (“Robert Wesson Lecture”), 11 de março de 1996

I - Introdução. O legado de Nabuco.

Tem especial significado para mim voltar à Universidade de Stanford, onde já estive várias vezes, como conferencista e professor visitante. Reconheço na platéia velhos amigos, com quem sempre compartilhei idéias e mantive estimulante convívio intelectual.

Retorno hoje com grande alegria para proferir a *Robert Wesson Lecture* e anunciar a criação, nesta Universidade, da Cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros. Trata-se da primeira cátedra de estudos brasileiros numa universidade norte-americana, uma iniciativa possível graças à generosa doação do Grupo Safra, uma empresa privada brasileira, e à colaboração do “Center for Latin American Studies” e do “Institute of International Studies” desta Universidade.

O patrono desta cátedra, Joaquim Nabuco, foi um grande intérprete de seu tempo. Na luta pela abolição da escravatura no Brasil; no trabalho que realizou como político e diplomata; nas reflexões lúcidas, originais e atuais que nos legou; Nabuco firmou sua condição de Estadista, para quem o compromisso com valores e a justiça sempre orientou a ação pública.

Seus escritos continuam a ser instrumento indispensável para melhor compreender a própria gênese do Brasil contemporâneo. Nabuco nos mostra que o pacto do intelectual com a verdade deve também valer na interação do político com a realidade. Para mim, seu exemplo permanece como

uma baliza fundamental: nunca dissociar os problemas de sua análise, a reflexão cuidadosa do desejo de solucioná-los.

Foi um dos grandes nomes da Política nacional. Usando a definição que ele mesmo empregou, foi Político com “P” maiúsculo, isto é, preocupado com os grandes movimentos da História, com os dramas humanos e da civilização, com o interesse comum. Tinha uma compreensão sociológica da política, dos efeitos e conseqüências sociais do ato político.

No caso da abolição, percebeu que a simples libertação dos escravos não era suficiente.

Dizia que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”, pois havia fincado raízes profundas em nossas estruturas. Dizia, sobre o movimento abolicionista, que “era um partido composto de elementos heterogêneos, capazes de destruir um estado social levantado sobre o privilégio e a injustiça, mas não de projetar sobre outras bases o futuro edifício”. O triunfo da abolição, segundo Nabuco, não foi seguido “de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública”.

As palavras de Nabuco foram proféticas. Se trouxermos o mesmo modelo de análise para os fatos contemporâneos, verificaremos que a restauração da democracia foi um primeiro passo, necessário mas insuficiente, para corrigir os graves desequilíbrios sociais do País.

É inegável que houve avanços. O Brasil tem, atualmente, instituições políticas democráticas. Mas a reconstrução do sistema político ainda não se completou. A verdadeira “renovação da consciência pública” defendida por Nabuco e, principalmente, o revigoramento do espaço público, onde se poderia processar a discussão racional de interesses, para tomar de empréstimo as reflexões de Habermas, começam apenas a se esboçar. Temos, assim, uma dupla tarefa: uma de natureza intrinsecamente política e outra, paralela e interrelacionada com a primeira, de natureza mais sociológica, que tem a ver com a modernização da sociedade.

Modificar a estrutura do Estado, em sentido lato, modificar as formas de relação entre a sociedade e o Estado, transformar o padrão de distribuição de renda e ter uma visão clara de que o objetivo fundamental é o de aumentar a equidade no País são os grandes desafios que temos de enfrentar. Isso não se faz do dia para a noite; é um longo processo. Mas isto não pode servir de desculpa para que deixemos de adotar agora as medidas que são possíveis e necessárias.

É sobre a importância da política para vencer esses desafios que pretendo falar nesta Conferência que intitulei “A Revitalização da Arte da Política”.

II - A Democracia Representativa e seus paradoxos contemporâneos.

Em todos os países em que vigora, a democracia representativa apresenta necessidade de renovar-se, pois se defronta com problemas tais como o desinteresse crescente da população pela política, os elevados níveis de absenteísmo e, mais grave, um certo grau de hostilidade dos eleitores em relação aos políticos profissionais. A idéia de “ir contra” os políticos tem gerado dividendos.

Paradoxalmente, é o próprio êxito da democracia enquanto idéia e sua legitimidade enquanto valor de alcance quase universal que parecem estar colocando-a sob o fogo cerrado da crítica, até mesmo de seus defensores.

O significado dessas críticas merece reflexão. Ocorrem num momento em que, no caso do Brasil, estamos passando por um aceleradíssimo processo de transformações que propõem novos dilemas a cada dia, e em que a ação do Parlamento está sendo decisiva para a mudança.

A democracia representativa é construção histórica relativamente recente, para a qual os “founding fathers” da nação norte-americana deram contribuição valiosa. A idéia de que indivíduos recebam um mandato em eleições livres para atuar em representação dos interesses da sociedade difunde-se no Ocidente a partir do século XVIII. Desde então, as instituições da democracia continuam essencialmente as mesmas, ao passo que, das sociedades comparativamente simples de então às complexas democracias de massa dos dias atuais, o mundo se transformou radicalmente. O desafio é o de aperfeiçoar a democracia, de fazer seu *aggiornamento* de modo que o ideal democrático continue a prevalecer e as instituições nele inspiradas sejam eficazes.

As sociedades deixaram de ser homogêneas. Do ponto de vista da economia, já não se pode dividir esquematicamente o tecido social em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado, equivalentes, grosso modo, ao capital e ao trabalho. Economicamente, os indivíduos podem situar-se num amplo espectro de combinações possíveis na relação capital-trabalho. Por exemplo, o trabalhador tornou-se sócio do capital via fundos de pensão, de modo que “diminui” seu interesse em confrontar o capital, de cujos rendimentos dependerá sua aposentadoria. Por outra parte, o trabalho diferenciou-se e o conhecimento passou a representar parcela cada vez maior do valor agregado da economia mundial. Quem detém o conhecimento pode atrair os abundantes capitais hoje disponíveis. A indústria do *Silicon Valley*, que nos circunda em Stanford, é um exemplo nítido de que o conhecimento associado ao trabalho passou a ser melhor remunerado, porque se tornou escasso em relação ao capital. Isto contrasta com o início do

processo de industrialização, contemporâneo das democracias tradicionais, clássicas, quando o trabalho era abundante e pouco qualificado. Os embates entre a burguesia e o proletariado, centrais nos últimos dois séculos, e cuja essência era a distribuição da renda, diluem-se e começam a perder força mobilizadora em termos de discussão nos espaços públicos.

A complexidade do tecido social traduz-se na diversidade de metas almejadas pelos atores sociais. A noção de progresso passou a englobar objetivos variados e a própria idéia de “qualidade de vida” se aperfeiçoa a cada dia. Além disso, esses objetivos são derivados, muitas vezes, de exigências que nascem, hoje, no marco da globalização e são projetados para as sociedades nacionais, sem que estas estejam preparadas para atendê-las. Exemplo disso é a legislação ambiental adotada pelos países mais avançados, sem dúvida uma conquista importante, mas que dificilmente poderá ser aplicada nos países em desenvolvimento sem mecanismos de cooperação internacional mais eficientes e generosos.

Do ponto de vista político, a atenuação das dicotomias clássicas capital-trabalho, burguesia-proletariado e, em termos ideológicos, direita-esquerda, levou ao que Alain Touraine aponta como o “desaparecimento das categorias sociais, dos atores sociais em si”.

Os indivíduos ou grupos já não se definem por seu papel nas relações sociais de produção, mas antes por suas identidades regionais (o caso do Brasil é típico), raciais, culturais ou religiosas. E o exercício dos direitos civis assegura a proliferação de “novas identidades”.

Ainda segundo Touraine, “em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos”. E não apenas pelo que somos, mas também pelo que “queremos”, e estes desejos são muito diversos. Ampliaram-se assim os objetivos da política: oferece espaço para a adesão de grupo de cidadãos a causas mobilizadoras, como a luta pelos Direitos Humanos e pela preservação do meio ambiente.

Vivemos, em suma, a fragmentação dos indivíduos em grupos ou “guetos”. Isso tem levado a uma simplificação, à crença de que são apenas o mercado ou a cultura de massas que reúnem os cidadãos numa identidade nacional. Esmacem-se os valores que cimentam as sociedades nacionais e balizam as relações entre suas camadas. No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva — com seus êxitos e dificuldades — e um sentido de futuro.

É cada vez mais difícil harmonizar, dentro do espaço público, a atuação dos agentes sociais e as identidades culturais. Esta é a essência das dificuldades que enfrentam os instrumentos clássicos da representação, porque muitas demandas, embora legítimas, são parciais e não refletem o conjunto de valores vinculados a uma identidade econômica-cultural.

A pólis fragmentou-se; a mediação política, na qual está assente a idéia mesma de democracia representativa, já não cumpre, senão imperfeitamente, sua função de transformar interesses individuais em coletivos. A intermediação política fica cada vez mais marginalizada, desacreditada, conforme demonstram as pesquisas de opinião.

Partindo da definição clássica de Weber, é natural que a população julgue os governos segundo uma “ética de fins”, de resultados, na medida em que crescem suas demandas na área econômica, na área da justiça e segurança, pela proteção do meio ambiente, pelos Direitos Humanos. Essas demandas ampliadas passam a ser o tecido da política. Atendê-las é uma das fontes de legitimidade do governo. Mas como conciliá-las com a responsabilidade dos governantes, que têm a difícil e complexa tarefa de alocar recursos sempre escassos? Como encontrar os meios possíveis para atender a este conjunto ampliado de reivindicações?

O diálogo, a intermediação política tem assim

como campo prioritário menos a discussão do que é necessário fazer e mais o debate sobre como alocar os escassos recursos de um país na solução de demandas que, se não são conflitivas, certamente concorrem entre si. Precisamos alcançar resultados sim, mas com responsabilidade e equilíbrio. Nesse aspecto, vale lembrar as palavras de Nabuco sobre o atributo principal do político: “adaptar os meios aos fins e não deixar periclitado o interesse social maior por causa de uma doutrina ou de uma aspiração”.

Fruto da fragmentação da pólis e da agenda política é o enfraquecimento do papel tradicional reservado aos partidos políticos. O que lhes dava consistência era a identificação com um ideário que correspondia ao interesse de determinadas classes ou categorias.

Faziam uma escolha ideológica que se materializava num programa de ação. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, os partidos políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora. Precisam assim encontrar novas formas de mobilização que transcendam o particular e tenham em vista os interesses coletivos reais, que já não se identificam tanto com ideologias.

Não que seja ilegítima a atuação partidária em causas que envolvam interesses setoriais, mas será insuficiente para a defesa dos valores maiores da Nação e do bem-estar coletivo. O risco é o de que a simples veiculação de interesses paroquiais acabe por não diferenciar os partidos, de que os políticos transitem entre eles livremente, em desrespeito ao ideário e à fidelidade que devem à sua agremiação. Há riscos também de que se criem ou se desfaçam maiorias precárias, suprapartidárias, instáveis, que acabam por deixar no mesmo plano indiferenciado políticos e partidos, dificultando a escolha do eleitor, cuja reação, no mais das vezes, é a de desvalorizar o papel crucial do político e da política. O público tenderá a ver os políticos como se todos fizessem parte do mesmo universo, de uma instituição que, no

fundo, estaria voltada exclusivamente para seus interesses enquanto corporação. Se não forem capazes de dar capilaridade à formação dos consensos que promovam as mudanças e de impedir o uso do poder exclusivamente por grupos e interesses, os partidos estarão deixando de cumprir sua missão de ser um ator chave no espaço público.

Outra causa dos dilemas das democracias representativas tem a ver com a própria dimensão dos países. Conforme nos recorda Robert Dahl, quando surge, a democracia representativa regia sociedades menores, em que os interesses eram menos difusos, menos complexos, e poderia haver um contato mais direto entre representante e representado.

Numa democracia de massa, o elo entre os dois lados da intermediação política tornou-se mais rarefeito. A outorga do voto passa a ser vista como uma espécie de “cheque em branco”, em parte porque, na maioria dos sistemas representativos, o poder de sanção do eleitor em relação ao seu representante é limitado, podendo expressar-se, no máximo, no protesto traduzido na não-recondução do representante ao cargo. Isto ocorre com frequência no Brasil. A cada renovação do Legislativo, parte expressiva dos parlamentares não se reelege, independentemente da qualidade do trabalho que fez.

Essas limitações da democracia representativa abriram espaço para avanços da democracia participativa. A defesa das identidades de grupo e a atuação de organizações não-governamentais voltadas para temas específicos levaram a novas formas de atuação que dificultam a intermediação política. Estes grupos dirigem-se diretamente, sem mediação, ao executivo, aos empresários e a outros segmentos envolvidos no processo decisório. O crescimento da democracia participativa é um fato positivo, mas não suficiente. A crescente parceria que se estabelece entre Governo e sociedade civil é um passo à frente no processo democrático. É preciso, porém, alertar para o fato de que a participação direta não substitui a

representação. Mais importante: no Estado de Direito, é a democracia representativa que elabora e aperfeiçoa o arcabouço legal que rege as relações sociais e econômicas da Nação. A participação direta não pode desrespeitar as normas vigentes; quando estas necessitam modificações, será sempre aos Parlamentos que se recorrerá. Grandes mudanças não se fazem sem o concurso do Congresso.

No Brasil, o Estado sempre teve um papel decisivo no campo das relações capital-trabalho.

O liberalismo econômico no sentido clássico nunca foi um traço de nosso caminho histórico para o desenvolvimento. A industrialização brasileira, desde seus primórdios, teve no Estado seu principal propulsor, seja através de investimentos diretos, seja através da proteção tarifária para a produção nacional, seja através dos monopólios e das reservas de mercado. O Estado brasileiro sempre intermediou e moldou o conflito entre capital e trabalho e, ao transformar-se também em “empresário”, o Estado passou a ter interesses diretos no conflito distributivo. O vício do corporativismo no Brasil tem aí uma de suas causas principais.

O corporativismo incrustou-se nas instituições de todos os poderes da república, nos Estados e municípios, nas estatais. Criaram-se, por exemplo, regimes especiais de aposentadoria para diversas categorias de funcionários públicos. A legislação trabalhista brasileira, concebida durante a ditadura Vargas dos anos 30 e mantida até os dias de hoje, é de cunho paternalista e criou uma Justiça do Trabalho com representação classista, reforçando a noção de que o Estado é o árbitro por excelência dos conflitos até mesmo individuais nas relações capital-trabalho. No momento em que o Estado se vai retirando da economia pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista baseado na industrialização protegida e na participação direta do Estado na produção de bens, torna-se necessário reformular nosso arcabouço legal.

De novo, o problema capital-trabalho não desapareceu da agenda. Assumi, isto sim, novos

contornos e não deixa de exigir mecanismos de conciliação. A discussão deve centrar-se, assim, em como dar proteção real, efetiva, no longo prazo, ao trabalhador num modelo que transforme o conflito em parceria, para evitar os vícios do passado.

Uma outra causa que alimenta as dificuldades da democracia é o fato de que, muitas vezes, falta substância ou qualidade no debate público em torno de questões amplas. Não que falte circulação livre de informação; o que parece estar ausente é um bom nível na informação e cidadãos dispostos a criar e assimilar uma informação mais profunda e de melhor qualidade. O valor do debate público não se mede apenas pela qualidade da classe política, mas também pela capacidade dos cidadãos de refletirem sobre o interesse público, formularem suas reivindicações para as mudanças e se organizarem para que elas se concretizem. A cidadania consciente cobra e vigia a atuação dos atores e das instituições políticas no cumprimento das demandas que ela, cidadania, previamente apresentou de forma organizada e clara.

Este problema da qualidade do debate público se agrava nas democracias de massa, sobretudo naquelas que têm maior desigualdade social — fenômeno que já não se restringe aos países em desenvolvimento — já que nelas existe um grande contingente de marginalizados do processo político, alguns por não se sentirem estimulados a participar, outros porque, mesmo interessados, não são capazes de construir canais apropriados de comunicação. É preciso que estes contingentes de não-participantes sejam incorporados ao espaço público se quisermos que a democracia seja fortalecida. A imprensa tem um importante papel a cumprir a este respeito, e retomarei o tema mais adiante.

Todo este quadro que procurei traçar das dificuldades por que passa a democracia em todo o mundo se vê agravado pelo crescente processo de globalização e enfraquecimento do Estado nacional. Diminui a margem de autonomia do Estado na condução da política econômica. E há temas que, por sua própria natureza, transcendem hoje as

fronteiras nacionais. O Estado defronta-se com limitações em sua capacidade de atender ao conjunto das demandas sociais que durante algum tempo foi, em escalas distintas, capaz de atender.

E as demandas sociais crescem pela diferenciação da população, pelo aumento da expectativa de vida, pelo agravamento do desemprego trazido pela mudança do padrão tecnológico da produção. A incapacidade momentânea de o Estado responder a um nível mais elevado de reivindicações sociais o faz ser percebido como inoperante, ineficaz, e a classe política sofre diretamente o impacto adverso dessa percepção negativa do Estado.

Desfazer ilusões e criar um maior sentido de realismo sobre as possibilidades de ação do Estado são essenciais para recuperar a viabilidade da democracia e despertar a cidadania para a parte que lhe cabe no encaminhamento de seus problemas. O Estado precisa ter formas de agir em áreas estratégicas para que ele seja percebido como instrumento político de qualidade, positivo. Talvez seja esta uma das preocupações centrais de meu governo e, por isso, a liderança que tenho procurado exercer no processo de reformas.

III - A democracia representativa no Brasil

No Brasil, é importante que se diga, a democracia representativa teve de superar um obstáculo importante que, nos Estados Unidos, jamais se apresentou: o regime de exceção e o autoritarismo, que interromperam, por duas vezes e por longos períodos, o Estado de Direito. Na década de 80, no momento de transição democrática, acreditávamos, talvez com certa ingenuidade, que o exercício em si da democracia levaria automaticamente ao aperfeiçoamento dos seus mecanismos de mediação e das relações entre representante e representado e até mais do que isto: à solução dos problemas sociais. Progredimos na consolidação do Estado de Direito e na democracia no Brasil nos últimos anos, num percurso marcado

por percalços que foram superados com maturidade e equilíbrio.

Se isto nos dá motivo de orgulho, não deve servir de pretexto para manifestações de auto-indulgência em relação ao funcionamento de nossas instituições. Há espaço amplo para melhorias e avanços. Não estamos imunes aos paradoxos da democracia representativa. De certa forma, a sociedade brasileira caminhou mais rápido do que o Estado, em termos políticos. A capacidade de auto-organização da sociedade, expressa pela multiplicação das ONGs, pela repercussão das denúncias trazidas pela liberdade de imprensa, pela força dos movimentos sociais, passou a conduzir o processo político, condicionando a ação do Estado.

No Brasil, os dilemas da democracia representativa se manifestam, por exemplo, num grande número de partidos políticos com contornos difusos perante a opinião pública, a qual se guia muito mais pelo nome do candidato do que por sua filiação partidária nas eleições. Partidos fragilizados exigem um trabalho redobrado para alcançar as mudanças, na medida em que o esforço de construção de maiorias é feito de forma mais complexa, em negociações caso a caso, que são tanto mais difíceis quanto mais específica a matéria a ser aprovada. Há questões de caráter quase plebiscitário, em que é relativamente fácil alcançar os consensos que respondem a claros anseios populares, como foi o caso da flexibilização dos monopólios e da eliminação das restrições ao capital estrangeiro. Já nas reformas previdenciária e administrativa, estamos diante de dilemas que pedem a combinação de renúncia a interesses pessoais de curto prazo com a expectativa de benefícios coletivos de longo prazo. Na reforma fiscal, a dificuldade na negociação prende-se à repartição da arrecadação pelas regiões do País.

As reformas atendem assim a demandas da sociedade, mas só podem prosperar na medida que a cidadania participe de seu desenho. No fundo, o que é imprescindível é quebrar a conhecida distância

entre o Brasil legal e o Brasil real.

Outro elemento que ainda não víamos com clareza na década de 70 era a emancipação acelerada de determinados atores políticos como as novas representações sindicais e patronais, que passaram a agir com total independência em relação às formas tradicionais e tuteladas pelo Estado. Fenômeno semelhante viria a ocorrer com as ONGs e as organizações comunitárias. Estes atores emanciparam-se num duplo sentido: de um lado, passaram a prescindir cada vez mais da intermediação do sistema partidário na defesa de seus interesses e reivindicações, buscando relacionar-se diretamente com o Poder Executivo (não obstante haver organizações com forte presença no Legislativo); por outro lado, começam a interagir em questões complexas, outrora de alguma forma arbitradas pelo Estado, nas recentes experiências de negociação em torno dos contratos de trabalho flexíveis. O risco para a democracia está em alimentar a visão de que a sociedade pode tudo fazer sem a presença do Estado; de que os poderes constituídos são, em última instância, desnecessários ou “entram” o progresso e constituem obstáculo à própria liberdade de entendimento direto entre partes num contrato ou conflito.

É necessário encontrar o equilíbrio ideal entre a participação da sociedade e o papel do Estado na definição dos princípios que regem a vida dos países. O predomínio do Estado sobre a sociedade conduz ao autoritarismo, à tecnocracia, ao clientelismo e ao paternalismo; as pressões desordenadas da sociedade sobre o Estado podem gerar a percepção de ausência de rumo. Não há receita pronta para encontrar o justo equilíbrio, mas sabemos que ele é indispensável.

Como afirmava Joaquim Nabuco, “um governo, a menos que desconheça a sua missão, não pode por amor de um interesse comprometer os outros interesses da sociedade: é na combinação de todos eles que consiste o grande problema da administração pública...”

Um último elemento que gostaria de assinalar

sobre os dilemas da democracia representativa no Brasil diz respeito ao desafio do tempo de decisão, numa época caracterizada por grande dinâmica nas transformações. A demora para legislar, por exemplo, é associada, injustamente, a imobilismo e ineficiência, quando na verdade a agenda do Congresso nacional está sobrecarregada por temas de grande complexidade. O Judiciário também tem tido uma sobrecarga de trabalho, que tem gerado lentidão nas decisões da Justiça, com dimensões ainda mais sérias, na medida em que o atraso da justiça em julgar uma pendência equivale a uma denegação da justiça (“justice delayed is justice denied”). Este fato mescla-se com o que é percebido como imobilismo no Congresso para suscitar, na população, uma descrença nas instituições, no Governo como um todo. O tempo da democracia é normalmente mais lento. O problema é tanto convencer a cidadania de que isto é natural e de que o *aggiornamento* das instituições demanda tempo, quanto conseguir que se acelerem o ritmo das deliberações dessas instituições.

IV - Mídia e democracia: o papel da imprensa no fortalecimento do espaço público.

É impossível, nas democracias de massa contemporâneas, querer tratar da melhoria do sistema político sem que se tenha presente a importância do papel dos meios de comunicação. Manuel Castells afirma, com propriedade, que o espaço político foi “capturado” pelos meios de comunicação, por seus fluxos e imagens. Hoje, a política que não aparece nos meios de comunicação simplesmente não existe, o que não quer dizer, de acordo com Castells, que a política seja tributária dos meios de comunicação, mas sim que, sem eles, os fatos não conseguiriam desencadear o processo mobilizador na população. A política não pode, em suma, dispensar os meios de comunicação nos dias de hoje.

Este papel acrescido dos meios de comunicação embute, porém, desafios para a

democracia. É que eles não substituem o espaço público; são apenas um, por mais importante que seja, dos componentes do espaço público. Sua função básica não deve ser engajada, no sentido de constituição e construção dos eventos, mas sim, através da difusão e da análise dos fatos, auxiliar a cidadania a formar juízo sobre os assuntos em pauta. Nesse sentido, estará prestando um serviço ao público.

O risco, nos meios de comunicação de massa, é o de simplificar os fatos, de valorizar a parte em detrimento do todo, a frase em prejuízo do texto, a versão em prejuízo do fato real, a imagem em detrimento da argumentação e, principalmente, de ressaltar no acontecimento aquilo que pode despertar “impacto” e não o processo que engendrou este acontecimento. Há um perigo em se tratar a notícia de modo fragmentado, em não se ter um cuidado maior com o ritmo mais complexo do pensamento voltado para a compreensão abrangente dos eventos. O imediatismo pode fazer com que, muitas vezes, não se dê a necessária ênfase à grande notícia do dia, que ela passe até mesmo despercebida, privilegiando-se a “petite histoire”, a intriga, o boato, o “disse - não disse”.

A agilidade na transmissão da notícia é o grande trunfo dos meios de comunicação, é sua própria razão de ser. O que é preciso evitar é que, no exercício legítimo de suas funções, os meios de comunicação difundam na opinião pública uma agenda simplificada e negativa, em parte dissociada dos reais problemas da nação.

A democracia não se constrói apenas pelos impulsos da opinião pública, que podem mudar e são transmitidos de forma geralmente simplista. A democracia depende de instituições sólidas e fortalecidas, que têm seu tempo próprio, necessariamente mais lento do que a velocidade dos fluxos da informação. Para lançar mão de um neologismo, é sábio, é sensato fugir da “plebiscitarização” simplista imposta pela imprensa a temas complexos que precisam encontrar seu

encaminhamento pelas instituições, como resultado do debate público.

Ao fazer esses comentários, não quero de modo algum subestimar a importância dos meios de comunicação na denúncia dos abusos de poder, da corrupção onde quer que ela ocorra, do mau funcionamento do Governo em todos os seus níveis. Reconheço o importante papel da imprensa na luta travada contra autoritarismo na América Latina. No entanto, sua função deve ir além da mera veiculação de denúncias, especialmente no Brasil, país que, afinal, vive a plenitude democrática e um momento de otimismo com a retomada do crescimento sustentado. A imprensa precisa ir além de uma atitude “adversarial”. Seu poder mobilizador pode ser decisivo na superação de problemas e na própria construção do consenso.

V - Conclusão. A revitalização da Arte da Política. A expansão do espaço público. A razão na construção do consenso.

Como democrata convicto e homem público que teve sua trajetória política construída em grande parte no debate cotidiano no Congresso Nacional, não posso deixar de fazer uma defesa firme, apaixonada mas também racional, do Parlamento enquanto *locus* por excelência da construção dos consensos necessários aos avanços, de preservação dos valores mais caros à nacionalidade, sem os quais ela não se reconhece.

Orgulho-me de ser político. Angustia-me testemunhar a perda de prestígio que a política como profissão vem experimentando em todo o mundo.

Não vejo como se possa organizar uma ação construtiva abrangente sem a crescente participação da cidadania, sem um Parlamento atuante, sem partidos políticos, sem meios de comunicação cientes de sua responsabilidade maior para com a cidadania, sem podermos cada vez mais aprimorar as negociações entre os diversos interesses, de forma que ultrapassem o mero — e condenável — “toma-lá-dá-cá”, sem um pensamento crítico capaz de

elaborar e propor conceitos novos e, principalmente, sem lideranças políticas capazes de deliberar visando ao interesse comum.

A revitalização da arte da política passa por diversos caminhos, alguns dos quais quero indicar a seguir, animado pelo espírito de contribuir para o debate de uma questão que não apenas eu, como governante, mas também a Nação, considera fundamental.

Tocqueville, em sua obra *A Democracia da América*, afirma que “O governo ama o que os cidadãos amam e naturalmente odeia o que eles odeiam. Essa comunidade de sentimentos, nas nações democráticas, une continuamente em um mesmo pensamento cada indivíduo e o soberano, e estabelece uma secreta e permanente simpatia.” Esta é a motivação que me leva a sugerir algumas linhas pelas quais deve orientar-se a revitalização da arte da política.

O aperfeiçoamento do sistema político representativo requer a constante evolução das regras que a definem. O número de partidos, os requisitos para sua constituição, os instrumentos de exercício da fidelidade partidária, o sistema eleitoral precisam ser pensados à luz das novas exigências trazidas pela democracia de massa. Nada trará mais benefícios à credibilidade da classe política do que criar mecanismos que a tornem mais responsável perante as cobranças do eleitorado. Os políticos precisam ter incentivos positivos para cumprir bem o seu mandato, e tais incentivos devem nascer naturalmente do diálogo com o eleitor. A oposição é necessária, deve ser vigorosa, porém responsável e guiada sempre pela busca do interesse público. Uma possível forma de aumentarmos o nível de “accountability” da classe política, de aproximarmos representantes e representados é, por exemplo, um sistema que vincule a base eleitoral aos que a representam, de que há exemplos em diversos países. De qualquer modo, creio que o próprio Parlamento deve ser o responsável pela implementação das medidas que contribuam para o seu melhor funcionamento. O

Congresso saberá, melhor do que ninguém, encontrar os mecanismos adequados.

É imperativo alargar o espaço público de forma a incluir progressivamente aqueles que hoje estão sem voz na defesa de suas causas. Ao mesmo tempo, é necessário que todos estejam preparados para o sacrifício de seus interesses pessoais em benefício da coletividade. Porque o desenvolvimento geral acabará, num prazo mais longo do que o simples imediatismo, por repercutir favoravelmente na vida de cada um. Esta é a essência do republicanismo.

A ampliação do espaço público é fundamental também para que os conflitos de interesses sejam encaminhados de forma transparente, livre e, sobretudo, racional. Volto à idéia de Habermas de que deve prevalecer, na discussão pública, o argumento que esteja embasado nas melhores razões. É preciso argumentar para convencer, negociar para ver uma tese ampliar a base de consenso que a legitimará. A ética pública, que deve alimentar a idéia de virtude na política, é fruto da razão, jamais expressão da força.

O êxito do Plano Real, por exemplo, é em grande parte tributário da credibilidade que ele ganhou pela decisão que tomamos de convencer, negociar, explicar cada passo de sua implementação.

Não bastam apenas o aprimoramento do Congresso e das leis do sistema representativo. Não basta a ampliação do espaço público. É preciso também que a cidadania esteja ainda mais preparada para o exercício democrático.

A educação tem aqui uma função primordial e as instituições de ensino devem, junto com a imprensa, contribuir para que os cidadãos possam bem discernir entre alternativas, compreendê-las, propor novas opções, escolher os candidatos que representem suas causas e deles cobrar resultados e coerência. A cidadania não pode esperar que o Estado atenda a suas prioridades se não apresentá-las de forma clara e se não estiver disposta a dar sua colaboração para que propostas se convertam em realidade, em prol do interesse da maioria.

Tomando de empréstimo um legado importante do pensamento conservador tradicional, tenho me referido à responsabilidade das elites, estas entendidas como aquela parcela de todas as partes da população que exerce algum tipo de liderança ou tem papel de representação pública.

Recorro mais uma vez às idéias de Alain Touraine. Para ele, não se pode esperar uma reconstrução social — e eu diria também política — a partir apenas dos atores, porque estes também precisam ser, de certa forma, reconstruídos. Em que sentido? Não que os atores sociais tenham “desaparecido”. Ao contrário, um traço das sociedades modernas é justamente a proliferação de movimentos e organizações sociais. Os temas do debate público ampliaram-se. É fundamental que se encontrem os pontos de aproximação entre fins extremamente variados — derivados da própria fragmentação das demandas da sociedade contemporânea — e a capacidade política de lhes dar rumo e sentido.

No caso brasileiro, em função principalmente da luta contra o autoritarismo, a democracia se enraizou na sociedade antes mesmo do que na política, o que torna necessário repensar o processo de articulação entre o social e o político. Nesse sentido, a atividade puramente política deve ser revalorizada. Em dois sentidos, pelo menos: como espaço de debate para que seja capaz de garantir que as demandas se manifestem democraticamente, sem seletividades e sem limites; em seguida, como promotora de bem público, fazendo convergir

objetivos dispersos na direção do interesse coletivo.

A negociação é a arte fundamental da política. Parte da aceitação genuinamente democrática das diferenças, da pluralidade, da tolerância; parte da idéia de que se chega à Razão pelo debate, pela articulação de consensos. É pela negociação que podemos superar dicotomias tradicionais e já desgastadas pelo tempo, como “esquerda” e “direita”, “progressistas” e “reacionários”. É somente pela negociação que poderemos promover as mudanças necessárias para alcançarmos o desenvolvimento com justiça.

Reconheço que nessas minhas reflexões e propostas há uma boa dose de vontade e ideal, mas isto é da essência da própria política. Joaquim Nabuco reconheceu este fato com a sensibilidade e a acuidade do grande Estadista. Dizia em sua obra *Pensamentos Soltos* que “a Política puramente ideal é comparada a uma arquitetura que desprezasse a mecânica.

No entanto essa Política será eternamente a mais popular de todas, ao passo que semelhante arquitetura ruiria no mesmo instante.”

Para encerrar esta Conferência, gostaria de mencionar um belo pensamento de Octavio Paz, inscrito na obra *Corriente Alterna*: “a História” [e eu acrescentaria também a Política] “é uma invenção diária, uma criação permanente: uma hipótese, um jogo arriscado, uma aposta contra o imprevisível. Não uma ciência e sim um saber; não uma técnica e sim uma arte.”

Brasil-Japão

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete oferecido pelo Imperador do Japão, Tóquio, 13 de março de 1996

Quero agradecer as palavras de sincero apreço e consideração com que Vossa Majestade Imperial se referiu ao meu país e ao seu povo. Pronunciadas por Vossa Majestade Imperial, essas palavras se revestem de um valor simbólico, como tributo inigualável de amizade, como uma homenagem que o povo brasileiro recebe, agradecido e lisonjeado.

A mesma amizade que nos foi levada quando Vossas Majestades Imperiais, como príncipes herdeiros, visitaram o Brasil, em gesto que foi repetido por outros membros da família imperial. A Princesa Sayako, a última a fazê-lo, encantou-nos a todos com seu interesse pelo nosso país e com a sua simpatia.

Os brasileiros que aqui estamos, representando o nosso país, sentimos-nos honrados pela distinta hospitalidade com que estamos sendo recebidos nesta terra onde a sabedoria da tradição se alia à vitalidade do novo.

Sei que interpreto o sentimento de todos os que me acompanham nesta visita de Estado ao Japão quando afirmo que estamos sensibilizados pelos cuidados e pela delicadeza que cercam cada detalhe da programação, cada evento, cada encontro, cada palavra de acolhida.

São gestos que falam da amizade com o refinamento, a sutileza e os matizes próprios da linguagem e da cultura japonesas. Gestos que vão compondo a paisagem de uma extraordinária relação.

Há cem anos nós começamos a construir

essa relação. Nós a vimos crescer e ampliar-se. Foi um trabalho que fizemos juntos, brasileiros e japoneses, com as nossas próprias mãos — mãos que uniram pelo sentimento humano a distância que a geografia, a história, a cultura e o destino nos haviam imposto.

Um trabalho feito por cada imigrante japonês que deixou a sua terra para encontrar abrigo em um país novo, onde foi acolhido com generosidade e interesse, com terra e oportunidade — a maior comunidade de origem japonesa fora do Japão.

Uma comunidade próspera e cada vez mais integrada e respeitada na sociedade brasileira. Uma comunidade que participa ativamente do desenvolvimento brasileiro e que deu e continua dando uma contribuição insubstituível ao crescimento econômico, às artes, à cultura e à ciência do nosso país.

Uma comunidade que criou entre os dois países o elo indivisível das relações humanas, a única força verdadeiramente capaz de produzir uma amizade exemplar entre Estados que se situam em esferas geográficas e culturais antípodas.

Promovemos uma intensa relação econômica e comercial entre os dois países, reflexo da pujança que cada um deles foi gerando, a seu modo, na busca do desenvolvimento e de maior participação na vida internacional.

Uma relação econômica que nós sempre entendemos como muito mais do que bons negócios entre bons parceiros, porque há na parceria entre o

Brasil e o Japão um elemento de identidade que a torna exemplar.

O nosso diálogo político foi crescendo com o tempo, respeitoso e interessado, refletindo a intensidade das nossas relações. Um diálogo que traduz o entendimento mútuo, a boa empatia que une japoneses e brasileiros por cima das nossas especificidades.

E, desde mais recentemente, contamos nesse paciente trabalho de cultivar nossas relações com a expressiva contribuição de milhares de brasileiros que tentam no Japão aquela mesma sorte, aquele mesmo destino que sorriu a tantas centenas de milhares de japoneses em nosso país, quando os tempos eram outros.

Mudam os tempos, Majestade, mudam as nações — e para melhor, no caso do Brasil e do Japão —, mas o sentimento humano é um só e deve presidir sempre a amizade entre os povos.

É esse sentimento que me trouxe a Tóquio, portador da palavra de um Brasil que se renova na esperança e no trabalho, que se fortalece na democracia e que se orgulha de poder, como nunca antes, fortalecer as suas amizades e parcerias em todo o mundo.

Entre elas, o Japão ocupa um lugar privilegiado, conquistado em cem anos de história

comum inaugurada com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 1895, cujo centenário nós estamos comemorando.

A comemoração de um passado de que nos orgulhamos é motivo de confiança no futuro.

Queremos trabalhar junto com os japoneses para que o Japão sempre seja para nós um parceiro privilegiado e para que, reciprocamente, o Brasil cresça entre as prioridades japonesas nas suas relações com o mundo.

Ao abrir-nos a sua casa, nesta noite de reencontro entre os destinos do Brasil e do Japão, Vossa Majestade Imperial nos recebe com um sinal encorajador sobre o futuro de nossas relações.

Nós sabemos o quanto esse gesto significa na linguagem milenar desta nação, o quanto este conagração entre brasileiros e japoneses traz de promessa e compromisso e fala de uma nova era na amizade entre o Brasil e o Japão.

E é com esse espírito que eu gostaria de pedir a todos que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo japonês, à centenária amizade que une os nossos povos e eleva as nossas relações e à saúde e ventura pessoais de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão.

Muito obrigado.

Brasil-Japão

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço oferecido por representantes do meio empresarial japoneses, Tóquio, 13 de março de 1996

É com grande satisfação que participo deste almoço .

Minha visita a este país estaria incompleta se não incluísse um encontro com os representantes do meio empresarial, cujo dinamismo e competência são motivo de justo orgulho para os japoneses.

O empresariado japonês, por sua visão, por capacidade gerencial, pela contribuição que deu à pujança atual do Japão, é hoje reconhecido em todo o mundo.

Recentemente, recebi no Brasil uma delegação importante da Keidanren, chefiada pelo Sr. Hiroshi Saito, cujo trabalho incansável em prol do fortalecimento das relações econômicas entre os dois países quero aqui louvar publicamente.

Naquele nosso encontro em Brasília, o Sr. Saito pediu-me que trouxesse aos aqui presentes uma mensagem de otimismo e confiança na parceria econômica entre os dois países — a certeza de que estamos ingressando no segundo centenário de nossa amizade com possibilidades novas e promissoras de um relacionamento ampliado.

O que me motiva nesta visita de Estado ao Japão é justamente o desejo de tornar mais ativas nossas relações para consolidar uma parceria mais abrangente, que explore horizontes não-tradicionais de trabalho conjunto.

O momento atual é muito favorável. É cada vez maior a presença de empresários japoneses no Brasil. Conhecidos por sua prudência, estão voltando

a acreditar no país e a nele investirem.

Sei que o interesse renovado pelo Brasil está diretamente relacionado ao êxito da política de estabilização econômica associada ao crescimento e às reformas.

A inflação está sob controle. A balança comercial apresenta superávits e o comércio exterior brasileiro quadruplicou nos últimos quatro anos. A taxa de crescimento da economia está na faixa dos 3 a 4% ao ano. As reservas internacionais situam-se em nível confortável, de cerca de US\$ 50 bilhões. E está havendo, com a estabilização, redistribuição de renda para as camadas menos favorecidas.

Os Senhores estarão seguramente bem informados sobre os números que estão por trás do sucesso do Plano Real. Não vou estender-me mais sobre eles.

Quero, isto sim, falar sobre as prioridades de meu Governo, sobre quais são as tendências para a economia brasileira.

E começo por assegurar-lhes que meu Governo tudo fará para preservar as conquistas do Plano Real. Digo isso porque sei que as decisões de investimentos são precedidas de análise cuidadosa e de planejamento antecipado.

Um elemento fundamental para que os Senhores tenham presente, no processo decisório de suas empresas, é o de que a economia do Brasil não mudará de rumo.

Hoje, chegamos à compreensão de que a

estabilidade de regras, a previsibilidade das medidas a serem adotadas, a sinalização clara de prioridades são dados fundamentais para a atividade produtiva, para a expansão dos investimentos que gerarão mais empregos.

Está ultrapassado o período de incerteza que, até anos recentes, prevalecia no Brasil em razão de alterações bruscas na direção da política econômica, das medidas impostas com surpresa.

São irreversíveis, porque indispensáveis para a continuidade do crescimento econômico sustentado, processos tais como a abertura da economia aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, a retirada do Estado do setor produtivo, a desestatização, a flexibilização dos monopólios, a reforma do Estado.

Temos consciência de que precisamos da poupança externa para, complementando a interna, proporcionar os capitais necessários à expansão da produção brasileira. Eliminamos de nossa legislação as restrições antes existentes ao capital externo.

O Brasil vai crescer porque quer e agora pode crescer.

Nesse quadro, estamos reforçando nossa presença externa, reforçando parcerias com vários países e grupos de países, em razão do perfil diversificado de nosso comércio exterior e de nossa presença em todos os continentes.

Nossa projeção externa começa pela consolidação do MERCOSUL, que forma, junto com a Ásia, as duas regiões de maior crescimento econômico mundial na atualidade.

O MERCOSUL, que tem como princípio básico o regionalismo aberto, sem excluir o reforço dos laços com parceiros comerciais de outras regiões, tornou-se uma espécie de “marca de sucesso”, um foco de grande interesse da comunidade internacional pelo êxito que tem demonstrado na intensificação do comércio entre seus quatro membros.

O MERCOSUL está em negociações adiantadas com o Chile e a Bolívia para a conclusão de acordos de livre comércio; negociações similares

já foram também iniciadas com outros países da América do Sul, vizinhos do Brasil.

O impulso na direção do livre comércio alcança, na verdade, todo o continente americano, dentro da perspectiva de constituição, a partir dos esquemas de integração subregional existentes (NAFTA, MERCOSUL, PACTO ANDINO, entre outros), de uma Área de Livre Comércio das Américas até 2005.

Por outro lado, o MERCOSUL celebrou em dezembro último um Acordo-Quadro com a União Européia para promover a cooperação econômica e o comércio entre ambas as regiões.

Neste esforço de aproximação com parceiros que consideramos prioritários, estou procurando inaugurar uma nova fase na relação do Brasil com a Ásia.

No ano passado, viajei à China e à Malásia; em janeiro último, estive na Índia e, agora, realizo esta visita ao Japão, o grande pólo de desenvolvimento desta região.

Brasil e Japão estão unidos por laços sólidos, que vão muito além da dimensão econômica. Quando a Princesa Sayako esteve no Brasil no ano passado, fiz-lhe, de público, um agradecimento da nação brasileira pela contribuição que os japoneses deram para formação da nação brasileira.

Sei que também há neste país uma dívida de gratidão para com o Brasil, que, em tempos mais difíceis para o Japão, acolheu, de braços abertos, com generosidade, milhares de japoneses em busca de oportunidade.

Os tempos mudaram, e hoje são brasileiros descendentes de japoneses que voltam à terra de seus ancestrais para trabalhar.

Estes vínculos tradicionais de amizade são um patrimônio valioso.

Mas o argumento principal para a retomada das relações econômicas e comerciais entre os dois países é de outra ordem, está assente na percepção de que o Brasil tornou-se um bom negócio, um parceiro confiável, de que suas perspectivas são

positivas. E isto é verdade.

Vejo com satisfação que esta avaliação favorável que a comunidade empresarial faz do Brasil também é partilhada pelo Governo japonês, cujo Eximbank reabriu linhas de crédito para operações comerciais e está concedendo novos financiamentos para projetos no Brasil.

A flexibilização dos monólios, as privatizações e as concessões de serviços públicos oferecerão campo atraente para investimentos externos.

Acompanham-me, para falar-lhes em maior nível de detalhe, em seminários específicos sobre estes temas, três Ministros, os do Planejamento, das Comunicações e da Indústria e Comércio.

É preciso ressaltar que temos conduzido o processo de desestatização no Brasil com cuidado, transparência e responsabilidade, o que muitas vezes exige um ritmo mais lento do que aquele registrado em outros países. Estamos privatizando empresas de grande porte, como por exemplo a Vale do Rio Doce, a principal fornecedora de minério de ferro para o Japão.

O Japão não pode ficar fora deste processo, não pode deixar de participar do desenvolvimento brasileiro, porque o Brasil crescerá em ritmo sustentado nos próximos anos. E as oportunidades

de negócios e de investimentos crescerão de modo acelerado.

O Brasil reúne todas as condições para voltar a ser uma “success story”. O Estado brasileiro está cumprindo seu papel de promover a estabilização e o crescimento da economia brasileira. Cabe agora ao setor privado de ambos os países detectar oportunidades reais de negócios e materializá-las numa expansão dos fluxos entre os dois países. Por isso, minha comitiva inclui expressiva delegação empresarial.

As condições estão dadas para uma nova parceria, mais abrangente e dinâmica, que permitirá bem explorar o potencial de duas economias dinâmicas que guardam entre si notável grau de complementaridade.

Estamos inaugurando uma nova era nas relações Brasil-Japão. Uma nova era que responda aos imperativos dos novos tempos, plenos de desafios e oportunidades. A participação do empresariado japonês nesse processo é insubstituível. O interesse que este encontro traduz, pelo número e importância dos seus participantes, é motivo de otimismo e satisfação para todos nós.

Muito obrigado.



Brasil-Japão

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Parlamento Japonês, Tóquio, 14 de março de 1996

Agradeço as palavras de boas-vindas que Vossa Excelência acaba de pronunciar em nome dos representantes do povo japonês.

Agradeço também a hospitalidade e a gentileza com que minha comitiva e eu estamos sendo recebidos nesta Casa do Povo, símbolo do Japão moderno.

Trago a este Parlamento a homenagem solene que lhe presta o povo brasileiro, consciente do papel histórico que a democracia teve e continua tendo no Japão. Ela fez deste país uma das maiores potências econômicas do globo e uma força em favor da paz e da cooperação entre as nações do mundo e particularmente da Ásia.

Sei que a oportunidade de falar desta tribuna aos Senhores Deputados, aos Senhores Conselheiros e ao povo japonês é um gesto da mais alta significação, um dos pontos altos desta visita de Estado — uma distinção especial que se faz ao Brasil.

Somos sensíveis a essa distinção.

Nós recebemos as palavras e gestos que têm marcado nossa estada no Japão, e que agora se repetem na Dieta, como prova do interesse com que o Brasil é tratado neste país e do apreço que o povo japonês tem pelo povo brasileiro.

Aceitei o convite para visitar o Japão neste momento porque sei que esta visita de Estado simboliza uma nova era nas relações entre os nossos países.

Uma era de reencontro e de uma renovada parceria.

Uma era que se alimenta de progressos importantes havidos nos dois países, em suas regiões e em todo o mundo, mas que deita raízes em uma longa tradição, laboriosamente acumulada.

São cem anos de amizade, construída não apenas sobre a base de negócios, investimentos e cooperação entre dois grandes países, mas sobretudo a partir do elo criado pela imigração, que uniu indissolivelmente duas nações.

Poucos Estados no mundo podem orgulhar-se de basear suas relações sobre tamanho patrimônio humano. Poucos Estados no mundo podem congratular-se como nós pela forma feliz e perene com que encurtaram as enormes distâncias geográficas, históricas e culturais que os separavam.

Antípodas no globo terrestre, somos hoje um exemplo notável e completo do que podem ser a amizade e a cooperação entre um pujante país desenvolvido e um grande e dinâmico país em desenvolvimento.

Por trás dessa realização que é obra de um século, olham-nos os rostos anônimos dos imigrantes japoneses que buscaram no Brasil terra, trabalho e oportunidade.

Ali encontraram um povo disposto a compartilhar com eles, além de sua riqueza material, a sua própria identidade de nação multirracial e aberta ao mundo, capaz de conciliar diferentes culturas e em que reina a harmonia tão cara ao povo japonês.

Esses imigrantes e seus descendentes

transformaram-se, pelo seu trabalho e pelo seu valor, em uma próspera e diversificada comunidade.

Uma comunidade profundamente brasileira, que mantém os vínculos com a sua terra de origem e nos ajuda a cultivar e ampliar os variados laços políticos, econômicos e de cooperação que fomos construindo com o Japão.

Trouxe comigo alguns representantes dessa comunidade, parlamentares como Vossas Excelências, homens públicos de qualidade e grandes serviços prestados à nação e ao povo brasileiros.

Eles são uma entre tantas provas de como a comunidade de origem japonesa se integrou perfeitamente à sociedade brasileira e à vida política e econômica do nosso país.

Por isso mesmo, eles não representam apenas a comunidade de que fazem parte ou de que são oriundos, mas sim setores e regiões inteiros. São um exemplo de cidadania, participante e ativa.

Descendentes de japoneses, nisseis ou sanseis, eles falam hoje, como brasileiros, por todo o Brasil. E também nos ajudam na tarefa de aprimorar sempre as nossas relações com o Japão.

Nós estamos comemorando cem anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação que deu início à imigração japonesa para o Brasil e às nossas relações.

Como Presidente do meu país, eu quero trazer a cada interlocutor meu no Japão, em nome do povo brasileiro, a expressão do nosso mais sincero apreço por tudo o que esses cem anos significaram para nós, pela riqueza espiritual e pelo aporte material que os japoneses trouxeram ao Brasil.

Creio que esse sentimento de gratidão é recíproco e nos permite falar de uma relação que tem uma só vocação, a da amizade, que se enriquece hoje com um intercâmbio humano de dupla direção.

O Brasil olha com atenção ainda maior para o Japão porque sabe que aqui se encontram mais de cento e cinquenta mil brasileiros, um dos maiores contingentes de estrangeiros neste país. São brasileiros que, em certa medida, ainda que em

números mais modestos, reproduzem a saga da imigração japonesa em direção ao Brasil, trazida pelos mesmos sonhos, pela mesma disposição.

Eles reforçam, com sua presença, seu trabalho incansável, seus sonhos e esperanças, suas saudades da terra distante que não os esquece, aquele elo indissolúvel das relações humanas que dão uma feição própria, particular, às nossas relações.

Senhores Deputados,
Senhores Conselheiros,

Além de uma oportunidade para prestar o nosso tributo de admiração pela democracia japonesa e pelo papel histórico do seu Parlamento, minha visita à Dieta é também uma ocasião para homenagear os muitos representantes do povo japonês que diretamente se envolveram na tarefa de promover as relações entre o Japão e o Brasil, muito particularmente dentro da ativa Liga Parlamentar Nipo-Brasileira.

Ao homenagear todos os parlamentares, japoneses e brasileiros, que se empenham pelo constante aperfeiçoamento das relações entre o Japão e o Brasil, quero fazer uma menção especial à memória do ex-Primeiro-Ministro Takeo Fukuda e do Deputado Michio Watanabe.

Em sua ação, e especialmente como Presidentes da Liga Parlamentar, eles encarnaram de maneira exemplar a amizade nipo-brasileira. Eles certamente inspiram o trabalho daqueles que hoje se encarregam dessa tarefa e que eu homenageio nas pessoas dos deputados Hiroshi Mitsuzuka, Keizo Obuchi e Kazuya Ishibasai, respectivamente Presidente e Vice-Presidentes da representação japonesa na Liga Parlamentar.

Vim à Dieta também porque sei do papel decisivo que o Parlamento japonês desempenha nos assuntos de Estado no Japão e portanto na sua política externa e nas relações com o Brasil. A diplomacia há muito não se limita ao tratamento dos assuntos entre os Governos, no recolhimento dos gabinetes.

Cada vez mais a diplomacia responde aos

imperativos da democracia e se faz pública, transparente, argumentativa. O diálogo com a sociedade, as forças políticas e o Parlamento é hoje parte da formulação e da execução da política externa.

O Parlamento é por excelência o local privilegiado dos debates, da inquirição, da identificação dos interesses nacionais, da busca da verdade e do consenso. Trazer ao Parlamento japonês a imagem do Brasil que estamos construindo é para nós uma forma de reforçar o interesse que necessariamente este Congresso nutre pela agenda externa do Japão, por cada uma das suas parcerias internacionais e especialmente pelo Brasil.

Nós precisamos desse interesse.

Senhores Deputados,
Senhores Conselheiros,

A imagem que lhes trago do Brasil fala de um país muito diferente daquele que alcançou, nos anos 70 e início dos anos 80, uma parceria intensa, quase privilegiada, com o Japão.

É um país plenamente democrático, em que o Congresso desempenha um papel central na vida política e econômica, compartilhando com o executivo muitas das principais responsabilidades pelos destinos da nação.

É um país em que se consolidam os mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado, para torná-lo mais eficaz, transparente e justo.

É um país em que a democracia vem servindo como alavanca de promoção das reformas indispensáveis para assegurar crescimento sustentável, maior equidade e justiça social, mais investimentos diretos.

E é um país profundamente comprometido com a paz e a estabilidade na sua região e no mundo, em nome das quais vem ampliando sistematicamente seus compromissos em matéria de não-proliferação de armas de destruição em massa e de uso exclusivamente pacífico da energia nuclear.

Vossas Excelências têm tido notícias sobre o

desempenho da economia brasileira nestes últimos tempos, sobre a sua abertura ao exterior, sobre os ajustes que temos feito.

Temos motivos objetivos para um grande otimismo. Por primeira vez em muito tempo, um plano econômico brasileiro se sustenta com firmeza por quase dois anos, depois de ter sido implantado de forma gradual, em consulta com o Congresso e a sociedade, sem choques, sem surpresas, sem quebra da confiança dos agentes econômicos e da população em geral — ao contrário, com amplo e sustentado apoio popular.

Baseando-se em políticas criteriosas nos campos fiscal, monetário e cambial, o Plano trouxe uma estabilização longamente desejada, fazendo a inflação despencar de quase 50 por cento ao mês em junho de 1994 para os níveis atuais, abaixo de 20 por cento ao ano, os mais baixos em mais de duas décadas.

Os efeitos imediatos da estabilização, além da retomada da confiança, foram a valorização dos salários, o fim do imposto inflacionário que penalizava os mais pobres, o início de um processo amplo de redistribuição de renda, o aumento do consumo de alimentos e bens pelas classes mais desfavorecidas, a ampliação da produção industrial, o aumento generalizado do consumo, inclusive de bens importados.

O Plano permitiu que se criasse um consenso mais forte em torno da necessidade de reformas estruturais indispensáveis à consolidação da estabilidade e do crescimento.

Estamos avançando nessas reformas, que acentuam o quadro de abertura competitiva da economia brasileira ao exterior.

Estamos prosseguindo firmes na desestatização, seja através da privatização de empresas controladas pelo Estado, seja através da abertura de monopólios antes reservados ao setor estatal. É um processo complexo, que demanda cuidados, transparência e sentido de objetivos.

Não somos um pequeno país que está

privatizando algumas poucas empresas deficitárias ou mal geridas. Somos uma grande nação que tem um imenso patrimônio público, constante de algumas empresas de porte gigantesco e extraordinário potencial, que cumpriram — e algumas seguem cumprindo — um papel fundamental no desenvolvimento brasileiro.

É importante que a desestatização tenha um papel político, econômico e social, fortalecendo o Estado para que ele possa desempenhar as funções básicas exigidas por um país democrático com grandes desafios sociais a vencer. Não queremos um Estado menor e mais fraco, queremos um Estado menor e mais eficiente.

Vossas Excelências são parlamentares e compreendem melhor do que ninguém que a democracia tem seus ritmos próprios de decisão, de geração de consensos e de manifestação de expressivas maiorias. É o que garante legitimidade e sustentação às decisões, é o que as torna confiáveis e duradouras.

O processo de reformas brasileiro está avançando, mas convém não esquecer: é um processo profundamente democrático e maduro, e por isso necessariamente tem o seu ritual, tem os seus tempos. O processo de reformas está em curso e é irreversível. Ele se fortalece na democracia e é democraticamente que ele se fará.

Outro elemento importante que compõe o quadro mais favorável do Brasil hoje é a integração do país no âmbito do Mercosul e, através da União Aduaneira, com outros espaços de integração econômica ou com parceiros individuais.

O Mercosul é hoje um mercado em consolidação e crescimento, com um Produto Interno de cerca de 800 bilhões de dólares e 200 milhões de consumidores potenciais — um espaço de notável dinamismo que já se apresenta como interlocutor de peso no cenário regional americano e internacional.

É uma nova e importante dimensão internacional do Brasil, uma dimensão que o completa e fortalece, ampliando o interesse internacional por

cada um dos seus países-membros individualmente.

Trata-se de uma nova realidade, um passo a mais nas relações de harmoniosa convivência que temos tido com nossos vizinhos sul-americanos ao longo de mais de 125 anos de paz ininterrupta. Como outras realidades que caracterizam o Brasil de hoje, essa deverá influenciar positivamente as relações com nossos principais parceiros.

Em cada um dos campos em que se está processando a modernização e a abertura da economia brasileira, temos sido responsabilmente cautelosos. Temos feito ajustes nas políticas que sustentam o Plano Real quando necessário, temos calibrado o ritmo da abertura e até adotado medidas setoriais fortes. Seu único objetivo é preservar a estabilidade e a confiabilidade do conjunto da economia brasileira, de modo inclusive a assegurar o prosseguimento da liberalização.

O próprio Mercosul, seguindo um modelo de “regionalismo aberto”, adotou um ritmo de consolidação realista e pragmático, pois a ninguém interessa que, em nome de ganhos e vantagens imediatos, mas passageiros, se ponham em risco objetivos de mais longo prazo que trarão benefícios duradouros.

Tenho podido recolher, nas viagens que venho fazendo ao exterior, reações de confiança e otimismo em relação ao que vem ocorrendo no Brasil. Isso nos anima, porque precisamos das parcerias externas para prosseguir no projeto de desenvolvimento brasileiro.

Precisamos de investimentos diretos produtivos, que nos tragam mais e melhores empregos e melhor atendimento da demanda crescente do povo brasileiro por bens e serviços; que nos permitam atender à demanda internacional por bens e serviços brasileiros, que já conquistaram mercados importantes.

Precisamos de acesso mais desimpedido e ampliado a mercados que encontram na oferta brasileira de bens e serviços melhor qualidade e preço. Precisamos de tecnologias que nos ajudem a ser mais

competitivos dentro e fora do nosso próprio mercado.

E precisamos de uma participação mais intensa nos foros decisórios internacionais, econômicos e políticos, porque temos uma contribuição a dar no continuado fortalecimento do multilateralismo comercial sob a égide da Organização Mundial do Comércio, na busca de eficiência e legitimidade das Nações Unidas em um mundo em transformação, na diminuição dos riscos e ameaças à paz e à segurança internacionais.

Tudo isso está presente na nossa relação com o Japão.

Porque, a nova era que começa nas relações Brasil-Japão responde a imperativos destes tempos novos, plenos de oportunidades, desafios e riscos.

Tempos que privilegiam as relações econômicas, comerciais e tecnológicas entre os países. Tempos que incentivam o diálogo e a concertação como forma de ampliar interesses comuns e multiplicar as possibilidades de atuação de parceiros tradicionais.

Tempos que exigem que aproveitemos, com sentido prático e olhos postos em resultados concretos, o muito que temos a nos unir, a especificidade da nossa relação — antípodas na geografia, parceiros vigorosos na cooperação e no intercâmbio.

Que nós reconheçamos em toda a sua plenitude o patrimônio que é termos em nossos territórios grandes comunidades que nos ligam pelo que há de mais intenso nas relações entre os Estados, os laços humanos.

Que nós saibamos explorar melhor o potencial de duas economias dinâmicas, em crescimento e, mais do que nada, com um notável grau de complementaridade.

Que nós possamos redimensionar nossas relações para que elas aproveitem as novas realidades regionais em que nos inserimos — o Brasil no Mercosul e o Japão em uma Ásia que cresce

vertiginosamente em produto e em participação no comércio internacional de bens, serviços e tecnologias.

Que nós possamos aproveitar conjuntamente as oportunidades que são geradas em nossos países pelo crescimento econômico e pela ampliação dos seus mercados.

Que nós estejamos mais próximos e mais bem coordenados na defesa de interesses comuns no mundo: a paz e a segurança, o fortalecimento das Nações Unidas, o fortalecimento do multilateralismo comercial, o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental, a proteção e a promoção dos direitos humanos, a defesa da democracia e da liberdade econômica.

Em suma, que o Japão e o Brasil inaugurem este segundo século de suas relações com o compromisso vigoroso de uma parceria abrangente na cooperação econômica e no diálogo político.

Senhoras e Senhores,

Nós estamos construindo uma nova relação sobre uma base sólida e firme, sobre um patrimônio de que japoneses e brasileiros podem e devem orgulhar-se.

A Dieta tem uma contribuição importante a dar nesse processo e prova isso ao honrar-me hoje aqui com a sua atenção e o seu interesse.

Eu agradeço esta oportunidade de trazer-lhes aqui a palavra do novo Brasil que reencontra o antigo amigo, o forte aliado, o parceiro importante.

E confio em que estamos todos sendo personagens de um novo e intenso capítulo da história maravilhosa que começou, cem anos atrás, quando um punhado de imigrantes japoneses aportou nas costas do Brasil, a bordo do Kasato Maru, peregrinos de um novo descobrimento da América, para fundar uma amizade que haverá de durar para sempre.

Muito obrigado.



Brasil - Japão

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto, Tóquio, 14 de março de 1996

Agradeço as palavras amáveis com que Vossa Excelência nos distingue nesta noite de continuado conagração entre os Governos do Japão e do Brasil.

Esta homenagem do Chefe de Governo do Japão traduz com grande eloquência a amizade que este país devota ao Brasil.

Tenha a certeza, Senhor Primeiro-Ministro, de que o mesmo sentimento nos anima em relação ao Japão.

Nós podemos com franqueza falar em entendimento e compreensão entre os nossos países, porque entre nossos povos criou-se há muito o forte laço criado pela imigração, hoje um fenômeno que inverteu sua centenária direção, mas sempre uma realidade que torna especiais as relações entre o Japão e o Brasil.

Ruth e eu temos desfrutado desde nossa chegada, ao lado de todos que nos acompanham, de uma hospitalidade que nos sensibiliza e desvanece. Ela revela a um tempo o refinamento da tradição japonesa e um carinho especial pelo Brasil e os brasileiros.

Nós somos gratos por esses gestos e pelas extraordinárias mostras de distinção com que temos sido tratados. O Brasil inteiro é sensível a essas demonstrações.

É como mais um grande símbolo da nossa amizade centenária que se está desenvolvendo esta visita de Estado ao Japão. O seu significado político

é para nós o melhor resultado do esforço que a preparação e a realização de uma visita deste porte implicam.

Ao atravessar o mundo para promover este verdadeiro reencontro entre os nossos países, quis sinalizar o desejo do Brasil de elevar a parceria com o Japão ao mais alto patamar nas nossas relações com o mundo desenvolvido.

Porque, como uma força econômica indiscutível no plano internacional, o Japão tem uma vocação natural de projetar-se além de sua região e um lugar de destaque na era da globalização.

Tenho discutido com meus anfitriões uma agenda que se traduz em um compromisso: desenvolver ainda mais uma relação única entre dois países muito diferentes, mas que souberam vencer as distâncias que os separam.

Trago aos japoneses a palavra de um novo Brasil, um Brasil que recuperou a sua auto-estima, que está estabilizando a sua economia, fazendo ou aprofundando as reformas indispensáveis e que por isso mesmo está passando por uma ampla transformação.

Nossa realidade nacional é a de uma democracia consolidada, capaz de garantir estabilidade política e social.

Nossos compromissos são com a cidadania, a liberdade econômica e a justiça social.

Nossos desafios, crescer com equidade e em

forma sustentável, gerando empregos e riqueza.

Nossos instrumentos são vários. Temos um plano de estabilização cuidadosamente concebido e gradualmente implementado, sem sustos, surpresas ou quebra de confiança dos agentes econômicos, apoiado pela população e, sobretudo, eficaz no combate à inflação, na melhoria dos padrões de consumo das classes menos favorecidas e na retomada do crescimento econômico.

Estamos vencendo a luta contra a inflação, uma luta que continuamos a travar todos os dias e na qual persistiremos até eliminar definitivamente da realidade brasileira os últimos resquícios da cultura inflacionária em que vivemos no passado e que tanto dano causou à economia brasileira e ao desenvolvimento social no país.

Temos uma estratégia coerente e cuidadosa de desestatização, através da flexibilização de monopólios e da privatização. Não nos referimos a setores sem maior expressão ou a empresas desimportantes ou com sérios problemas administrativos, mas de setores de enorme potencial e de empresas de grande porte. Por isso o programa de privatização vem sendo conduzido cuidadosamente pelo Governo brasileiro.

Temos avançado com determinação nas reformas estruturais necessárias à abertura da economia. Eliminamos restrições à participação do capital estrangeiro na atividade econômica e reservas de mercado em setores como telecomunicações, energia, navegação de cabotagem.

Estamos aprovando, em um processo de ampla negociação com a sociedade civil através do Congresso Nacional, uma legislação moderna e abrangente sobre propriedade intelectual, cujos efeitos positivos para a economia brasileira não tardarão.

Temos uma política externa que busca maximizar os benefícios trazidos por nossas parcerias tradicionais e ampliar nossa presença em todo o mundo, e particularmente na Ásia.

Estamos ampliando por todas as formas

nossos compromissos com a não-proliferação de armas de destruição em massa e com isso melhorando nossas credenciais para ter acesso a tecnologias e parcerias indispensáveis ao nosso desenvolvimento.

No nosso plano regional, formamos o Mercosul, um dos espaços econômicos mais dinâmicos do mundo, com 200 milhões de consumidores potenciais, e uma verdadeira nova dimensão internacional do Brasil — um agrupamento regional que vai ampliando seus laços com os países vizinhos e com outras, atraindo cada vez mais investimentos.

Conseguimos manter a tendência de crescimento da economia, reforçada pela retomada dos investimentos produtivos no Brasil e pela liberalização econômica em curso.

Este é um movimento irreversível, que estamos administrando de forma cuidadosa, pragmática e realista. Por isso, não se deve confundir eventuais correções de rumo com um retrocesso.

O Brasil está inteiramente consciente de que a estabilidade a longo prazo e um melhor participação relativa nos fluxos internacionais de comércio, investimentos e tecnologias passam por uma maior integração na economia globalizada que caracteriza esta etapa do desenvolvimento histórico mundial.

Estamos fazendo o que era preciso fazer. Estabilizar, crescer, abrir a nossa economia, de forma competitiva, à economia mundial e aos fluxos de capitais produtivos e de tecnologias indispensáveis ao nosso desenvolvimento.

Por isso o Brasil é hoje e será sempre um parceiro confiável e responsável.

Um parceiro capaz de colocar suas relações com o Japão em um novo patamar.

Porque o Japão tem um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento brasileiro e na consolidação do rumo positivo que tomamos.

E porque o Brasil oferece ao Japão uma parceria singular e privilegiada neste mundo globalizado.

Senhor Primeiro-Ministro,

Minha visita ocorre quando estamos comemorando os cem anos das relações entre Brasil e Japão. Este é um momento de renovação - um ciclo se encerra e outro se inaugura, pleno de possibilidades, mas com uma nova base na realidade.

Estamos iniciando uma nova era das relações nipo-brasileiras, uma etapa que, estou certo, trará uma proximidade cada vez maior entre

brasileiros e japoneses.

É com esse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à prosperidade do povo japonês, à nossa amizade centenária, símbolo da união entre brasileiros e japoneses, e essa nova era que se inicia para nós, à saúde e felicidade de Suas Majestades os Imperadores do Japão e à ventura pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Ryutaro Hashimoto.

Muito obrigado.



Condecoração da Bandeira

Palavras do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Condecoração da Bandeira do V Exército dos Estados Unidos da América do Norte, San Antonio, 15 de março de 1996

É uma grande honra estar em San Antonio para condecorar a bandeira do V Exército dos Estados Unidos da América com a medalha da “Ordem do Mérito Militar”.

A “Ordem do Mérito Militar” foi criada em 1934 para agraciar aqueles cujos feitos merecem especial reconhecimento por parte das Forças Armadas brasileiras.

Ao conceder esta condecoração ao V Exército, o Brasil reconhece os seus serviços em prol de nossa amizade.

Continua viva na memória de todos os brasileiros a lembrança da jornada conjunta que a Força Expedicionária Brasileira e o V Exército norte-americano viveram na Itália, em 1944 e 1945, na defesa dos ideal da liberdade contra o totalitarismo.

Recordo com carinho o momento em que recebi das mãos do Secretário de Defesa, William Perry, por ocasião de minha visita de Estado a este país, as flâmulas comemorativas da campanha no Norte dos Apeninos e no Vale do Pó.

Essas flâmulas estão expostas permanentemente no Museu Nacional dos Mortos na Segunda Guerra Mundial.

Muitos de nossos soldados tombaram com heroísmo naqueles campos de batalha.

Eles foram “soldados da democracia”.

Mas o sacrifício deles não foi em vão, porque juntos os aliados triunfaram sobre a violência, o

obscurantismo e o horror que o nazi-fascismo pretendia impor a todos os povos.

Éramos aliados naquele momento; continuamos a ser aliados ainda hoje. Meio século depois, o mundo mudou profundamente. E mudou para melhor.

A democracia e os Direitos do Homem tornaram-se valores universais. Nunca antes a perspectiva de paz mundial pareceu tão próxima.

Os “founding fathers” deste país ensinaram-nos que a vida, a liberdade e a busca da felicidade são direitos fundamentais de todos os cidadãos na construção de uma nação livre.

Está em nossas mãos construir um mundo novo, com mais justiça, liberdade e desenvolvimento para a enorme massa dos socialmente excluídos, que aguarda com ansiedade o fim de sua miséria.

Não haverá paz duradoura enquanto persistirem a fome e a falta de esperança. A tirania prospera na ausência da expectativa de uma vida melhor.

O desenvolvimento continua a ser a melhor arma de que dispomos para enfrentar qualquer nova ameaça à liberdade e ao bem-estar dos povos.

Continua premente contarmos com formas mais generosas e eficientes de cooperação internacional.

A estabilidade e a paz internacionais dependem hoje dos mesmos valores pelos quais

lutaram os “soldados da democracia”.

Por isso, é indispensável que nossas forças armadas estejam sempre alertas e preparadas para nos proteger da ameaça da perda da liberdade. Por isso, é também importante que as forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos se aproximem cada vez mais.

Nossos países, em todo o seu longo convívio

de paz e de respeito mútuo, jamais estiveram tão unidos, na luta pelos mesmos ideais de prosperidade com justiça.

Ao condecorar a bandeira do V Exército, faço votos para que este momento de recordação e de alegria permaneça como símbolo de nossa união e amizade.

Muito obrigado.

Reunião Ministerial Hemisférica

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Reunião Ministerial Hemisférica, Cartagena, 21 de março de 1996

O Brasil comparece a esta segunda reunião ministerial de seguimento da Cúpula das Américas animado do mesmo espírito construtivo que orientou a nossa participação em Miami, em dezembro de 1994, e em Denver, em junho do ano passado.

Nosso compromisso com o processo iniciado em Miami é firme.

Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional.

O Governo brasileiro está seguro de que uma área de livre comércio nas Américas contribuirá certamente para fortalecer o equilíbrio das nossas relações econômico-comerciais com todas as regiões do mundo e terá um efeito multiplicador importante dentro do país.

O Brasil foi claro no seu compromisso com a construção da área de livre comércio das Américas. Em cada oportunidade, seja no processo preparatório da Cúpula e dos encontros posteriores, seja nas próprias conferências que vão balizando o processo de integração hemisférica, temos procurado dar uma contribuição afirmativa, realista e pragmática.

Nossa atuação traduz o propósito sincero — e coerente com nossas próprias políticas — de ir

desenvolvendo e consolidando as bases necessárias para que os objetivos da Cúpula de Miami se obtenham de maneira firme e plenamente satisfatória para todas as partes.

Temos dedicado um intenso esforço interno para chegar às reuniões que vão compondo esse processo bem preparados e com um diagnóstico eficiente da realidade da qual estamos partindo e dos objetivos a que queremos chegar no ano 2005, conforme estipulado na Declaração de Miami.

A realidade de que estamos partindo é complexa, mas extremamente favorável. Temos na Organização Mundial do Comércio uma estrutura de regulação e liberalização do comércio já em pleno funcionamento e em processo de aperfeiçoamento.

Temos, nos arranjos sub-regionais de integração ou liberalização do comércio, importantes focos de interação econômica, cobrindo praticamente todos os países do hemisfério e promovendo, com a flexibilidade imposta pelas diferentes realidades econômicas em interação, o mais intenso processo de liberalização comercial e intensificação de correntes de comércio intra-regional jamais visto na história do nosso Continente.

Temos também a realidade hoje dominante de um Continente que consolida a liberdade econômica e a abertura competitiva ao exterior como uma das forças propulsoras do desenvolvimento econômico e do progresso social.

O peso da abertura comercial na região é muito grande. O Brasil, por exemplo, por força dos compromissos assumidos na OMC e no Mercosul e graças a medidas unilaterais de política comercial, baixou em pouco tempo sua tarifa média de 52% a 14% — uma rebaixa tarifária ainda mais considerável se vista sob o prisma de uma história de substituição de importações e de deliberado e necessário protecionismo, o mesmo que garantiu no passado que outras nações pudessem firmar-se como grandes potências industriais.

E temos, finalmente, tudo o que já avançamos no processo de integração hemisférica, com a instalação de sete grupos de trabalho em Denver e agora mais quatro em Cartagena.

Esses grupos estão coletando dados, fazendo estudos analíticos, mapeando o quadro das relações comerciais e econômicas no continente e diagnosticando a realidade em que teremos de nos mover. Estão trabalhando, em suma, e trabalhando seriamente, com o apoio e o interesse dos Governos, cumprindo o mandato que lhes foi atribuído.

O progresso substancial nas tarefas desses grupos de trabalho nos dará o mais amplo e acurado quadro jamais traçado das relações hemisféricas e das opções que se abrem diante de nós para construirmos o futuro.

Com isso, preparam o terreno para os passos seguintes que haveremos de dar. Mas é também preciso reconhecer que há outros elementos agindo. Essa realidade positiva que permite visualizar a construção progressiva da área de livre comércio das Américas convive ainda com manifestações unilaterais de proteção de mercados e de setores. Essas manifestações modulam e matizam a tendência geral de liberalização e devem necessariamente ser levadas em conta.

A realidade complexa, que abarca das regras internacionais da OMC à prática individual dos Estados, passando pelas experiências necessariamente diversas da integração sub-regional, aconselha-nos uma abordagem cuidadosa da

integração hemisférica.

Queremos evitar gerar ou alimentar expectativas irrealistas ou temores, justificados ou não, que possam ser nocivos ao processo a mais longo prazo.

Queremos ir com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso ou onde o consenso será alcançado passando necessariamente pelas instâncias internacional — a OMC — e sub-regional.

Precisamos estar seguros de que o multilateralismo consagrado na criação da OMC se firmou como o grande guarda-chuva contratual a regular as relações comerciais entre os Estados e grupos de Estados.

Queremos ter a certeza de que os processos de integração sub-regional estão gerando uma base firme para que possamos dar o salto em direção ao objetivo maior da integração hemisférica.

Queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão-se consolidando, e de que os avanços que façamos em matéria de comércio regional contemplem sempre o interesse maior da estabilidade e do crescimento econômico sustentado em todo o Continente.

E queremos certamente dar uma abordagem aberta a todos os temas comerciais e diretamente relacionados ao comércio internacional, sem limitações que possam desequilibrar o resultado do longo processo que estamos promovendo.

Não temos de ficar imobilizados enquanto essas certezas não se completam, e certamente não estamos imobilizados.

Esta reunião avança substantivamente com a criação de mais quatro grupos de trabalho e com a reiteração, em todas as decisões contempladas na Declaração final, do compromisso assumido em Miami pelos Presidentes.

Esse compromisso foi, é e continuará sendo o compromisso do Governo brasileiro. Esse é o sentido da nossa participação em Cartagena. Se

insistimos em que não há atalhos para chegar a um objetivo da magnitude da área de livre comércio das Américas, é justamente para valorizar todos os aspectos do processo que estamos colocando em

marcha e garantir que a obra que realizaremos trará a marca da permanência e do interesse consensual.

Muito obrigado.



Brasil - Chile

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente do Chile, Eduardo Frei Ruiz Tagle, Brasília, 25 de março de 1996

Senhor Presidente,

Vossa Excelência sabe que considero o Chile meu segundo lar. Em seu país, vivemos, Ruth, nossos filhos e eu, momentos decisivos de nossas vidas.

Aprendemos a admirar o povo chileno, sua hospitalidade e seu carinho, que nos tornaram menos difíceis os anos de exílio. Tenho pelo Chile uma enorme gratidão. Uma dívida de amizade.

Não foi assim por acaso que escolhi seu país como primeiro destino de minhas viagens ao exterior. Ao tomar a decisão de visitar o Chile, percebi que fui motivado por emoções que me tocavam profundamente. As homenagens que recebeu o Chefe de Estado brasileiro em seu país, Presidente Frei, estendiam-se também a um amigo do Chile. Vivi o sentimento único de pertencer à nação chilena.

Tenho a certeza de que Vossa Excelência e sua comitiva poderão agora encontrar no povo brasileiro as mesmas expressões de amizade e afeto que, para mim, marcaram aquela visita de Estado que fiz ao Chile há um ano.

Sua visita ao Brasil, que se inicia por esta capital, o levará ainda a outras cidades brasileiras, como São Paulo, cuja pujança econômica seguramente Vossa Excelência já conhece, e Porto Alegre, cuja localização geográfica meridional a faz ser um centro natural de aproximação com os países do Cone Sul.

Recordo-me de que, em nosso encontro em

Bariloche, em outubro do ano passado, lhe fiz a sugestão de que incluísse em seu roteiro oficial também uma passagem pelo Nordeste do Brasil. E é com satisfação que vejo que Vossa Excelência incluiu Salvador como um dos pontos altos de sua visita. A Bahia é um dos retratos do que há de melhor no povo brasileiro, porque ali se combinam alegria de viver, diversidade étnica, riqueza cultural e a força que leva ao desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

Baseados numa história de 160 anos de relações diplomáticas exemplares, sustentados por uma amizade secular e por uma admiração mútua, temos hoje a nos aproximar interesses concretos. A comitiva empresarial que o acompanha é representativa do que de mais importante o Chile produz. E isto prova a confiança e a disposição do empresariado chileno de aproveitar as oportunidades que seguramente encontrarão num Brasil renovado, um país comprometido com a mudança e que recupera sua vocação histórica para o desenvolvimento.

A integração econômica da América do Sul é uma prioridade da política externa do Brasil. Sem o Chile, este processo não estará completo, não poderá caminhar. O Chile é uma referência obrigatória em nossa região quando se fala em desenvolvimento e em reformas.

É claro que cada país sul-americano terá suas características individuais, seus caminhos próprios para o desenvolvimento, mas todos buscarão no Chile exemplos de como conduzir um amplo processo de modernização de nossas estruturas econômicas.

Muitas das reformas com as quais estou comprometido desde minha eleição já foram feitas em seu país. A condução da política econômica, marcada pelo cuidado com as contas públicas, e as medidas adotadas na área do comércio exterior obtiveram resultados positivos, que são conhecidos em todo o mundo.

Além disso, o Chile logrou elevar substancialmente os níveis de poupança interna, que atualmente ultrapassam 25% do Produto Interno chileno. Sem este aumento extraordinário da taxa de poupança interna, seguramente não teria sido possível ao Chile dar um salto tão grande e de forma sustentada, como tem conseguido.

O Chile hoje é um país que dispõe de capitais para investimentos no exterior, e o vem fazendo em diversos países vizinhos como a Argentina, a Bolívia e o Peru. A presença de investimentos chilenos no Brasil ainda não é significativa. Mas estou seguro de que sua participação em nossa economia aumentará como resultado da estabilização econômica e do processo de privatização que estamos empreendendo. Sei que a área de infra-estrutura poderá oferecer oportunidades excepcionais para os investidores chilenos, em particular em energia e transportes.

O crescimento econômico do Brasil nos últimos anos teve um impacto positivo em nosso comércio com todos os países da América do Sul.

Em 1995, por exemplo, o Brasil se transformou no terceiro parceiro comercial individual do Chile. As exportações chilenas para o Brasil aumentaram em cerca de 70% em 1995 em relação ao ano anterior, dado que adquire relevância ainda maior diante do peso expressivo do setor externo na economia chilena.

Esta tendência de crescimento econômico do

Brasil deverá permanecer nos próximos anos, contribuindo para consolidar um espaço econômico sul-americano amplo, integrado e dinâmico.

O Acordo de Livre Comércio Chile-Mercosul, que está em fase final de negociação, poderá ser um passo importante naquela direção, porque propiciará ganhos de escala que se traduzirão não apenas numa elevação dos fluxos de comércio, mas também em perspectivas promissoras para uma expansão de investimentos.

Senhor Presidente,

Brasil e Chile estiveram juntos em muitos momentos decisivos da construção da convivência interamericana e participamos intensamente, com a ótica da nossa região, da busca de padrões de relacionamento internacional que atendessem melhor às necessidades de países em desenvolvimento como os nossos.

Hoje, estamos nos integrando plenamente a um mundo cujas duas principais forças, a democracia e a liberdade econômica, são também agentes da transformação qualitativa das nossas sociedades.

Apesar de não termos fronteiras comuns, somos, em tudo e por tudo, vizinhos fraternos.

Sobre essa vizinhança especial queremos continuar a construir uma parceria que já se mostra das mais produtivas. Uma parceria que esteja fundamentada em nossos laços estreitos de amizade e também na exploração de novas formas de cooperação, como a que veremos, nos próximos dias, inaugurada entre as agroindústrias do nordeste do Brasil e do Chile.

Estamos intensificando e aperfeiçoando nossos mecanismos de cooperação política, pela criação de um sistema ampliado de consulta e coordenação.

A essas dimensões se agrega hoje, com cada vez maior sentido de urgência, a da integração viária entre os nossos países — uma integração que nos fará ainda mais próximos, substituindo em certa medida as fronteiras que nós não temos.

Esse novo padrão de relacionamento deve ocorrer também na dimensão da cultura.

O I Encontro de Cultura, que promoveremos conjuntamente em Salvador, pode ser o ponto de partida original e criativo para estender a cooperação bilateral a áreas ainda não tocadas pelos nossos esforços e para fortalecer o intercâmbio cultural que já existe entre o Chile e o Brasil.

Nesses nossos tempos em que a economia parece reger os destinos dos povos, o fortalecimento dos laços culturais entre nós, povos latinos, é fundamental. É o entendimento da originalidade e do vigor de nossa cultura que nos permitirá uma melhor inserção no mundo contemporâneo, que se sustente em nossos valores e em nossa identidade. Permanece a fertilidade da contribuição chilena — tanto nas artes e na literatura quanto nas teorias sobre a sociedade e na compreensão do que é a América Latina. E isto valoriza muito o diálogo que sempre existiu e agora se institucionaliza entre nós.

Senhor Presidente,

Estes encontros entre os Presidentes do Brasil e do Chile cumprem o propósito de sinalizar, com muita objetividade, que estamos comprometidos com o constante aprimoramento das nossas relações.

Estamos construindo uma importante relação entre duas economias dinâmicas da América do Sul. E estamos projetando essa relação no marco mais amplo da integração no Cone Sul. O bilateral e o regional são, em nosso caso, instâncias que se completam e se fortalecem mutuamente.

É pensando nesse futuro de aproximação crescente entre o Brasil e o Chile que quero convidar a todos a que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo chileno, à excelência das relações que unem o Brasil e o Chile e naturalmente à saúde e felicidade pessoais dos meus amigos, o Presidente Eduardo Frei e da Senhora Frei.

Muito obrigado.



Comissão Mista Brasil-Alemanha

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da cerimônia de abertura da XXII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Científica e Tecnológica, Joinville, 26 de março de 1996

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Doutor Paulo Afonso Evangelista Vieira;

Excelentíssimo Senhor Embaixador da Alemanha no Brasil, Doutor Klaus Duisberg;

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Ministério da Educação, Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Alemanha, Doutor Fritz Schaumann;

Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Doutor Lindolpho de Carvalho Dias;

Excelentíssimo Senhor Prefeito de Joinville, Doutor Wittich Freitag; Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto de Azevedo Pimentel;

Demais autoridades,
Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que participo da abertura dos trabalhos desta 22^a Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Científica e Tecnológica, colóquio que reúne altas autoridades do campo da pesquisa e contribui para nosso desenvolvimento mútuo.

Para o Brasil, esta reunião ganha realce ainda maior, pois nossa cooperação científica e tecnológica com a Alemanha é das mais densas de que participa

o País.

Nossas atividades conjuntas compreendem áreas de marcada importância para as relações internacionais contemporâneas, como informática, espaço, meio ambiente, fontes alternativas e não-poluídas de energia e a capacitação produtiva.

Com o atualizado acordo de cooperação que logramos concluir na semana passada, conta nossa agenda bilateral com mais um instrumento que potencializa sua vocação democrática e transparente.

Nesse contexto, inova esta vigésima-segunda edição do encontro, pois não apenas passa em revista os muitos programas e projetos que compõem a pauta de nossa cooperação.

Constitui-se, também, como foro privilegiado de debates para o equacionamento de nossas atividades conjuntas em ciência e tecnologia, congregando representantes das várias unidades da Federação, da sociedade civil e do setor produtivo.

Desse modo, a presença em Joinville das senhoras e dos senhores representa oportunidade ideal para uma ampla reflexão sobre as grandes diretrizes que devem orientar nossa cooperação.

Espero, assim, que os debates que se realizarão nesses dois dias repercutam de maneira direta e criativa nos meios científico e tecnológico dos dois países.

Este encontro se destaca por realizar-se após

importantes visitas presidenciais de parte a parte; intercâmbio que confere, no mais alto nível, a renovada significação que merecem as relações entre Brasil e Alemanha neste final de milênio. Nossos vínculos se aprofundaram, inclusive por meio do diálogo consolidado entre o Mercosul e a União Européia.

Nosso interesse mútuo, que se expande e fortalece, foi corroborado, em 1995, pela exitosa realização da Feira Brasil-Alemanha, a FEBRAL, maior evento comercial sobre a Alemanha já realizado no exterior.

Penso que a escolha do Brasil para sediar aquela exposição reconhece as potencialidades de um país estabilizado economicamente, que segue firme na busca de seu desenvolvimento sócio-econômico em bases sustentadas.

Desejo manifestar a satisfação do Ministério das Relações Exteriores pela realização deste encontro em Santa Catarina, Estado para cujo desenvolvimento concorreu em grande proporção o imigrante alemão.

Ao sediar a Comissão Mista, o Estado de Santa Catarina contribui para reforçar o conceito de “Diplomacia Federativa”, diretriz estabelecida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que articula as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores às várias unidades da Federação.

Gostaria nesse sentido de cumprimentar o Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira e o Prefeito Wittich Freitag pelos esforços que empreenderam para a organização deste evento e agradecer-lhes a gentil acolhida que a gente desta cidade e deste Estado oferece aos participantes do encontro.

Joinville tem o mérito adicional de abrigar uma instituição que ilustra de maneira exemplar o sucesso da cooperação brasileiro-alemã. Ao concentrar-se em área de reconhecida atualidade e importância para a excelência científica, o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico de Joinville representa motivo de orgulho para nossos países, e

convida à expansão da pesquisa conjunta em áreas de ponta.

Muitas são as outras atividades de nossa cooperação que poderiam ser mencionadas, como, por exemplo, os programas que tratam, de modo multidisciplinar, em diferentes regiões e ecossistemas, da questão ambiental.

Destacam-se iniciativas que, com o pioneirismo da Indústria Têxtil de Santa Catarina, podem revelar formas inovadoras de se conjugar o imperativo da produtividade e competitividade econômica à administração racional dos efeitos da atividade industrial sobre o meio ambiente.

Senhoras e senhores,

Penso ser inquestionável o fato de que a pesquisa científico-tecnológica aplicada à produção torna-se um elemento cada vez mais importante na determinação do grau de desenvolvimento entre os povos.

Saber interpretar tal realidade no âmbito da cooperação brasileiro-alemã implica reconhecer que os setores produtivos público e privado terão de participar em crescente proporção de nossas atividades cooperativas.

Para tanto, creio que deveremos envidar todos os esforços para que se crie ambiente favorável para o desenvolvimento da vocação contemporânea de nossa cooperação, que deverá compreender uma série de iniciativas “economicamente-orientadas”.

No plano jurídico, o estabelecimento dessas condições propícias não poderia prescindir da revisão de nosso Acordo de 1969, esforço a que nos dedicamos com expediência e afinco.

A inclusão de artigos que contemplam a participação de entidades de cunho privado permitiu que se atualizasse este texto que, no passado, muito concorreu para nosso desenvolvimento comum.

A renovada redação do mais importante marco jurídico de nossa cooperação, em conjunto com a realização desta Reunião de Comissão Mista, abre por certo auspiciosos caminhos para o

relacionamento Brasil-Alemanha no campo da Ciência e Tecnologia.

Senhoras e senhores,

Desejo aos participantes desta reunião uma proveitosa sessão de trabalhos, na certeza de que suas reflexões contribuirão para o incremento das

relações entre nossos países. Trabalhem para que, por meio da cooperação científico-tecnológica, estreitem-se os profundos laços de amizade que unem Brasil e Alemanha.

Muito obrigado.



Mercosul

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Cerimônia de Instalação da Seção Nacional do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul, Brasília, 27 de março de 1996

Em nome do Governo brasileiro, quero saudar todos os participantes desta cerimônia de instalação da Seção Brasileira do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul.

A presença de todos os Senhores hoje aqui representa um voto de confiança e uma manifestação de interesse em um dos maiores empreendimentos diplomáticos do Brasil, o Mercosul.

O Itamaraty sente-se honrado com mais esta oportunidade de ser o local de convergência de interesses e percepções que constituem, no fundo, a matéria-prima da diplomacia brasileira.

O Mercosul é mais do que uma obra de engenharia diplomática que mudou a face política e econômica do Cone Sul do nosso continente. Ele é parte de um projeto maior de desenvolvimento, bem-estar social e inserção competitiva dos países que o compõem. E é também um espaço de participação das sociedades de cada um dos países-membros, que constituem a razão última da sua própria criação.

Há muito tempo o Mercosul deixou de ser um projeto de política externa para tomar-se parte do cotidiano dos cidadãos dos quatro países que o integram.

As decisões hoje tomadas no âmbito do Mercosul têm uma influência direta sobre os interesses e decisões de empresários, trabalhadores e consumidores brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguayos.

Por isso, a integração econômica não se faz apenas com a vontade política dos Governos, mas com o engajamento consciente dos empresários, dos trabalhadores e muito especialmente dos consumidores.

Cada um deles é um agente econômico, cujas vidas, decisões e julgamentos são influenciados pelo processo de integração. Por isso, ninguém pode ser indiferente ao desenvolvimento do processo de integração, nem permanecer marginalizado em relação a ele.

O Brasil tem hoje uma consciência muito grande em relação a essas necessidades.

Esta seção brasileira do Foro Consultivo Econômico e Social é uma prova disso. Foi com entusiasmo e grande sentido de dever que os diversos setores da sociedade aqui representados acolheram a convocação para integrá-lo e colocá-lo em funcionamento.

Empresários, trabalhadores e associações de consumidores precisam trabalhar em equipe na identificação e defesa dos interesses brasileiros no processo de consolidação e ampliação do Mercosul.

Esse compromisso vai assegurar que a atuação do Governo, nos vários foros de negociações e deliberação com seus parceiros do bloco sub-regional, esteja em plena sintonia com os anseios da cidadania e dos agentes econômicos.

Nós estamos comemorando nesta semana o

quinto aniversário da assinatura do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, com a certeza de que o Mercosul constitui uma experiência integracionista de grande êxito, um dado novo nas relações dos seus países-membros com o resto do Continente e do mundo.

Os esforços pela implementação do Mercosul têm sido amplamente recompensado pelos resultados positivos alcançados nos mais diversos setores.

No campo político-diplomático, criamos um novo espaço de cooperação, diálogo e concertação. O Mercosul é hoje visto não apenas como um parceiro importante da comunidade internacional, mas como um expressivo reforço da identidade nacional de cada um dos seus membros.

O intenso crescimento dos fluxos comerciais intra-Mercosul no período 1991-1995 contribuiu decisivamente para o crescimento das economias nacionais e para a geração de postos de trabalho tanto no Brasil, como na Argentina, no Paraguai e no Uruguai.

A união aduaneira e o mercado unificado que ela representa, com cerca de 200 milhões de consumidores potenciais, passaram a ser um dado objetivo das economias nacionais e um vetor importante para os investimentos, o planejamento econômico e até para o “marketing” dos produtos.

Os consumidores foram beneficiados por uma oferta mais ampla, variada e competitiva de produtos de consumo os mais variados, desde alimentos até bens duráveis de grande sofisticação.

Uma nova realidade, que impulsiona a criatividade, esta dinamizando nossas economias, ajudando-as a responder melhor aos desafios e oportunidades de um mundo competitivo. Esse era o objetivo do Mercosul, essa é a medida do nosso êxito.

O foro consultivo Econômico-Social é uma consequência natural dessa realidade.

Senhoras e Senhores,

Grande parcela do êxito alcançado pelo Mercosul pode ser creditada aos mecanismos

institucionais concebidos para sua implementação.

A estrutura institucional criada pelo Tratado de Assunção, e posteriormente aprimorada pelo Protocolo de Ouro Preto, dotou o Mercosul de mecanismos suficientemente flexíveis para dar respostas às necessidades cambiantes do processo de integração e, ao mesmo tempo, capazes de garantir sua segurança jurídica.

A estrutura organizacional do Mercosul caracteriza-se por sua natureza aberta e democrática.

Foram criados foros negociadores para o tratamento de temas tão diversos como assuntos comerciais, saúde, educação, cultura, meio ambiente, justiça ou transportes.

A eles somam-se órgãos específicos destinados à representação dos Parlamentos Nacionais – a Comissão Parlamentar Conjunta – e dos setores econômicos e sociais dos quatro países —O Foro Consultivo Econômico-Social.

A criação, por inspiração brasileira, do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul veio responder à necessidade de ampliar os espaços de atuação dos agentes econômicos e sociais no processo de integração. Ele é um reflexo natural de uma concepção democrática da política externa e uma das melhores respostas ao imperativo da participação da sociedade na política externa.

O Mercosul ganha muito com a criação, em sua estrutura organizacional, de um órgão integrado exclusivamente pelo setor privado, dotado de competência para manifestar sobre quaisquer temas afetos à integração.

Com ele, os setores econômicos e sociais assumem responsabilidade crescente — e compartilhada – no processo de implementação do Mercosul, ganhando força para influir na condução do processo negociador.

Essa é, mais do que uma expectativa, uma grande certeza do Governo brasileiro. As recomendações que o Foro Consultivo Econômico-Social vier a fazer ao Grupo Mercado Comum, órgão executivo do Mercosul, terão grande ressonância,

ao guardarem sintonia com os objetivos do processo de integração e ao se adequarem às normas gerais que regem o funcionamento do Mercosul na etapa de Consolidação da União Aduaneira.

No plano interno brasileiro, o Governo tem plena convicção de que o núcleo original da seção nacional, que hoje congrega oito das entidades mais representativas dos setores empresarial, sindical e de consumidores do país, irá expandir-se para abranger pouco a pouco os mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Dessa forma, estaremos favorecendo a ampliação do debate sobre o processo de integração no país e ampliando a participação direta da sociedade brasileira na formulação e implementação da nossa política externa.

Senhoras e Senhores,

Nós estamos hoje institucionalizando um canal privilegiado de diálogo entre os setores público e

privado brasileiros no âmbito da diplomacia da integração.

Os contatos regulares entre as Seções Brasileiras do Foro Consultivo Econômico-Social e do Grupo Mercado Comum em muito contribuirão para o aperfeiçoamento dos mecanismos que conduzem à definição dos interesses nacionais no processo de integração.

As entidades que hoje assinam a ata de instalação da Seção Brasileira do Foro Consultivo Econômico-Social, representadas pelos seus Presidentes, desejo formular meus votos de pleno êxito.

Quero interpretar o sentimento de todos aqui presentes ao manifestar a minha convicção de que aqui se inicia uma parceria insubstituível na continuação dessa obra de engenharia política, social e econômica que é o Mercosul.

Muito obrigado.



Brasil-Países Árabes

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luis Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos Embaixadores dos Países Árabes acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 28 de março de 1996

Your Excellencies, dear friends,

I just wanted to say a few words of sincere thanks for this warm display of friendship and kindness so very much in the Arab tradition of hospitality and brotherhood.

I appreciate this opportunity to exchange views with the representatives of the Arab countries to Brazil on a friendly, informal, and open basis. This is an occasion that was long overdue and I am grateful to you for it.

As you all know, Brazil values and cherishes its friendship with the Arab nations in the same way that we value and cherish the extensive contribution that a large Arab community has brought to our country.

We are proud of the Brazilian-Arab community. It is a hard-working, affluent, and influential community, fully integrated into Brazilian life, wholeheartedly sharing our freedoms and our dreams and strongly participating in our democratic institutions.

As a matter of fact, Brazilian economic, social, political and cultural life has been continuously enriched by the intense participation of the Brazilian-Arab community.

Many of our most distinguished politicians, businessmen, high-level professionals, intellectuals and artists come from Arab descent and have proudly kept the links with their cultural heritage.

Arabs and Brazilians of Arab descent have

helped to build this country. In fact, many of them were responsible for bringing development and civilization to the far reaches of our territory.

They have also taught us a lesson of tolerance and of peaceful and constructive coexistence with other communities of different cultural and ethnic background and religious beliefs.

When Brazil preaches peace and understanding among countries and nations worldwide, it is not only because we firmly believe in peace as a precondition for development and social progress; nor is it only because we have now lived for more than 125 years at continuous peace with all our neighbors — it is also because Brazilian society owns its very existence and development to the ethnic, religious and cultural harmony that prevails among Brazilian communities of very different international origins.

I insist on these aspects in order to reaffirm that, mainly because of this sound human basis that is irreplaceable in the relationship between sovereign States, Brazilian-Arab relations are a priority for our diplomacy. We have a firm and lasting ground to build upon and we are committed to those relations.

I wanted to take this opportunity to convey to you and to your governments this message of confidence in the future of Brazilian-Arab relations and to invite you to work closely with us in order to bring creativity to the ongoing process of further strengthening those relations.

The world has changed and so has Brazil, for the best, we hope. Our international insertion is different now, since we have been working hard to strengthen our credentials as a partner both at the political and at the trade and economic levels.

Mercosul has given us a new strength and a more powerful international identity, while more fluid relations with our main partners both in the developing and the developed worlds have improved our international standing.

I sincerely believe that these trends will have a positive influence in reshaping and strengthening our relations with the Arab world.

A strong Brazil with stronger ties to all regions of the world is the main our goal of our foreign policy.

The policies that we are implementing with one region or individual partner are by no means detrimental to the ties that we have with other regions and partners.

President Fernando Henrique Cardoso is personally committed to foreign affairs and understands the importance of a balanced international insertion for Brazil.

The Arab world stands high in our list of priorities, just as we hope Brazil will be a priority country in the developing world for the Arab nations.

Excellencies,

As we reflect upon the realities of the Middle East and the Arab world in general, we realize that the prospects for the improvement of our relations have never been better.

A peace process is under way in the Middle East and, despite the difficulties that are inherent to such complex negotiations, their outlook is good.

We all knew it would not be easy. But none should think it cannot be achieved. Nobody should ever be allowed to imagine that there is a substitute for peace, understanding and good will when so much is at stake for the Arab, Palestinian and Israeli peoples in their quest for security, development and social progress.

Time has come for an unwavering, impartial

and unconditional support for the peace process and for the Arab, Palestinian and Israeli leaderships that are committed to it.

And time has come to make a resolute call to reason to all parties that are reluctant to commit themselves to peace or that may think that violence, destruction, deprivation and an irrational assault on innocent human lives could be a means to achieve more than peace itself can do.

We strongly believe that peace must be given a chance. Our commitment to helping the peace process is firm. We will do it in a balanced, harmonious way, as shown by the moves we have been making in the region.

The Brazilian government stresses the importance of a successful outcome for the peace process and for all other issues connected to peace in the Middle East because we see it as a fundamental factor in the resurgence of the Middle East and the entire Arab world as a dynamic region and as a promising partner for the international community as a whole.

We are prepared to work with our Arab partners in order to take advantage of the unprecedented momentum that we have now in Arab-Brazilian relations.

Our Foreign Ministry is undergoing a process of restructuring so that it can better respond to the challenges and opportunities that lay ahead of us. This was at the core of the decision to create a Department for African and Middle Eastern Affairs under the direction of Minister José Vicente Pimentel, a talented and experienced diplomat.

Again, I would like to emphasize that in no way will any of our policies exclude or downgrade geographic areas or substantive issues that are and will continue to be pivotal to a foreign policy that intends to be universal and pragmatic.

With this in mind, I would like to thank you again for this wonderful meal and for this most valuable opportunity for exchanging views that will help advance our relations.

Thank you.

Política Externa - Escola de Guerra Naval

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Escola de Guerra Naval sobre o tema “A Política Externa Brasileira”, Rio de Janeiro, 29 de março de 1996

Introdução

Quero agradecer ao Comando da Escola de Guerra Naval por mais esta oportunidade de me dirigir ao seu corpo de estudantes para tratar da política externa brasileira. É de fato um prazer retornar à Praia Vermelha para ter este diálogo com jovens oficiais que se preparam para novas funções de comando na Marinha brasileira.

Eu já tinha tido essa oportunidade em 1993, quando aqui compareci na condição de Secretário-Geral do então Chanceler Fernando Henrique Cardoso. Lembro-me muito bem de que o texto que preparei para aquela ocasião seria para mim um exercício proveitoso de organização das idéias e de sistematização dos fundamentos da política externa brasileira.

Era uma época diferente, então. Havíamos praticamente acabado de sair do processo de *impeachment* de um Presidente da República e tentávamos colocar o país em ordem a partir de um pressuposto básico, talvez o único que nos garantiu o êxito que colheríamos mais tarde: uma democracia forte, que amadureceu e se consolidou ainda mais na adversidade.

Hoje, três anos depois, a realidade interna e internacional em que nos movemos e muito diversa – em inúmeros aspectos, houve uma sensível melhora. Mas, ao lado de crescentes oportunidades, permanecem muitos dos desafios e riscos que o fim da Guerra Fria apenas tornou mais evidentes.

A diplomacia continua na sua tarefa de

estabelecer, com a melhor relação custo-benefício possível, a ponte entre essas duas esferas de existência do país. O convite que recebi da Escola de Guerra Naval é precisamente para examinar, em suas grandes linhas, a política externa que vêm sendo posta em prática pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, situando-a em seus contextos mais importantes.

A visão brasileira de um mundo em transformação

Há quinze ou vinte anos atrás, quem ousasse antecipar a natureza e o alcance das transformações que alterariam tão profundamente a face do mundo e as relações internacionais, no final dos anos 80 e início dos anos 90, certamente seria visto como um sonhador. Uma revolução democrática varreu o mundo, começando pela América Latina, e hoje a imensa maioria dos povos vive sob regimes democráticos, com novos padrões de comportamento político que afetam a esfera econômica e social.

Uma revolução econômica se operou: a base do esgotamento dos modelos mais fechados prevalecentes nos anos 50 a 70, e hoje a imensa maioria dos povos vive em sistemas econômicos baseados na liberdade de mercado, buscando integrar-se competitivamente com seus vizinhos e na economia global.

E também ocorreu uma revolução de comportamento dos Estados, com a crescente

universalização de regras de convivência política e econômica regulando áreas como a não-protiferação de armas de destruição em massa, o comércio internacional de bens e serviços, a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental e assim por diante.

O conceito de globalização, cujo uso hoje muitas vezes se reduz ao aspecto produtivo e financeiro do sistema internacional, pode ser usado para compreender precisamente esse fenômeno complexo: a crescente homogeneização das relações internacionais.

Democracia, liberdade econômica e participação nos sistemas universais de regulação das relações entre Estados passaram a ser padrões. Sem o fator relativizador da Guerra Fria e com a competição internacional agora efetivamente centrada nos aspectos econômicos e científico-tecnológicos, os países são classificados e interagem com base nesses padrões. Eles se transformaram em uma espécie de “grau zero” das relações internacionais, em que os desvios tem um custo político e econômico cada vez maior e a credibilidade é tanto maior quanto menor for o afastamento dos países desse “grau zero”. E isto porque democracia se traduz em estabilidade e liberdade econômica e participação se traduzem em investimentos, acesso a mercados e a tecnologias, competitividade e empregos.

Se quiséssemos buscar uma síntese dessa ampla revolução internacional, nós a teríamos no esfacelamento do bloco soviético, com o colapso do socialismo real, que não resistiu à corrida armamentista, à baixa produtividade e à explosão das demandas sociais e políticas dos povos que viviam sob aquele sistema.

O fim do bloco socialista operou a transformação mais visível, a mais apregoada ao menos, que alteraria completamente o panorama descrito vinte anos atrás pelo Chanceler Silveira: o de um mundo bipolar, que estava centrado na confrontação ideológica e estratégica, ainda que desde o final dos anos 50 fosse sendo cada vez mais

matizado pelo surgimento de grandes potências econômicas, como a Comunidade Européia e o Japão. Um mundo em que grande parte dos esforços da comunidade internacional pelo desenvolvimento econômico estavam condicionados ou eram afetados pela disputa estéril e sem saída da Guerra Fria e das disputas regionais por ela alimentadas.

O caminho das transformações nas relações internacionais

Mas esse era também um mundo que já trazia em si o germe da mudança, em grande parte fortalecido pelo próprio clima de crise persistente e multidimensional que marcaria boa parte dos últimos vinte anos.

Com o seu sentido de desordem e o seu potencial de ameaça indiscriminada, a crise tão presente nos anos 70 e início dos anos 80 evidenciaria a inviabilidade da permanência indefinida do rígido sistema do imediato pós-Guerra, corroído e instabilizado pela perda do poder relativo das duas superpotências.

Na verdade, o germe da transformação do antigo Sistema já se encontrava nos traços cada vez mais fortes, e hoje dominantes no cenário internacional, da multipolarização econômica e tecnológica. Falo de um mundo multipolar cada vez mais forte, subjacente ao mundo bipolar da Guerra Fria, e que se materializava no agrupamento de países em torno de núcleos de polarização (os Estados Unidos, na América do Norte; o núcleo inicial da CEE, na Europa; e o Japão, na Ásia).

Em outras palavras, e para evitar qualquer simplificação, o mundo bipolar da Guerra Fria já trazia em seu bojo o mundo multipolar — do ponto de vista do poder econômico e tecnológico — que o substituiu.

O germe da transformação encontrava-se também no crescimento da importância da competitividade econômica e tecnológica em relação ao poderio militar e estratégico — inclusive e principalmente para as duas superpotências de então. A Guerra Fria praticamente concluiu quando o embate se transferiu para uma super disputa tecnológica,

corporificada na iniciativa norte-americana do SDI - *Strategic Defense Initiative*, ou “Guerra nas Estrelas” —, a que a então União Soviética desesperadamente tentaria responder enquanto dava sinais finais de exaustão econômica e política. Também a medida em que se evidenciava a perda relativa da participação das superpotências no produto mundial e no comércio internacional, o processo de acumulação internacional se desviava para países como o Japão, a Alemanha e outros países europeus e os chamados “Tigres asiáticos”, detentores, ainda hoje, das maiores taxas de poupança e de investimento no globo.

A globalização como fator de transformação

E esse mesmo germe da transformação se encontrava na globalização vertiginosa da economia, tanto na esfera da circulação dos capitais quanto na da produção de bens e serviços. E conveniente desmistificar um pouco o conceito de globalização, que tende a ser percebido imediatamente como uma ameaça aos países em desenvolvimento e portanto como algo que nós deveríamos e poderíamos combater. A globalização, antes de mais nada, corresponde a um novo processo produtivo em escala mundial. Ou seja, o que antes era produzido de forma mais concentrada em um país ou grupo de países próximos, hoje é produzido em uma cadeia mais extensa, buscando justamente a melhor relação custo-qualidade-competitividade. Isso naturalmente afeta os fluxos de investimento, que começam a orientar-se pela cadeia produtiva mais estendida e a beneficiar-se da maior abertura proporcionada pelo desejo dos países de participar da cadeia produtiva.

Uma conseqüência natural da globalização da produção foi seu efeito multiplicador sobre o comércio internacional, que cresceria em proporção muito superior à do produto mundial. E não apenas isso. Ela teria um impacto muito grande sobre as próprias políticas econômicas dos países tradicionalmente mais fechados e impulsionaria os processos regionais de integração em áreas

dominadas por essas economias mais fechadas.

Aspectos básicos da vida dos Estados soberanos, como o nível da atividade econômica, o nível de emprego, a competitividade dos seus produtos nos mercados externos e nos seus próprios mercados — todos eles aspectos que tem impacto diretamente sobre o nível de bem-estar, a estabilidade política e a estabilidade econômica e, naturalmente, sobre a própria soberania em sentido mais amplo — passaram a ter um grau muito maior de incidência de fatores internacionais.

Estabilidade política e econômica, abertura comercial e aos capitais de investimento internacionais e capacitação tecnológica e em recursos humanos passaram a ser muito mais importantes do que considerações geopolíticas ligadas aos fatores tradicionais do poder nacional, como território e recursos naturais. Essas, aliás, são as forças que estiveram por trás da mudança radical de projeto nacional de países como o Japão e a Alemanha, que abandonaram pretensões territoriais e hegemônicas para transformar-se em Estados mercadores — *trading States* —, no conceito feliz de Richárd Rosecrance.

Um mundo de oportunidades, desafios e riscos

Essas transformações geraram um mundo diferente, o mundo em que vivemos hoje. Mas ele é diferente muito mais no sentido de que muitas das forças que se encontravam em segundo plano sob o domínio da Guerra Fria passaram ao primeiro plano, oferecendo algumas oportunidades, mas evidenciando, como disse, desafios e riscos para um país das características e com os imperativos de inserção externa do Brasil.

Ao dizermos que o mundo contemporâneo apresenta oportunidades, desafios e riscos, não estamos inovando em nada, porque essa é a característica de qualquer ambiente em que exista atividade humana. O que é preciso fazer e reconhecer que o mundo dos anos 90 apresenta novas oportunidades, novos desafios e novos riscos, diretamente vinculados às forças ou tensões que

passaram a dominar o cenário mundial com a retração das tensões de natureza ideológica e estratégico-militar próprias da Guerra Fria.

Em vez de preocupar-se com a sua preservação e a da sua forma de vida diante das ameaças oriundas de outro sistema político-estratégico, os Estados hoje pensam muito mais no jogo das forças econômicas, com a consciência de que a soberania, o poder nacional e a capacidade de influência se ampliam com o fortalecimento da economia e dos indicadores sociais.

É do sucesso econômico e social — e não mais da proteção do guarda-chuva estratégico de uma superpotência ou da doutrina da “segurança nacional” — que dependem os elementos fundamentais para a preservação de um Estado: estabilidade política e social, o crescimento econômico sustentável, a geração de empregos, o bem-estar da população. E desse sucesso, e não de políticas de prestígio, que depende a projeção internacional dos países.

Há riscos nessa nova realidade? Claro que há. Mas esses riscos estão ligados muito mais a incapacidade que um Estado tenha de se adaptar para fazer face às novas condições da competição internacional. A marginalização por força de mazelas sociais e econômicas internas e pela incapacidade de competir passa a ser um risco real, com conseqüências materiais e graves prejuízos para a soberania.

Basta citar um exemplo. Em uma situação de mercado protegido dentro do modelo de substituição de importações, os baixos indicadores sociais de um país não representam senão uma redução do mercado consumidor real, mas essa redução é administrada pelos agentes econômicos que se limitam a adaptar a sua produção à escala real do mercado. Em uma situação de mais aberta competição por investimentos, mercados e tecnologia, baixos indicadores sociais passam a representar um constrangimento direto para o desempenho da economia, para a escala da produção e para a competitividade dos produtos que dependem em algum grau da qualidade da mão de

obra — portanto, constituem um fator de risco real. Uma sociedade mal integrada e com baixo desempenho econômico é muito mais susceptível de ser afetada adversamente por problemas como o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado e a corrupção, subprodutos de mundo ainda longe da perfeição e em que se acirram fatores propulsores dessas distorções.

Da mesma forma, diante da tendência a que se consolidem regras universais para regular a transferência de tecnologia, a não-proliferação, a promoção e a proteção de investimentos, o acesso a mercados, e face à postura claramente competitiva com que os países se voltam para o exterior, configuram-se novas áreas em que a marginalização e o isolamento tem um preço a ser pago — um preço que se mede precisamente pelo acesso a mecanismos decisórios, a mercados, a investimentos produtivos e a tecnologias.

Nessa ordem de raciocínio, riscos reais próprios da atual estrutura internacional convertem-se em desafios e oportunidades quando um país procura estar na vanguarda da internalização das transformações em curso no mundo. Não falo, naturalmente, de uma internalização acrítica ou subserviente, mas sim de um processo refletido de aperfeiçoamento dos mecanismos que nos integram ao mundo.

A esses desafios e oportunidades se somam outras oportunidades reais surgidas com o fim de conflitos regionais — na África Austral, no Oriente Médio, na América Central — ou com a abertura econômica de países como a Índia, a China, o Vietnã ou a Rússia e os antigos países socialistas da Europa Central e Oriental.

Se apresenta o risco de reduzir-nos a buscar vantagens comparativas que no passado nos teriam condenado a sermos eternamente uma grande fazenda de café e cana-de-açúcar a liberdade econômica que prevalece como força motriz das relações internacionais de hoje nos abre mercados antes muito restritos ou fortemente protegidos.

Essa mesma liberdade econômica nos induz

a buscar fórmulas criativas, entre as quais a da integração regional, para ampliar a escala e melhorar a competitividade da nossa economia — não apenas para torná-la mais apta a disputar fatias de mercado e explorar janelas de oportunidade no exterior, mas também para torná-la mais atrativa para os países que dispõem de reservas de capital e de conhecimento tecnológico e buscam parcerias orientados pelos imperativos da globalização da produção e da maior participação nos benefícios do comércio mundial.

A diplomacia brasileira em um mundo em transformação

A diplomacia que o Governo Fernando Henrique é chamado a exercer deve ser uma resposta a mais completa possível a essa nova realidade internacional e aos imperativos internos brasileiros, valendo-se obviamente das condições mais favoráveis que temos hoje para melhor inserir-nos em nossa região e no mundo.

Mas é preciso desde já fazer duas precisões.

A primeira delas é que a diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais, da mesma forma que ela procura melhorar a inserção internacional do país que representa. Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar. Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país.

O patrimônio diplomático

A segunda é que a diplomacia de um país como o Brasil opera necessariamente a partir de um patrimônio diplomático. Ela não admite mudanças irrefletidas ou bruscas, nem barganhas voltadas para o curto prazo, nem jogos de cena ou buscas irrealistas de prestígio.

Temos um patrimônio político construído com os diferentes grupos de países com os quais nos

relacionamos, temos uma tradição de atuação equilibrada e amadurecida nos foros multilaterais e temos interesses claros como grande país continental, com uma economia cada vez mais dinâmica e integrada ao exterior e que cresce como referenda para outras economias.

Poucas vezes no passado nos moveram veleidades de liderança, a ilusão do prestígio construído através de iniciativas de impacto na cena regional ou internacional ou a miragem de relações especiais ou alinhamentos automáticos que não tinham correspondência na escala de prioridades do parceiro. Quando isso ocorreu, rapidamente se percebeu a limitação do gesto, e se voltou ao curso refletido de uma diplomacia amadurecida em décadas de complexas lides internacionais.

Há uma sabedoria na tradição, na memória e na prudência diplomáticas, não por conservadorismo ou principismo estéril, mas porque as relações entre Estados se dão ao longo de períodos extensos da História.

Por isso, o papel da diplomacia brasileira e interpretar corretamente as prioridades nacionais, situando-as dentro do projeto mais amplo do nosso desenvolvimento e procurando servir como instrumento dessas prioridades no plano exterior. Sem preconceitos, sem ingenuidade, sem demagogia ou arroubos retóricos.

O Brasil visto pela sua diplomacia

Feitas essas precisões, como podemos caracterizar o Brasil, seu projeto de desenvolvimento e suas prioridades atuais, de forma a orientar a ação da nossa política externa?

Um país continental

Passo por alto aquelas que são as nossas características intrínsecas — dimensão continental, população, recursos naturais, tamanho do mercado consumidor potencial, situação única no Hemisfério Sul, distante dos grandes pólos de poder com capacidade de galvanizar economias menores e mais

próximas — para entrar naquilo que propriamente da uma dimensão dinâmica a esses fatores.

Em política externa, não basta ser grande e atraente para gerar interesses e promover parcerias, é preciso parecer grande e atraente. Não basta ter poder ou potencial é preciso mostrar esse poder e esse potencial. E a medida dessa grandeza e dessa atratividade é muito relativizada pelo tempo, pelas circunstâncias históricas e, sobretudo, pela própria grandeza e atratividade dos demais jogadores que se encontram no tabuleiro, jogando o mesmo jogo e tentando interpretar ou mudar as regras a seu favor.

Um país com amplo vínculo ao exterior

A resposta àquela indagação - O que somos do ponto de vista diplomático, na verdade a pergunta que constitui o cerne da reflexão que me proponho fazer aqui — deriva, naturalmente, de uma avaliação da capacidade e da necessidade que o país apresenta de relacionar-se com outros países e regiões.

Temos uma tradição de inserção internacional que nos foi legada pela nossa própria irrupção na História como colônia de exportação de produtos tropicais e matérias-primas. Nossa formação social, fortemente marcada pela imigração, reforçou ao longo do último século essa vocação universalista do Brasil.

Até pela própria mentalidade aberta ao mundo dos brasileiros, nunca foi seriamente admitida entre nós, nem a título de especulação teórica, a idéia da autarquia.

O mundo exterior, que nunca deixou de chegar-nos com a rapidez cada vez mais alucinante dos meios de comunicação, sempre constituiu um padrão contra o qual nós nos julgamos e julgamos o que fazemos. A referência externa é um componente central da psicologia brasileira — um componente que comparece sem despertar traumas, temores ou receios exagerados, provavelmente porque temos firmado no inconsciente coletivo o significado de 125 anos de paz ininterrupta com nossos vizinhos e a sensação de confortável segurança que nos dão a nossa própria localização geográfica e as nossas dimensões físicas.

Nossa economia cresceu e diversificou-se com o aporte continuado de capitais de empréstimos e de investimentos estrangeiros — ingleses, primeiro, a que se somaram os norte-americanos, os de outros países europeus, do Japão, da própria América Latina.

A presença dominante da economia de mercado

Nossa industrialização se fez com grande dose de intervenção estatal, mas foi centrada na iniciativa privada e, em grande medida, na iniciativa privada transnacional. Temos uma tradição de economia de mercado das mais sólidas nos países em desenvolvimento.

Pusemos em prática, é verdade, por longo período, um processo de substituição de importações que foi responsável pela ampliação horizontal do nosso parque industrial e por uma complexidade do nosso parque produtivo (tanto na área de bens de consumo quanto de bens de equipamento quanto na área de serviços). O vigor e a complexidade do nosso parque produtivo nos coloca em posição de vantagem relativa no conjunto dos países em desenvolvimento.

Durante mais de duas décadas, esse processo — que reservava para o produtor instalado no Brasil um mercado potencial de dimensões continentais — foi responsável pela nossa capacidade de atrair investimentos produtivos, que pouco a pouco, contudo, se foram concentrando mais em áreas como a mineração de ferro e alumínio, até se estancarem por força das limitações geradas pela crise da dívida externa, alta inflação, excesso de intervenção estatal e políticas erráticas na área industrial, comercial e macroeconômica.

Uma presença diplomática próxima do Universal

Ao mesmo tempo em que crescíamos a ritmo acelerado nos anos 70 e consolidávamos a diversificação da nossa economia, fomos capazes de ampliar consideravelmente a nossa presença internacional, em grande parte pela nossa capacidade de atuar, sem excursões, nos mais variados tipos de mercado. Geramos parcerias novas ou fortalecemos

parcerias tradicionais tanto no mundo em desenvolvimento — América Latina, África e Oriente Médio, em menor proporção na Ásia, à exceção da China — e no mundo desenvolvido — de que são exemplares as relações desenvolvidas com a República Federal da Alemanha e com o Japão.

Essa presença global do Brasil era uma parte integrante da nossa política econômica, que tinha na busca e diversificação de mercados e na garantia de suprimentos vitais como petróleo e derivados, uma preocupação central, ligada à própria manutenção e crescimento da nossa atividade econômica. Cada vez mais ficou evidente que parte da nossa atividade econômica dependia da dimensão externa da nossa economia e da nossa capacidade de ampliar a nossa presença global com as conseqüências político-diplomáticas desse imperativo.

A evolução do quadro econômico interno brasileiro só fez acentuar a dimensão internacional do Brasil. A superação do modelo de substituição de importações, pela incidência adversa que vinha tendo na competitividade da economia brasileira e até mesmo por pressões oriundas de consumidores mais exigentes, obrigou-nos a um exercício de conscientização sobre as tendências dominantes no cenário internacional e no cenário interno dos países que figuram na nossa faixa de inserção.

A estabilização como alavanca da inserção externa

O imperativo de estabilizar a economia e garantir bases para o seu crescimento sustentado, tão bem traduzido pelo Plano Real, tem também uma forte dimensão externa, ainda que boa parte das suas condições mínimas digam respeito a questões de natureza interna, como o equilíbrio fiscal, a austeridade monetária e a própria confiabilidade do plano, que desta vez recusou choques, surpresas, intervenção na economia, congelamentos. A própria abertura da economia ao exterior foi fator fundamental para assegurar o êxito do plano: por primeira vez se pôde utilizar a oferta externa para enfrentar a pressão

da demanda provocada pelo aumento do poder aquisitivo da população permitido pelo fim da inflação.

A solução adequada da questão da dívida externa, depois de doze anos como hipoteca sobre boa parte da agenda externa brasileira tanto com países desenvolvidos como com parceiros em desenvolvimento, foi também uma condição necessária ao êxito do plano, e a ele se somou no capítulo das novas credenciais com que o Brasil busca renovar ou aprofundar suas parcerias no mundo.

Não preciso aqui estender-me sobre o efeito positivo que a estabilização da economia, o ajuste, as reformas em curso e a retomada do crescimento em bases mais seguras tem tido sobre a imagem do Brasil no exterior e sobre o crescimento do interesse de nossos parceiros pelo Brasil. A percepção do Brasil como país de oportunidades e como força emergente na economia mundial parece consolidar-se.

O meu testemunho, depois de um ano e três meses de exercício no cargo e um grande número de contatos com autoridades estrangeiras, no exterior ou no Brasil, é de que nós passamos a ocupar um lugar de realce na agenda mundial. Essa condição foi sendo reforçada à medida que fomos avançando nas reformas e que o Plano se mantinha firme. E foi reforçada também pela forma como fomos capazes de resistir, precavendo-nos e adotando as correções de rumo necessárias, quando do auge da crise financeira que assolou alguns países latino-americanos em 1995.

Democracia consolidada, sinônimo de estabilidade

Não preciso tampouco estender-me sobre considerações a respeito da consolidação das nossas instituições democráticas que resistiram, nos últimos dez anos, à morte de um Presidente-eleito e ao *impeachment* de outro. Essas instituições têm sido capazes de canalizar demandas, conflitos e contradições próprias de uma sociedade complexa como a brasileira.

Do ponto de vista do padrão internacional

vigente hoje, nossa democracia traduz-se em um trunfo importante, insubstituível: estabilidade política e a certeza de regras transparentes no jogo político em sentido mais amplo. Combinada à estabilização econômica, a estabilidade política passa a ser um fator central da projeção externa brasileira.

Um país com muitos desafios na área social

Outro dado básico da realidade brasileira é a permanência de indicadores sociais ainda muito abaixo da média, a funcionar como fator de constrangimento em várias áreas. Comparado a alguns dos seus competidores internacionais, o Brasil perde em capacitação de mão-de-obra, em escala real do mercado consumidor frente à escala potencial, em custos sociais (custo da enfermidade, custo da baixa produtividade), em coesão social.

A concentração social e regional de renda afeta nosso potencial de desenvolvimento, de poupança e de consumo. E esses aspectos negativos, que é forçoso reconhecer, nos recordam claramente que o país, embora tenha várias dimensões de desenvolvimento, enfrenta vários desafios de natureza social que ganham sentido de urgência. Seria ilusório pensar que reduzimos ou eliminamos um traço comum de identidade que nos une à imensa maioria dos países em desenvolvimento no mundo.

Somos um país em desenvolvimento, com uma economia industrial forte e inúmeras marcas de desenvolvimento, mas ainda marcado por muitas das características do subdesenvolvimento e da pobreza.

Esse é um dado primário da nossa inserção internacional e portanto uma condicionante fundamental da nossa política externa.

O compromisso com as reformas

O amadurecimento político do país e a consciência dos nossos desafios e constrangimentos gerou um quase-consenso sobre a necessidade e a urgência de reformas que nos permitam reduzir as disparidades sociais e regionais com medidas eficazes e duradouras, que não comprometam a médio ou

longo prazo a estabilidade econômica e o crescimento. Essas reformas se vêm fazendo com o ritmo próprio de uma democracia complexa. Já avançamos muito em matéria de flexibilização de monopólios e equidade no tratamento dos capitais nacionais e internacionais.

Temos avançado na privatização, com as cautelas que ela requer. Afinal, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua recente viagem ao Japão, não somos um pequeno país que está privatizando uma linha aérea ou dois ou três pequenos bancos provinciais. Estamos falando de empresas de grande porte, que necessitam do aporte de capitais privados, mas que constituem um importante patrimônio público com grande incidência sobre o sistema produtivo do país. O interesse que essas empresas geram constitui sem dúvida um trunfo em nossa relação com nossos parceiros no exterior.

Uma política externa engajada

Com esse panorama interno e internacional, torna-se mais fácil compreender as linhas-mestras da diplomacia que o Governo Fernando Henrique Cardoso vêm implementando nestes quinze meses.

Não quero buscar um rótulo que designe essa política externa, mas sim caracterizá-la pelos seus elementos definidores centrais. Não andamos atrás de *slogans*, mas sim de resultados.

Nossa diplomacia é universalista e não-excludente. Essa é uma característica que deriva da própria inserção internacional do Brasil, um país com relações equilibradas entre quatro grandes pólos — a Europa, a América do Norte, a América Latina e a Ásia. Buscamos reforçar ou criar parcerias com base em interesses concretos e naturais, no seu impacto no nosso nível de atividade econômica, e no seu papel na configuração de uma rede de presença internacional do Brasil. Queremos estender essas parcerias em todas as áreas do globo, em especial naquelas que mostram maior dinamismo, como a Ásia, a última região em que nos restam amplos

espaços a explorar.

Não há elementos ideológicos que presidam a busca dessas parcerias. Com princípios, mas com pragmatismo, buscamos as oportunidades onde elas existam. E não há, na concepção brasileira, razão para privilegiar um ou outro relacionamento externo, um ou outro foro internacional ou agrupamento regional ou temático, em prejuízo ou detrimento de outros.

Os limites de nossa ação diplomática serão os limites dos nossos próprios recursos. Sua principal baliza é o princípio de que é importante para o Brasil assumir, nas suas relações com o resto do mundo, um lugar condizente com as suas dimensões e com as suas características de grande país em desenvolvimento.

Nossa diplomacia é um instrumento a serviço do nosso desenvolvimento sustentável com justiça social. Isso quer dizer que ela não é um fim em si mesma, nem obedece a concepções puramente intelectuais da realidade mundial ou do nosso próprio país. Não se ilude com veleidades de liderança ou de prestígio. Tem uma consciência aguda dos triunfos e dos constrangimentos que o Brasil apresenta, mas não busca confrontos estéreis que possam isolar-nos, nem iniciativas desprovidas do sentido pragmático que nos inspira.

Nossa diplomacia tem também uma percepção clara do que é a agenda internacional contemporânea, de como ela evoluiu nos últimos anos, de quais são as prioridades reais nessa agenda para um país como o Brasil e de quais são as atitudes e os reflexos que não mais correspondem a uma realidade internacional transformada.

Traduzindo em termos práticos relativos ao ano de 1996, isso quer dizer que a diplomacia brasileira é um instrumento a serviço da estabilização da economia brasileira, da melhoria do nosso acesso a mercados, a investimentos e a tecnologias, e da ampliação da nossa presença nos mecanismos decisórios internacionais que lidem com assuntos políticos ou econômicos que nos digam respeito.

Para isso, estamos fazendo os ajustes necessários em nossa ação, ampliamos nossa reflexão e, embora conscientes da importância do nosso patrimônio diplomático, estamos evitando, a todo custo, ações reflexas, atitudes mecânicas e pré-concebidas e dogmatismos que são *in limine* incompatíveis com as mudanças que caracterizam o mundo e o nosso próprio país.

Por fim, nossa diplomacia é ativa, não reativa, como corresponde a um país que tem interesses concretos a promover nos mais variados âmbitos da política internacional. Repudiamos toda falsa cautela que justifica a inação e que pode ser responsável por perdermos espaço na cena internacional e tempo nos movimentos estratégicos que se impõem.

Não queremos chegar tarde às áreas novas que se reincorporam ao convívio internacional, e por isso estamos fazendo uma política ativa na África Austral e no Oriente Médio; erigimos em prioridade concreta as nossas parcerias com os países da ASEAN, possivelmente o núcleo de países que mais cresce no mundo, e atualizamos a nossa relação com a China, a Índia e o Japão; estamos participando com interesse e espírito aberto e construtivo dos debates em tomo da reforma das Nações Unidas, da ampliação do Conselho de Segurança, da urgência de mecanismos que previnam e corrijam os impactos da volatilidade dos capitais sobre as economias emergentes; e temos estado ativos no seguimento da Cúpula de Miami, preocupados em dar um curso positivo, construtivo e realista ao processo de integração hemisférica a partir dos arranjos subregionais.

Alguns exemplos de uma diplomacia em ação

São muitos os exemplos de ações que temos promovido para tomar palpáveis essas diretrizes. Quinze meses de política externa particularmente ativa já são suficientes para mostrar o grau em que praticamos a dialética que se consagrou na nossa história diplomática: a renovação combinada com a continuidade.

Insistindo no fato de que a lista sucinta que

apresento a seguir e exemplificativa e não exclui outras áreas de atuação e prioridades da nossa política externa (como a própria União Européia, que só mencionarei de passagem), gostaria de encaminhar-me para o final mencionando alguns desses exemplos da nossa atuação diplomática mais recente.

Diplomacia Presidencial

A diplomacia promove os interesses do país no exterior através de diversos meios — as nossas Embaixadas, as missões especiais, as viagens do Chanceler e outros altos funcionários as missões empresariais e, evidentemente, as viagens presidenciais. Não são instrumentos que se excluem; ao contrário, completam-se, no desempenho de uma tarefa cada vez mais complexa, em um mundo competitivo em que os países investem pesadamente na promoção dos seus interesses no exterior.

As viagens internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso não são apenas o exercício, pelo Brasil, da diplomacia de Chefes de Estado e Governo, característica das relações internacionais nas últimas décadas e uma prática hoje comum entre os Estados. Elas traduzem também uma estratégia deliberada de nos valermos do instrumento dos encontros de cúpula, com sua capacidade única de mobilizar meios governamentais, a imprensa e a opção pública, para promover uma atualização da presença externa brasileira no mundo. Essa atualização se faz ainda mais necessária se pensamos nos desenvolvimentos positivos que o Brasil vem tendo e que é preciso apresentar à comunidade internacional.

O programa de viagens presidenciais é coerente com as prioridades da política externa do Governo. Com sentido de equilíbrio e de abrangência, vamos cobrindo o universo das relações exteriores do Brasil em termos de parcerias importantes — na América do Sul, na América do Norte, na Europa e na Ásia, futuramente na África e no Oriente Médio. Com esse programa os setores governamentais responsáveis por cada um dos aspectos que

compõem as nossas relações com o país visitado são chamados a participar da preparação substantiva da viagem e depois a fazer o “follow up” indispensável para acompanhar os resultados. Ao mesmo tempo, o Presidente tem conseguido colocar a política externa na agenda brasileira, chamando a atenção para o fato de que um país como o Brasil não pode ficar alheio aos mundo exterior e aos nossos interesses lá fora.

Os resultados que temos colhido são, na minha avaliação, os mais favoráveis possíveis. Basta citar os países visitados pelo Presidente nestes quinze meses para se ter uma idéia da importância desse projeto de diplomacia presidencial: Chile, Estados Unidos, Portugal, Alemanha, Bélgica e União Européia, China, Malásia, Índia, México e Japão, sem contar as posses presidenciais e reuniões multilaterais de cúpula em que temos estado ativamente presentes. O Brasil hoje é respeitado e olhado com interesse no exterior não apenas porque temos uma nova realidade política e econômica aqui dentro, mas porque temos sabido promover essa realidade junto aos nossos principais parceiros valendo-nos da habilidade, da experiência e do interesse diplomático do presidente da República.

Proteção aos nacionais brasileiros no exterior

Talvez o dado mais novo para a diplomacia brasileira nestes últimos tempos seja o da imigração brasileira ao exterior. Em países fronteiriços ou em países desenvolvidos, o contingente de brasileiros que vive temporariamente ou em bases mais definitivas no exterior aumentou geometricamente, alcançando hoje perto de 2 milhões de cidadãos. A eles se agrega um número crescente de turistas, estudantes e empresários, levados ao exterior pela estabilidade da moeda brasileira e pelas oportunidades que se abrem fora do país.

A proteção ao nacional no exterior é tradicionalmente uma das atribuições básicas da diplomacia, ao lado da representação, da negociação e da informação. Para a diplomacia brasileira, nunca

houve uma situação comparável. Os desafios que se abrem para nós são imensos. Além da demanda por Serviços cartoriais prestados pela rede consular, aumentam as necessidades de apoio consular a brasileiros e de incentivo a organização das comunidades brasileiras fora do país. O Itamaraty tem passado por uma grande renovação em sua área consular e hoje já concentra cerca de 25% do seu orçamento nas tarefas consulares e de assistência a brasileiros no exterior.

União Européia

A Europa tem sido tradicionalmente, em conjunto, o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil, responsável por cerca de 30 por cento do nosso comércio exterior e por algumas das mais importantes parcerias individuais do Brasil no mundo, como é o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e da Itália. Embora a Europa tenha perdido algo de sua posição relativa no comércio exterior brasileiro e nos investimentos no Brasil, ela constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza nossa inserção no mundo. Nosso interesse é manter e reforçar esse equilíbrio, inclusive porque estão em curso iniciativas, como a projetada integração hemisférica, que poderão incrementar em muito as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Continente americano.

Esse é um dos fundamentos da política européia que temos seguido e que encontra seu melhor exemplo na viagem presidencial à Alemanha, em setembro de 1995, e na visita à França, agora em maio.

Outras iniciativas semelhantes seguirão, sempre com a preocupação de manter a Europa como grande parceiro econômico, comercial e tecnológico do Brasil.

Estados Unidos

Mesmo tendo em conta a perda relativa do poder econômico e político norte-americano ao longo dos últimos 50 anos, as relações com os Estados Unidos continuam sendo um dos paradigmas

da política externa brasileira desde que o Barão do Rio Branco, no início do século, operou a mudança no principal eixo de relacionamento internacional do país, movendo-o de Londres para Washington. Os EUA são o principal parceiro individual do Brasil e hoje a única potência com real capacidade política e estratégica global. A importância do diálogo político e do intercâmbio econômico-comercial e tecnológico com os Estados Unidos é patente para o Brasil. Ao mesmo tempo, cresce a consciência de que esse interesse é uma via de duas mãos, a ser trilhada na base do respeito e com uma abordagem construtiva e positiva.

A visita presidencial aos Estados Unidos, em abril de 1995, serviu ao propósito de redimensionar essa parceria tradicional do Brasil, valendo-se dos novos elementos de que dispomos no cenário interno brasileiro: a estabilização, a abertura econômica, as reformas, o crescimento, a consolidação da nossa credibilidade. Ampliamos e avançamos nossa agenda com os Estados Unidos, uma agenda afirmativa, que mostra o compromisso dos dois Governos de trabalhar ativamente pelo fortalecimento do intercâmbio e pela solução das diferenças que naturalmente aparecem em um relacionamento da densidade e complexidade do nosso.

Posso dizer hoje com muita tranquilidade que possivelmente nunca, desde a Segunda Guerra, foram tão boas e equilibradas as relações Brasil-Estados Unidos. Com os Estados Unidos, temos tido um diálogo maduro e franco sobre temas de interesse comum ou iniciativas conjuntas: as relações comerciais bilaterais, a integração hemisférica, a reforma das Nações Unidas. Graças, em grande medida, aos enormes avanços que fizemos no Brasil, a relação com os Estados Unidos se encontra hoje livre de grandes diferendos. Nossa agenda, mais do que positiva, é afirmativa, no sentido de que existe uma preocupação constante em construir sobre os aspectos positivos que vão compondo o universo das relações.

Mercosul

O Mercosul é talvez, hoje, a síntese do que

tradicionalmente foi o nosso outro paradigma diplomático no campo das relações bilaterais: os países do Prata. Mais do que síntese, o Mercosul é também um símbolo do grande avanço qualitativo que essas relações tiveram a partir da década de 80, quando o signo da cooperação e da parceria completa substituiu definitivamente o Signo da competição nas relações entre os dois maiores sócios do empreendimento, a Argentina e o Brasil.

O Mercosul é área prioritária da política externa brasileira. Mais do que isso, já se consolidou como um instrumento de política econômica para cada um dos seus Estados-membros. Com sentido de realismo e pragmatismo e tendo em vista os interesses da estabilização brasileira para a própria consolidação do Mercosul, procuramos adaptar a iniciativa aos imperativos que podem derivar de conjunturas macroeconômicas adversas ou potencialmente arriscadas para os Estados-membros, e creio que temos tido grande êxito. O Mercosul firma-se como um parceiro internacional e como um importante reforço à identidade e à projeção externa dos países que o compõem.

Continuamos a trabalhar pela consolidação da União Aduaneira e a promover as bases para um relacionamento mais amplo entre o Mercosul e outros países ou grupos de países. Começamos com a União Européia, através do acordo de cooperação econômica firmado em dezembro último em Madri. A intenção é chegarmos a um acordo de livre comércio entre as duas regiões, que fortaleça, do nosso ponto de vista, o equilíbrio relativo do comércio exterior dos quatro países que integram a nossa união aduaneira.

Estamos atuando também no sentido de chegar a acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e outros países da nossa região, começando pelo Chile. Pouco a pouco, o Mercosul vai completando o seu caráter de nova grande realidade econômica e política na América do Sul — um dos núcleos a partir dos quais será possível ampliar a integração hemisférica.

América Latina

Estamos ampliando a nossa parceria com nossos vizinhos latino-americanos, dando ênfase à interconexão física e à cooperação fronteiriça com esses países, respondendo a um interesse concreto cada vez maior dos agentes econômicos e das populações que negociam através de nossas fronteiras.

A América Latina volta a ocupar hoje, com vantagens o lugar de destaque que teve em nosso comércio exterior no final dos anos 70 e início dos 80; hoje, esse comércio é maior ainda, mais diversificado e mais equilibrado, e participa com perfil elevado tanto na geração de atividade econômica no Brasil quanto no suprimento de bens de consumo e matérias-primas para a nossa economia.

Um dado a reter é que hoje a Argentina é o nosso segundo fornecedor de petróleo, o que revela uma alteração substancial em nosso esquema de fornecimentos de petróleo. As visitas presidenciais ao Chile e à Venezuela, em 1995, ao México, em fevereiro último, e à Argentina, em abril, respondem a essa diretriz de intensificar ainda mais o intercâmbio e a cooperação bilaterais com países da nossa região.

Em nossa região, a dimensão multilateral, de integração no âmbito do Mercosul, não substitui nem exclui a dimensão dos relacionamentos bilaterais com todos e cada um dos países latino-americanos — inclusive, individualmente, com os nossos três sócios do Mercosul. A dimensão bilateral e multilateral se integram perfeitamente, fortalecendo-se mutuamente e contribuindo para que a América Latina consolide a sua posição como um dos quatro grandes blocos de relacionamento externo do Brasil, ao lado do NAFTA, da União Européia e da Ásia.

Integração hemisférica

O Brasil tem participado das reuniões de seguimento da Cúpula das Américas animado do mesmo espírito construtivo que orientou a nossa participação em Miami, em dezembro de 1994. Nosso compromisso com o processo iniciado em Miami é firme.

Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional.

A realidade de que estamos partindo é complexa, mas extremamente favorável. A Organização Mundial do Comércio nos dá uma estrutura de regulação e liberalização do comércio já em pleno funcionamento e em processo de aperfeiçoamento. Os arranjos sub-regionais de integração ou liberalização do comércio já são importantes focos de interação econômica. No Continente, a liberdade econômica e a abertura competitiva ao exterior consolidam-se como forças propulsoras do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Mas essa realidade complexa que nos permite ser otimistas sobre a integração hemisférica aconselha-nos uma abordagem cuidadosa do processo. Queremos evitar expectativas irrealistas ou temores que possam ser nocivos ao processo a mais longo prazo. Queremos ir com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso ou onde o consenso será alcançado passando necessariamente pela OMC e pelos arranjos regionais. E queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que tem sido a dominante na nossa região, estão se consolidando.

Em nossa visão, não há atalhos para chegar a um objetivo da magnitude da área de livre comércio das Américas. Queremos garantir que a obra que realizaremos trará a marca da permanência e do interesse consensual de todos os países participantes.

África

Na África, estamos redimensionando nossa presença e adequando-a a nossa capacidade diplomática.

Apostamos fortemente na pacificação e na

reconstrução de Angola e Moçambique, que tem todo o potencial para serem dois dos nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa participação na UNAVEM-III, a Força de Paz das Nações Unidas que ali conta com mais de 1.100 soldados brasileiros — nossa maior força militar fora do país desde a Segunda Guerra.

Estamos também repensando nosso relacionamento com a África do Sul, país que surge, com a sua democratização, como um dos pólos mais dinâmicos de desenvolvimento no Hemisfério Sul, além de ser o foco da atenção quase universal pelas suas potencialidades e pelo seu vigor econômico, ampliado com o fim do embargo e a volta dos investimentos. Esses exemplos falam de uma nova perspectiva que se abre para o Brasil na África, que volta a figurar no horizonte das nossas prioridades graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano.

Oriente Médio

Também no Oriente Médio estamos reequilibrando nossa presença, a partir da própria evolução do processo de paz que tenta por fim a um conflito que por décadas assolou a região e virtualmente subtraiu-a ao convívio internacional e aos esforços pelo desenvolvimento. Embora conturbado por atos de oposição violenta e pelas complexidades próprias de um intrincado mecanismo negociador, que coloca em presença muitos interesses e visões conflitantes e mesmo opostos, o processo de paz no Oriente Médio merece o apoio imparcial e decidido da comunidade internacional e o Brasil não poderia agir diferentemente.

O Líbano se reconstrói, Israel chega a termos com os palestinos e com vários de seus vizinhos árabes, os olhos do mundo se voltam para a região atrás de oportunidades que renascem. Minha visita a Israel, de 28 a 30 de agosto de 1995, a primeira de um Chanceler brasileiro em 23 anos, teve esse sentido de redimensionar e equilibrar nossa presença no Oriente Médio. Meu encontro com Yasser Arafat,

na mesma oportunidade, para tratar de nossas relações como Autoridade Palestina por ele presidida, teve esse mesmo sentido de equilíbrio e de aperfeiçoamento da nossa presença na área. O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se em outubro passado com o Primeiro-Ministro israelense Yitzhak Rabin, tragicamente vitimado depois, e recebeu Arafat em Brasília no mesmo mês. A partir desse reequilíbrio da nossa presença na área queremos ampliar os contatos no Oriente Médio e estar plenamente presentes no Mediterrâneo Oriental, uma região com vocação para o comércio e as relações financeiras internacionais.

Ásia-Pacífico

Na Ásia, estamos reforçando nossa presença diplomática, equipando melhor algumas Embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e pondo em prática uma ampla iniciativa de diplomacia presidencial, que começou, em dezembro de 1995, com a visita a China e a Malásia, dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente que transforma a região da Ásia-Pacífico no pólo mais dinâmico da economia mundial nos anos 90. Essa iniciativa prosseguiu em janeiro com a visita à Índia, devida há mais de duas décadas e voltada a colocar virtualmente a Índia na tela dos nossos interesses e das nossas boas parcerias na região. E completamos a primeira fase dessa diplomacia asiática com a visita ao Japão, que sinalizou a retomada da relação bilateral sobre uma nova base de confiança recíproca e com novos elementos a favorecer a relação. Os resultados foram apreciáveis, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

MTCR e outros mecanismos regulatórios

Graça aos compromissos que assumiu e consolidou em matéria de controle de exportações de materiais e tecnologias sensíveis e de não-proliferação de armas de destruição em massa, o Brasil foi admitido, em outubro último, no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. A participação

no MTCR foi resultado de um importante processo de coordenação interna do Governo brasileiro e de atualização das nossas posições em face de desenvolvimentos internacionais importantes. Percebendo o desinteresse de manter uma posição principista contrária ao caráter restrito do MTCR em matéria de participação, o Brasil passou a ver no regime uma garantia de acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento do seu programa espacial. Não abrimos mão do nosso programa; ao contrário, ele se mantém absolutamente intacto dentro de suas características de programa pacífico controlado por uma agência civil, a Agência Espacial Brasileira, e já começa a colher os benefícios da nossa adesão ao MTCR na forma do interesse desimpedido de grandes empresas em participar e da possibilidade de ter facilitado o acesso a tecnologias e componentes que ainda não temos condições de desenvolver internamente.

Essa mesma abordagem pragmática nos orienta em nosso pleito de adesão ao Grupo de Supridores Nucleares. Reconhecendo nossa condição objetiva de supridor, queremos assumir as responsabilidades internacionais inerentes a essa condição e garantir aos nossos parceiros que nós nos pautamos por regras estritas em matéria de comércio de bens e insumos da área nuclear. Trata-se de mais uma credencial em nossa atuação na área de desarmamento e não-proliferação, que ao mesmo tempo facilita o nosso acesso a tecnologias e fortalece a credibilidade geral do país — uma moeda particularmente apreciada nas relações internacionais de hoje.

Conselho de Segurança

Finalmente, para encerrar esta lista exemplificativa, temos procurado influir positivamente nas discussões em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo a tese de que a melhoria da eficácia do órgão, para cumprir o papel renovado que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento

da sua legitimidade internacional e da sua representatividade — o que se traduz em um aumento de critérios, de membros permanentes e não-permanentes.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estaremos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado, se formos chamados a fazê-lo. Mais uma vez, convém que se reafirme: não se trata de um pleito ou de uma candidatura. Não se trata tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança. E muito menos estamos subordinando qualquer interesse da nossa política externa em geral ou da intensa teia de relacionamentos com nossos parceiros em todo o mundo a esse objetivo. Fazemos, isso sim, uma defesa sincera da necessidade de reformar as Nações Unidas, até como signo de sua vitalidade ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem.

Um voto de confiança

Esta é, em grandes linhas, a diplomacia que nós procuramos empreender. Espero ter deixado claro a forma como ela pretende - e só pode ser - uma resposta coesa e coerente a esse duplo jogo de forças, as que movem o cenário internacional e as que nos movem como Estado soberano em busca da sua realização como Nação.

Ainda é cedo para anteciparmos resultados

ou para julgarmos se estamos no melhor caminho. Para esse exercício, a participação da sociedade brasileira, através do mundo acadêmico, do Congresso, dos partidos, das associações de classe, dos sindicatos, das organizações não-governamentais temáticas, é essencial e insubstituível.

O voto de confiança que pedimos à sociedade brasileira para a política externa que implementamos é sua participação, seu interesse, seu julgamento crítico construtivo. O Itamaraty não inventa interesses nem define prioridades, ele apenas cumpre um mandato.

Esse é o verdadeiro sentido da política externa em uma sociedade democrática.

As escolas militares tem um papel importante na identificação serena e objetiva de muitos desses interesses. Por isso, o diálogo entre o Itamaraty e os militares, entre os que defendem a soberania brasileira na paz e os que estão preparados para defendê-la na guerra, é insubstituível. É nesse intercâmbio que o Itamaraty encontra seu sentido maior e a política externa se realiza como um instrumento da Nação — uma Nação independente, soberana e por isso mesmo apta a lidar com a História não como seu objeto, mas para fazê-la acontecer.

Quero agora agradecer o interesse dos Senhores e colocar-me à sua disposição para aprofundar, em debate, quaisquer dos pontos desta exposição ou outros que, pelas óbvias limitações de tempo, vi-me forçado a não tocar.

Muito obrigado.



Brasil- Argentina

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço empresarial realizado no Hotel Sheraton, Buenos Aires, 8 de abril de 1996

É uma satisfação estar presente neste almoço que reúne empresários que têm interesses concretos no relacionamento econômico de nossos países.

Minhas primeiras palavras são dirigidas ao Presidente Carlos Menem, aqui presente.

Refiro-me a um amigo do Brasil, um homem que soube, com determinação e vontade política, ajudar na construção da relação exemplar hoje existente entre Brasil e Argentina.

Nem sempre foi assim. A geração a que pertencemos o Presidente Menem e eu cresceu vendo o Brasil e a Argentina mais como rivais do que como parceiros. As múltiplas tentativas episódicas de desencadear uma parceria mais efetiva não frutificaram. Poucos foram capazes de perceber que a aproximação de nossas sociedades era nosso destino histórico. Destino que agora se cumpre e ficará como nosso legado para as gerações futuras.

Se chegamos ao ponto em que hoje estamos, isto se deve à coragem e à clareza daqueles brasileiros e argentinos que contribuíram para que nos libertássemos do passado e pudéssemos olhar para o futuro. Isto se deve também à maturidade de nossas sociedades, que se fortaleceram na democracia e puderam encarar nossas relações sem receios, sem falsos antagonismos que permearam uma determinada visão do mundo superada pela História. Quero aqui prestar de público um tributo a todos os brasileiros, entre os quais destaco a do ex-Presidente José Sarney, e argentinos que acreditaram

que o Brasil e a Argentina eram sócios naturais.

Se os instrumentos da aproximação foram criados pelos Governos, pelas lideranças dos dois países, caberá agora aos agentes econômicos e à sociedade a tarefa de dinamizar ainda mais a parceria entre os dois países, gerar novas necessidades e identificar áreas que peçam a ação dos Governos. Sei que, na comunidade de negócios, as decisões de investimentos se alimentam da confiança, da previsibilidade, da percepção de que há rumos traçados e perseguidos com firmeza. E é isto o que o Brasil e a Argentina têm hoje a oferecer. São países com projetos nacionais bem definidos, que convergem em vários pontos e num que considero essencial: a prioridade conferida à integração. Estejam certos de que esta será uma meta permanente dos dois países. Tenham este dado sempre presente em suas decisões estratégicas.

A relação econômica Brasil-Argentina não deve ser confundida com o MERCOSUL. Ela vai além do MERCOSUL. Antecede o MERCOSUL. É a gênese do MERCOSUL. O MERCOSUL é uma plataforma a partir da qual, sem renunciar à defesa de nossos interesses nacionais, porque sem a preservação das identidades não há união possível, buscaremos construir um espaço econômico ampliado, integrado, na América do Sul. Estamos na América do Sul. A América do Sul é nossa circunstância geográfica e histórica e queremos agora transformá-la numa região economicamente dinâmica,

politicamente estável. Somente assim estaremos preparados para enfrentar com êxito os desafios que nos impõe a economia globalizada.

O MERCOSUL é também uma amostra do potencial de desenvolvimento que existe na América do Sul. O MERCOSUL tornou-se tão conhecido, passou a ocupar com tanta frequência a imprensa de nossos países e mesmo a internacional, que tendemos a considerá-lo como se há muito tempo fosse parte de nossa realidade econômica. Mas isto não é verdade. O MERCOSUL é uma construção recente. Tem apenas cinco anos e, neste curto período, foi extraordinário o percurso que percorremos juntos. Eliminamos gradualmente as barreiras tarifárias e não-tarifárias para o comércio entre os países membros. E com isso multiplicamos por quatro o comércio intra-regional. Negociamos e fixamos uma tarifa externa comum, transformando o MERCOSUL numa União Aduaneira com uma política comercial unificada em relação aos parceiros comerciais das outras regiões do mundo. Criamos, enfim, – e esta talvez seja nossa maior conquista – uma verdadeira “cultura da integração”. Esta “cultura da integração” nos dá base firme, sólida, para caminharmos em relação ao futuro.

A extraordinária dinâmica de nossas relações econômicas fez do Brasil o primeiro parceiro comercial da Argentina. E da Argentina o terceiro mercado para os produtos brasileiros. São dados que falam por si sós. Cresce a cada dia o número de empresas brasileiras que aqui se instalam e das argentinas que fazem o trajeto contrário no rumo do Brasil. A intensidade dos laços que se vão formando geram a necessidade de informação constante sobre o que se passa em cada um de nossos países. Os Ministros se falam com frequência. O Presidente Menem e eu temos hoje um diálogo que, de tão próximo e freqüente, tornou-se um instrumento poderoso para bem encaminharmos quaisquer problemas que possam surgir no nosso relacionamento econômico. É natural que problemas existam; são a prova de que as relações adquiriram expressão real, se tornaram densas.

Creio assim haver aqui grande interesse pelo que está ocorrendo no Brasil, que é um país que recuperou sua confiança, a capacidade de mobilizar as forças políticas e econômicas necessárias ao desenvolvimento. O Plano Real é apenas o começo, um primeiro passo necessário e importante. Mas sabemos que o Brasil precisa avançar em diversas áreas, sobretudo na correção dos desequilíbrios sociais. Precisamos promover reformas no modo de atuação do Estado, pondo ênfase na prestação de serviços públicos básicos; reforçando, na economia, sua capacidade regulatória e retirando o Estado do setor produtivo; promovendo, no campo político, novas formas de negociação e de diálogo que deixem para trás modos de atuação política arcaicos, porque baseados em interesses de grupos e clientelísticos.

A sociedade brasileira sabe que a estabilidade é o caminho necessário para o crescimento. Talvez o Brasil tenha levado mais tempo para chegar a esta compreensão da realidade econômica. Mas o tempo terá sido necessário para amadurecermos as condições para o consenso que hoje prevalece no Brasil. Sabemos a direção dos passos a serem dados.

Não há espaço para recuos.

Aprovadas no ano passado as reformas do capítulo econômico da Constituição, o que em si foi um ganho importante, estamos agora conduzindo as reformas na área previdenciária, tributária e administrativa. O saneamento financeiro do sistema previdenciário não visa ferir ninguém, mas antes beneficiar o conjunto dos brasileiros, sobretudo os que não tem qualquer privilégio, pois a reforma dará condições de previsibilidade de benefícios aos que deixam o mercado de trabalho, sem onerar excessivamente aqueles que continuam a trabalhar. A reforma na previdência já foi aprovada, em primeiro turno, na Câmara Federal, e não tenho dúvida de que ela terá cumprido todos os trâmites no Congresso ainda este ano.

A reforma tributária é outro elemento essencial para a manutenção do equilíbrio das contas públicas. Mais do que qualquer outra, a reforma

tributária exigirá complexas negociações para sua aprovação, pois envolve uma nova repartição de receitas e responsabilidades nos três níveis de Governo: União, Estados e Municípios.

Com a reforma administrativa, estaremos completando o conjunto de reformas vitais para a sustentabilidade do crescimento. Trata-se de um conjunto de medidas que visam essencialmente a elevar a qualidade dos serviços públicos à população, mediante melhor formação e treinamento dos servidores e a eliminação de eventuais excessos de pessoal em setores localizados.

Todos estas reformas necessitam negociação com o Congresso Nacional, que não se tem furtado a deliberar sobre os projetos prioritários que têm sido submetidos à sua consideração, todos referentes a temas de grande complexidade. A verdade é que o Congresso tem respondido de maneira exemplar aos anseios da população pela modernização do país. Se o ritmo às vezes pode parecer mais lento do que alguns desejariam, o fato é que tínhamos um enorme passivo de problemas pendentes a serem resolvidos. Em pouco mais de um ano de Governo, avançamos muito, o que reforça o grau de confiança em relação ao futuro do Brasil. E a prova da confiança no país vem de diversas partes, em particular dos empresários, do exterior e do próprio Brasil, que retomam os grandes investimentos. E isto também é bom para a Argentina. O crescimento econômico do Brasil tem tido um impacto direto e favorável nas exportações argentinas.

Gostaria de tocar agora num tema que julgo de extrema importância para o saneamento das contas públicas e para dar maior competitividade à economia brasileira.

Refiro-me à privatização, que sei ter avançado muito na Argentina. No Brasil, a primeira fase da desestatização ocorreu de forma relativamente rápida, mas agora já estamos em outra etapa do processo, que diz respeito a empresas de grande porte e/ou concessionárias de serviços públicos, exigindo assim cuidado na avaliação do

preço mínimo, das condições para os leilões, bem como uma legislação que afetará empresas que lidam com preços e tarifas públicas. É preciso encontrar um justo equilíbrio entre a lucratividade necessária destas empresas que serão privatizadas com a defesa do interesse público. Isto será uma novidade para nós. E não queremos adotar medidas com precipitação.

Queria dizer também algumas palavras sobre a saúde do sistema financeiro brasileiro.

E minha primeira observação é a de que nenhum país poderá alcançar desenvolvimento sustentado no longo prazo se não contar com instituições financeiras sólidas, que transmitam confiança ao público e estejam aptas a financiar o desenvolvimento da nação.

Esta função é insubstituível. Ela precisa ser exercida com eficácia e temos de pagar um preço para isto no curto prazo. Por isso, e diante da situação que se verificou em outros países conhecidos, não hesitei em lançar um programa para a consolidação do sistema financeiro nacional, visando seu fortalecimento. O preço a pagar pode ser alto à primeira vista, mas se justifica porque a alternativa pode ser a quebra da confiança e uma corrida aos bancos, de conseqüências imprevisíveis para todos os brasileiros que têm seus recursos em bancos. E eles são a maioria absoluta de nossa população. Tomamos medidas justas e equilibradas, cuja motivação principal era a de proteger os depositantes, não os banqueiros.

Por isso também não hesitei em tomar a decisão de recapitalizar o Banco do Brasil, uma das maiores instituições financeiras do mundo e que têm atividades de fomento nas áreas agrícola e industrial. Não podemos tratar este tema com leviandade, com viés político, com interesses oportunistas. Porque o que está em jogo é o desenvolvimento do país. Mas que não reste dúvida sobre a disposição deste Governo de apurar todos os eventuais ilícitos que forem comprovados. Os banqueiros que gerenciaram mal os recursos sob sua guarda arcaram com as

conseqüências de seus erros, nos termos da lei. E que não haja dúvidas sobre este ponto: irão para a cadeia se condenados pela justiça. Este é um compromisso de meu Governo. E quero ser cobrado por este compromisso que assumi.

Ao concluir, reafirmo minha convicção de que estamos vivendo um momento de aproximação e dinamismo extraordinário nas relações econômicas entre Brasil e Argentina.

E isto se deve em grande parte à coragem e ao trabalho daqueles que acreditam no futuro desta relação e traduzem esta crença na geração de riqueza. Isto se deve a empreendedores como aqueles que se reúnem nos Grupos Brasil e Argentina, que têm o mérito de terem sido os pioneiros de uma aproximação que é motivo de justo orgulho para todos nós.

Brasil - Argentina

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Herinque Cardoso, por ocasião do Banquete oferecido pelo Presidente da República Argentina, Carlos Menem, Buenos Aires, 8 de abril de 1996

Gostaria de dizer umas poucas palavras para agradecer a meu querido amigo, o Presidente Carlos Menem, e a todos os argentinos, a extraordinária hospitalidade com que temos sido brindados em cada momento desta visita de Estado.

Creia-me, Senhor Presidente, que nós, brasileiros, reconhecemos nesses gestos de amabilidade e de atenção, a tradução clara da amizade que se consolidou entre nossos países.

É com tranquilidade que podemos oferecer uns aos outros oportunidades importantes como esta para afirmar que as relações entre nossos países são mais que uma prioridade elevada em nossas agendas: são também uma realidade à qual se habituaram nossos povos e nossas sociedades.

As lideranças políticas e os empresários que me acompanham dão testemunho do interesse amplo que desperta a nossa aproximação.

A história das relações internacionais oferece poucos exemplos de países que, ao repensar suas relações, ao projetá-las no futuro, tenham trazido mudanças tão positivas não apenas na dimensão bilateral, como também em suas próprias regiões.

O Brasil e a Argentina conseguiram fazê-lo, e o fizeram bem. A partir de nossa integração, nasceu o MERCOSUL e o MERCOSUL tem sido decisivo para acelerar o ritmo da integração da América do Sul.

Isto foi possível porque soubemos sempre preservar a dimensão bilateral de nossa relação. Uma

dimensão que não exclui nem substitui a dimensão sub-regional ou regional de nossas diplomacias; ao contrário, as complementa e lhes dá base firme.

Estou feliz porque participo ativamente desse processo de construção de uma amizade exemplar entre países vizinhos e irmãos, que se associam, ao tempo em que preservam e fortalecem suas individualidades.

Este é um projeto de Estado em nossos países, mas de Estado democrático. É, portanto, obra de Governos e de sociedades.

Daí provém sua legitimidade. Daí provém suas perspectivas de permanência e de aperfeiçoamento continuado.

Essa é a razão fundamental de nosso reencontro.

Ele é parte de um diálogo amplo, contínuo e de alto nível entre os dois países.

Suas marcas são a franqueza e o interesse próprio de amigos e sócios. De amigos que utilizam sua sociedade para dar a sua amizade uma dimensão prática, material e produtiva. De sócios que usam sua amizade para negociar e atuar com confiança, com lealdade, com uma sensibilidade que vai além do interesse material imediato.

Temos realizado muito sob a égide desse espírito. E, sobretudo, temos conseguido manter uma agenda bilateral dinâmica, ampla e variada, em constante trabalho de incorporação de novos temas

e áreas naquilo em que podemos trabalhar juntos, em benefício comum.

Somos países que souberam pôr a serviço de seus interesses comuns a vizinhança e a contigüidade territorial, a semelhança de seus desafios no campo do desenvolvimento social e econômico e sua necessidade partilhada de aperfeiçoar constantemente sua inserção internacional para enfrentar os desafios e riscos de um mundo em mudança acelerada.

Criamos valores comuns porque, em nosso diálogo, soubemos respeitar nossas individualidades nacionais.

Nossas diferenças enriquecem-nos porque soubemos compartilhar experiências no campo da cultura, dos projetos econômicos, da luta pela justiça social.

A história contemporânea de nossos países

tem servido de base para um aprendizado mútuo.

E estou seguro de que, a partir deste reencontro, vamos dar um novo salto nessas relações, as quais já adquiriram a qualidade de essenciais para nossos países, como atestam as cifras do intercâmbio e a extensa lista de assuntos que nos ocupam.

Senhor Presidente,

Este é o sentimento que trouxe a mim e a minha comitiva a Buenos Aires. Este é o compromisso que nos anima.

Por isso, quero pedir a todos que me acompanhem num brinde à prosperidade da Nação Argentina, à excelência de nossa amizade sempre forte e crescente e à saúde e felicidade pessoal de meu querido amigo, o Presidente Carlos Menem.

Muito obrigado.

Sessão Solene do Congresso

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de Sessão Solene do Congresso da República Argentina, Buenos Aires, 9 de abril de 1996

Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pelas expressões de amizade e confiança com que o Congresso argentino recebe o Presidente do Brasil em sessão solene.

Pronuncio essas palavras sob a emoção do reencontro com tantos amigos parlamentares argentinos. Os Senhores são dignos representantes desta Nação, todos companheiros na luta que este Continente tem travado e vencido para fazer da democracia uma referência perene na História que estamos construindo neste Hemisfério.

Falo a Vossas Excelências como alguém que fez sua aprendizagem política no Parlamento, num momento de dificuldade para o Brasil, de crises e de transformações.

Tenho orgulho daquilo que realizamos, sobretudo porque soubemos manter a devoção permanente à democracia, aos valores da tolerância e do respeito político, valores que sempre orientaram minha conduta pública.

O tributo de admiração e de respeito que o Poder Executivo faz ao Legislativo é parte do ritual da democracia. Transposto às relações entre países, este tributo ganha uma dimensão política — e diplomática — transcendental. Porque os povos da América têm consciência do papel de seus Congressos como instrumento da cidadania e de participação e aspiram a que seus governantes sejam porta-vozes dessa admiração quando visitam povos irmãos.

Agradeço-lhes, a oportunidade de fazer esse tributo.

Esta é a Casa do Povo argentino e, em razão disto, o símbolo que melhor representa sua vontade soberana e seu destino de Nação democrática. Os atos e decisões que aqui se originam vêm marcados com o sentido mais profundo da nacionalidade e com a legitimidade que é própria de uma grande democracia.

Brasileiros e argentinos, tratamos nossas relações, afortunadamente, como um patrimônio precioso, um legado construído cuidadosamente e que será deixado a nossos filhos e netos, uma promessa, enfim, que vai se tornando realidade.

Senhores Senadores, Senhores Deputados, A amizade entre o Brasil e a Argentina e, sobretudo, a relação estreita que fomos capazes de construir nestes últimos anos, são seguramente uma prova de que esta relação era não apenas possível, como também indispensável.

Porque tanto os povos, como os homens, não podem viver isolados nem fugir das suas circunstâncias.

E nossa circunstância, enquanto brasileiros e argentinos, é constituída por este vasto panorama de civilização e cultura que nos une e associa no Cone Sul da América.

É constituída pela História comum de povos

que nasceram como colônias, fizeram sua independência e continuam a construí-la como uma tarefa à qual temos que nos dedicar quotidianamente na luta pelo desenvolvimento e pela justiça social.

É constituída por nossa geografia e vizinhança inescapáveis, com seu inexorável sentido de destino compartilhado e realizações comuns.

É constituída pelo vasto pampa e pelas regiões subtropicais que conformam parte de nossa paisagem física e que nos unem no terreno, dando continuidade a nossos territórios e proximidade material a nossos projetos.

É constituída pela origem diversificada de nossa cultura, de nossa paisagem humana que envolve raças distintas e que nos aproximam no espírito, tornando tão fácil nosso entendimento.

Nossa circunstância é constituída ainda pela democracia, que nos identifica e aproxima, mediante o compromisso comum com a legitimidade, com estabilidade social e política, com a busca de consenso amplo nos grandes temas e desafios, para que nossos povos assumam definitivamente o seu papel de sujeitos da História.

Porque é assim, e somente assim, que, com a força e a inspiração democrática dos povos, se constroem as grandes nações.

Nossa circunstância é, também, a intensa relação econômica e comercial que fomos construindo entre o Brasil e a Argentina, à medida em que nos tornávamos sócios prioritários.

Hoje temos consciência de quanto esse intercâmbio significa, em termos de cifras e de postos de trabalho; o que representa o seu efeito multiplicador, a sua energia vital e sua escala produtiva para nossas respectivas economias.

Damo-nos conta, hoje, de que, em apenas alguns anos de intenso trabalho integracionista, fomos capazes de incrementar quatro vezes o valor de nosso comércio bilateral.

Nossa circunstância é o compromisso que assumimos e que continuamos a cumprir com a integração em nossa região, a qual, com o Mercosul,

modificou não apenas a realidade política e econômica da América do Sul, como também a percepção que a comunidade internacional tem de nossos países.

Nossa circunstância é a civilização de fronteira que se vem desenvolvendo em modelos de convivência pacífica entre nossos povos ao longo de nossas linhas de limites.

Nossa circunstância é, enfim, essa capacidade que temos de compreender e admirar a diferença que separa as línguas de José Hernandez e João Guimarães Rosa.

Há um mesmo sentido humano em duas culturas que foram capazes de criar Martín Fierro e Grande Sertão, Veredas, as inflexões de Jorge Luís Borges e a sensibilidade filosófica de Machado de Assis, para mencionar apenas algumas realizações e personalidades que projetam nossas culturas nacionais com igual força na dimensão universal.

E por trás desse sentido do humano, encontram-se necessariamente um mesmo sentido do destino e da convicção de que, juntamente com nossos pares, chegaremos mais rápido e com maior segurança aos objetivos que nos propomos: ser povos felizes, realizados na grandeza de nações mais justas e generosas, sócias na riqueza e na paz. E dispostas, com seu exemplo, a contribuir para que a História da humanidade continue a ser uma saga de liberdade e de dignidade para todos os homens.

Senhores Congressistas,

Venho a Buenos Aires para fortalecer cada vez mais uma relação que já adquiriu a condição de ser mutuamente essencial para o Brasil e a Argentina.

Temos dado passos importantes para transformar a América do Sul numa região de convergências, das quais o Mercosul é um exemplo vivo.

Podemos nos orgulhar dessa nossa obra, e sobretudo, de termos sido capazes de perseverar nesse caminho, muito embora possamos nos sentir às vezes pressionados por problemas internos ou

fortemente confrontados pelos desafios de um mundo em mudança constante.

Estamos dando um novo perfil às relações que os países latino-americanos mantiveram tradicionalmente entre si. Nunca antes na História de nosso Continente duas nações conseguiram alcançar grau semelhante de integração.

Nunca antes nossos países puderam dar respostas tão coordenadas e verdadeiramente efetivas aos desafios, oportunidades e riscos que apresentam hoje o sistema econômico internacional e as realidades de poder no mundo.

Nunca antes fomos capazes de demonstrar que a integração não era apenas um sonho de próceres visionários, mas principalmente um projeto político que tencionava impor-se a uma realidade ainda incapaz de dar-lhe vida própria — um projeto que lutava por transformar-se em ações políticas dos Governos da região, mas que encontrava fortes resistências materiais e mentais.

Mudamos isso. E conseguimos fazê-lo conjuntamente.

Com uma visão de futuro, mas sem nos esquecermos da experiência do passado.

Sem ignorar os imperativos do presente. Sem descurar do bilateral, porque não há integração possível, não regionalização possível, se a base da qual se parte não é sólida e fértil.

Estamos alcançando hoje uma rede de relações intra-hemisféricas, de uma intensidade única em nossos hemisférios. Nela, as dimensões bilateral, sub-regional e regional, são parte de um processo mais amplo de resposta do hemisfério à globalização e às mudanças no sistema internacional.

O bilateral e o sub-regional não são instâncias que se excluem. Ao contrário, são dimensões que se completam e se fortalecem. Da mesma forma que a consolidação do Mercosul constitui-se num patrimônio para as relações entre o Brasil e a Argentina, o fortalecimento de nossas relações tem um impacto positivo e multiplicador no âmbito do Mercosul.

Por isso, vim a Buenos Aires: para mostrar que o eixo de nossas relações é insubstituível em nossa concepção do mundo e da América do Sul.

Devemos dar o exemplo de uma amizade madura e respeitosa, de uma relação de confiança e de lealdade, preservando os espaços que são próprios de cada nacionalidade, e fazendo florescer os traços distintos de nossas respectivas individualidades.

Estamos conscientes de que nossa relação e a obra de integração que ela ajuda a construir somente serão possíveis e terão sentido, na medida que nos fortaleçamos como nações, como povos, com suas idiossincrasias, modos de ser e de pensar, como culturas nacionais e como Estados soberanos.

Porque somente com manifestações de uma soberania que se afirma e participa podem se conceber as políticas externas de nossos países.

Senhores Parlamentares,

Venho a Buenos também, para manifestar minha convicção de que os avanços que se estão produzindo no Brasil em matéria de estabilização econômica, crescimento e reformas estruturais, continuarão a ter impacto positivo e multiplicador sobre nossa relação bilateral e sobre os esforços para consolidação do Mercosul.

O Brasil é um país que recuperou a confiança, sua auto-estima, sua capacidade de gerar consensos ou maiorias expressivas e de mobilizar grandes forças políticas em prol da mudança e do progresso. E para isso, o Congresso brasileiro tem contribuído de maneira decisiva.

Temos dado grandes passos com o Plano Real e as primeiras reformas que flexibilizaram monopólios estatais e que deram homogeneidade ao tratamento dispensado a empresas nacionais e estrangeiras. Também avançamos na área de propriedade intelectual e na ampliação dos compromissos brasileiros no campo da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Mas isso é apenas o princípio. É uma direção,

um sentido, e não o ponto de chegada. A chegada está mais adiante. E dependerá de nossa capacidade de perseverar nesse rumo por um longo período. Temos uma base forte para fazê-lo. A estabilização teve no Brasil um impacto muito positivo sobre a área social. E isto se mede com cifras concretas, não com retórica.

Não podemos frustrar as expectativas que foram criadas em torno da possibilidade, pela primeira vez, clara e duradoura, de que nosso país, através da estabilidade econômica e da reforma e do crescimento sustentado, alcance finalmente o desenvolvimento com justiça social e equidade.

A agenda do prosseguimento das reformas está definida. Temos que avançar na reforma da Previdência Social, que já deu seu primeiro grande passo, há três semanas, na Câmara dos Deputados. Temos que fazer a reforma tributária e do Estado.

Temos que aprofundar o processo de privatização, com os cuidados que exige o manejo de um gigantesco patrimônio público.

Todas essas reformas foram e continuarão sendo objeto de uma ampla negociação com o Congresso e as forças sociais do País.

Não temos a intenção de impor nada. Tampouco temos a intenção de ir contra o sentimento do povo, em seu afã de consolidar os benefícios que recebeu com o Real. O que se impõe é, acima de tudo, a decisão da maioria e, se possível, o consenso. Não estamos fazendo política com o horizonte de dois, três ou quatro anos, e sim, ajudando a concluir o longo e complexo processo de construção de uma nação.

Senhores Congressistas,

Os resultados desse novo encontro entre os dois Governos não poderiam ser melhores.

Quero deixar-lhes o testemunho da minha grande satisfação por tudo aquilo que foi possível alcançar nesse novo encontro entre nossos dois Governos, tanto no político quanto no econômico.

A estrutura jurídica da amizade brasileiro-

argentina fortalece-se quando a ela agregamos novos compromissos, ou compromissos renovados que buscam atualizar o tratamento bilateral de temas de interesse comum.

Firmamos vários Acordos nas áreas de cooperação técnica, espacial e de meio ambiente, de interconexão energética, de integração física e de formação de recursos humanos. Uma Declaração Conjunta, para a qual permito-me chamar a atenção de todos os Senhores, que serve de marco político para esta visita.

Mas o êxito de uma visita, como a que faço neste momento a este país, não pode medir-se apenas pelo número de Acordos e de compromissos firmados entre os dois Governos.

As conversações que mantive com o Presidente Menem servem ao propósito de preparar, mais do que nada, uma nova etapa de nossas relações em cada um dos incontáveis campos pelos quais elas se desenvolvem.

Em todas e em cada uma dessas áreas, agregamos uma contribuição, assinalamos uma orientação, identificamos uma prioridade, intercambiamos opiniões francas, destacamos as coincidências e tratamos com pragmatismo as diferenças que podem, sim, e devem existir entre povos orgulhosos de suas identidades e cientes de seus interesses.

É um trabalho conjunto que associa os dois Governos e que deve também, naturalmente, associar os dois Congressos.

Porque os Parlamentos de nossos países têm tido e continuarão a ter um papel decisivo na construção de nossa relação e na sua projeção nas dimensões regional e global.

Esta é mais do que uma mensagem, é uma exortação que quero fazer. A obra de construção para esta verdadeira relação privilegiada entre o Brasil e a Argentina, e nossa participação conjunta no Mercosul exigem um trabalho permanente de intercâmbio de informação, de coordenação e de labor conjunto entre os Governos e as sociedades

de nossos países.

É o que estamos fazendo a nível de Governo, como provam os numerosos encontros de alto nível e a estreita vinculação profissional e pessoal que mantêm nossos Ministros e funcionários das mais variadas hierarquias.

É o que estamos fazendo a nível das sociedades, dos contatos cada vez mais freqüentes e produtivos entre setores organizados dos meios empresarial, sindical e acadêmico.

Queremos que os Congressos dos dois países, que os Membros do Poderes Legislativos brasileiro e argentino participem ainda mais dessa tarefa. Que se conheçam pessoalmente, que troquem opiniões francas e sinceras, que trabalhem juntos naqueles temas que integram nossas respectivas agendas nacionais e que são de interesse comum.

Isso é importante para fazê-los avançar conjuntamente e para fazer com que se multipliquem os efeitos benéficos dessa obra comum sobre cada um de nossos países.

Senhores Senadores, Senhores Deputados,

Os Senhores fizeram um gesto de enorme significado ao honrar o Brasil com esta Sessão Solene. Compraz-me identificá-lo como uma manifestação adicional do compromisso de Vossas Excelências para com nossa relação, para com o Mercosul, para com a América do Sul e para com o nosso futuro como Nações.

Em nome do povo brasileiro, quero agradecer-lhes por esta oportunidade e por tantas demonstrações de amizade.

Muito obrigado.



Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

*Exposição do Ministros de Estado das Relações Exteriores,
Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações
Exteriores da Câmara, sobre o tema “A política externa
brasileira no primeiro ano do Governo Fernando Henrique
Cardoso”, 11 de abril de 1996*

Introdução

Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Átila Lins, por esta oportunidade de voltar aqui para fazer uma apresentação sucinta e esquemática das realizações da diplomacia brasileira e dos desafios que permanecem à nossa frente neste ano de 1996.

Como sempre, é um prazer poder participar deste exercício de coordenação entre o Executivo e o Legislativo na implementação da nossa política externa. Como em tantas outras áreas, a política externa pressupõe uma parceria entre o Executivo e o Congresso, com responsabilidades compartilhadas.

Muitas das questões tratadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal têm um forte impacto sobre a nossa inserção internacional e sobre os esforços que nós temos a obrigação de fazer para aperfeiçoar as nossas parcerias externas e colocá-las cada vez mais a serviço dos interesses internos brasileiros.

Agora mesmo o Congresso tem em sua agenda diversos assuntos de interesse direto para a melhoria dos termos do nosso intercâmbio político e econômico com o resto do mundo. As reformas constitucionais e diversos acordos que vêm sendo assinados com nossos parceiros são exemplos disso.

É natural que o Itamaraty se volte com atenção e interesse para o que ocorre aqui e que esteja sempre disposto a trazer o aporte da sua experiência e da sua visão do mundo e das relações exteriores do nosso país para ajudar a avançar no tratamento desses assuntos.

Em um Estado democrático, a política externa necessariamente tem de passar por uma avaliação constante das forças sociais e muito especialmente do Congresso, instituição representativa por excelência. O Itamaraty é sensível a essa realidade e tem procurado ampliar e diversificar os seus canais de comunicação com a sociedade brasileira. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados tem sido um foro privilegiado para esse contato e para um trabalho conjunto que nós consideramos insubstituível.

Dei uma instrução permanente a meus colaboradores para que, a exemplo do que faz o Chanceler, estejam sempre à inteira disposição da Comissão e de cada um dos seus membros titulares e suplentes para explicar ou aprofundar temas, tópicos de agenda e iniciativas dentro da área de competência do Itamaraty. Espero com isso que possamos trabalhar juntos, em parceria, a Comissão de Relações Exteriores e o Itamaraty, para avançar a agenda diplomática brasileira em 1996.

O apoio a Estados e Municípios

Queria anunciar-lhes também, em primeira mão, que, por instrução expressa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, determinei a meus colaboradores que estudem a institucionalização de uma unidade no Itamaraty destinada a fazer a interface do Ministério com os Governos dos Estados e Municípios em matéria internacional.

A idéia é ter uma unidade adequadamente lotada com diplomatas experientes, que possam assessorar os Governos estaduais e municipais em suas tratativas com outros Governos, organismos internacionais e organizações não-governamentais internacionais, fazendo a interlocução com as unidades substantivas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e com nossas Embaixadas e Consulados no exterior.

Essa unidade sistematizaria os contatos, hoje dispersos, entre o Itamaraty e os Governos estaduais e municipais, aproximando mais a Chancelaria e os poderes públicos locais. Seria uma forma de suprir uma lacuna importante, decorrente do fato de que cada vez mais as unidades da federação e os municípios, e muito particularmente aqueles mais expostos à vida internacional pela proximidade física com países vizinhos, voltam-se para o exterior em busca de investimentos, financiamentos, cooperação técnica e aportes variados.

Essas iniciativas devem ser incentivadas e orientadas a fim de que se somem aos esforços do Governo federal no cumprimento das suas atribuições constitucionais em matéria de política externa.

Não tenho ainda uma definição sobre o formato que assumiria essa unidade, mas o importante é podermos contar com essa oferta de um serviço em grande demanda, que supra a impossibilidade de o Itamaraty estar presente em todos os Estados da Federação por razões orçamentárias e mesmo operacionais.

Um apelo pelas reformas e pela consolidação do Plano Real

Provavelmente nunca antes os êxitos da política externa estiveram tão estreitamente vinculados aos êxitos que o Congresso obtenha avançando a agenda política, econômica e social do país.

O amadurecimento político do país e a consciência dos nossos desafios e constrangimentos geraram um quase-consenso sobre a necessidade e a urgência de reformas que nos permitam reduzir as disparidades sociais e regionais com medidas eficazes e duradouras, que não comprometam a médio ou longo prazo a estabilidade econômica e o crescimento.

Essas reformas se vêm fazendo com o ritmo próprio de uma democracia complexa.

Temos sido enfáticos junto a nossos interlocutores a respeito da necessidade de se ter em conta e respeitar os ritmos e os rituais próprios da democracia na construção de consensos ou maiorias expressivas. Temos sido enfáticos também sobre os ganhos, a longo prazo, de decisões amadurecidas, legítimas e responsáveis. Creio que temos sido bem compreendidos.

Já avançamos muito em matéria de flexibilização de monopólios e equidade no tratamento dos capitais nacionais e internacionais. Temos avançado na privatização, com as cautelas que ela requer. Afinal, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua recente viagem ao Japão, não somos um pequeno país que está privatizando uma linha aérea ou dois ou três pequenos bancos provinciais.

Estamos falando de empresas de grande porte, que necessitam de capitais privados, mas que constituem um importante patrimônio público com notável incidência sobre o sistema produtivo do país. O interesse que essas empresas geram constitui sem dúvida um trunfo na relação com nossos parceiros no exterior.

Uma vez que o nosso interesse comum é a política externa brasileira e nossas relações com o mundo, quero insistir sobre o efeito positivo que a

estabilização da economia, o ajuste, as reformas em curso e a retomada do crescimento em bases mais seguras têm tido sobre a imagem do Brasil no exterior e sobre o crescimento do interesse de nossos parceiros pelo Brasil. A percepção do Brasil como país de oportunidades e como força emergente na economia mundial se está consolidando.

O Brasil será sempre, lá fora, o que nós quisermos que ele seja, o que nós formos capazes de fazer com que ele seja. Não há imagem que se sustente sem a base firme da realidade, nem se pode viver a ilusão de que a imagem pode substituir a realidade. Com a estabilização e com as reformas em curso, nós mudamos quase que completamente para positivo o sinal com que figuramos na agenda internacional e na agenda das relações com nossos principais parceiros tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento. Não podemos parar no meio do caminho, nem retroceder. Nunca antes foram tão favoráveis as condições para se fazer política externa no Brasil — uma política de realizações. É preciso aproveitar essas condições, multiplicar o seu efeito benéfico, pô-las a serviço de interesses muito claros — e prementes — do Brasil em suas relações com o mundo exterior.

Fizemos muito para consolidar uma imagem nova, de credibilidade e confiabilidade, de um país que é capaz de enfrentar com determinação e autoconfiança os seus problemas.

Demos passos concretos nesse sentido e estamos recolhendo os benefícios. Se não, que falem por si mesmos exemplos como o da extraordinária elevação do patamar das nossas relações com o Japão, consagrada com a recente visita de Estado do Presidente Fernando Henrique a Tóquio, em março último, ou a sensível mudança para melhor das nossas perspectivas de acesso a tecnologias na área espacial com o nosso ingresso no MTCR — o regime de controle de tecnologias de mísseis. Ambos são eloqüentes a respeito do impacto direto que têm sobre a nossa projeção externa avanços que fazemos aqui dentro, em nosso interesse e para nosso benefício.

Temos que abandonar de uma vez por todas a ilusão de que, por sermos um país continental, de grande população e com um PIB considerável, naturalmente estamos destinados a ter importância e mesmo a ditar a agenda do nosso relacionamento com os nossos parceiros em todo o mundo.

Como tenho dito, não basta ser grande e relativamente importante; é preciso atuar em consequência, e isso não se faz no exercício de principismos estereis ou na ilusão da autarquia e do fechamento em nome de um falso nacionalismo.

O Itamaraty sente-se à vontade para falar da soberania nacional, porque nasceu, cresceu e se consolidou no exercício da defesa dessa soberania. A soberania só é real se por trás dela existir uma nação forte, com uma moeda respeitada, com uma economia capaz de gerar poupança e investimento, com uma sociedade mais integrada e menos desigual, com uma população mais educada e politicamente participante.

Tudo o que pudermos avançar em matéria de reformas que consolidem as tendências positivas observadas com o Plano Real, com a abertura competitiva e responsável da nossa economia e com a retomada do crescimento terá um impacto positivo e fecundador sobre as nossas relações exteriores e sobre o fortalecimento da nossa soberania.

Por isso, não queria deixar de começar esta conversa sem fazer um apelo muito direto, muito objetivo e profissional, em favor do avanço continuado das reformas que irão consolidar o Plano Real e tornar permanentes os ganhos que ele trouxe para a sociedade brasileira. Só assim, do ponto de vista da política externa, nós teremos condições de perseverar na via que temos explorado nestes dezesseis meses de Governo Fernando Henrique Cardoso: a de uma diplomacia capaz de revalorizar as nossas parcerias tradicionais e de ir colocando o país, pouco a pouco, em posição de exercer influência nos mecanismos decisórios, políticos e econômicos, que gerem as relações internacionais contemporâneas. E isso sem qualquer veleidade de

prestígio falso ou de liderança vazia.

Não estamos fazendo nada no plano externo que não seja para coadjuvar os esforços do povo e do Governo brasileiros por um desenvolvimento sustentável, com estabilidade e mais equidade.

Com dois anos de sustentação do Plano Real, o Brasil já mostrou uma diferença fundamental nas relações com seus parceiros em todo o mundo. Hoje, somos foco de interesse e, mais do que isso, nossa parceria é valorizada por nossos amigos e sócios internacionais. Melhorando os termos do nosso relacionamento externo, desimpedindo nosso acesso a mercados, tecnologias e investimentos produtivos e apostando na importância relativa do país, nós estamos na verdade ajudando a fortalecer o nível da atividade econômica interna, a gerar e manter empregos e a melhorar a qualidade de vida da nossa população.

A diplomacia brasileira em um mundo em transformação

A diplomacia do Governo Fernando Henrique tem procurado ser uma resposta a mais completa possível a uma nova realidade internacional e aos imperativos internos brasileiros, valendo-se das condições mais favoráveis que temos hoje para melhor inserir-nos em nossa região e no mundo. Falo de um mundo em que, graças ao fim da Guerra Fria e das confrontações ideológicas mais virulentas, emergiram com toda a sua intensidade os verdadeiros desafios da vida internacional: ser mais competitivo no plano econômico comercial e tecnológico para poder extrair da inserção externa o maior número possível de benefícios ao menor custo possível.

Esses benefícios são tangíveis. Falo de investimentos produtivos em sua permanente busca de uma complexa combinação de estabilidade política e econômica, potencial e dinamismo dos mercados e transparência e segurança das regras. Falo de acesso desimpedido a mercados e a tecnologias indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Falo de maior participação nos mecanismos

decisórios internacionais, de forma compatível com os interesses, as capacidades e a projeção internacional do país.

É isso o que temos procurado facilitar com a nossa política externa. Uma política externa de persistente revisão e aperfeiçoamento das nossas parcerias tradicionais e de busca de novas parcerias individuais ou regionais.

Mas é preciso desde já fazer duas precisões.

A primeira delas é que a diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais, da mesma forma que ela procura melhorar a inserção internacional do país que representa. Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar. Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país.

A segunda é que a diplomacia de um país como o Brasil opera necessariamente a partir de um patrimônio diplomático. Ela não admite mudanças irrefletidas ou bruscas, nem barganhas voltadas para o curto prazo, nem jogos de cena ou buscas irrealistas de prestígio.

Temos um patrimônio político construído com os diferentes grupos de países com os quais nos relacionamos, temos uma tradição de atuação equilibrada e amadurecida nos foros multilaterais e temos interesses claros como grande país continental, com uma economia cada vez mais dinâmica e integrada ao exterior e que cresce como referência para outras economias.

Poucas vezes no passado nos moveram veleidades de liderança, a ilusão do prestígio construído através de iniciativas de impacto na cena regional ou internacional ou a miragem de relações especiais ou alinhamentos automáticos que não tinham correspondência na escala de prioridades do parceiro. Quando isso ocorreu, rapidamente se percebeu a limitação do gesto, e se voltou ao curso

refletido de uma diplomacia amadurecida em décadas de complexas lides internacionais.

Há uma sabedoria na tradição, na memória e na prudência diplomáticas, não por conservadorismo ou principismo estéril, mas porque as relações entre Estados se dão ao longo de períodos extensos da História.

Por isso, o papel da diplomacia brasileira é interpretar corretamente as prioridades nacionais, situando-as dentro do projeto mais amplo do nosso desenvolvimento e procurando servir como instrumento dessas prioridades no plano exterior. Sem preconceitos, sem ingenuidade, sem demagogia ou arroubos retóricos.

Não quero buscar um rótulo que designe essa política externa, mas sim caracterizá-la pelos seus elementos definidores centrais. Não andamos atrás de slogans, mas sim de resultados, e não de quaisquer resultados, mas sim daqueles que se somem aos esforços que fazemos em matéria de política econômica e de política social.

Algumas diretrizes básicas da diplomacia do Governo Fernando Henrique Cardoso

Nossa diplomacia é universalista e não-excludente. Essa é uma característica que deriva da própria inserção internacional do Brasil, um país com relações equilibradas entre quatro grandes pólos — a Europa, a América do Norte, a América Latina e a Ásia — e com presença expressiva nos cinco Continentes.

Buscamos reforçar ou criar parcerias com base em interesses concretos e naturais, no seu impacto no nosso nível de atividade econômica, e no seu papel na configuração de uma rede de presença internacional do Brasil. Queremos estender essas parcerias em todas as áreas do globo, em especial naquelas que mostram maior dinamismo, como a Ásia, a última região em que nos restam amplos espaços a explorar.

Não há elementos ideológicos que presidam a busca dessas parcerias. Com princípios, mas com

pragmatismo, buscamos as oportunidades onde elas existam. E não há, na concepção brasileira, razão para privilegiar um ou outro relacionamento externo, um ou outro foro internacional ou agrupamento regional ou temático, em prejuízo ou detrimento de outros.

Os limites de nossa ação diplomática serão os limites dos nossos próprios recursos.

Sua principal baliza é o princípio de que é importante para o Brasil assumir, nas suas relações com o resto do mundo, um lugar condizente com as suas dimensões e com as suas características de grande país em desenvolvimento.

Nossa diplomacia é um instrumento a serviço do nosso desenvolvimento sustentável com justiça social. Isso quer dizer que ela não é um fim em si mesma, nem obedece a concepções puramente intelectuais da realidade mundial ou do nosso próprio país. Não se ilude com veleidades de liderança ou de prestígio. Tem uma consciência aguda dos trunfos e dos constrangimentos do Brasil, mas não busca confrontos estéreis que possam isolar-nos, nem iniciativas desprovidas do sentido pragmático que nos inspira.

Nossa diplomacia tem também uma percepção clara do que é a agenda internacional contemporânea, de como ela evoluiu nos últimos anos, de quais são as prioridades reais nessa agenda para um país como o Brasil e de quais são as atitudes e os reflexos que não mais correspondem a uma realidade internacional transformada.

Para isso, estamos fazendo os ajustes necessários em nossa ação e ampliando a nossa reflexão. Embora conscientes da importância do nosso patrimônio diplomático, estamos evitando, a todo custo, ações reflexas, atitudes mecânicas e pré-concebidas e dogmatismos que são *in limine* incompatíveis com as mudanças que caracterizam o mundo e o nosso próprio país.

Queremos uma diplomacia ativa, não reativa, como corresponde a um país que tem interesses concretos a promover nos mais variados âmbitos da política internacional.

Repudiamos toda falsa cautela que justifica a inação e que pode ser responsável por perdermos espaço na cena internacional e tempo nos movimentos estratégicos que se impõem.

Não queremos chegar tarde às áreas novas que se reincorporam ao convívio internacional, e por isso estamos fazendo uma política ativa na África Austral e no Oriente Médio.

Erigimos em prioridade concreta as nossas parcerias com os países da ASEAN, possivelmente o núcleo de países que mais cresce no mundo, e atualizamos a nossa relação com a China, a Índia e o Japão. Estamos participando com interesse e espírito aberto e construtivo dos debates em torno da reforma das Nações Unidas, da ampliação do Conselho de Segurança, da urgência de mecanismos que previnam e corrijam os impactos da volatilidade dos capitais sobre as economias emergentes. E temos estado ativos no seguimento da Cúpula de Miami, preocupados em dar um curso positivo, construtivo e realista ao processo de integração hemisférica a partir dos arranjos sub-regionais.

Alguns exemplos

São muitos os exemplos de ações que temos promovido para tornar palpáveis essas diretrizes. Dezesesseis meses de política externa particularmente ativa já são suficientes para mostrar o grau em que praticamos a dialética que se consagrou na nossa história diplomática: a renovação combinada com a continuidade. Insistindo no fato de que a lista sucinta que apresento a seguir é exemplificativa e não exclui outras áreas de atuação e prioridades da nossa política externa, gostaria de encaminhar-me para o final mencionando alguns desses exemplos da nossa atuação diplomática mais recente.

Diplomacia Presidencial

As viagens internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso não são apenas o exercício, pelo Brasil, da diplomacia de Chefes de Estado e Governo, característica das relações

internacionais nas últimas décadas e uma prática hoje comum entre os Estados.

Elas traduzem também uma estratégia deliberada de nos valermos do instrumento dos encontros de cúpula, com sua capacidade única de mobilizar meios governamentais, a imprensa e a opinião pública, para promover uma atualização da presença externa brasileira no mundo. Essa atualização se faz ainda mais necessária se pensamos nos desenvolvimentos positivos que o Brasil vem tendo e que é preciso apresentar à comunidade internacional.

O programa de viagens presidenciais é coerente com as prioridades da política externa do Governo. Com sentido de equilíbrio e de abrangência, vamos cobrindo o universo das relações exteriores do Brasil em termos de parcerias importantes – na América do Sul, na América do Norte, na Europa e na Ásia, futuramente na África e no Oriente Médio. Com esse programa, os setores governamentais responsáveis por cada um dos aspectos que compõem as nossas relações com o país visitado são chamados a participar da preparação substantiva da viagem e depois a fazer o “*follow up*” indispensável para acompanhar os resultados. Ao mesmo tempo, o Presidente tem conseguido colocar a política externa na agenda brasileira, chamando a atenção para o fato de que um país como o Brasil não pode ficar alheio aos mundo exterior e aos nossos interesses lá fora.

Os resultados que temos colhido são, na minha avaliação, os mais favoráveis possíveis. Basta citar os países visitados pelo Presidente nestes quinze meses para se ter uma idéia da importância desse projeto de diplomacia presidencial: Chile, Estados Unidos, Venezuela, Portugal, Alemanha, Bélgica e União Européia, Nações Unidas, China, Malásia, Índia, México, Japão e Argentina, sem contar as posses presidenciais e reuniões multilaterais de cúpula em que temos estado ativamente presentes. De minha parte, tenho também realizado numerosos contatos internacionais, seja para preparar as visitas

presidenciais, seja para discutir e gerenciar com meus homólogos as relações do Brasil com numerosos parceiros.

Os próximos compromissos presidenciais no exterior visam a fechar o ciclo de retomada de contatos com nossos principais parceiros. Além da França, estão na lista, entre outros, a África do Sul, Angola, Itália, Reino Unido, Canadá. São parceiros expressivos com os quais temos uma agenda importante a retomar ou a relançar.

O Brasil hoje é respeitado e olhado com interesse no exterior não apenas porque temos uma nova realidade política e econômica aqui dentro, mas porque temos procurado ativamente promover essa realidade junto aos nossos principais parceiros valendo-nos da habilidade, da experiência e do interesse diplomático do presidente da República.

Proteção aos nacionais brasileiros no exterior

Talvez o dado mais novo para a diplomacia brasileira nestes últimos tempos seja o da emigração brasileira ao exterior. Em países fronteiriços ou em países desenvolvidos, o contingente de brasileiros que vive temporariamente ou em bases mais definitivas no exterior aumentou geometricamente, alcançando hoje perto de 1,5 milhões de cidadãos. A eles se agrega um número ainda maior de turistas, estudantes e empresários, levados ao exterior pela estabilidade da moeda brasileira e pelas oportunidades que se abrem fora do país.

A proteção ao nacional no exterior é tradicionalmente uma das atribuições básicas da diplomacia, ao lado da representação, da negociação e da informação. Para a diplomacia brasileira, nunca houve uma situação comparável. Os desafios que se abrem para nós são imensos. Além da demanda por serviços cartoriais prestados pela rede consular, aumentam as necessidades de apoio consular a brasileiros e de incentivo à organização das comunidades brasileiras fora do país. O Itamaraty tem passado por uma grande renovação em sua área consular e hoje já concentra cerca de 30% do seu

pessoal nas tarefas consulares e de assistência a brasileiros no exterior.

Ultimamente, temos concentrado esforços na criação de Conselhos de Cidadãos nas cidades e áreas metropolitanas que concentram expressivas comunidades brasileiras. O objetivo é ao mesmo tempo contribuir para a organização dessas comunidades e para a institucionalização de um canal regular entre as nossas repartições consulares e os brasileiros residentes na sua área de jurisdição, com vistas a melhor proteger seus interesses e prestar-lhes serviços consulares.

Mercosul

O Mercosul é talvez, hoje, a síntese do que tradicionalmente foi um dos nossos paradigmas diplomáticos no campo das relações bilaterais: as relações com os países do Prata. Mais do que síntese, o Mercosul é também um símbolo do grande avanço qualitativo que essas relações tiveram a partir da década de 80, quando o signo da cooperação e da parceria completa substituiu definitivamente o signo da competição nas relações entre os dois maiores sócios do empreendimento, a Argentina e o Brasil.

O Mercosul é prioridade da política externa brasileira. Mais do que isso, já se consolidou como um instrumento de política econômica para cada um dos seus Estados-membros.

Com sentido de realismo e pragmatismo e tendo em vista os interesses da estabilização brasileira para a própria consolidação do Mercosul, procuramos adaptar a iniciativa aos imperativos que podem derivar de conjunturas macroeconômicas adversas ou potencialmente arriscadas para os Estados-membros, e creio que temos tido grande êxito. O Mercosul firma-se como um parceiro internacional e como um importante reforço à identidade e à projeção externa dos países que o compõem.

Continuamos a trabalhar pela consolidação da União Aduaneira e a promover as bases para um relacionamento mais amplo entre o Mercosul e outros

países ou grupos de países. Começamos com a União Européia, através do acordo de cooperação econômica firmado em dezembro último em Madri. A intenção é chegarmos a um acordo de livre comércio entre as duas regiões, que fortaleça, do nosso ponto de vista, o equilíbrio relativo do comércio exterior dos quatro países que integram a nossa união aduaneira.

Estamos atuando também no sentido de chegar a acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e outros países da nossa região, começando pelo Chile. Pouco a pouco, o Mercosul vai completando o seu caráter de nova grande realidade econômica e política na América do Sul — um dos núcleos a partir dos quais será possível ampliar a integração hemisférica.

Quero reafirmar aqui a importância que o Governo federal atribui a uma participação intensa de todos os Estados e regiões brasileiros no Mercosul. Ao contrário do que se chegou alguma vez a veicular, o Mercosul não é uma iniciativa diplomática voltada para os Estados do sul do país, mas sim um esforço de integração de todo o mercado brasileiro aos mercados dos nossos sócios dentro da União Aduaneira. À medida que o Mercosul se vai consolidando e ampliando suas parcerias, outros países sul-americanos — amazônicos, andinos ou platinos — poderão associar-se, dentro de uma perspectiva de ampliação das correntes de comércio e investimentos em toda a região sul-americana.

Os Estados do Norte e do Nordeste do Brasil começam a incorporar o Mercosul a suas agendas e é fundamental que esse processo se acentue. O Itamaraty está à inteira disposição dos representantes desses Estados no Congresso e dos Governos estaduais para orientá-los nessa tarefa.

América Latina

Estamos ampliando a nossa parceria com nossos vizinhos latino-americanos, dando ênfase à interconexão física e à cooperação fronteiriça com esses países. Trata-se de responder a um interesse

concreto cada vez maior dos agentes econômicos e das populações que negociam através de nossas fronteiras.

A América Latina volta a ocupar hoje, com vantagens, o lugar de destaque que teve em nosso comércio exterior no final dos anos 70 e início dos 80; hoje, esse comércio é maior ainda, mais diversificado e mais equilibrado, e participa com perfil elevado tanto na geração de atividade econômica no Brasil quanto no suprimento de bens de consumo e matérias-primas para a nossa economia.

Um dado a reter é que hoje a Argentina é o nosso segundo fornecedor de petróleo, o que revela uma alteração substancial em nosso esquema de fornecimentos de petróleo. As visitas presidenciais ao Chile e à Venezuela, em 1995, ao México, em fevereiro último, e à Argentina, em abril, respondem a essa diretriz de intensificar ainda mais o intercâmbio e a cooperação bilaterais com países da nossa região.

Em nossa região, a dimensão multilateral, de integração no âmbito do Mercosul, não substitui nem exclui a dimensão dos relacionamentos bilaterais com todos e cada um dos países latino-americanos — inclusive, individualmente, com os nossos três sócios do Mercosul. As dimensões bilateral e multilateral se integram perfeitamente, fortalecendo-se mutuamente e contribuindo para que a América Latina consolide a sua posição como um dos quatro grandes blocos de relacionamento externo do Brasil, ao lado do NAFTA, da União Européia e da Ásia.

Integração hemisférica

O Brasil tem participado das reuniões de seguimento da Cúpula das Américas animado do mesmo espírito construtivo que orientou a nossa participação em Miami, em dezembro de 1994. Nosso compromisso com o processo iniciado em Miami é firme. Ele se expressa não apenas na nossa participação cuidadosamente preparada em cada exercício do processo de seguimento da Cúpula, mas também no oferecimento, já aceito, de sediar em Belo Horizonte a próxima reunião hemisférica de Ministros

responsáveis pelo comércio exterior, dando prosseguimento às reuniões já realizadas em Denver, em 1995, e em Cartagena, em março último.

Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional. Para nós, as instâncias bilateral, sub-regional, regional e internacional das nossas relações exteriores não se excluem, mas se completam e se fortalecem. Estamos levando à prática essa convicção, baseada, de resto, em nossa própria experiência.

A realidade de que estamos partindo é complexa, mas extremamente favorável. A Organização Mundial do Comércio nos dá uma estrutura internacional multilateral de regulação e liberalização do comércio já em pleno funcionamento e em processo de aperfeiçoamento. Os arranjos sub-regionais de integração ou liberalização do comércio já são importantes focos de interação econômica. O Mercosul é um exemplo disso. No Continente, a liberdade econômica e a abertura competitiva ao exterior consolidam-se como forças propulsoras do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Mas essa realidade complexa que nos permite ser otimistas sobre a integração hemisférica aconselha-nos uma abordagem cuidadosa do processo. Queremos evitar expectativas irrealistas ou temores que possam ser nocivos ao processo a mais longo prazo.

Queremos ir com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso ou onde o consenso será alcançado passando necessariamente pela OMC e pelos arranjos regionais. Queremos estar certos de que os agrupamentos sub-regionais, como o Mercosul, estão-se firmando de forma irreversível, produzindo efeitos sobre a competitividade e a produtividade das nossas economias antes de dar passos maiores. E

queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão se consolidando.

Em nossa visão, não há atalhos para chegar a um objetivo da magnitude da área de livre comércio das Américas. Queremos garantir que a obra que realizaremos trará a marca da permanência e do interesse consensual de todos os países participantes. Por isso, temos insistido em uma abordagem cuidadosa da integração hemisférica, que parta dos blocos sub-regionais em consolidação para ir construindo o bloco maior da integração hemisférica.

União Européia

A Europa tem sido tradicionalmente, em conjunto, o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil, responsável por cerca de 30 por cento do nosso comércio exterior e por algumas das mais importantes parcerias individuais do Brasil no mundo, como é o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e da Itália. Embora a Europa tenha perdido algo de sua posição relativa no comércio exterior brasileiro e nos investimentos no Brasil, ela constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza nossa inserção no mundo. Nosso interesse é manter e reforçar esse equilíbrio, inclusive porque estão em curso iniciativas, como a projetada integração hemisférica, que poderão incrementar em muito as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Continente americano.

Esse é um dos fundamentos da política européia que temos seguido e que encontra seu melhor exemplo na viagem presidencial à Alemanha, em setembro de 1995, e na visita à França, agora em maio. Outras iniciativas semelhantes seguirão, sempre com a preocupação de manter a Europa como grande parceiro econômico, comercial e tecnológico do Brasil.

Estados Unidos

Mesmo tendo em conta a perda relativa do poder econômico e político norte-americano ao

longo dos últimos 50 anos, as relações com os Estados Unidos continuam sendo um dos paradigmas da política externa brasileira desde que o Barão do Rio Branco, no início do século, operou a mudança no principal eixo de relacionamento internacional do país, movendo-o de Londres para Washington. Os EUA são o principal parceiro individual do Brasil e hoje a única potência com real capacidade política e estratégica global. A importância do diálogo político e do intercâmbio econômico-comercial e tecnológico com os Estados Unidos é patente para o Brasil. Ao mesmo tempo, cresce a consciência de que esse interesse é uma via de duas mãos, a ser trilhada na base do respeito e com uma abordagem construtiva e positiva.

A visita presidencial aos Estados Unidos, em abril de 1995, serviu ao propósito de redimensionar essa parceria tradicional do Brasil, valendo-se dos novos elementos de que dispomos no cenário interno brasileiro: a estabilização, a abertura econômica, as reformas, o crescimento, a consolidação da nossa credibilidade. Ampliamos e avançamos nossa agenda com os Estados Unidos, uma agenda afirmativa, que mostra o compromisso dos dois Governos de trabalhar ativamente pelo fortalecimento do intercâmbio e pela solução das diferenças que naturalmente aparecem em um relacionamento da densidade e complexidade do nosso.

Posso dizer hoje com muita tranquilidade que possivelmente nunca, desde a Segunda Guerra, foram tão boas e equilibradas as relações Brasil-Estados Unidos. Com os Estados Unidos, temos tido um diálogo maduro e franco sobre temas de interesse comum ou iniciativas conjuntas: as relações comerciais bilaterais, a integração hemisférica, a reforma das Nações Unidas. Esse diálogo tem sido fácil, constante e objetivo. Divergimos quando é preciso, sem ânimo de confrontação. Graças, em grande medida, aos enormes avanços que fizemos no Brasil, a relação com os Estados Unidos se encontra hoje livre de grandes diferendos. Nossa agenda, mais do que positiva, é afirmativa, no sentido de que existe uma preocupação

constante em construir sobre os aspectos positivos que vão compondo o universo das relações.

África

Na África, estamos redimensionando nossa presença e adequando-a à nossa capacidade diplomática. Apostamos fortemente na pacificação e na reconstrução de Angola e Moçambique, que têm todo o potencial para serem dois dos nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa participação na UNAVEM-III, a Força de Paz das Nações Unidas que ali conta com mais de 1.100 soldados brasileiros — nossa maior força militar fora do país desde a Segunda Guerra.

Estamos também repensando nosso relacionamento com a África do Sul, país que surge, com a sua democratização, como um dos pólos mais dinâmicos de desenvolvimento no Hemisfério Sul, além de ser o foco da atenção quase universal pelas suas potencialidades e pelo seu vigor econômico, ampliado com o fim do embargo e a volta dos investimentos. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deve fazer uma visita oficial à África do Sul, para sinalizar a importância que atribuímos à implementação dessa nova relação entre os dois países.

Esses exemplos falam de uma nova perspectiva que se abre para o Brasil na África, que volta figurar no horizonte das nossas prioridades graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano.

Oriente Médio

Também no Oriente Médio estamos reequilibrando nossa presença, a partir da própria evolução do processo de paz que tenta pôr fim a um conflito que por décadas assolou a região. Embora conturbado por atos de oposição violenta e pelas complexidades próprias de um intrincado mecanismo negociador, que coloca em presença muitos interesses e visões conflitantes e mesmo opostos, o processo de paz no Oriente Médio merece o apoio

imparcial e decidido da comunidade internacional e o Brasil não poderia agir diferentemente.

O Líbano se reconstrói, Israel chega a termos com os palestinos e com vários de seus vizinhos árabes, os olhos do mundo se voltam para a região atrás de oportunidades que renascem. Minha visita a Israel, de 28 a 30 de agosto de 1995, a primeira de um Chanceler brasileiro em 23 anos, teve esse sentido de redimensionar e equilibrar nossa presença no Oriente Médio. Meu encontro com Yasser Arafat, na mesma oportunidade, para tratar de nossas relações com a Autoridade Palestina por ele presidida, teve esse mesmo sentido de equilíbrio e de aperfeiçoamento da nossa presença na área. O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se em outubro passado com o Primeiro-Ministro israelense Yitzhak Rabin, tragicamente vitimado depois, e recebeu Arafat em Brasília no mesmo mês.

A partir desse reequilíbrio da nossa presença na área queremos ampliar os contatos no Oriente Médio e estar plenamente presentes no Mediterrâneo Oriental, uma região com vocação para o comércio e as relações financeiras internacionais.

Ásia-Pacífico

A Ásia-Pacífico talvez seja hoje a última fronteira da diplomacia brasileira, uma região que comporta uma expansão da nossa presença política e econômico-comercial. É a região que mais cresce no mundo, uma espécie de vitrine da globalização e da abertura competitiva das economias ao mundo — inclusive economias socialistas, como o Vietnã e a própria China.

Na Ásia, estamos reforçando nossa presença diplomática, equipando melhor algumas Embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e pondo em prática algumas iniciativas de diplomacia presidencial.

Começamos em dezembro de 1995, com a visita à China e à Malásia, dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente que transforma a região da Ásia-Pacífico no pólo mais dinâmico da

economia mundial nos anos 90.

Prosseguimos em janeiro último com a visita à Índia, devida há muito tempo e voltada a colocar virtualmente a Índia na tela dos nossos interesses e das nossas boas parcerias na região.

E completamos a primeira fase dessa diplomacia asiática com a visita ao Japão, que em síntese sinalizou a retomada da relação bilateral sobre uma nova base de confiança recíproca e com novos elementos a favorecer a relação. Os resultados foram apreciáveis, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

Eu mesmo estarei proximamente viajando a três países da ASEAN — Cingapura, Tailândia e Malásia —, para contatos políticos e exploração de uma agenda econômico-comercial.

Aproveitarei minha estada em Cingapura, onde ainda participarei do Congresso preparatório à reunião ministerial de novembro sobre a Organização Mundial de Comércio, para promover uma reunião de coordenação com os Embaixadores brasileiros na área. A idéia é recolher sugestões, críticas e demandas para tentar maximizar a nossa capacidade de atuação diplomática na região.

Japão

Conhecendo o interesse particular que as relações com o Japão despertam nesta Comissão, gostaria de reservar algum espaço para avaliar a visita presidencial de março último, realizada com o intuito específico de atualizar e aperfeiçoar as relações com um parceiro tradicional do Brasil, que se havia mantido em posição de prudente expectativa em relação aos desenvolvimentos internos no Brasil.

A visita realizou-se sob o influxo positivo de alguns dados novos na relação Brasil-Japão — a presença, naquele país, de um expressivo contingente de trabalhadores brasileiros, os “nikkeis”, que dão nova substância e novo caráter prático à amizade nipo-brasileira; a participação brasileira no Mercosul; o grande dinamismo da área da Ásia-Pacífico, onde predomina o yen como força econômico-financeira; e

a própria evolução positiva da realidade econômica brasileira.

A viagem foi também o ponto culminante das comemorações do Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 1895. Quis-se valorizar o patrimônio político e diplomático representado pelos laços humanos entre os dois países — laços que são insubstituíveis nas relações entre os Estados e que têm um valor próprio na promoção das relações econômicas, comerciais, financeiras e de cooperação entre os dois países.

Foi possível recolher dos interlocutores nipônicos o reconhecimento de que o Brasil vive uma nova fase, tanto política quanto econômica, a qual fazia ressurgir nos estamentos governamental e empresarial atenção especial pelo nosso país. Foram unânimes as manifestações de apoio à política econômica, sobretudo pelo êxito do plano de estabilização monetária, sem que a economia tenha perdido seu ímpeto de crescimento e seu vigor.

Houve manifestações de interesse concreto em expandir investimentos no Brasil e foi significativa a participação do empresariado local nas iniciativas promovidas pela parte brasileira paralelamente à visita presidencial.

O Primeiro-Ministro Hashimoto anunciou a liberação de nova linha de crédito para seguro às exportações no valor de US\$ 1,5 bilhão.

Todos esses anúncios de créditos tiveram o benefício adicional de sinalizar positivamente ao empresariado nipônico a confiança renovada do Governo japonês no Brasil, o que poderá induzir novos investimentos do setor privado daquele país no Brasil.

MTCR e outros mecanismos regulatórios

Graças aos compromissos que assumiu e consolidou em matéria de controle de exportações de materiais e tecnologias sensíveis e de não-proliferação de armas de destruição em massa, o Brasil foi admitido, em outubro último, no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. A participação

no MTCR foi resultado de um importante processo de coordenação interna do Governo brasileiro e de atualização das nossas posições em face de desenvolvimentos internacionais importantes.

Percebendo o desinteresse de manter uma posição principista contrária ao caráter restrito do MTCR em matéria de participação, o Brasil passou a ver no regime uma garantia de acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento do seu programa espacial. Não abrimos mão do nosso programa; ao contrário, ele se mantém absolutamente intacto dentro de suas características de programa pacífico controlado por uma agência civil, a Agência Espacial Brasileira, e já começa a colher os benefícios da nossa adesão ao MTCR na forma do interesse desimpedido de grandes empresas em participar e da possibilidade de ter facilitado o acesso a tecnologias e componentes que ainda não temos condições de desenvolver internamente.

Essa mesma abordagem pragmática nos orienta em nosso pleito de adesão ao Grupo de Supridores Nucleares. Reconhecendo nossa condição objetiva de supridor, queremos assumir as responsabilidades internacionais inerentes a essa condição e garantir aos nossos parceiros que nós nos pautamos por regras estritas em matéria de comércio de bens e insumos da área nuclear. Trata-se de mais uma credencial em nossa atuação na área de desarmamento e não-proliferação, que ao mesmo tempo facilita o nosso acesso a tecnologias e fortalece a credibilidade geral do país — uma moeda particularmente apreciada nas relações internacionais de hoje.

Reforma das Nações Unidas

Finalmente, para encerrar esta lista exemplificativa, temos procurado participar de forma positiva nos debates sobre a reforma de todos o sistema das Nações Unidas em geral — muito além, portanto, do Conselho de Segurança —, como forma de torná-lo mais apto a enfrentar as demandas próprias do mundo pós-Guerra Fria. Paralelamente a essa participação ativa nos debates sobre a reforma

das Nações Unidas, vimos insistindo também no cumprimento completo e incondicional das obrigações financeiras dos Estados-membros.

Procuramos influenciar todo o processo de forma construtiva. Fazemos uma defesa sincera e objetiva da necessidade de reformar as Nações Unidas, até como signo de sua vitalidade, ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem e em que a Organização tem um papel de crescente importância a desempenhar.

Por isso mesmo, temos procurado influir positivamente nas discussões em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo a tese de que a melhoria da eficácia do órgão, para cumprir o papel renovado que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade internacional e da sua representatividade, duas faces de uma mesma moeda que se chama eficácia e que se obterá com novos métodos de trabalho e de tomada de decisões e com o aumento criterioso de membros permanentes e não-permanentes.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estamos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado, se formos chamados a fazê-lo.

Mais uma vez, convém que se reafirme em relação ao Conselho de Segurança: não se trata de um pleito ou de uma candidatura do Brasil, tratados de forma isolada do processo de reforma da ONU em geral.

Não se trata tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança regional ou internacional.

E muito menos estamos subordinando qualquer interesse da nossa política externa em geral ou da intensa teia de relacionamentos com nossos parceiros em todo o mundo a esse objetivo. As viagens presidenciais não têm o objetivo de buscar

ou negociar apoios, como insistem em dizer alguns analistas. Em alguns dos contatos de alto nível do Presidente da República, o tópico sequer chega a ser mencionado.

Isso não quer dizer que não tenhamos a medida exata da importância do processo de reforma das Nações Unidas e especialmente do Conselho de Segurança, nem que não tenhamos consciência da importância de que o Brasil não se aliene, de que guarde os seus espaços de manobra e preserve os seus interesses de longo prazo, levando em conta as características e os interesses globais do país.

Conclusão

Esta é, em grandes linhas, a diplomacia que nós procuramos empreender. Espero ter deixado claro a forma como ela pretende — e só pode ser — uma resposta coesa e coerente a esse duplo jogo de forças, as que movem o cenário internacional e as que nos movem como Estado soberano em busca da sua realização como Nação.

Para esse exercício, a participação continuada do Congresso é essencial e insubstituível. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados tem tido tradicionalmente um papel de relevo nessa participação do Legislativo no exercício das suas responsabilidades em matéria de política externa.

O Brasil que nós projetamos lá fora é em grande medida construído por este Congresso e pelas forças que ele legitimamente representa. Nada melhor, portanto, do que mantermos uma coordenação estreita, porque temos um importante interesse comum. A atenção com que Vossa excelências me distinguem, por certo, é prova de que poderemos trabalhar juntos na promoção desse interesse.

Quero agora agradecer essa atenção de Vossas Excelências e colocar-me à sua disposição para aprofundar, em debate, quaisquer dos pontos desta exposição ou outros que, pelas óbvias limitações de tempo, vi-me forçado a não tocar.

Muito obrigado.



Mercosul

Discurso do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do “Encontro do Norte sobre o Mercosul”, Manaus, 12 de abril de 1996

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel,

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes,

Excelentíssimos Senhores Governadores de Estado,

Excelentíssimos Senhores Senadores e Deputados,

Ilustríssimo Senhor Presidente do SEBRAE, Mauro Durante,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que venho a Manaus tratar de um tema de tamanha importância não apenas para nossa diplomacia, mas também, e cada vez mais, para a economia e a sociedade brasileira. Falar do Mercosul é lembrar os êxitos de uma iniciativa que, no curto intervalo de cinco anos, transformou um conjunto de intenções em um esquema de integração dinâmico e próspero, que se consolida hoje como um dos principais campos da ação externa do País e como importante fator do desenvolvimento nacional.

O Mercosul é, antes de mais nada, um instrumento de dinamização econômica, pela abertura de novos e significativos mercados para nossas exportações. A Argentina, com um Produto Interno Bruto superior a US\$ 200 bilhões, tornou-se nosso segundo maior parceiro comercial individual. Ao mesmo tempo, o comércio com Paraguai e Uruguai cresceu de maneira expressiva: as exportações

brasileiras para esses países são, hoje, superiores a nossas vendas para parceiros tradicionais, como Reino Unido e Espanha. O intercâmbio entre os parceiros do Mercosul, além de volumoso, passou a cobrir uma pauta de produtos altamente diversificada, demonstrando o elevado grau de complementaridade entre as economias.

Para o Brasil, os resultados comerciais alcançados até hoje revelaram-se bastante positivos. Nossas exportações para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai elevaram-se de US\$ 1,3 bilhões, em 1990, para US\$ 6.1 bilhões, em 1995. Houve, portanto, um crescimento de cerca de 370% em nossas vendas para os três países, ao passo que as exportações totais do Brasil no mesmo período se elevaram em mais modestos 48%.

Como se não bastasse o enorme incremento de comércio entre os quatro parceiros, o processo de integração que culminou na União Aduaneira, no começo do ano passado, tem trazido, no caso brasileiro, benefícios para todas as regiões do País, sem exceção.

Crescimento de exportações significa geração de empregos, aumento da renda e, conseqüentemente, maior bem-estar para todos.

Aos êxitos alcançados na área comercial, somam-se realizações em setores tão distintos como educação, energia, transportes, justiça e meio ambiente. O importante fluxo intra-regional de

investimentos demonstra a confiança dos operadores econômicos do Mercosul no processo de integração em curso. A união aduaneira criada a partir de janeiro de 1995 - a qual representa um mercado consumidor de mais de 200 milhões de habitantes, com um PIB de cerca de US\$ 900 bilhões - é, hoje, sem dúvida, um dos mais importantes agrupamentos econômicos do mundo contemporâneo.

Para além dos benefícios proporcionados à economia brasileira, o Mercosul constitui um elemento-chave da atuação externa do Brasil, de seu posicionamento no ambiente continental e global. A concretização do Mercosul é, sem dúvida, uma das principais credenciais que temos para apresentar ao mundo neste final de século. O Mercosul não é simplesmente um fator de atração de investimentos para nossos países; é também um importantíssimo acréscimo à nossa credibilidade externa, confirmando a noção de que podemos atuar de maneira ainda mais intensa e proveitosa no cenário internacional.

Tendo em vista este objetivo, o Ministério das Relações Exteriores tem procurado ampliar a participação da sociedade brasileira no processo de construção do Mercosul.

Fazemos isto por meio da disseminação de informações e da promoção de um diálogo permanente com os diversos segmentos sociais.

Três são as atividades principais que vêm sendo empreendidas pelo Itamaraty nesta tarefa de envolver a sociedade, cada vez mais, nos esforços de integração com nossos vizinhos. A primeira delas é a organização de seminários para a divulgação de dados sobre o Mercosul e sobre o andamento das negociações com nossos parceiros. Em cidades de todas as regiões do País, nossos diplomatas têm realizado palestras sobre o tema. Na Região Norte, durante o mês passado, organizamos, com excelente receptividade, eventos desta natureza em Belém, Porto Velho e aqui em Manaus, com o apoio do SEBRAE e das secretarias estaduais de indústria e comércio.

A segunda atividade é a criação de pontos

de disseminação de informações sobre oportunidades de negócios, que atendam primordialmente as micro e pequenas empresas. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty vem instalando, por todo o País, os chamados “pontos focais” do “Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas” (SIPRI) e os Pontos Comerciais (“trade points”), voltados para a identificação de oportunidades de exportação e importação. Estas iniciativas visam a oferecer ao pequeno empresário informações sobre eventuais parceiros em outros países nas áreas comercial, tecnológica e de investimentos. O protocolo que será assinado hoje entre o Ministério das Relações Exteriores e o SEBRAE tem, como um dos seus objetivos, promover a futura instalação de Pontos Focais e “Trade Points” na Região Norte.

Por fim, a terceira atividade diz respeito à participação direta da sociedade brasileira no processo de decisão do Mercosul. O Protocolo de Ouro Preto, assinado entre os quatro países em dezembro de 1994, previa a criação de um Foro Consultivo Econômico-Social, com vistas a reunir os diversos setores sociais dos países que integram o Mercosul. O objetivo era estabelecer um mecanismo de consulta mais direto e imediato entre Governos e sociedades a respeito dos diversos temas do processo de integração.

No último dia 27 de março, após uma série de reuniões e consultas realizadas com diversos segmentos sociais e econômicos, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, presidiu a cerimônia de instalação da Seção Nacional do Foro, que será composta pela CNI, CNA, CNC, CNT, CUT, CGT, Força Sindical e o Instituto de Defesa do Consumidor. Temos a certeza de que a implementação do Foro permitirá um envolvimento ainda maior da sociedade brasileira na definição dos rumos do Mercosul e em seu constante aperfeiçoamento.

Senhoras e senhores,

Iniciamos, no ano passado, uma etapa decisiva no processo de implementação do Mercosul. Deveremos ser capazes de, a um só tempo, consolidar os avanços já alcançados e buscar meios de articular uma ampla associação do Mercosul com outros esquemas regionais de integração e outros países, entre os quais os nossos vizinhos amazônicos.

Não é desafio dos mais fáceis. Estamos certos, porém, de que a reiterada vontade política expressa pelos quatro Governos, aliada ao inequívoco apoio prestado pela sociedade, constituem a garantia mais importante de que continuaremos a cultivar o Mercosul como um instrumento da prosperidade de nossos povos.

Muito obrigado.



Brasil - Portugal

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete oferecido ao Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, Brasília, 15 de abril de 1996

Em nome do povo e do Governo brasileiros, quero mais uma vez saudar Vossa Excelência, seus ministros e colaboradores, e a toda a sua comitiva que traz gente tão expressiva da cultura, da economia, dos meios empresariais. É uma visita que nos honra.

Todos ficamos muito sensibilizados com a sua decisão de vir a nosso País na primeira viagem que faz ao exterior na condição de novo Chefe do Governo português.

É um sinal muito claro, reconhecido por mim e por todos os brasileiros.

É um sinal forte do caráter único que tem a relação de amizade entre nossos países. Revela a consciência de que compartilhamos múltiplas convergências.

Tive a nítida percepção do muito que podemos fazer juntos quando visitei Portugal no ano passado e quero, aqui, reiterar o meu agradecimento pela acolhida. Espero saber retribuí-la com a mesma generosidade.

Somos nações democráticas, que avançam rapidamente no rumo do progresso econômico e tecnológico e que apostam firme na integração competitiva às suas regiões e ao mundo.

Nações que sabem ver nas suas principais parcerias externas um campo fértil de oportunidades.

É legítimo pensarmos que as nossas relações podem ser um instrumento importante para que os dois países possam enfrentar com êxito os desafios

de uma economia globalizada.

Senhor Primeiro-Ministro,

Falando a portugueses, não posso deixar de fazer uma referência pessoal a tantos amigos que tenho no meio político e intelectual. Entre muitos, gostaria de sublinhar os nomes de Mário Soares e Jorge Sampaio, antigos companheiros de luta política, exemplares em sua ação na defesa da democracia.

Sei que Vossa Excelência partilha esta mesma tradição política.

O Governo da nova maioria em Portugal foi recebido com entusiasmo e simpatia no Brasil.

Desde a campanha eleitoral, pudemos perceber que os novos dirigentes de Portugal buscam renovar, de forma criativa e enfática, a relação com o Brasil, o que, aliás, já havia sentido no primeiro encontro com Vossa Excelência no Palácio de Queluz, durante minha visita a Portugal.

É natural que a política externa portuguesa encontre seu principal eixo na circunstância regional imediata e no imperativo geográfico de Portugal, que é a Europa. Mas ela está sendo igualmente objetiva e franca ao situar as relações com os demais países de língua portuguesa e notadamente com o Brasil como um espaço privilegiado para a projeção dos interesses portugueses.

Nós também entendemos a nossa integração no âmbito do MERCOSUL e do nosso próprio

hemisfério como uma política que não exclui as relações com outras regiões e países.

Na verdade, nós queremos que a Europa mantenha seu peso no conjunto das parcerias internacionais do Brasil. Existem perspectivas e projetos para que a presença européia em nosso Continente continue a ser ainda mais importante, numa era de abertura e fortalecimento das economias da América do Sul.

Portugal ocupa um lugar privilegiado nesse empreendimento.

Senhor Primeiro-Ministro,

Os avanços que temos feito no Brasil no plano econômico e na implementação das reformas estruturais certamente terão um impacto positivo para o aprofundamento das relações luso-brasileiras.

O Brasil mudou muito, e com essa mudança veio também uma alteração muito expressiva dos termos das suas relações com seus principais parceiros.

O Governo brasileiro tem trabalhado com afinco no fortalecimento e na ampliação das parcerias externas do Brasil a partir daquilo que se tem feito aqui dentro.

Esse tem sido o sentido dos inúmeros contatos que tenho tido, dentro e fora do Brasil, com Chefes de Estado e Governo de países amigos.

Esse é o sentido das conversações que estamos mantendo com o novo Governo português.

Brasileiros e portugueses temos tudo para explorar ao máximo as circunstâncias tão favoráveis que se apresentam em nossos países do ponto de vista político e econômico.

Esta é a hora. Este é o desafio.

Temos vontade política.

Temos o legado da nossa língua e cultura comuns, dos laços humanos que se formaram ao longo de quase quinhentos anos de um intenso movimento migratório entre nossos dois lados do Atlântico.

São milhões de portugueses e seus

descendentes que vivem e prosperam no Brasil, contribuindo para o nosso desenvolvimento material e espiritual.

São milhares de brasileiros que vivem hoje em Portugal, dando o seu trabalho e os seus sonhos para a terra que os acolheu.

Temos uma sólida amizade, que se estende a muitos campos, mas que sobretudo faz com que portugueses e brasileiros nos sintamos em casa, e rodeados de afeto, não importa se estamos em Portugal ou no Brasil.

Tudo isso é um patrimônio insubstituível nas relações entre os Estados. Mas é um patrimônio que tem de ser utilizado com dinamismo.

Não podemos descansar sobre os valores da nossa amizade ou a afetividade dos nossos laços históricos e culturais. Nas relações internacionais, essa herança só tem sentido se puder ser traduzido em realizações concretas.

Os últimos anos foram de renovação em nossa parceria. Ressalto nesse sentido, o bom trabalho desenvolvido pelos três últimos Embaixadores do Brasil em Portugal, o ex-Presidente Itamar Franco, o atual Chanceler Luiz Felipe Lampreia e o Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Temos a feliz sensação de que poderemos ir mais adiante e de que, nesse momento, propostas inovadoras poderão dar bons frutos.

Brasileiros e portugueses estão em plena sintonia.

Queremos que a comunidade de idioma e cultura, que compartilhamos com outras cinco nações em desenvolvimento da África, nos sirva para atuarmos em conjunto no plano internacional e para desenvolvermos a nossa própria esfera de cooperação e desenvolvimento, no interesse de todos.

Por isso, estamos empenhados em institucionalizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dando-lhe um sentido prático de coordenação e cooperação entre os sete países que a comporão.

Queremos também que os nossos países

assumam a condição plena de aliados políticos no tratamento das grandes questões internacionais.

E queremos que a familiaridade luso-brasileira sirva ao conhecimento mais objetivo e amplo dos nossos respectivos mercados, especialmente agora que as transformações se aceleram e se multiplicam as oportunidades para o empresariado brasileiro e português.

Temos que aproveitar a base extensa e sólida de que já dispomos. Temos uma presença considerável de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal.

Nosso comércio bilateral já ultrapassa meio bilhão de dólares anualmente e tem mostrado um ritmo de crescimento acelerado, comparável aos melhores desempenhos do comércio do Brasil com alguns dos nossos parceiros europeus. O volume de investimentos recíprocos são expressivos e crescem a cada dia.

Com o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação, assinado em dezembro último em Madri, contamos agora com um processo de aproximação institucionalizado entre a União Européia e o MERCOSUL, que haverá de ter um impacto positivo também na rede das relações bilaterais entre os países que compõem em cada agrupamento regional.

Já estamos dando passos firmes nessa direção. O aumento do número de missões empresariais portuguesas ao Brasil tem sido acompanhado de um crescente interesse de empresas brasileiras no mercado português. A possibilidade de “joint-ventures” é real e deve ser amplamente explorada.

A própria presença de um número expressivo de empresários na comitiva que acompanha Vossa Excelência nesta viagem indica o desejo e a possibilidade reais de dar um conteúdo econômico prático às nossas relações.

Nas relações que estamos construindo entre o Brasil e Portugal, os agentes econômicos terão de ter um papel de protagonistas, muito mais do que no passado.

Senhor Primeiro Ministro,

Estamos próximos de um momento extraordinário do nosso relacionamento, que são as comemorações do quinto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil.

A data será um marco em nossa História, e tudo faremos para que ela seja celebrada de modo condizente com a grandeza do momento.

Senhor Primeiro-Ministro,

Sensibilizaram-nos muito as indicações do Governo de Vossa Excelência de que tem a intenção firme de dar pronta e duradoura solução aos problemas específicos vividos por brasileiros em Portugal, em particular pelos profissionais que lá procuram trabalho.

Sua intenção já é uma contribuição inestimável que se estará dando ao futuro que se abre às nossas relações com Portugal.

Senhor Primeiro-Ministro,

A integração na Europa, a participação ativa nos Conselhos da União Européia é outro sinal importante de um Portugal moderno, que soube renovar-se, que tem hoje uma economia pujante e uma democracia consolidada.

O Brasil segue com firmeza os mesmos rumos.

Nossas relações nos últimos anos mudaram muito e isto exigiu— e continua a exigir— de nossa parte um esforço de buscar novos instrumentos para dar a elas maior atualidade.

Não se trata de reinventar o que já existe, mas de olhar com outros olhos, com maior decisão, com sentido de futuro, para um patrimônio dinâmico que nós temos em comum.

É o que estamos fazendo com esta visita, que deve ser um marco para fazermos mais por nossos povos.

Por isso, quero pedir a todos que me acompanhem em um brinde pela prosperidade do povo português, pelo sucesso do seu novo Governo, pela amizade fraterna e sempre renovada que une os

nossos países, pela saúde e ventura pessoais do
Presidente Jorge Sampaio e pela felicidade do

Primeiro-Ministro e da Senhora António Guterres.
Muito obrigado.

Dia do Diplomata

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Florestan Fernandes” do Instituto Rio Branco, Brasília, 30 de abril de 1996

Senhoras e Senhores,

É sempre com genuína satisfação que retorno a esta Casa, que tive o privilégio de dirigir como Chanceler e de cuja competência e dedicação ao Brasil continuo tendo seguidas provas como Presidente da República.

Caros Formandos,

Vocês ingressam na carreira diplomática em um momento muito especial, que se projeta como verdadeiro ponto de inflexão na história do país e da Humanidade. Um momento em que a velocidade vertiginosa do progresso técnico e tecnológico é acompanhada por irreversível processo de globalização econômica. Como pano de fundo, há uma nova realidade política mundial, que se vem desenhando a partir do fim da confrontação ideológica.

Tirando conclusões equivocadas dessa nova realidade, surgem algumas vozes pregando a existência de uma “crise da diplomacia”, atividade que tenderia a tornar-se obsoleta nesta era da “revolução da informação”.

Nada mais distante da verdade.

É fato que estes novos tempos trazem desafios adicionais e implicam, forçosamente, novas demandas em termos de atuação externa. Reforça-se, por conseguinte, a necessidade de atualização e reaparelhamento da Chancelaria e da própria carreira

diplomática. E sei que o Ministro Lampreia está pessoalmente engajado em levar adiante as reformas requeridas.

São tempos de diplomacia pública; tempos de universalização econômica e de grandes temas globais, como a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos; tempos de grandes movimentações transfronteiriças de pessoas, bens e capitais; tempos, enfim, da informação imediata, em tempo real, sobre os principais acontecimentos mundiais.

O trabalho da Chancelaria, essencial na execução da política externa, torna-se mais complexo, com a constante incorporação de novos interlocutores e o fortalecimento de novos agentes que atuam no plano internacional, como organizações não-governamentais e empresas transnacionais.

As unidades da Federação e os municípios assumem papel mais ativo na esfera internacional. E isto é positivo.

São cada vez mais freqüentes os contatos diretos entre Chefes de Estado. Na consolidação do MERCOSUL, por exemplo, o relacionamento pessoal e franco que se estabeleceu entre os Presidentes tem contribuído para a agilização do processo e a superação de dificuldades tópicas.

Em nada, porém, essas circunstâncias diminuem a importância da atuação diplomática. Ao contrário, reforçam-na. Oportunidades e perspectivas ampliadas para a inserção internacional

do Brasil abrem-se em função da nova realidade que se desenha nos planos nacional e global.

Surgem, para o país, novas e claras prioridades, como a integração sub-regional no âmbito do MERCOSUL e o fortalecimento da assistência consular aos crescentes fluxos de turistas e emigrantes brasileiros residentes no Estrangeiro. Reforça-se o compromisso com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa. Amplia-se o debate, que nos interessa e que seguimos de perto, sobre a reforma do sistema das Nações Unidas. Definem-se parcerias de grande importância.

O aperfeiçoamento da competitividade no plano econômico-comercial adquire mais e mais relevância, ao mesmo tempo em que o poder nacional passa, em grande medida, pela capacitação tecnológica e pela capacidade de processamento da informação.

Mais do que nunca, se exigirá dos diplomatas brasileiros que façam uso da visão ampla e articulada que possuem dos interesses nacionais no plano externo.

A chamados como esse, no passado distante e recente, esta Casa de Rio Branco respondeu invariavelmente com afinco, dedicação e espírito público. São essas as mesmas qualidades com as quais enfrenta, agora, os novos desafios de um mundo em transição.

Senhoras e Senhores,
Caros Formandos,

É sabido que o processo de globalização, que vem gerando riquezas como jamais se viu em época anterior do desenvolvimento humano, traz também um elemento de exacerbação da competitividade, em vários níveis.

Isso não transforma as relações internacionais em um jogo de soma zero, uma vez que não é preciso que o progresso de uns se dê necessariamente em detrimento dos demais.

Mas aumenta os riscos de exclusão daqueles que não são capazes de integrar-se nos fluxos

internacionais e reforça a constatação de que sem estabilidade interna - política, econômica e social - um país não pode aspirar a uma projeção internacional positiva.

Em relações internacionais não há - não pode haver - passes de mágica ou exercícios de ilusionismo. O país real estabelece os limites e as possibilidades da atuação externa.

Procurar dissociar a dimensão externa da interna é artificial, ilusório e contraproducente.

Não há diplomacia, por eficiente que seja, que possa mascarar um país que se recuse a encarar de frente seus problemas e a assumir, com transparência, as medidas necessárias para sua superação.

Se a diplomacia brasileira pode hoje apresentar um amplo inventário positivo de realizações, é porque o país efetivamente evoluiu, muito e em muitos aspectos.

Se podemos constatar que há uma melhor imagem do Brasil no exterior - como venho tendo a oportunidade de fazer diretamente em minhas viagens - e se é evidente um maior interesse internacional pelo país, devemos isso aos avanços concretos já logrados em termos de aperfeiçoamento institucional e de estabilidade econômica. Devemos isso, em primeiro lugar, à consolidação da democracia, que a seu turno permitiu a concepção, a implantação e o êxito do Plano Real.

Quando falo de um maior interesse internacional pelo Brasil, quero deixar claro que não se trata apenas de uma curiosidade teórica. A cada semana, tenho recebido grande número de empresários de várias partes do mundo, que vêm anunciar importantes investimentos produtivos no país.

Cabrá a vocês, jovens diplomatas que hoje se formam, juntar-se à equipe comandada pelo Ministro Lampreia na representação desse novo país: de um Brasil que busca ativamente, com realismo e responsabilidade, uma presença internacional compatível com suas dimensões objetivas e com seu progresso recente; um Brasil ciente de suas

dificuldades e do muito que ainda tem a avançar, mas ciente também de sua grandeza; um Brasil sem veleidades de poder mas também sem complexos ou inibições injustificadas.

Este novo Brasil não pode, em absoluto, admitir a recorrência de fatos como o massacre repugnante de duas semanas atrás em Eldorado dos Carajás.

Como disse mais de uma vez, este tipo de acontecimento coloca o Brasil na contramão da História. Constrange o país, o Presidente e todos aqueles realmente engajados em criar uma nação melhor, com maior justiça social.

O Brasil é respeitado, externamente, por sua sólida tradição de apego à paz e de repúdio à guerra e à violência.

Não podemos aceitar, em nenhuma hipótese, que a paz e a primazia do diálogo - princípios básicos de nossa atuação externa - pareçam objetivos inatingíveis no plano interno.

É chegada a hora de que cesse o desrespeito aos excluídos. É chegada a hora de tornar o Brasil um país mais justo !

E este país mais justo, e mais solidário, não é apenas desejável. É também possível.

Mas sua realização não é, jamais poderá ser, a obra de um homem só, ou de um único Poder da República. É imprescindível continuar a ter o apoio e o comprometimento do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, bem como dos estados e dos municípios. Do governo, enfim, em todas as suas esferas e níveis. É essencial o engajamento de toda a sociedade e de cada cidadão individualmente.

Daí a urgência em levar adiante as reformas estruturais que irão erguer o Brasil, todo ele e não apenas setores ou áreas privilegiadas, a um novo patamar de desenvolvimento e de justiça, consolidando as conquistas econômicas e avançando com determinação e seriedade na área social.

Meus caros Formandos,
Sinto-me pessoalmente honrado, e

comovido, pelo fato de terem vocês eleito como Patrono a Florestan Fernandes, mestre e amigo cuja ausência muito tenho sentido.

Intellectual brilhante, educador inigualável e referência obrigatória dentro da moderna sociologia nacional, esse grande brasileiro legou-nos lições que devem servir de inspiração a todos: uma trajetória política marcada pela retidão mais absoluta, a denúncia corajosa das desigualdades e a coerência de toda uma vida de luta por um Brasil mais justo.

É sintomático, e por todos os títulos alvissareiro, que a cerimônia de hoje apresente como paraninfas duas professoras do curso de Leituras Brasileiras.

Esse curso foi criado durante minha gestão no Itamaraty, e nele tive o prazer de dar a aula inaugural, falando sobre as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.

O conhecimento profundo do próprio país é matéria básica e insubstituível para o bom desempenho, pelo diplomata brasileiro, das importantes funções que lhe são exigidas.

Aonde quer que estejam, para valer-me do moto de Rio Branco, a memória da pátria deve indicar-lhes o caminho a seguir.

Senhoras e Senhores,
Caros Formandos,

Assim como no ano passado - sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco - a celebração do Dia do Diplomata reveste-se neste ano de significado especial. É que, juntamente com a formatura de duas novas turmas de alunos do Instituto Rio Branco, comemoram-se os cinquenta anos da criação do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, verdadeiro marco na história do Serviço Público brasileiro.

Digo isso com a experiência de quem vivenciou de perto o funcionamento do Itamaraty. Sinto-me, assim, muito à vontade ao reconhecer publicamente a importância, para o Brasil, de contar com uma classe de funcionários que integram uma

real carreira de Estado, pautada pelo mérito profissional, pela preocupação da evolução constante e pelo sentido do serviço público em sua acepção mais nobre.

A vocês que hoje se formam, caberá a honra, mas também a responsabilidade, de fazer parte de uma classe de servidores que sempre se caracterizou pela defesa intransigente dos interesses mais altos do país, de integrar uma Casa que se pode orgulhar de uma inabalável tradição de bons serviços prestados à nação brasileira.

Fonte e guardiã de um inestimável patrimônio diplomático, esta Casa é hoje conduzida com firmeza pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia, a quem quero

expressar de público meu reconhecimento e gratidão.

O Itamaraty é um modelo, um exemplo a ser seguido. No Brasil melhor que procuramos construir, não deveria haver mais lugar para o corporativismo pequeno e pernicioso, alheio ao interesse comum e voltado unicamente para seus próprios objetivos, muitas vezes em detrimento do futuro do país.

Caros Formandos,

O país avança na rumo certo, e com o concurso de todos seguirá a avançar. Será melhor, mais justo e mais igualitário o Brasil que vocês representarão. Disso tenho certeza.

Muito obrigado.

Dia do Diplomata

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da comemoração do Dia do Diplomata e da formatura da turma “Florestan Fernandes” do Instituto Rio Branco, Brasília, 30 de abril de 1996

Nós estamos mais uma vez aqui reunidos para comemorar o Dia do Diplomata e acolher ao convívio profissional e humano da carreira de diplomata duas novas turmas do Instituto Rio Branco.

Este Dia do Diplomata coincide também com o cinquentenário da primeira turma do Instituto Rio Branco, em 1946. Celebramos cinquenta anos de profissionalização institucionalizada dos quadros do serviço diplomático do Brasil, um marco do qual, acredito sinceramente, a Nação inteira se orgulha.

Essa celebração é a razão pela qual fizemos questão de convidar, para estar conosco aqui, hoje, os ex-Ministros das Relações Exteriores e ex-Secretários-Gerais. É uma felicidade para o Itamaraty ter hoje conosco ilustres brasileiros que foram os Chefes desta Casa ao longo de mais de três décadas, entre os quais nos rejubila poder incluir Vossa Excelência, Senhor Presidente da República.

É a homenagem que quisemos fazer à contribuição sempre dedicada e criativa das gestões que antecederam a atual no Itamaraty.

Este é também um tributo que prestamos — os que hoje temos a elevada honra de ocupar os mais altos postos da Casa — à continuidade e ao profissionalismo da nossa política externa.

Nascida com a nossa independência, a diplomacia brasileira foi formada na defesa sistemática da nossa soberania, das nossas aspirações ao

desenvolvimento e da convivência harmoniosa com todos os nossos muitos vizinhos e parceiros.

Ao longo de quase dois séculos, em que a condução dessa política externa vem sendo passada de geração a geração de diplomatas, ela vem interpretando o sentido das mudanças no Brasil e no mundo e projetando os interesses externos de uma sociedade cada vez mais complexa para ir construindo a ponte de muitas vias em que se foram transformando nossas relações exteriores.

Quero dizer também uma palavra de homenagem ao próprio Instituto Rio Branco, na figura de alguns dos seus ex-Diretores, que ajudaram com seu trabalho e sua dedicação na construção de uma academia diplomática de sólido nome e grande prestígio nacional e internacional.

Senhor Presidente,

Os diplomatas que hoje solenemente passam a integrar os quadros da diplomacia brasileira vêm trazer à nossa Casa e à política externa brasileira a contribuição insubstituível da juventude, do talento, dos ideais e do espírito público que os fez escolher esta profissão e aceitar os seus desafios.

Estes jovens profissionais decidiram fazer da sua formatura uma homenagem à vida e à obra de Florestan Fernandes, cujo espírito ilumina esta cerimônia na condição de Patrono das duas turmas.

Mestre querido e respeitado da inteligência brasileira, figura humana e intelectual que ajudou a projetar o Brasil universalmente no campo da sociologia e das ciências humanas em geral, Florestan Fernandes indicou e abriu caminhos ao pensamento brasileiro, com independência e com sensibilidade humana e social. Os paraninfos que conduzem os novos diplomatas nesta passagem — as professoras de leituras brasileiras do Instituto Rio Branco, Mariza Veloso Motta Santos e Maria Angélica de Madeira, e o professor de História das Idéias Políticas, Conselheiro Gérson Pires — se destacaram na promoção de um maior convívio destes diplomatas com grandes valores da cultura e do pensamento brasileiro e universal, dando-lhes os instrumentos essenciais para uma consciência ativa sobre a história e a realidade do Brasil.

A escolha do patrono e dos paraninfos é expressiva de um sentimento particular de interesse pelo Brasil e pela reflexão sobre o Brasil. Expressa a sensibilidade dos novos diplomatas, da sua visão do mundo e do seu país. Fala muito bem de uma visão da própria carreira que a partir de agora vai confundir-se em certa medida com suas vidas, seus projetos e suas realizações.

Senhoras e Senhores,

Não há política externa adequada aos interesses do país sem uma profunda consciência crítica e ética e um amplo conhecimento das realidades que nos cabe projetar no exterior e ajudar a aprimorar no país.

Não há diplomacia com resultados efetivos se os seus agentes não encarnarem, no conhecimento e na ação, o seu país e os seus projetos, as suas instituições e os seus compromissos. Se não forem cidadãos na mais ampla acepção do termo. “*Ubique Patriae Memor*” — a lembrança da pátria em todo lugar —, era a divisa de Rio Branco, para recordar que o trabalho do diplomata se faz com uma aguda consciência sobre o país ao qual serve no exterior.

Graças a essa consciência e a uma aguda

percepção das realidades do poder mundial, Rio Branco pôde dar novos rumos à diplomacia brasileira.

Essa é a lição de Rio Branco: conhecer e interpretar as tendências da história contemporânea dentro e fora do país; responder a elas, tratando-as como realidade objetiva e incentivo para a ação; ser aberto a mudanças sem perder as tradições e sem abrir mão de princípios; e procurar, sempre, colocar as inevitáveis alterações do mundo a serviço dos interesses do país, participando da história e usando em nosso favor as oportunidades que ela oferece. Esse é o sentido da nossa ação.

Meus jovens colegas,

Nós os acolhemos de braços abertos, com a tranqüilidade de saber que representarão a continuidade das melhores tradições desta Casa e, sobretudo, com a certeza de que terão muito trabalho pela frente e uma grande realização pessoal e profissional.

Vocês se incorporam a esta equipe, presente no mundo todo, em um momento particular de criatividade e ação da nossa diplomacia. Encontram a carreira muito desafiada do ponto de vista da substância do trabalho, da sua missão, dos seus compromissos. Encontram-na também melhorada do ponto de vista salarial e serão chamados a participar do empenho por melhorar as condições objetivas da nossa atividade profissional.

Vão participar do trabalho coletivo de criação e implantação da política externa. Um trabalho que deve ser feito com os olhos postos na realização do país como nação — um compromisso que vai realizá-los também pessoalmente, dando um sentido poderoso às suas vidas como pessoas e cidadãos.

Vão também sentir a responsabilidade que é representar o Brasil no exterior, sem esquecer-se de que é preciso constantemente dar contas ao seu próprio país daquilo que estão ajudando a realizar lá fora. Há muito não existe mais espaço para o diplomata que se pretende apenas um cidadão do

mundo, falante de várias línguas e capaz de sentir-se em casa em qualquer capital cosmopolita.

O diplomata hoje deve ser antes de tudo um cidadão consciente e ativo, que projeta a cidadania no seu trabalho e põe a serviço das relações exteriores do país uma vocação de participação e de serviço público.

Sua ação, seu comportamento, sua disposição de contribuir e de prestar contas, a capacidade de conhecer, interpretar e projetar os interesses autênticos da sociedade, a abertura para o diálogo permanente e transparente com aqueles que representa — tudo será objeto de cuidadoso escrutínio, de permanente vigilância, de continuado acompanhamento. E isso é muito bom.

Porque é assim que funciona um sistema democrático e é com esse espírito que se faz política externa em uma democracia.

Desde o início desta Administração, temos procurado fazer do Itamaraty uma instituição mais aberta à opinião pública, à imprensa, ao Congresso, aos Estados e Municípios, às organizações não-governamentais, ouvindo-os, respondendo-lhes, dialogando.

Quero exortá-los a fazer desse objetivo uma diretriz permanente em suas carreiras e no seu trabalho diário. Quero que pensem na política externa não apenas como um trabalho de gabinetes fechados ou de negociações reservadas, mas sim como uma tarefa que se cumpre tendo sempre presente a opinião pública e aqueles que a representam e lhe dão voz e informação.

Porque o nosso trabalho só faz sentido se for permanentemente avaliado à luz do interesse nacional, que numa democracia não é uma abstração, mas um conjunto de aspirações que permeiam os grupos sociais e as regiões do país e que apontam os rumos da ação externa.

Sejam, pois, bem-vindos à nossa Casa, que de vocês depende para continuar sendo uma instituição que alia tradição à criatividade, compromisso com o passado à inovação, respeito

aos princípios éticos e jurídicos à determinação de manter-se em plena sintonia com os tempos e as mudanças.

Caros formandos,
Senhoras e Senhores,

Quero agradecer de público ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a confiança e o apoio que tem dado ao Itamaraty.

É graças ao patrimônio de uma diplomacia comprometida com o desenvolvimento e com o aperfeiçoamento da nossa inserção internacional que estamos podendo cumprir uma intensa agenda de política externa sob a condução pessoal do Presidente da República.

Uma resposta do Governo a necessidades e prioridades da sociedade brasileira na interação com outras nações nesta etapa decisiva da vida nacional: eis o que é a política externa que o Presidente da República definiu e que, com a diplomacia presidencial e com o concurso do Itamaraty, vem implementando.

Nossa política externa se faz em um ambiente internacional transformado e ainda em mutação. É preciso compreender a natureza dessa mudança, que comporta desafios, oportunidades e riscos, e agir em função delas. Partimos do princípio, que é premissa de qualquer diplomacia responsável, de que nem o isolamento nem o reivindicacionismo utópico e irrealista são viáveis.

Nossos vetores são claros: participar ativamente dos mecanismos decisórios internacionais, para reforçar a nossa projeção externa e nossa capacidade internacional, e ampliar o acesso brasileiro a mercados, capitais e tecnologias, gerando mais e melhores empregos em uma sociedade que deles necessita para ser mais justa e equitativa.

Por negociação e persuasão, e não por confronto, porque essa é a estratégia ditada pelas nossas condições efetivas de poder e capacidade de influência, estamos fazendo uma diplomacia profundamente comprometida com os objetivos

centrais do povo brasileiro neste final de século. Esses objetivos são claros: consolidar a democracia, valorizar os direitos humanos, estabilizar a economia e promover as reformas que permitirão ao Brasil crescer em forma sustentada, com a valorização da cidadania, a distribuição social e regional de riqueza e a proteção ambiental.

Temos um trabalho importante a fazer, reforçando nossas parcerias tradicionais e atualizando-as em função da nova realidade interna e regional do Brasil — uma realidade que combina os progressos feitos na área da estabilização da economia e das reformas e a consolidação do Mercosul como fator de projeção do Brasil.

Esse trabalho se amplia com o imperativo, que temos cumprido, de garantir acesso aos mecanismos decisórios internacionais e reforçar o padrão de credibilidade e confiabilidade brasileiros para o acesso a tecnologias indispensáveis ao nosso desenvolvimento científico e industrial.

E esse mesmo trabalho importante se estende à criação de novas parcerias políticas e econômicas onde a evolução das relações internacionais nos obriga a buscar oportunidades, seja na Ásia-Pacífico, na África ou no Oriente Médio.

Há um ano, nesta mesma cerimônia, comemorávamos o bom início da diplomacia do Governo de Vossa Excelência assinalando o quanto havia sido produtiva a viagem presidencial aos Estados Unidos, marco de uma fase de acentuada cooperação e respeitoso entendimento entre os dois países. O mesmo se deu depois com as viagens a outros parceiros prioritários do Brasil, como Portugal, União Européia, Alemanha, China, Índia, Japão e Argentina.

Em um ano, fizemos novos progressos. Ingressamos no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o MTCR, e ganhamos credenciais fortes para podermos prosseguir o nosso programa espacial, cuja finalidade exclusivamente pacífica e condução civil foram reafirmadas e valorizadas perante a comunidade internacional.

Acabamos de entrar para o Grupo de Supridores Nucleares, com apoio unânime, acrescentando aos nossos compromissos com o desarmamento e a não-proliferação uma nova credencial de confiabilidade.

Temos participado intensamente do processo de integração hemisférica, que exige de nós uma abordagem realista, prudente e construtiva, em sintonia com os nossos compromissos no Mercosul e com o ritmo de abertura competitiva da nossa economia.

Fundado no caráter democrático dos seus integrantes, o Mercosul consolida-se como realidade regional e como parceiro internacional que soma poder e influência aos seus Estados-membros. Nosso compromisso com a consolidação da união aduaneira é claro, dentro dos princípios basilares que presidiram a sua criação — o primeiro dos quais é a democracia, premissa indispensável.

Nosso empenho em consolidar sempre as relações bilaterais que nos unem a cada um dos nossos parceiros no Mercosul é firme, porque temos a consciência de que o regional e o bilateral não são instâncias que se excluem, mas se completam e interagem positivamente.

Temos praticado uma diplomacia global, tanto do ponto de vista geográfico, cobrindo o globo todo em nossa permanente busca de melhores parcerias, quanto do ponto de vista dos temas que nos têm mantido em permanente mobilização: os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, a cooperação contra o narcotráfico, o desarmamento e a não-proliferação, a defesa intransigente da democracia.

As visitas presidenciais têm sido exemplares e instrumentais, nesse sentido. Cobrem uma extensa agenda, com sentido de equilíbrio e harmonia, mas também com sentido de urgência, porque não há tempo a perder em um mundo globalizado cujo ritmo é o da competição intensa e cuja velocidade é a da informática e das redes mundiais de comunicação por computador.

Essas visitas se têm combinado com um

permanente esforço da Chancelaria para projetar e explorar no exterior a nova realidade brasileira, sem o propósito fútil de encobrir ou desprezar problemas, mas também sem perder de vista que essa área exige uma atitude afirmativa, participativa e criativa de parte não apenas do Governo brasileiro, mas também dos nossos agentes econômicos.

Senhor Presidente,

Permita-me que diga com legítimo orgulho que hoje podemos acreditar, como nunca, no nosso país.

Este Brasil que reencontra seu destino e recobra sua autoconfiança pretende ocupar o espaço que lhe corresponde no cenário internacional. Por isso, adota posições compatíveis com as grandes tendências da comunidade das nações modernas. Por isso, quer estar ao serviço da paz mundial e da concórdia entre nossos vizinhos e amigos. E por isso tem a consciência do seu peso e o usa cada vez mais naturalmente, sem prepotência, sem arrogância, mas também sem subordinação. O Brasil faz a sua política externa com a clara consciência de que não pode e não deve abrir mão da sua especificidade, nem da defesa dos seus interesses nacionais.

Senhoras e Senhores,

O desafio de uma política externa que reflita e atenda aos interesses do Brasil de hoje impõe a necessidade de aperfeiçoar e modernizar a nossa Casa, dando-lhe maior transparência e preservando e valorizando aquilo que fez dela uma instituição de excelência reconhecida na administração pública brasileira.

O Instituto Rio Branco tem minha plena confiança e minhas instruções diretas para perseverar nas transformações que têm assegurado uma formação do diplomata brasileiro em plena sintonia com o país e cada vez mais orientada pelas demandas de uma política externa muito ativa.

Mas o aperfeiçoamento e a modernização do serviço exterior brasileiro vai muito além da formação profissional. Ambos devem fundar-se, antes de mais

nada, em um diagnóstico acurado dos desafios que o Itamaraty enfrenta em razão das transformações dos cenários interno, regional e internacional do Brasil.

Novos temas, novas formas de interação entre as Chancelarias e entre essas e os demais órgãos governamentais e da sociedade civil, os imperativos da diplomacia pública e federativa, os imperativos da diplomacia de Chefes de Estado e Governo, marca exponencial do nosso tempo, a informatização, a busca de eficiência e de economicidade na gestão da máquina administrativa federal — essa é uma complexa realidade que aponta a necessidade da permanente atualização do Itamaraty, da carreira diplomática e dos nossos métodos de trabalho.

Estamos trabalhando nessa atualização, com a participação ampla dos quadros do Itamaraty — uma participação que tem sido encorajada e incentivada.

Força é termos sempre por balizas os princípios e parâmetros que criaram o patrimônio institucional da diplomacia brasileira: o mérito, a hierarquia, o senso do dever, o sentido de serviço público e aquelas marcas e distintivos que, ao identificar-nos com nossos interlocutores diplomáticos em todo o mundo, singularizam-nos como carreira no Brasil.

É um patrimônio que nos distingue. Não o podemos banalizar e dele não abriremos mão.

Meus caros formandos,

Fica patente, pelo muito que se pode dizer em pouco tempo sobre a carreira e a nossa política externa, que vocês encontraram um caminho fértil para exercer a sua criatividade e a sua cidadania.

Inspirados pelo seu patrono, Florestan Fernandes, e pela figura e pela obra do patrono de todos nós, o Barão do Rio Branco, vocês estão dando este primeiro grande passo profissional nessa carreira que se abre diante de vocês. Desejo que ela os faça muito felizes em todos os planos de suas vidas.

Muito obrigado.



Brasil – Países Africanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos embaixadores africanos acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 2 de maio de 1996

Quero agradecer ao nosso querido amigo, o Embaixador do Marrocos, Larbi Reffouh, as palavras amáveis que me dirigiu em nome de todos os representantes dos países amigos da África acreditados aqui em Brasília.

Quero agradecer também esta hospitalidade que nos é estendida, a mim e aos meus colaboradores, pelo Embaixador da África do Sul, em associação com todos os seus colegas africanos.

Este almoço de confraternização e de trabalho é uma oportunidade valiosa para nós. Ele traduz a preocupação legítima de trazer-me, de forma sistematizada, o interesse de todo o grupo africano pela dinamização das relações entre o Brasil e a África.

Os Senhores podem ter a certeza de que analisaremos com todo o cuidado suas ponderações e sugestões, sintetizadas no discurso do Embaixador Reffouh.

O Embaixador Ivan Cannabrava, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, foi Embaixador em Angola e tem a sensibilidade e o conhecimento para bem supervisionar os assuntos de interesse das relações do Brasil com a África. O Ministro José Vicente Pimentel, Diretor-Geral do Departamento da África e do Oriente Próximo, é um profissional da maior competência e que além disso goza da minha confiança pessoal para desenvolver as tarefas de que foi incumbido.

Ele tem a responsabilidade de implementar o processo de atualização das nossas relações com a África e o Oriente Próximo e já começou um trabalho eficiente de levantamento sistemático dos assuntos pendentes com cada um dos países da área e das possibilidades reais de ampliação do intercâmbio e da cooperação.

O Departamento passou por uma reestruturação e está inteiramente voltado para esse esforço. Para isso, conta com diplomatas entusiasmados e comprometidos com a idéia de que a África deve ser para nós uma área de criativa prioridade — um item importante em nossa agenda externa.

Eu não preciso discorrer aqui perante os Senhores sobre a quantidade de elementos de identidade que existem entre o Brasil e a África, nem sobre o quanto nós devemos à contribuição cultural e étnica do continente africano em nossa formação como nação soberana e independente — para não falar da riqueza material construída aqui pelo trabalho africano. Se o Brasil tem a força de criatividade e a variedade que identificam a sua cultura e a própria forma de ser do seu povo, é porque nós pudemos assimilar esse traço de africanidade que nos identifica e singulariza de certa forma entre os países do nosso próprio continente.

Não preciso tampouco estender-me sobre os interesses compartilhados que nos aproximam como

países em desenvolvimento, em graus diferentes, é verdade, mas com desafios, problemas e oportunidades comuns nas áreas econômica, social, ambiental e até política.

O renascimento democrático na África e a adoção de políticas de desestatização e abertura econômica competitiva abrem um horizonte novo de possibilidades para os países africanos, contrabalançando em grande medida os problemas que ainda afetam certas áreas e povos do Continente. Combinada com o novo impulso de desenvolvimento econômico no Brasil do Plano Real, essa realidade deve ter um impacto positivo de médio e longo prazo nas relações entre a África e o Brasil.

Também a vizinhança dada pelo Atlântico Sul — e que nos aproxima de toda a África, e não apenas dos países ribeirinhos da África Austral e Ocidental — cria um espaço privilegiado de entendimento diplomático e de cooperação para o desenvolvimento entre a África e a América do Sul, particularmente com o Brasil.

Quero dizer-lhes que o nosso compromisso com as relações Brasil-África é firme. A África é um espaço privilegiado e insubstituível da diplomacia brasileira. Nós somos um ator global das relações internacionais e temos presença sólida na África — das mais sólidas entre os países em desenvolvimento de fora da região — e uma agenda intensa para o continente, de que é exemplar nossa participação na UNAVEM III.

O Presidente Fernando Henrique e eu mesmo temos insistido nesse ponto em diversas oportunidades.

Nossa ação diplomática expressa isso com a objetividade das coisas concretas. Estive em Moçambique para a reunião que permitiu consolidar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma iniciativa que tem um importante vetor de política africana do Brasil.

Visitei a África do Sul. Recebemos aqui o Presidente da Namíbia e de Angola, os Chanceleres de Moçambique, da África do Sul, do Quênia. O

Presidente Fernando Henrique deve visitar Angola e a África do Sul neste ano. Em todas as oportunidades, procuro trocar impressões e informações com meus colegas africanos.

Estamos lotando mais adequadamente algumas das nossas missões diplomáticas na África, reestruturando o quadro de embaixadas cumulativas para dar-lhes maior eficiência e estabelecendo relações diplomáticas com sete países africanos com os quais ainda não tínhamos relações ou trocado missões diplomáticas.

Estamos nos aproximando da Organização da Unidade Africana com a determinação de acompanhar mais de perto a realidade política e de cooperação do Continente e de conhecer melhor as formas de interação regional e sub-regional que ali se dão.

Participamos da reunião da SADC, cuja evolução acompanhamos com toda atenção em vista da possibilidade futura, mas real, de estabelecer laços concretos de intercâmbio e compromissos de liberalização comercial entre o Mercosul e aquele agrupamento sub-regional africano.

Temos dado cooperação técnica e de formação de recursos humanos a países africanos na medida das nossas possibilidades — as quais, convém que se diga com franqueza, diferem em muito daquelas que prevaleceram na década de 70 e início dos anos 80, quando houve condições objetivas de oferecer créditos e cooperação subsidiados a diversos países africanos. Hoje as condições são outras no Brasil e na África. É preciso trabalhar com essa realidade.

Temos acompanhado com todo interesse a evolução positiva que se registra em alguns países africanos que poderão ser, pelo seu potencial e vigor, molas propulsoras de um renascimento do desenvolvimento africano em geral. Temos mesmo participado dessa evolução em alguns casos.

Estamos presentes em Angola com o maior contingente militar enviado pelo Brasil ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial. Nós estamos apostando na recuperação de Angola como país em

desenvolvimento e como parceiro tanto do Brasil como dos demais países da África.

Estamos atentos ao que ocorre em Moçambique, África do Sul e Namíbia, explorando todas as possibilidades de cooperação.

Nós queremos parcerias onde elas se apresentem. Parcerias que engajem os dois lados em um esforço comum, criativo, para desenvolver as relações. Parcerias que mobilizem os Governos e os agentes econômicos dos dois lados, porque as relações internacionais de hoje comportam necessariamente uma forte dose de iniciativa privada. Parcerias que levem em conta as oportunidades reais de cooperação e intercâmbio e que atuem com sentido de realismo, sem gerar expectativas descabidas, e que se centrem em algumas iniciativas de maior visibilidade e efeito multiplicador.

E nós queremos que as Embaixadas dos países africanos no Brasil nos ajudem a buscar fórmulas criativas de promover essas parcerias renovadas com cada um dos países africanos aqui representados e cuja amizade nós valorizamos tanto. O Brasil é uma sociedade complexa e dinâmica, aberta a iniciativas, disposta a explorar todas as oportunidades, e com grande potencial de lançar-se no exterior se os desafios valerem a pena.

Eu os exorto a seguir esse caminho, buscando ativamente as oportunidades de negócios e cooperação que podem estar em vários pontos e setores do país. Eu os exorto a trazerem a África mais para perto do Brasil, explorando as identidades que nós temos e a simpatia e o interesse naturais que existem no Brasil pelo seu continente.

As relações com a África devem ir mais além do campo econômico. Por isso mesmo — e porque temos tantos interesses comuns —, estamos ampliando nosso diálogo político com a África.

Por isso, dei instruções muito precisas para que exploremos com nossos parceiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul duas grandes oportunidades de iniciativas políticas, com reflexo potencial positivo na área de cooperação.

A primeira delas é a assinatura de um Tratado de Desnuclearização do Atlântico Sul, que formalizará a Zona de Paz e Cooperação, dando-lhe existência jurídica sólida, e que irá completando, ao lado de Tlatelolco, Pelindaba, Rarotonga e o Tratado de Bangkok, o processo de desnuclearização total do Hemisfério Sul.

A segunda é a assinatura de um Tratado de Proteção do Meio Ambiente Marinho no Atlântico Sul, ao amparo da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, como forma de estabelecer mecanismos de cooperação na área ambiental marinha, prevenção e contenção de acidentes ecológicos, intercâmbio de informação e atuação coordenada — tudo isso em uma área de alta visibilidade política e de opinião pública.

Nós vamos apresentar essas iniciativas proximamente e esperamos contar com o apoio, a colaboração e o engajamento dos países africanos no seu aperfeiçoamento e na sua concretização.

Como vêem, há muitas possibilidades de estreitarmos nossos laços e de buscarmos oportunidades.

A política externa brasileira tem plena convicção de que não pode praticar exclusões ou adotar abordagens estreitas das relações internacionais do Brasil. Temos insistido nessa convicção.

Não há incompatibilidade alguma entre o que fazemos no nosso plano sub-regional, com o Mercosul, e as relações que podemos e devemos manter com todos os nossos parceiros tradicionais e mais recentes.

Nós estamos fazendo um grande esforço diplomático em diversas frentes. Nosso único limite são nossos próprios recursos. A África é e continuará sendo uma dessas frentes, e por isso nós contamos com o empenho dos Governos que Vossas Excelências aqui representam em fazer do Brasil e das relações sulatlânticas uma prioridade e um objetivo.

Muito obrigado.



Projeto “De Tordesilhas ao Mercosul”

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Inauguração do Projeto “De Tordesilhas ao Mercosul”, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1996

É com a maior satisfação que dou por inaugurado o projeto “De Tordesilhas ao Mercosul”. O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty não poderia comemorar, de maneira mais expressiva, seu 40º aniversário.

Até o momento, o Museu, por uma série de vicissitudes, não havia conseguido atender a um dos mais sérios princípios da moderna museologia - o de procurarem os museus apresentar, de maneira organizada, a razão de ser de sua existência.

Ao ser fundado, o Museu funcionava em quatro pequenas salas deste andar térreo do Palácio. Dava a encantadora impressão de um pequeno Museu de província do século passado, mas teve o grande mérito não só de conservar, com carinho, importantes peças históricas, mas principalmente a própria idéia da manutenção de um grande Museu de história diplomática.

Quando da mudança da capital para Brasília, abriu-se ao Museu o esplendor de um ambiente principesco, notável pela majestade e beleza de sua arquitetura e por várias peças que recordavam o longo período em que o Palácio abrigou o Ministério das Relações Exteriores. Abriu-se, principalmente, ao público o vasto salão onde trabalhou e faleceu o grande Rio Branco cuja personalidade e cuja ação puderam assim ser devidamente valorizadas.

Faltava-nos, entretanto, a maneira de sinteticamente apresentar a História Diplomática do Brasil de modo que cada visitante, ao deixar o Palácio, tivesse uma visão geral do que fez a diplomacia por nosso país, antes mesmo de seu descobrimento.

É esse objetivo primordial de um Museu diplomático que, a partir de hoje, nos foi possível atingir.

Foi o projeto levado a cabo graças à colaboração da Petrobrás à qual, na pessoa de seu Presidente, apresento nossos mais sinceros agradecimentos.

A “Memória Brasil” que o elaborou especialmente a seu Diretor Israel Beloch felicito pela sua competência, conhecimentos gerais e bom gosto.

Felicito finalmente o Museu Histórico e Diplomático e, ao fazê-lo, não poderia deixar de ressaltar o trabalho de Sílvia Escorel que, de certa forma, foi a alma animadora deste projeto que a ela deve, inclusive, a síntese de nossa história Diplomática que vivifica e explica os mapas e a documentação iconográfica aqui reproduzida.

Meus cumprimentos também às secretárias do Museu que tanto colaboraram para a execução desta cerimônia.

Muito obrigado.



Conferência sobre desarmamento

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no plenário da conferência sobre desarmamento, Genebra, 14 de maio de 1996

Mr. President,

It is an honor and a pleasure for me to address the Conference on Disarmament as Minister of External Relations of Brazil. As a former Permanent Representative of my country in Geneva, I take personal satisfaction in the opportunity of returning to meet old friends whose wisdom is always a source of inspiration. My prior experience in this hall has given ME first-hand contact with and knowledge of the challenges and responsibilities before the Conference on Disarmament, as well as the privilege of participating in its effort to bring about a world free of threat from weapons of mass destruction.

At this critical juncture, Mr. President, it augurs well for the Conference to be presided over by a seasoned and skilled diplomat such as yourself. I wish to commend your deft handling of Conference business, as well as to reiterate the assurance of Brazil's full cooperation in the discharge of your difficult task.

I find it particularly gratifying to speak before the Conference at a time when Brazil holds the coordinatorship of the Group of 21, a caucus long known for its unwavering commitment to world peace, some of whose current members have been calling for a comprehensive Test-Ban Treaty for over forty years.

The fact that die Group of 21 has never hesitated to embrace ideals and to put forward proposals which may often seem ahead of their time

should give this body food for thought as it struggles to find new ways of dealing with old demands, such as the global concern and priority issue that is nuclear disarmament.

President Fernando Henrique Cardoso is deeply and personally engaged in the cause of peace, disarmament and cooperation in international relations. After all, the achievement of the main goals of his Administration will be greatly facilitated by an international environment as free as possible of armed conflict and tension.

As a country committed to disarmament and non-proliferation, Brazil believes the international community should become further involved in significant initiatives leading to disarmament, especially in the nuclear field. These initiatives should aim at saving resources from the production of weapons, mainly weapons of mass destruction, and making them available for social and economic advancement in developing countries such as my own.

The creation of a peaceful and stable environment that is conducive to development is therefore a priority for Brazil. We trust that the recent conclusion of the Pelindaba and the Bangkok Treaties opens na unprecedented opportunity for a nuclear-free Southern Hemisphere, to he achieved through a building-blocks approach. Brazil holds that this is possible and that it reflects the interests of all who live south of the Equator.

Mr. President,

With the exception of World War II, Brazil has not been involved in any armed conflict in over a century. My country maintains exemplary relations of friendship and cooperation with all of its ten neighbors.

Ours borders have served to unite, rather than to divide. Brazilian military expenditure is among the lowest in the world in terms of GNP.

Brazil as consistently been involved in international disarmament and non-proliferation initiatives.

Our treaties that ban whole categories of weapons of mass destruction. We are engage in the effort currently underway to enhance the effectiveness of the Biological Weapons Convention. We also actively participated in the recently concluded review process of the Convention of Certain Weapons, to which Brazil acceded last year.

As regards chemical weapons, swift ratification of the CWC by the two main possessors of that class of weapon seems to us imperative in order to avert the prospect of such a treaty entering into force without those two States, which would send an incongruous and disturbing signal to the international community.

Mr. President,

Brazil holds unequivocal and unquestioned credentials in the field of disarmament and nonproliferation.

The principle that nuclear energy should only be used for peaceful purposes was enshrined in the 1983 Brazilian Constitution. Since March 1994, all nuclear materials in all nuclear installations in my country are subject to full scope International Atomic Energy Agency safeguards by means of the application of the Quadripartite Agreement involving Brazil, Argentina, the Argentine-Brazilian Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials and the IAEA. In May 1994, the Treaty of Tlatelolco came into force for Brazil, formalizing at the

international multilateral treaty level our renunciation of nuclear weapons.

The application of Tlatelolco provisions to the whole of Latin-America and the Caribbean for the first time brought to a populated region of our planet the benefits of being a nuclear weapon free zone, including legally negative security assurances on the part of the nuclear weapon States.

Mr. President,

Credentials such as these my country to take a firm stance in favor of significant and concrete steps in the field of disarmament. These should be facilitated by the easing of tensions that followed the end of the Cold War, and which prompted a number of welcome developments. I have already highlighted the importance of steps taken at the multilateral level in the early nineties to ban weapons of mass destruction. To these, one would be remiss not to add the most recent unilateral and bilateral actions in the nuclear sphere, such as: the announcement by three nuclear weapon States of the decision to halt fissile material production; ratification of the START-II Treaty by the United Congress; the decision by the French Government to close all land-based nuclear operations well as French Pacific test-sites; signatures by nuclear weapon States of the Rarotonga and Pelindaba Treaties additional Protocols.

All these result not from revised military doctrines regarding the role to be played by weapons of mass destruction, in particular nuclear weapons, in a world fortunately no longer ruled by the deranged logic of the Cold War. They also represent responses to new political and economic realities. Internal public opinion simply does not tolerate bottomless military budgets anymore; it also shows growing difficult in accepting the continuing need for, let alone the morality of, weapons of such force and indiscriminate effects.

Clearly much more needs to be done if the States holding stockpiles and arsenals of weapons of mass destruction are truly to heed the call of significant constituencies within their own countries, as well as

of the international community as a whole.

The end of nuclear bipolarity had the immediate result making disarmament seem outdated, both because the former opponents evolved a new pattern of cooperation and because the new security concerns - regional conflicts and the so-called non-military threats - are not amenable to solutions in terms of multilateral arms limitation agreements. This perception, however, is being superseded by a widespread sentiment of abhorrence of nuclear weapons, as the intense reactions worldwide against nuclear testing has shown just recently. The fact is that the welcome changes in the relationship between the two main nuclear powers did not abolish their huge stockpiles. These arsenals pose today three very different kinds of menace: the risk of nuclear accident; the possibility of nuclear theft enabling the unthinkable nuclear terrorism; and the very real, threat of *de facto* legitimating nuclear proliferation. Only working towards the complete elimination of nuclear weapons could confront these dangers.

Brazil therefore sides with those who believe measures are urgently needed and that the Conference on Disarmament should be allowed to take up its rightful place as the primary forum for nuclear disarmament negotiations. We of course commend and encourage the START I and II processes, whose full implementations will go a long way in rolling back the two greatest nuclear stockpiles on earth. But START II is still to be ratified by the Russian Federation, which we hope will soon occur. Moreover, the nuclear arsenals of the other nuclear weapons States so far remain beyond the pale of any phased or time-bound international obligation. If we are to give credence to the recently reaffirmed commitment to pursue in good faith negotiations on effective measures relating to nuclear disarmament, this should be followed by a genuine engagement on the part of all nuclear weapon States in a nuclear disarmament process within the context of the CD, as the sole multilateral disarmament negotiating body.

Allowing for CD expansion through the

immediate implementation of the terms of the decision taken last September and contained in document CD/1356, whereby twenty-three States will all assume together membership of the Conference, would, for its part, inject new life into enhance the representativeness of the CD, thus facilitating its future negotiating tasks, one of the very first of which could be a fissile material cutoff convention.

If it is true that our attention has recently been focused on an early conclusion of a CTBT, this should not prevent us from launching discussions on a cut-off convention. This would be the next logical stage in our work, one that we should not delay in carrying out. Together with the CTBT, the cut-off convention will be a significant step in capping the nuclear arms race. It is thus regrettable that the ad hoc committee on this issue, whose mandate was agreed upon by this Conference in the beginning of last year, has not met so far.

Mr. President,

Let me turn the main issue with which the CD has been grappling for nearly three years now and whose negotiation I dare to trust is entering its final, decision-making stage. I need not emphasize that to my country, as well as to most - if not all - of those represented around this table and in this hall, having a Comprehensive Test-Ban Treaty ready for signature by the outset of the 51st session of the U.N. General Assembly is more than an aspiration - it is a matter of giving concrete expression to the international community's conviction that nuclear tests and all they represent no longer have a place in today's world.

Indeed, the prohibition to be imposed on nuclear testing is not and should not be made to become an end in itself. It is but a first step, though a very significant one. As a treaty which will ban an activity inextricably associated with and necessary for carrying on with the infernal spiral of developing, manufacturing, improving and stockpiling nuclear weapons, the CTBT not only can but should serve as a catalyst for nuclear disarmament. Setting the

CTBT in its proper context would therefore require provisions emphasizing the vertical proliferation constraint it imposes; highlighting its role in the reversal of the nuclear arms race and in the process of nuclear disarmament; and stressing the need for the complete elimination of nuclear weapons at the earliest possible time and according to a phased program under a multilaterally agreed process of nuclear disarmament. Given divergence of views regarding these issues, I submit these proposals with an open mind as to their possible further improvement, given the pressing need at this stage for bridging gaps and for finding formulations which attract general support. The price to pay for a universal treaty that would be decisive for nuclear disarmament and for all dimension of non-proliferation is, in our view, well worth the cost.

Throughout the CTBT negotiations, Brazil has been committed to a treaty that is both meaningful in purpose and endowed with effective means of verification. In the coming weeks, the Brazilian delegation, acting on my direct instructions, will redouble its efforts in striving to accommodate all reasonable concerns and to keep the negotiations within the timeframe set by the United Nations General Assembly. We are sure that CTBT signature in the next months is a viable proposition. But for that we need to see movement not just on the part those who still show reluctance to accept the most widely supported formulation for the article on the Treat's scope, for stance, or on the part of those Who still admit exceptions to the ban. We also need to see that others realize the limits to the general acceptance of some of their controversial proposals, such as stripping the international Data Centre of analytical capacity; creating special arrangements for the payment of annual verification.

Mr. President,

I am well aware that during the first part of

the 1996 session the Ad Hoc Committee on CTBT received important contributions from Iran and Australia and from its own Chairman, Ambassador Jaap Ramaker, toward an early conclusion of negotiations. The Conference also heard many exhortations, not least from the Brazilian delegation itself, to the same effect. Let me be the first to reiterate this plea on this second part of the 1996 session. The stakes are too high for the international community to let this opportunity for concluding the CTBT go by.

Mr. President,

Before closing, let me address the issue of the future role of this body in the edifice of international relations. Some year ago, when the Chemical Weapons Convention was nearly finished, it was fashionable to ask if "there would be life after the CWC". The same doubts seem to have arisen again concerning the post-CTBT phase.

Brazil does not entertain such skeptielism. We are confident that the Conference on Disarmament will continue to fulfill an important task in ensuring progress toward a more peaceful and stable world. Alongside the capacity, respond rapidly to threats to international peace and security attributed to the Security Council of the United Nations, it is essential to have a forum where issues related to disarmament and thus to peace receive a more universal, systematic and prospective treatment. Moreover, there is no lack of areas of disarmament that would warrant negotiating multilateral agreement by the international community. The problem is, as it always has been, to identify what is considered negotiable by the various members of that community. A spirit of dialogue and flexibility from all quarters will certainly help in devising the agenda for the years to come, as we continue to strive for a world free from weapons of mall destruction.

Thank you.

Diálogo Internacional

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do jantar de inauguração do Foro do Sol M. Linowitz do diálogo inter-americano sobre o tema "A new Inter-Americanism for the Global Age", Washington, 16 de maio de 1996

We are gathered here tonight, in the Hall of the Americas, as representatives of the peoples and nations of this Hemisphere, to pay tribute to Sol Linowitz.

This is a man who has anticipated, by his personality and by his actions, the spirit of the new Inter-Americanism that we are committed to consolidate in these present times of globalization and regional integration.

Brazilians are proud to join in this celebration. In Brazil we have many prominent members of the Inter-American Dialogue. As a representative of the Brazilian government, I bring a word of thankful recognition for the instrumental contribution of this forum as a catalyst in promoting a much needed independent and balanced discussion of issues pertaining to the development and the improvement of Hemispheric relations.

Our times are calling for a renewed and creative commitment to the Hemispheric partnership.

Governments of the entire continent are working on that commitment, not with rhetorical purpose, but with a clear bearing and tangible objectives.

As ideological barriers erode throughout the world, as democracy and economic freedom become the pattern in international relations, the international community moves forward to the consolidation of

universal rules regulating trade and productive investment, technology flows, non-proliferation and the enforcement of human rights and environmental protection.

The way is open for a new kind of international cooperation, especially in this Hemisphere, where there is a long-standing tradition of interaction among countries and peoples.

A new age has come, an age of hope and an age of commitment to a better and a more prosperous life for all the peoples of the Americas.

We are proud to live in a Hemisphere that made democracy its common legacy and its guiding rule.

Within these bounds, we are fighting for economic stability and sustained growth. Our goal is to correct the social unbalances that still affect our societies and to build a hemispheric system that brings prosperity to all.

Jobs, not weapons; markets, not political or ideological divisions: this is the real challenge that the end of the cold war and of strategic disputes, at the global and regional levels, allowed us to face in their entirety.

The fight for competitive integration into the global market and the new world structure cannot be a lonely one. Nor should competition be seen as a ravaging battle for business opportunities, financial

deals and commercial operations.

Countries are more and more conscious that collective action and solidarity, through free trade agreements, market integration on a sub-regional or regional level, an intense participation at the international decision-making process and also strong sets of bilateral relationships are key to approaching global markets and global issues.

Credentials, such as political and economic stability, economic freedom and openness, full adherence to universal rules and regulations and wide credibility, are essential. You either play by the rules or you don't play at all.

Countries are aware that they should use a cautious, realistic approach in tackling the challenges of this day and age. They must be affirmative in identifying their objectives, in defining their timetable for negotiations, in engaging constructively in these negotiations and in building upon what they are accomplishing.

This is precisely what we are doing in following-up the commitments reached at the highest level at the Miami Summit of the Americas, a cornerstone of a new approach towards Hemispheric relations.

All the new elements in the contemporary world structure are present in this pragmatic exercise of weaving a new pattern of relationship and exchange within the Americas.

First of all, developing countries in the region have moved towards more open and outward-looking economic policies. Those policies have replaced the import-substitution policies that had prevailed for decades as a strategy for development and industrialization. Several unilateral concessions or advances have been made by countries in the region that realized the importance of exposing their economies to outside competition in order to better respond to the challenges of quality, cost and productivity.

We have a global framework for trade relations under the WTO agreements, encompassing

and regulating the world trade agenda and new areas such as intellectual property rights, investment and agriculture.

We have a regional commitment to political understanding and practical cooperation in our Continent as regards the enhancement of and support for democracy throughout the region, the fight against drugs and organized crime, the fight against corruption.

And we have several sub-regional initiatives, such as Mercosul, that clearly show that integration has left the world of policy-planning to become a strong reality in the day-to-day lives of our countries, our business communities and our consumers.

As these material and political conditions unfold, Hemispheric relations gain an unprecedented momentum, probably the strongest and the most affirmative since the very inauguration of the Pan-American movement a century ago.

Ladies and Gentlemen,

Recognizing the importance of Inter-American relations as a platform for our countries' bid for a better participation in the world of globalization, the Inter-American Dialogue has shown its wisdom in choosing Sol Linowitz as the center figure of this year's plenary session. Ambassador Linowitz brings us his example and inspiration.

An accomplished lawyer, a dedicated public servant, an outstanding diplomat who served his country on several occasions helping to forge some of the most challenging moves of US foreign policy, Sol Linowitz, as the US negotiator of the Panama Canal Treaty, has brought to Inter-American relations a lasting contribution — the engineering of a new pattern of relationship between the most powerful country in this Hemisphere, and indeed in the world, and its developing neighbors.

This new pattern of relationship, based on mutual respect, confidence and a long term vision of common interests, has begun to make the dreams and ideals of the founding-fathers of Inter-

Americanism come true.

Among these founding fathers, Brazilians are proud to see the Baron of Rio Branco, our leading diplomat and statesman, who identified in the very first moves towards the Pan-American movement a tool for promoting better political understanding and smoother economic cooperation in this continent.

As this century comes to a close, the inspiration of the founding fathers of Pan-Americanism and of men like Ambassador Sol Linowitz encourages us to endure in the process of renewing Inter-American relations.

These relations can be instrumental in promoting development, trade, investment, technology transfer and a wide-range cooperation among the countries of this Hemisphere.

They certainly profit from a growing web of improving bilateral relations throughout the region.

And of course they can benefit from the kind of sound, frank and balanced debates that have become a trademark of the Inter-American Dialogue.

I am sure that the Sol M. Linowitz Forum will positively contribute to this dialogue. The odds couldn't be better, for the man who inspires this initiative knows how to make a difference.

As History unfolds in our Hemisphere, let us follow his example. Let us leave to future generations of this Continent the legacy of a new Inter-Americanism that is based on confidence respect and a strong sense of community and of shared interests.

Thank you.



Brasil - Venezuela

Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da Venezuela, Rafael Caldeira, Brasília, 20 de maio de 1996

Em nome de todo o povo brasileiro, eu tenho o grande prazer de receber Vossa Excelência e sua comitiva.

Ao fazê-lo, saúdo um grande líder político latino-americano, um lutador incansável pela democracia com justiça social e um amigo do Brasil que, como eu, crê na importância estratégica das relações entre nossos dois países.

Queremos retribuir a hospitalidade e o afeto com que o povo e o Governo da Venezuela receberam o Presidente brasileiro na visita de Estado que fiz a Caracas, há quase um ano. Guardo dessa visita o calor da hospitalidade venezuelana, a nós estendida no dia de sua Festa Nacional, e o apreço pelo diálogo renovado com Vossa Excelência e com o povo da Venezuela, terra que me acolheu e onde trabalhei.

Estes encontros presidenciais revelam a importância das relações entre o Brasil e a Venezuela e são a expressão concreta de nossa amizade, de uma parceria renovada e duradoura entre dois vizinhos que reconhecem mutuamente sua importância. Vamos juntos construir um futuro mais promissor para nossos povos.

Sei que sua visita o está levando a outras partes do Brasil, ao Amazonas e a Roraima.

Estados fronteiriços que encontram na Venezuela uma perspectiva concreta de cooperação e integração, em especial com os Estados de Bolívar e Amazonas, cujos Governadores acompanham

Vossa Excelência.

Nós o aplaudimos, pela determinação em construir uma Venezuela forte que é insubstituível para uma América Latina mais unida. Como amigos e vizinhos determinados a forjar com seu país uma parceria fundada na integração, estaremos ao lado da Venezuela na superação de seus desafios do presente para um futuro mais próspero. A estabilidade e prosperidade da Venezuela interessam ao Brasil.

Tenho acompanhado, Senhor Presidente, seus esforços por reformas profundas na Venezuela. Sei, por experiência própria, que essa é uma tarefa difícil, mas também sei que ela é inadiável.

Nós reconhecemos na Venezuela um país de extraordinária riqueza e potencial e um parceiro com o qual temos todo interesse em aprofundar relações políticas e econômicas e em levar adiante projetos concretos de cooperação.

Sua geografia e a sua história situam muito claramente como um elo entre regiões.

País ao mesmo tempo amazônico, caribenho e andino, a Venezuela soube projetar em cada uma dessas regiões e fazer delas um instrumento definidor da sua identidade e um instrumento de sua inserção regional e internacional.

Bolívar, a figura-síntese da História latino-americana e dos sonhos de liberdade e integração de nossa região, simboliza a Venezuela que ele ajudou a criar.

Um brasileiro, o General Abreu e Lima.

imbuído do sentimento americanista e do ideal maior da liberdade, do fim da opressão colonial, lutou ao lado de Bolívar, trazendo para as suas campanhas um pouco do sentimento e do vigor com que os brasileiros forjaram a sua própria nacionalidade.

A aliança entre brasileiros e venezuelanos vem portanto de muito longe. Talvez não tenhamos podido realizar inteiramente os sonhos de Bolívar, mas a própria história nos vai demonstrando que aqueles sonhos eram, na verdade, um brilhante projeto político, que tem hoje plena vigência e se constituirá com esforço e vontade política, com o engajamento dos Governos e dos povos latinos-americanos.

Assistimos à transformação daquele “sonho” em realidade, quando vemos a América Latina e Caribe, que se integram pragmaticamente, no Mercosul, no Pacto Andino, no CARICOM, no Mercado Comum Centro-Americano.

Os reais progressos nas negociações entre o Mercosul e seus vizinhos andinos e, muito especialmente, a Venezuela, permitem-nos antever para muito breve um espaço econômico integrado em nossa região, passo indispensável para o projeto mais amplo de integração hemisférica.

Senhor Presidente,

Nossas relações dizem respeito a interesses muito concretos dos nossos povos. A proximidade física e a vizinhança geram iniciativas e projetos comuns.

Temos, como a Venezuela, uma vocação de convergência. Estamos construindo uma agenda densa e rica em iniciativas. Temos o patrimônio de uma velha e sólida amizade. Temos também problemas comuns a enfrentar, com sentido prático e visão de futuro. E é isso o que estamos fazendo.

O Norte do Brasil estará proximamente ligado por estrada pavimentada à Venezuela, desde Manaus.

Vamos promover a integração energética entre nossos países, explorando e em conjunto e com transparência, todas as alternativas.

Superaremos nossas deficiências pela via da integração. Juntos seremos mais fortes e melhor poderemos nos projetar no mundo globalizado.

Concretizados, esses projetos resultarão em atividade econômica, comércio, empregos. E isso contribuirá para nosso esforço comum de estabilidade, crescimento e justiça social.

Senhor Presidente,

Nossas relações têm também uma dimensão regional e internacional importante, porque é preciso que os países sul-americanos se voltem mais uns para os outros, para poderem promover a cooperação e preservar a democracia em nossa região, para darem um impulso importante à integração no nosso continente. A América do Sul é hoje uma unidade política e econômica com identidade própria e imagem externa bem definida, associada à vigência da democracia e à integração regional.

Este é o quarto encontro de Chefes de Estado do Brasil e da Venezuela e um período de dois anos.

Temos um compromisso com a integração e um programa de trabalho a cumprir. Nossas chancelarias e a Comissão Binacional de Alto Nível têm trabalhado intensamente para ampliar o escopo de cooperação bilateral. As Declarações de Caracas e de Brasília definem nossos propósitos comuns e comprometem nossa vontade política com resultados concretos.

No campo energético, instruí o Ministro de Minas e Energia a enviar missão técnica de alto nível à Venezuela para explorar com o Governo venezuelano todas as perspectivas que se abrem para a integração energética entre nossos países, desde a interconexão elétrica até a parceria petrolífera e os desenvolvimentos possíveis nas áreas de gás e mineração.

Vamos concluir no mais breve prazo possível nossas negociações sobre o patrimônio de concessões entre a Venezuela e o Mercosul e lançar as bases para uma zona de livre comércio.

Vamos intensificar nossa cooperação

amazônica, fortalecendo o TCA.

Vamos convocar nossos empresários para que desenvolvam parcerias criativas e aproveitem os espaços criados por nosso trabalho político.

Vamos pensar em conjunto o desenvolvimento de nossas áreas menos prósperas. O Norte do Brasil e o Sul da Venezuela têm um destino comum.

Enfrentamos juntos nossos desafios ambientais, desde o zoneamento econômico-ecológico, até a biodiversidade.

Essa é a idéia: que exploraremos sem inibições todas as dimensões em que nossas relações possam render benefícios concretos para nossos povos.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência constitui desde já um marco no processo de integração de nossos países, que vai além do bilateral e se projeta também nos planos regional e internacional.

É com esse espírito que eu convido todos os presentes a comigo brindarem pela grandeza e liberdade da pátria venezuelana, pela prosperidade do seu povo, pela parceria intensa que estamos consolidando entre o Brasil e a Venezuela e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência, Senhor Presidente.

Muito obrigado.



Curso de política, estratégia e alta administração do exército

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para estagiários do curso de política, estratégia e alta administração do exército (CPAEX) sobre o tema “ A Política Externa Brasileira”, Brasília, 20 de maio de 1996

Introdução

Quero dar as boas vindas aos oficiais estagiários do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército e agradecer-lhes esta oportunidade de discutir a política externa brasileira em um clima de cordialidade e franqueza.

O interesse dos militares brasileiros pela política externa é legítimo. Diplomatas e militares lidam com a soberania e por isso é natural que haja diversos pontos em que o trabalho da Chancelaria e as atividades das três forças singulares façam interface.

Esta oportunidade de apresentar e discutir as grandes linhas da diplomacia brasileira com oficiais brasileiros em estágio de aperfeiçoamento é da maior importância para o Itamaraty. Além de um exercício proveitoso de organização das idéias e de sistematização dos fundamentos da política externa brasileira, esta é, uma ocasião para conhecer o pensamento e o sentimento militar em relação aos temas que nos mobilizam na tarefa de projetar e defender os interesses brasileiros no exterior.

Farei portanto uma apresentação sucinta das grandes linhas da política externa que vem sendo posta em prática pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, situando-a em seus contextos mais importantes e procurando mostrar-lhes como a nossa diplomacia busca fazer a ponte entre o interno e o externo.

Nossa política externa hoje se move em função das transformações que ocorreram nesses dois planos — no Brasil e no mundo. É preciso, portanto, que tenhamos uma noção clara da natureza e extensão dessas mudanças, para que a parte a ser estabelecida pela política externa entre os dois planos seja a melhor possível do ponto de vista da relação entre custos e benefícios.

A visão brasileira de um mundo em transformação

Há quinze ou vinte anos atrás, quem ousasse antecipar a natureza e o alcance das transformações que alterariam tão profundamente a face do mundo e as relações internacionais, no final dos anos 80 e início dos anos 90, certamente seria visto como um sonhador.

Uma revolução democrática varreu o mundo, começando pela América Latina, e hoje a imensa maioria dos povos vive sob regimes democráticos, com novos padrões no comportamento político que afetam a esfera econômica e social.

Uma revolução econômica se operou, a base do esgotamento dos modelos mais fechados prevalecentes nos anos 50 a 70, e hoje a imensa maioria dos povos vive em sistemas econômicos baseados na liberdade de mercado, buscando

integrar-se competitivamente com seus vizinhos e na economia global.

E também ocorreu uma revolução de comportamento dos Estados, com a crescente universalização de regras de convivência política e econômica regulando áreas como a não-proliferação de armas de destruição em massa, o comércio internacional de bens e serviços, a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental e assim por diante.

Parece definitivamente fechado o caminho do isolamento, da autarquia, das opções à margem do mainstream das relações internacionais — a margem da democracia, da liberdade econômica, da credibilidade e confiabilidade. Há um custo claro e intolerável na marginalidade, e esse custo se expressa não apenas em termos político-diplomáticos, mas também em termos econômicos e sociais.

O conceito de globalização, cujo uso hoje muitas vezes se reduz ao aspecto produtivo e financeiro do sistema internacional, pode ser usado para compreender precisamente esse fenômeno complexo: a crescente homogeneização das relações internacionais. Democracia, liberdade econômica e participação nos sistemas universais de regulação das relações entre Estados passaram a ser padrões. Sem o fator relativizador da Guerra Fria e com a competição internacional agora efetivamente centrada nos aspectos econômicos e científico-tecnológicos, os países são classificados e interagem com base nesses padrões. Eles se transformaram em uma espécie de “grau zero” das relações internacionais, em que os desvios têm um custo político e econômico cada vez maior e a credibilidade é tanto maior quanto menor for o afastamento dos países desse “grau zero”. E isto porque democracia se traduz em estabilidade e liberdade econômica e participação se traduzem em investimentos, acesso a mercados e a tecnologias, competitividade e empregos.

A globalização como fator de transformação

O germe da transformação do sistema

internacional ocorrida com a queda do muro de Berlim já se encontrava na globalização vertiginosa da economia, tanto na esfera da circulação dos capitais como na da produção de bens e serviços. Muito antes do fim da Guerra Fria, uma transformação estrutural das relações internacionais vinha-se processando, inclusive através da ascensão de várias potências econômicas que disputavam poder e influência com as duas superpotências. Ou seja, ao mesmo tempo em que se evidenciava a perda relativa da participação das superpotências no produto mundial e no comércio internacional, o processo de acumulação internacional se desviava para países como o Japão, a Alemanha e outros europeus e os chamados “Tigres asiáticos”, detentores, ainda hoje, das maiores taxas de poupança de investimento no globo.

Não quero entrar aqui em uma discussão sobre se a globalização é de fato o fenômeno recente que muitos apontam ou se ela já organizava as reclamações internacionais há muito mais tempo. É conveniente desmistificar um pouco o conceito de globalização, que tende a ser percebido imediatamente como uma ameaça aos países em desenvolvimento e portanto como algo que nós deveríamos e poderíamos combater.

A globalização, antes de mais nada, corresponde a um novo processo produtivo em escala mundial. Ou seja, o que antes era produzido de forma mais concentrada em um país ou grupo de países próximos, hoje é produzido em uma cadeia mais extensa, buscando justamente a melhor relação custo-qualidade-competitividade.

Isso naturalmente afeta os fluxos de investimento, que começam a orientar-se pela cadeia produtiva mais estendida e a beneficiar-se da maior abertura proporcionada pelo desejo dos países de participar dessa cadeia.

Uma consequência natural da globalização da produção foi seu efeito multiplicador sobre o comércio internacional, que cresce em proporção muito superior à do produto mundial. E não apenas

isso. Ela tem tido um impacto muito grande sobre as próprias políticas econômicas dos países tradicionalmente mais fechados e está impulsionando os processos regionais de integração em áreas dominadas por essas economias mais fechadas.

Aspectos básicos da vida dos Estados soberanos, como o nível da atividade econômica, o nível de emprego, a competitividade dos seus produtos nos mercados externos e nos seus próprios mercados – todos eles aspectos que têm impacto direto sobre o nível de bem-estar, a estabilidade política e a estabilidade econômica e, naturalmente, sobre a própria soberania em sentido mais amplo — passaram a ter um grau muito maior de incidência de fatores internacionais.

Estabilidade política e econômica, abertura ao comércio e aos capitais de investimento internacionais e capacitação tecnológica e em recursos humanos passaram a ser muito mais do que considerações geopolíticas ligadas aos fatores tradicionais do poder nacional, como território e recursos naturais. Essas, aliás, são as forças que estiveram por trás da mudança radical nos projetos nacionais de países como o Japão e a Alemanha, que abandonaram pretensões territoriais e hegemônicas para transformar-se em Estados mercadores — *trading States*.

Oportunidades, desafios e riscos

Essas transformações geraram um mundo diferente, o mundo em que vivemos hoje. Mas ele é diferente muito mais no sentido de que muitas das forças que se encontravam em segundo plano sob o domínio da Guerra Fria passaram ao primeiro plano, oferecendo algumas oportunidades, mas evidenciando, como disse, desafios e riscos para um país das características e com os imperativos de inserção externa do Brasil.

Ao dizermos que o mundo contemporâneo apresenta oportunidades, desafios e riscos, não estamos inovando em nada, porque essa é a característica de qualquer ambiente em que exista

atividade humana. o que é preciso fazer é reconhecer que o mundo dos anos 90 apresenta novas oportunidades, novos desafios e novos riscos, diretamente vinculados às forças ou tensões que passaram a dominar o cenário mundial com a retração das tensões de natureza ideológica e estratégico-militar próprias da Guerra Fria.

Em vez de preocupar-se com a preservação da sua forma de vida diante das ameaças de outro sistema político-estratégico, os Estados hoje pensam muito mais no jogo das forças econômicas, conscientes de que a soberania, o poder nacional e a capacidade de influência se ampliam com o fortalecimento da economia e dos indicadores sociais.

E do sucesso econômico e social — e não mais da proteção do guarda-chuva estratégico de uma superpotência ou da doutrina da “segurança nacional” — que dependem os elementos fundamentais para a preservação de um Estado: estabilidade política e social, crescimento econômico sustentável, geração de empregos, bem-estar da população. É desse Sucesso, e não de políticas de prestígio, que depende a projeção internacional dos países.

Os riscos dessa nova realidade estão ligados muito mais à incapacidade que um Estado tenha de se adaptar para fazer face às novas condições da competição internacional. A marginalização por força de mazelas sociais e econômicas internas e pela incapacidade de competir passa a ser um risco real, com conseqüências materiais e graves prejuízos para a soberania. Uma sociedade mal integrada e com baixo desempenho econômico é muito mais susceptível ao narcotráfico, ao terrorismo, ao crime organizado e à corrupção, subprodutos de um mundo ainda longe da perfeição e em que se acirram fatores propulsores dessas distorções.

Da mesma forma, diante da tendência a que se consolidem regras universais para regular a transferência de tecnologia, a não-proliferação, a promoção e a proteção de investimentos, o acesso a mercados, e face à postura claramente competitiva

com que os países se voltam para o exterior, configuram-se novas áreas em que a marginalização e o isolamento têm um preço a ser pago — um preço que se mede precisamente pelo acesso a mecanismos decisórios, a mercados, a investimentos produtivos e a tecnologias.

Nessa ordem de raciocínio, riscos reais próprios da atual estrutura internacional convertem-se em desafios e oportunidades quando um país procura estar na vanguarda da internalização das transformações em curso no mundo. Não falo, naturalmente, de uma internalização a crítica ou subserviente, mas sim de um processo refletido de aperfeiçoamento dos mecanismos que nos integram ao mundo.

A esses desafios e oportunidades se somam outras oportunidades reais surgidas com o fim ou a atenuação de conflitos regionais — na África Austral, no Oriente Médio, na América Central — ou com a abertura econômica de países como a Índia, a China, o ou a Rússia e os antigos países socialistas da Europa Central e Oriental.

Em outras palavras, a liberdade econômica que prevalece como força motriz das relações internacionais de hoje nos abre mercados antes muito restritos ou fortemente protegidos. E ela nos induz a buscar fórmulas criativas, entre as quais a da integração regional, para ampliar a escala e melhorar a competitividade da nossa própria economia — não apenas para torná-la mais apta a disputar fatias de mercado e explorar janelas de oportunidade no exterior, mas também para torná-la mais atrativa para os países que dispõem de reservas de capital e de conhecimento tecnológico e buscam parcerias orientados pelos imperativos da globalização da produção e da maior participação nos benefícios do comércio mundial.

A diplomacia brasileira em um mundo em transformação

A diplomacia que o Governo Fernando Henrique Cardoso é chamado a exercer deve ser

uma resposta a mais completa possível a essa nova realidade internacional e aos imperativos internos brasileiros, valendo-se obviamente das condições mais favoráveis que temos hoje para melhor inserir-nos em nossa região e no mundo.

A diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais, da mesma forma que ela procura melhorar a inserção internacional do país que representa. Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar.

Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país.

Daí a insistência nas reformas como um fator básico de propulsão do país no mundo, como os vetores que nos possibilitarão ser mais competitivos tanto para projetar-nos lá fora para atrairmos aqui para dentro os investimentos e as tecnologias que nos ajudarão a crescer com dinamismo.

E a diplomacia de um país como o Brasil opera necessariamente a partir de um patrimônio diplomático. Ela não admite mudanças irrefletidas ou bruscas, nem barganhas voltadas para o curto prazo, nem jogos de cena ou buscas irrealistas de prestígio.

Temos um patrimônio político construído com os diferentes grupos de países com os quais relacionamos, temos uma tradição de atuação equilibrada e amadurecida nos foros multilaterais e temos interesses claros como grande país continental, com uma economia cada vez mais impressionante e integrada ao exterior e que cresce como referência para outras economias.

O Brasil visto pela sua diplomacia

Feitas essas precisões, é preciso caracterizar o Brasil, seu projeto de desenvolvimento e suas prioridades atuais, de forma a orientar a ação diplomática.

Temos nossas características intrínsecas —

dimensão continental, população, recursos naturais, tamanho do mercado consumidor potencial, situação única no Hemisfério Sul, distante dos grandes pólos de poder com capacidade de galvanizar economias menores e mais próximas. E temos o que dá uma dimensão dinâmica a essas características.

Temos uma tradição de inserção internacional que nos foi legada pela nossa própria irrupção na História como colônia de exportação de produtos tropicais e matérias-primas. Nossa formação social, fortemente marcada pela imigração, reforçou ao longo do último século essa vocação universalista do Brasil.

Até pela própria mentalidade aberta ao mundo dos brasileiros, nunca foi seriamente admitida entre nós, nem a título de especulação teórica, a idéia da autarquia.

O mundo exterior, que nunca deixou de chegar-nos com a rapidez cada vez mais alucinante dos meios de comunicação, sempre constituiu um padrão contra o qual nós nos julgamos e julgamos o que fazemos. A referência externa é um componente central da psicologia brasileira — um componente que comparece sem despertar traumas, temores ou receios exagerados, provavelmente porque temos firmado no inconsciente coletivo o significado de 125 anos de paz ininterrupta com nossos vizinhos e a sensação de confortável segurança que nos dão a nossa própria localização geográfica e as nossas dimensões físicas.

Nossa economia cresceu e diversificou-se com o aporte continuado de capitais de empréstimos e de investimentos estrangeiros — ingleses, primeiro, a que se somaram os norte-americanos, os de outros países europeus, do Japão, da própria América Latina. Temos uma tradição de economia de mercado das mais sólidas nos países em desenvolvimento. O vigor e a complexidade do nosso parque produtivo nos coloca em posição de vantagem relativa no conjunto dos países em desenvolvimento.

Durante mais de duas décadas, a substituição de importações — que reservava para o produtor instalado no Brasil um mercado potencial de

dimensões continentais — foi responsável pela nossa capacidade de atrair investimentos produtivos, que pouco a pouco, contudo, se foram concentrando mais em áreas como a mineração de ferro e alumínio, até se estancarem por força das limitações geradas pela crise da dívida externa, alta inflação, excesso de intervenção estatal e políticas erráticas na área industrial, comercial e macroeconômica.

Ao mesmo tempo em que crescíamos a ritmo acelerado nos anos 70 e consolidávamos a diversificação da nossa economia, fomos capazes de ampliar consideravelmente a nossa presença internacional, em grande parte pela nossa capacidade de atuar, sem exclusões voluntárias, nos mais variados tipos de mercado.

Cada vez mais ficou evidente que parte da atividade econômica dependia da dimensão externa da nossa economia e da nossa capacidade de ampliar a nossa presença global, com as conseqüências políticodiplomáticas desse imperativo.

A evolução do quadro econômico interno brasileiro só fez acentuar a dimensão internacional do Brasil.

A superação do modelo de substituição de importações, pela incidência adversa que vinha tendo na competitividade da economia brasileira e até mesmo por pressões oriundas de consumidores mais exigentes, obrigou-nos a um exercício de conscientização sobre as tendências dominantes no cenário internacional e no cenário interno dos países que figuram na nossa faixa de inserção.

A estabilização como alavanca da inserção externa

O imperativo de estabilizar a economia e garantir bases para o seu crescimento sustentado, tão bem traduzido pelo Plano Real, tem também uma forte dimensão externa, ainda que boa parte das suas condições mínimas digam respeito à questões de natureza interna, como o equilíbrio fiscal, a austeridade monetária e a própria confiabilidade do plano, que desta vez recusou choques, surpresas,

intervenção na economia, congelamentos. A própria abertura da economia ao exterior foi fator fundamental para assegurar o êxito do plano: por primeira vez se pôde utilizar a oferta externa para enfrentar a pressão da demanda provocada pelo aumento do poder aquisitivo da população permitido pelo fim da inflação.

A solução adequada da questão da dívida externa, depois de doze anos como hipoteca sobre boa parte da agenda externa brasileira tanto com países desenvolvidos como com parceiros em desenvolvimento, foi também uma condição necessária ao êxito do plano, e a ele se somou no capítulo das novas credenciais com que o Brasil busca renovar ou aprofundar suas parcerias no mundo.

Não preciso aqui estender-me sobre o efeito positivo que a estabilização da economia, o ajuste, as reformas em curso e a retomada do crescimento em bases mais seguras tem tido sobre a imagem do Brasil no exterior e sobre o crescimento do interesse de nossos parceiros pelo Brasil. A percepção do Brasil como país de oportunidades e como força emergente na economia mundial está consolidando.

O meu testemunho, depois de quase um ano e meio de exercício no cargo e um grande número de contatos com autoridades estrangeiras, no exterior ou no Brasil, é de que passamos a ocupar um lugar de realce na agenda mundial. Essa condição se reforça na medida em que avançamos nas reformas e o Plano se mantém firme.

Democracia consolidada, sinônimo de estabilidade

Não preciso tampouco estender-me sobre considerações a respeito da consolidação das nossas instituições democráticas que resistiram, nos últimos dez anos, à morte de um Presidente-eleito e ao *impeachment* de outro. Essas instituições têm sido capazes de canalizar demandas, conflitos e contradições próprias de uma sociedade complexa como a brasileira.

Do ponto de vista do padrão internacional vigente hoje, nossa democracia traduz-se em um

trunfo importante, insubstituível: estabilidade política e a certeza de regras transparentes no jogo político em sentido mais amplo. Combinada à estabilização econômica, a estabilidade política passa a ser um fator central da projeção externa brasileira.

Brasil, país em desenvolvimento

Outro dado básico da realidade brasileira é a permanência de indicadores sociais ainda muito abaixo da média, a funcionar como fator de constrangimento em várias áreas. Comparado a alguns dos seus competidores internacionais, o Brasil perde em capacitação de mão-de-obra, em escala real do mercado consumidor frente à escala potencial, em custos sociais (custo da enfermidade, custo da baixa produtividade), em coesão social.

A concentração social e regional de renda afeta nosso potencial de desenvolvimento, de poupança e de consumo. É esses aspectos negativos, é forçoso reconhecer, nos recordam claramente que o país, embora tenha várias dimensões de desenvolvimento, enfrenta vários desafios de natureza social que ganham sentido de urgência. Seria ilusório pensar que reduzimos ou eliminamos um traço comum de identidade que nos une à imensa maioria dos países em desenvolvimento no mundo.

Somos um país em desenvolvimento, com uma economia industrial forte e inúmeros traços de desenvolvimento, mas ainda marcado por muitas das características do subdesenvolvimento e da pobreza.

Esse é um dado primário da nossa inserção internacional e portanto uma condicionante fundamental da nossa política externa. Não podemos fingir que os esquecemos ou achar que podemos alterá-los pela simples força das imagens.

A importância das reformas

O amadurecimento político do país e a consciência dos nossos desafios e constrangimentos gerou um quase-consenso sobre a necessidade e a urgência de reformas que nos permitam reduzir as disparidades sociais e regionais com medidas eficazes

e duradouras, que não comprometam a médio ou longo prazo a estabilidade econômica e o crescimento. Essas reformas se vem fazendo com o ritmo próprio de uma democracia complexa. Já avançamos muito em matéria de flexibilização de monopólios e equidade no tratamento dos capitais nacionais e internacionais.

Temos avançado na privatização, com as cautelas que ela requer. Afinal, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua recente viagem ao Japão, não somos um pequeno país que está privatizando uma linha aérea ou dois ou três pequenos bancos provinciais. Estamos falando de empresas de grande porte, que necessitam de capitais privados, mas que constituem um importante patrimônio público com grande incidência sobre o sistema produtivo do país. O interesse que essas empresas geram constitui sem dúvida um trunfo na relação com nossos parceiros no exterior.

Alguns elementos definidores da nossa política externa

Com esse panorama interno e internacional, torna-se mais fácil compreender as linhas-mestras da diplomacia que o Governo Fernando Henrique Cardoso vem implementando nestes quinze meses.

Não quero buscar um rótulo que designe essa política externa, mas sim caracterizá-la pelos seus elementos definidores centrais. Não andamos atrás de *slogans*, mas sim de resultados.

Nossa diplomacia é universalista e não-excludente. Essa é uma característica que deriva da própria inserção internacional do Brasil, um país com relações equilibradas entre quatro grandes pólos — a Europa, a América do Norte, a América Latina e a Ásia. Buscamos reforçar ou criar parcerias com base em interesses concretos e naturais, no seu impacto no nosso nível de atividade econômica, e no seu papel na configuração de uma rede de presença internacional do Brasil. Queremos estender essas parcerias em todas as áreas do globo, em especial naquelas que mostram maior dinamismo, como a

Ásia, a última região em que nos resta amplos espaços a explorar.

Não há elementos ideológicos que presidam a busca dessas parcerias. Com princípios, mas com pragmatismo, buscamos as oportunidades onde elas existam. E não há, na concepção brasileira, razão para privilegiar um ou outro relacionamento externo, um ou outro foro internacional ou agrupamento regional ou temático, em prejuízo ou detrimento de outros.

Os limites de nossa ação diplomática serão os limites dos nossos próprios recursos. Sua principal baliza é o princípio de que é importante para o Brasil assumir, nas suas relações com o resto do mundo, um lugar condizente com as suas dimensões e com as suas características de grande país em desenvolvimento.

Traduzindo em termos práticos relativos ao ano de 1996, isso quer dizer que a diplomacia brasileira é um instrumento a serviço da estabilização da economia brasileira, da melhoria do nosso acesso a mercados, a investimentos e a tecnologias, e da ampliação da nossa presença nos mecanismos decisórios internacionais que lidem com assuntos políticos ou econômicos que nos digam respeito.

Para isso, estamos fazendo os ajustes necessários em nossa ação, ampliamos nossa reflexão e, embora conscientes da importância do nosso patrimônio diplomático, estamos evitando, a todo custo, ações reflexas, atitudes mecânicas e pré-concebidas e dogmatismos que são *in limine* incompatíveis com as mudanças que caracterizam o mundo e o nosso próprio país.

Por fim, nossa diplomacia é ativa, não reativa, como corresponde a um país que tem interesses concretos a promover nos mais variados âmbitos da política internacional. Repudiamos toda falsa cautela que justifica a inação e que pode ser responsável por perdermos espaço na cena internacional e tempo nos movimentos estratégicos que se impõem.

Não queremos chegar tarde às áreas novas que se reincorporam ao convívio internacional, e por

isso estamos fazendo uma política ativa na África Austral e no Oriente Médio; erigimos em prioridade concreta as nossas parcerias com os países da ASEAN, possivelmente o núcleo de países que mais cresce no mundo, e atualizamos a nossa relação com a China, a Índia e o Japão; estamos participando com interesse e espírito aberto e construtivo dos debates em torno da reforma das Nações Unidas, da ampliação do Conselho de Segurança, da urgência de mecanismos que previnam e corrijam os impactos da volatilidade dos capitais sobre as economias emergentes; e temos estado ativos no seguimento da Cúpula de Miami, preocupados em dar um curso positivo, construtivo e realista ao processo de integração hemisférica a partir dos arranjos sub-regionais.

Algumas áreas de atuação

São muitos os exemplos de ações que temos promovido para tomar palpáveis essas diretrizes. Quinze meses de política externa particularmente ativa já são suficientes para mostrar o grau em que praticamos a dialética que se consagrou na nossa história diplomática: a renovação combinada com a continuidade.

Insistindo no fato de que a lista sucinta que apresento a seguir é exemplificativa e não exclui outras áreas de atuação e prioridades da nossa política externa (como a própria União Européia, que só mencionarei de passagem), gostaria de encaminhar-me para o final mencionando alguns desses exemplos da nossa atuação diplomática mais recente.

Diplomacia Presidencial

A diplomacia promove os interesses do país no exterior através de diversos meios — as nossas Embaixadas, as missões Especiais, as viagens do Chanceler e outros altos funcionários, as missões empresariais e, evidentemente, as viagens presidenciais. Não são instrumentos que se excluam; ao contrário, completam-se, no desempenho de uma tarefa cada vez mais complexa, em um mundo

competitivo em que os países investem pesadamente na promoção dos seus interesses no exterior.

As viagens internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso não são apenas o exercício, pelo Brasil, da diplomacia de Chefes de Estado e Governo, característica das relações internacionais nas últimas décadas e uma prática hoje comum entre os Estados. Elas traduzem também uma estratégia deliberada de nos valermos do instrumento dos encontros de cúpula, com sua capacidade única de mobilizar meios governamentais, a imprensa e a opinião pública, para promover uma atualização da presença externa brasileira no mundo. Essa atualização se faz ainda mais necessária se pensamos nos desenvolvimentos positivos que o Brasil vem tendo e que é preciso apresentar à comunidade internacional.

O programa de viagens presidenciais é coerente com as prioridades da política externa do Governo.

Com sentido de equilíbrio e de abrangência, vamos cobrindo o universo das relações exteriores do Brasil em termos de parcerias importantes — na América do Sul, na América do Norte, na Europa e na Ásia, futuramente na África e no Oriente Médio.

Os resultados que temos colhido são, na minha avaliação, anualmente favoráveis. Basta citar os países visitados pelo Presidente nestes quinze meses para se ter uma idéia da importância desse projeto de diplomacia presidencial: Chile, Estados Unidos, Portugal, Venezuela, Alemanha, Bélgica e União Européia, China, Malásia, Índia, México, Japão e Argentina, proximamente a França, sem contar as posses presidenciais e reuniões multilaterais de cúpula em que temos estado ativamente presentes. O Brasil hoje é respeitado e olhado com interesse no exterior não apenas porque temos uma nova realidade política e econômica aqui dentro, mas porque temos sabido promover essa realidade junto aos nossos principais parceiros valendo-nos da habilidade, da experiência e do interesse diplomático do Presidente da República.

Proteção aos nacionais brasileiros no exterior

Talvez o dado mais novo para a diplomacia brasileira nestes últimos tempos seja o da imigração brasileira ao exterior. Em países fronteiriços ou em países desenvolvidos, o contingente de brasileiros que vive temporariamente ou em bases mais definitivas no exterior aumentou geometricamente, alcançando hoje perto de 2 milhões de cidadãos. A eles se agrega um número crescente de turistas, estudantes e empresários, levados ao exterior pela estabilidade da moeda brasileira e pelas oportunidades que se abrem fora do país. A proteção ao nacional no exterior é tradicionalmente uma das atribuições básicas da diplomacia, ao lado da representação, da negociação e da informação. Para a diplomacia brasileira, nunca houve uma situação comparável. Os desafios que se abrem para nós são imensos. Além da demanda por serviços cartoriais prestados pela rede consular, aumentam as necessidades de apoio consular a brasileiros e de incentivo à organização das comunidades brasileiras fora do país.

União Européia

A Europa tem sido tradicionalmente, em conjunto, o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil, responsável por cerca de 30 por cento do nosso comércio exterior e por algumas das mais importantes parcerias individuais do Brasil no mundo, como é o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e da Itália. Embora a Europa tenha perdido algo de sua posição relativa no comércio exterior brasileiro e nos investimentos no Brasil, ela constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza nossa inserção no mundo. Nosso interesse é manter e reforçar esse equilíbrio, inclusive porque estão em curso iniciativas, como a projetada integração hemisférica, que poderão incrementar em muito as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Continente americano.

Esse é um dos fundamentos da política Européia que temos seguido e que encontra seu melhor exemplo na viagem presidencial à Alemanha,

em setembro de 1995, e na visita à França, agora em maio.

Outras iniciativas semelhantes seguirão, sempre com a preocupação de manter a Europa como grande parceiro econômico, comercial e tecnológico do Brasil.

Estados Unidos

Mesmo tendo em conta a perda relativa do poder econômico norte-americano ao longo dos últimos 50 anos, as relações com os Estados Unidos continuam sendo um dos paradigmas da política externa brasileira desde que o Barão do Rio Branco, no início do século, operou a mudança no principal eixo de relacionamento internacional do país, movendo-o de Londres para Washington. Os EUA são o principal parceiro individual do Brasil e hoje a única potência com real capacidade política e estratégica global. A importância do diálogo político e do intercâmbio econômico-comercial e tecnológico com os Estados Unidos é patente para o Brasil.

Ao mesmo tempo, cresce a consciência de que esse interesse é uma via de duas mãos, a ser trilhada na base do respeito e com uma abordagem construtiva e positiva. A visita presidencial aos Estados Unidos, em abril de 1995, serviu ao propósito de redimensionar essa parceria tradicional do Brasil, valendo-se dos novos elementos de que dispomos no cenário interno brasileiro: a estabilização, a abertura econômica, as reformas, o crescimento, a consolidação da nossa credibilidade.

Ampliamos e avançamos nossa agenda com os Estados Unidos, uma agenda afirmativa, que mostra o compromisso dos dois Governos de trabalhar ativamente pelo fortalecimento do intercâmbio e pela solução das diferenças que naturalmente aparecem em um relacionamento da densidade e complexidade do nosso.

Posso dizer hoje com muita tranquilidade que possivelmente nunca, desde a Segunda Guerra, foram tão boas e equilibradas as relações Brasil-Estados Unidos. Com os Estados Unidos, temos tido um

diálogo maduro e franco sobre temas de interesse comum ou iniciativas conjuntas: as relações comerciais bilaterais, a integração hemisférica, a reforma das Nações Unidas. Graças, em grande medida, aos enormes avanços que fizemos no Brasil, a relação com os Estados Unidos se encontra hoje livre de grandes diferendos. Nossa agenda, mais do que positiva, é afirmativa, no sentido de que existe uma preocupação constante em construir sobre os aspectos favoráveis que vão compondo o universo das relações.

Mercosul

O Mercosul é talvez, hoje, a síntese do que tradicionalmente foi o nosso outro paradigma diplomático no campo das relações bilaterais: os países do Prata. e mais do que síntese, o Mercosul é também um símbolo do grande avanço qualitativo que essas relações tiveram a partir da década de 80, quando o signo da cooperação e da parceria completa substituiu definitivamente o signo da competição nas relações entre os dois maiores sócios do empreendimento, a Argentina e o Brasil.

O Mercosul é área absolutamente prioritária da política externa brasileira. Mais do que isso, já se consolidou como um instrumento de política econômica para cada um dos seus Estados-membros. Com sentido de realismo e pragmatismo e tendo em vista os interesses da estabilização brasileira para a própria consolidação do Mercosul, procuramos adaptar a iniciativa aos imperativos que podem derivar de conjunturas macroeconômicas adversas ou potencialmente arriscadas para os Estados-membros, e creio que temos tido grande êxito.

Continuamos a trabalhar pela consolidação da União Aduaneira e a promover as bases para um relacionamento mais amplo entre o Mercosul e outros países ou grupos de países. Começamos com a União Européia, através do acordo de cooperação econômica firmado em dezembro último em Madri. A intenção é chegarmos a um acordo de livre

comércio entre as duas regiões, que fortaleça, do nosso ponto de vista, o equilíbrio relativo do comércio exterior dos quatro países que integram a nossa união aduaneira.

Estamos atuando também no sentido de chegar a acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e outros países da nossa região, começando pelo Chile, pela Bolívia e pela Venezuela. Pouco a pouco, o Mercosul vai completando o seu caráter de nova grande realidade econômica e política na América do Sul — um dos núcleos a partir dos quais será possível ampliar a integração hemisférica.

Firmemente apoiado no caráter democrático de seus membros, o Mercosul surge como um parceiro internacional e como um importante reforço à identidade e à projeção externa dos países que o compõem.

América Latina

Estamos ampliando a nossa parceria com nossos vizinhos latino-americanos, dando ênfase à interconexão física e à cooperação fronteiriça, respondendo a um interesse concreto cada vez maior dos agentes econômicos e das populações que negociam através de nossas fronteiras.

A América Latina volta a ocupar hoje, com vantagens, o lugar de destaque que teve em nosso comércio exterior no final dos anos 70 e início dos 80; hoje, esse comércio é maior ainda, mais diversificado e mais equilibrado, e participa com perfil elevado tanto na geração de atividade econômica no Brasil quanto no suprimento de bens de consumo e matérias-primas para a nossa Economia.

Um dado a reter é que hoje a Argentina é o nosso segundo fornecedor de petróleo, o que revela uma alteração substancial em nosso esquema de fornecimentos de petróleo. As visitas presidenciais ao Chile e à Venezuela, em 1995, ao México, em fevereiro último e à Argentina, em abril, respondem a essa diretriz de intensificar ainda mais o intercâmbio e a cooperação bilaterais com países da nossa região.

Em nossa região, a dimensão multilateral, de

integração no âmbito do Mercosul, não substitui nem exclui a dimensão dos relacionamentos bilaterais com todos e cada um dos países latino-americanos — inclusive, individualmente, com os nossos três sócios do Mercosul. As dimensões bilateral e multilateral se integram perfeitamente, fortalecendo-se mutuamente e contribuindo para que a América Latina consolide a sua posição como um dos quatro grandes blocos de relacionamento externo do Brasil, ao lado do NAFTA, da União Européia e da Ásia.

Integração hemisférica

O Brasil tem participado das reuniões de seguimento da Cúpula das Américas animado do mesmo espírito construtivo que orientou a nossa participação em Miami, em dezembro de 1994. Nosso compromisso com o processo iniciado em Miami é firme.

Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional.

A realidade de que estamos partindo é complexa, mas extremamente favorável. A Organização Mundial do Comércio nos dá uma estrutura de regulação e liberalização do comércio já em pleno funcionamento e em processo de aperfeiçoamento. Os arranjos sub-regionais de integração ou liberalização do comércio já são importantes focos de interação econômica. No Continente, a liberdade econômica e a abertura competitiva ao exterior consolidam-se como forças propulsoras do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Mas essa realidade complexa que nos permite ser otimistas sobre a integração hemisférica aconselha-nos uma abordagem cuidadosa do processo. Queremos evitar expectativas irrealistas ou temores que possam ser nocivos ao processo a mais

longo prazo. Queremos ir com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso ou onde o consenso será alcançado passando necessariamente pela OMC e pelos arranjos regionais. E queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão se consolidando.

Em nossa visão, não há atalhos para chegar a um objetivo da magnitude da área de livre comércio das Américas. Queremos garantir que a obra que realizaremos trará a marca da permanência e do interesse consensual de todos os países participantes.

África

Na África, estamos redimensionando nossa presença e adequando-a à nossa capacidade diplomática.

Apostamos fortemente na pacificação e na reconstrução de Angola e Moçambique, que têm todo o potencial para serem dois dos nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa participação na UNAVEM-III, a Força de Paz das Nações Unidas que ali conta com mais de 1.100 soldados brasileiros — nossa maior força militar fora do país desde a Segunda Guerra.

Estamos também repensando nosso relacionamento com a África do Sul, país que surge, com a sua democratização, como um dos pólos mais dinâmicos de desenvolvimento no Hemisfério Sul, além de ser o foco da atenção quase universal pelas suas potencialidades e pelo seu vigor econômico, ampliado com o fim do embargo e a volta dos investimentos. Esses exemplos falam de uma nova perspectiva que se abre para o Brasil na África, que volta a figurar no horizonte das nossas prioridades graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano.

Oriente Médio

Também no Oriente Médio estamos reequilibrando nossa presença, a partir da própria evolução do processo de paz que tenta pôr fim a um conflito que por décadas assolou a região e virtualmente subtraiu-a ao convívio internacional e aos esforços pelo desenvolvimento. Embora conturbado por atos de oposição violenta e pelas complexidades próprias de um intrincado mecanismo negociador, que coloca em presença muitos interesses e visões conflitantes e mesmo opostos, o processo de paz no Oriente Médio merece o apoio imparcial e decidido da comunidade internacional e o Brasil não poderia agir diferentemente.

Ásia-Pacífico

Na Ásia, estamos reforçando nossa presença diplomática, equipando melhor algumas Embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e pondo em prática uma ampla iniciativa de diplomacia presidencial, que começou, em dezembro de 1995, com a visita à China e à Malásia, dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente que transforma a região da Ásia-Pacífico no pólo mais dinâmico da economia mundial nos anos 90. Essa iniciativa prosseguiu em janeiro com a visita à Índia, devida há mais de duas décadas e voltada a colocar virtualmente a Índia na tela dos nossos interesses e das nossas boas parcerias na região.

E completamos a primeira fase dessa diplomacia asiática com a visita ao Japão, que sinalizou a retomada da relação bilateral sobre uma nova base de confiança recíproca e com novos elementos a favorecer a relação. Os resultados foram apreciáveis, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

MTCR e outros mecanismos regulatórios

Graças aos compromissos que assumiu e consolidou em matéria de controle de exportações de materiais e tecnologias sensíveis e de não-proliferação de armas de destruição em massa, o

Brasil foi admitido, em outubro último, no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. A participação no MTCR foi resultado de um importante processo de coordenação interna do Governo brasileiro e de atualização das nossas posições em face de desenvolvimentos internacionais importantes. Percebendo o desinteresse de manter uma posição principista contrária ao caráter restrito do MTCR em matéria de participação, o Brasil passou a ver no regime uma garantia de acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento do seu programa espacial. Não abrimos mão do nosso programa; ao contrário, ele se mantém absolutamente intacto dentro de suas características de programa pacífico controlado por uma agência civil, a Agência Espacial Brasileira, e já começa a colher os benefícios da nossa adesão ao MTCR na forma do interesse desimpedido de grandes empresas em participar e da possibilidade de ter facilitado o acesso a tecnologias e componentes que ainda não temos condições de desenvolver internamente.

Essa mesma abordagem pragmática nos orientou em nossa adesão ao Grupo de Supridores Nucleares, formalizada no último dia 23 de abril, na reunião de Buenos Aires. Reconhecendo nossa condição objetiva de supridor, estamos assumindo as responsabilidades internacionais inerentes a essa condição e garantir aos nossos parceiros que nós nos pautamos por regras estritas em matéria de comércio de bens e insumos da área nuclear. Trata-se de mais uma credencial em nossa atuação na área de desarmamento e não-proliferação, que ao mesmo tempo facilita o nosso acesso a tecnologias e fortalece a credibilidade geral do país — uma moeda particularmente apreciada nas relações internacionais de hoje.

Conselho de Segurança

Finalmente, para encerrar esta lista exemplificativa, temos procurado influir positivamente nas discussões em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo a tese

de que a melhoria da eficácia do órgão, para cumprir o papel renovado que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade — o que se traduz em um aumento criterioso de membros permanentes e não-permanentes.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por um assento permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estamos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado, se formos chamados a fazê-lo. Mais uma vez, convém que se reafirme: não se trata de um pedido ou de uma candidatura. Não se trata tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança. E muito menos estamos subordinando qualquer interesse da nossa política externa em geral ou da intensa teia de relacionamentos com nossos parceiros em todo o mundo a esse objetivo. Fazemos, isso sim, uma defesa sincera da necessidade de reformar as Nações Unidas, até como signo de sua vitalidade, ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem.

Conclusão

Esta é, em grandes linhas, a diplomacia que nós procuramos empreender. Espero ter deixado claro a forma como ela pretende ser uma resposta coesa e coerente a esse duplo jogo de forças, as que movem o cenário internacional e as que nos movem como Estado soberano em busca da sua realização como Nação.

Ainda é cedo para anteciparmos resultados ou para julgarmos se estamos no melhor caminho. Para esse exercício, a participação da sociedade brasileira, através do mundo acadêmico, do Congresso, dos partidos, das associações de classe, dos sindicatos, das organizações não-governamentais temáticas, é essencial e insubstituível.

O voto de confiança que pedimos à sociedade brasileira para a política externa que implementamos é sua participação, seu interesse, seu julgamento crítico construtivo. O Itamaraty não inventa interesses nem define prioridades, ele cumpre um mandato.

Esse é o verdadeiro sentido da política externa em uma sociedade democrática. As escolas militares têm um papel importante na identificação serena e objetiva de muitos desses interesses. Por isso, o diálogo entre o Itamaraty e os militares, entre os que defendem a soberania brasileira na paz e os que estão preparados para defendê-la na guerra, é insubstituível. E nesse intercâmbio que o Itamaraty também se baseia para encontrar seu sentido maior: fazer da política externa o instrumento de defesa e projeção de uma Nação independente, soberana e por isso mesmo apta a lidar com a História não como seu objeto, mas para fazê-la acontecer.

Quero agradecer o interesse dos Senhores e colocar-me à sua disposição para aprofundar, em debate, quaisquer dos pontos desta exposição ou outros que, pelas óbvias limitações de tempo, vi-me forçado a não tocar.

Muito obrigado.



Brasil - Canadá

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na cerimônia de assinatura do acordo de cooperação nuclear entre o Brasil e o Canadá, Brasília, 22 de maio de 1996

I would like to welcome you, Mr. Minister, and your party in this visit to Brasília.

Your presence among us reflects the quality of the friendship between Canada and Brazil and the continued strengthening of our bilateral relations.

This strengthening of our ties gives us motive for great satisfaction, but it also challenges us to elevate the relationship between our two countries to new heights.

I am sure that we will face this challenge with determination and enthusiasm.

Your Excellency's visit takes place in a particularly significant moment for our relations, as we begin preparations for President Fernando Henrique Cardoso's official visit to Canada in September.

Your presence here also gives us a unique opportunity to review the results of the visit to Brazil of Prime-Minister Jean Chrétien - the first Head of State or Government to visit President Cardoso after he took office in January of last year - and to exchange views on the main issues on the international agenda of interest to both our countries.

This first-hand contact among us is extremely valuable for better mutual knowledge and for greater coordination between our countries.

An industrialized nation, an exporter of capital, a source of advanced technology and a significant force in international trade, Canada is a

priority of Brazilian foreign policy.

We recognize and appreciate Canada's constructive role and traditionally balanced stance in multilateral fora, its autonomy and its influence on the international decision-making process.

We have worked together in areas of our common interest directly linked to our reality as countries of continental size, with a tradition of peaceful and universal participation and with a capacity to act on a global scale.

The protection of the environment and the promotion of sustainable development; the fight for human rights, unimpeded access to high technology; the reform of the United Nations; hemispheric integration; the strengthening of the multilateral trade system, under the WTO; disarmament and non-proliferation of weapons of mass destruction - these are issues which have been the object of our cooperation and dialogue.

And this cooperation is reinforced today by the signing of the Agreement on Nuclear Cooperation, which will allow us to further relations between our two countries in the peaceful uses of nuclear energy, especially in areas such as agriculture, food conservation, medicine and the generation of electricity.

The Agreement has strict physical protection and safety measures, so as to avoid any risk of nuclear accident, and is fully compatible with the objective

shared by Brazil and Canada of nonproliferation of nuclear weapons.

Mr. Minister, Brazil and Canada have much to offer one another.

We have many areas of identity, shared interests and common efforts.

But we also have a vast agenda to explore.

We want Canada to play a role in the future of prosperity, economic freedom and growth with social justice that we are building in Brazil.

I am certain that your visit will give a new impulse to our common goal of bringing closer together Canadians and Brazilians.

Thank you.

Seminário na Universidade de São Paulo

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na abertura do Seminário “Globalização: O que é e quais as suas principais implicações”, promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 23 de maio de 1996

Eu queria em primeiro lugar agradecer aos organizadores do seminário a oportunidade que conferem ao Itamaraty, através do Chanceler, de participar deste exercício de reflexão sobre um fenômeno que se confunde com a própria história contemporânea e do qual o Brasil é necessariamente participante.

Eu vejo com satisfação que a montagem do seminário foi presidida por uma dupla orientação. Por um lado, a abrangência dos temas em que necessariamente deve dividir-se a análise do fenômeno da globalização em suas múltiplas implicações. E, por outro, a variedade de pontos de vista, de opiniões e de abordagens sobre cada um desses temas, no que deve ser um exercício democrático e aberto de discussão, de contribuição coletiva, mas também pluralista.

Em cada painel, essa preocupação está contemplada e traduz uma constatação inescapável: a de que a globalização é um processo tão complexo e com tantas ramificações, que o maior erro seria simplificá-la, transformando-a em um desses chavões analíticos que tudo generalizam e banalizam, criando a ilusão de dar conta da realidade.

Globalização é um conceito inovador em conteúdo, porque sintetiza uma realidade dinâmica, de múltiplas dimensões e graves implicações políticas, econômicas, sociais e culturais. É uma realidade à

qual não se poderia fugir a não ser por uma hipotética e hoje inviável autarcização da sociedade. Mas é também uma realidade que pode ser explorada com as cautelas e a determinação necessárias para dela extrair benefícios, com pragmatismo e com sentido de realismo.

De uma forma ou de outra, todos nós lidamos diariamente com o fenômeno que será analisado pelos participantes deste seminário. Ao contrário de outros fenômenos históricos de repercussão mundial, como as grandes navegações, as revoluções e as próprias guerras chamadas mundiais, os reflexos da globalização, pela própria natureza do fenômeno, são imediatos e universais e afetam não apenas processos históricos nacionais ou regionais, mas a própria vida diária dos agentes econômicos e dos consumidores.

A qualidade, a quantidade e o ritmo da informação à nossa disposição; os investimentos produtivos que geram empregos, riqueza e bem-estar; o próprio nível de emprego; a formulação e a execução de políticas macroeconômicas e de políticas sociais; a revisão crítica das estruturas econômicas e jurídicas vigentes; tudo aquilo, enfim, que tem a ver com o bom desempenho de um país como nação soberana, economicamente eficiente e socialmente integrada e justa é afetado de alguma forma pela globalização nesta fase de consolidação do fenômeno.

Não há nada mais simbólico dessa fase do que as redes mundiais de informação por computador. Elas completam a sensação de que a distância e o tempo deixaram de ser fatores decisivos para a circulação de mercadorias, investimentos e informações e para a tomada de decisões em qualquer nível e âmbito em que se organizam as sociedades e os indivíduos.

O mundo da globalização está marcado por uma homogeneização crescente – ainda que longe de completa — das linhas fundamentais do comportamento político e econômico dos Estados. Essa homogeneização faz da democracia e da liberdade econômica forças básicas das relações internacionais, uma espécie de “grau zero” a partir do qual os países e regiões são analisados e avaliados do ponto de vista da estabilidade e confiabilidade das instituições e da atratividade e potencial das economias.

A unificação dos mercados e dos processos produtivos; o impacto dos avanços tecnológicos na área de comunicação; a velocidade dos fluxos de capitais e tecnologias; a importância da competitividade no sentido mais amplo como condição para uma inserção internacional benéfica dos países; o surgimento ou consolidação de novos e importantes atores mundiais do ponto de vista econômico e comercial; a prevalência da competição econômica e tecnológica sobre as disputas políticas, ideológicas e mesmo territoriais entre os Estados — todos esses são apenas alguns exemplos de dimensões importantes do processo da globalização.

Essas várias dimensões nos afetam diretamente como nação soberana e provocam naturalmente o interesse ativo do Governo e da sociedade brasileiros. E, porque a globalização incide diretamente sobre a concepção e a execução da política externa brasileira, interessa muito especialmente ao Itamaraty.

Não se trata de um interesse teórico ou da fascinação de um modismo. É uma preocupação que se manifesta com o máximo de objetividade e sem

preconceitos ou passadismos.

Ela visa a que a nossa política externa leve em conta a globalização como realidade internacional objetiva, exigindo definições e redefinições de políticas, um perfil mais ativo no cenário mundial e regional e uma clara consciência dos nossos objetivos, trunfos e limitações.

Visa também a que a diplomacia seja uma resposta adequada e eficiente à inegável carga de oportunidades, desafios e riscos que o processo comporta para uma nação com as características do Brasil.

Afinal, somos um país de dimensões continentais e grande população, com uma economia dinâmica e em crescimento, com presença em praticamente todo o mundo e com um comércio exterior equilibrado. Somos também um país com imperativos inadiáveis na área dos indicadores sociais e das reformas que consolidem a estabilização, a abertura competitiva ao exterior e a retomada do crescimento e que fortaleçam o Estado para exercer suas funções básicas e vitais em uma sociedade em desenvolvimento.

E estamos em uma fase decisiva de transição para uma economia estável, competitiva, mais aberta e integrada à economia regional e mundial, e em que a nossa participação no comércio internacional de bens e serviços e no acesso aos fluxos de investimentos produtivos e tecnologias ainda tem vastos espaços para ampliar-se e muitos desafios.

Compreender a globalização implica necessariamente ter a mente aberta e desinibida de preconceitos ou de formulações puramente ideológicas, que na verdade pouco ajudam a compreender a realidade e nada acrescentam ao instrumental adequado para lidar com essa realidade segundo o ângulo de visão em que estejamos.

Diversos elementos próprios do processo de globalização podem transformar-se em oportunidades ou riscos para um país como o Brasil segundo a abordagem que lhes seja dada. O país está desafiado — criativamente desafiado — pelo fenômeno.

Tomemos, por exemplo, a democracia, hoje sólida e atuante, que estamos consolidando no país e em toda a nossa região. Ela recebe sem dúvida um influxo positivo da globalização, na medida em que se traduz em estabilidade política e social e em confiabilidade e legitimidade do processo decisório. São características fundamentais, condições mesmo, para participar com ganhos do jogo de uma economia globalizada.

A abertura competitiva ao exterior é outra área em que os desafios da globalização podem induzir transformações construtivas no Brasil. Seremos mais competitivos, através da melhoria da produtividade da economia e dos padrões de qualidade e eficiência dos nossos bens e serviços e da diminuição dos custos de produção só pode ser benéfico em todos os sentidos.

Ganha o consumidor brasileiro, essa personagem fundamental da economia em um país democrático, mas que foi virtualmente esquecido no processo de substituição de importações em nome de outros objetivos. Ele passa a ser um ponto de referência fundamental em um mercado disputado composto por 160 milhões de consumidores potenciais. Suas decisões como agente econômico individual passam a ganhar uma extraordinária importância porque ele é objeto de uma atenta competição. Ganha como cidadão ao fortalecer-se como consumidor.

Ganham os agentes econômicos brasileiros e o nosso mercado de trabalho, na medida em que competitividade se traduz em acesso a mercados com o conseqüente aumento de exportações de bens e serviços e em maior interesse em investimentos e transferência de tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento. E, em geral, ganha a sociedade brasileira como um todo, porque tem melhores condições de acesso à informação e ao conhecimento graças à revolução da informática e das comunicações. Com isso, pode munir-se de mais e melhores instrumentos para o seu desenvolvimento político, cultural e social.

Não quero com isso desconhecer que há riscos em aceitar passivamente as pressões oriundas de uma economia globalizada e intensamente competitiva. Ela relativiza a capacidade dos Estados de atuar soberanamente e torna absolutamente imperativo estar preparado para enfrentar uma forte concorrência externa que se desdobra em vários campos: na conquista do nosso próprio mercado, na conquista de terceiros mercados, na obtenção de investimentos produtivos, no acesso a tecnologias.

Há uma tendência a meu ver simplista de culpar genericamente a globalização pelos males que os países possam estar enfrentando individualmente ou setorialmente. Na verdade, devemos partir do pressuposto de que a globalização é a própria história contemporânea em desenvolvimento, e de que seria pueril insurgir-se quixotesicamente contra a história em vez de procurar explorá-la a nosso favor.

Objetivamente, a maioria dos problemas genericamente atribuídos à globalização resultam de deficiências tópicas que apenas são potencializadas pelas novas condições de competição e convivência internacional.

Essas deficiências devem ser corrigidas por outros meios que não o recurso a políticas que já não têm mais vigência ou plausibilidade econômica ou política, como a autarcização, a substituição de importações, o dirigismo estatista, as políticas temerárias de déficits fiscais, as políticas de competitividade baseadas em subvalorização cambial da moeda e assim por diante.

Ninguém duvida de que o desemprego, nas formas perversas com que se manifesta hoje tanto nas economias desenvolvidas como nas economias em desenvolvimento, tem causas que precedem a consolidação do fenômeno da globalização.

Essas causas se situam, por exemplo, nas baixas taxas de investimentos, em políticas lenientes com a inflação ou o déficit público, em baixos indicadores sociais, em despreparo da mão-de-obra, em falta de uma abordagem mais agressiva dos mercados nacional e internacional, em falta de

políticas transparentes, mas eficientes, de prevenção e correção de práticas desleais de comércio e, é preciso dizê-lo, na resistência a fazer as reformas que efetivem a passagem dos modelos anteriores de desenvolvimento e produção para os modelos exigidos pelo mundo que a história está construindo para nós e as gerações futuras.

O Brasil serve de exemplo em vários desses itens e é com esse reconhecimento que quero finalizar minha intervenção. Nós temos tido um bom desempenho em nossa reinserção no mundo da globalização, e isso, em grande parte, graças aos muitos avanços que fizemos aqui dentro. Mas resta muito a fazer.

Tomemos o exemplo das reformas. Nós sabemos que precisamos de reformas profundas para consolidar a estabilização da economia e promover o crescimento, mas há resistências a essas reformas mesmo com a certeza de que elas serão necessariamente o produto de um amplo processo de entendimento democrático. Muitas dessas resistências são puramente ideológicas e desprovidas de sentido prático ou, pior, são puramente corporativas.

Tomemos o exemplo das práticas desleais de comércio. O mundo tem avançado muito em matéria de compromissos internacionais para liberalizar e facilitar o comércio de bens e serviços. A criação da Organização Mundial de Comércio e a integração regional são sem dúvida capítulos importantes da globalização, que mostram claramente que, ao contrário do que alguns afirmam, há enorme espaço para a atuação dos Estados ao lidarem com o fenômeno da globalização.

Mas nós temos de estar mais bem preparados internamente para lidar com casos tópicos de práticas desleais de comércio, e isso não apenas em termos de recursos humanos, mas também em termos institucionais e legais, dentro das margens de manobra

que nos permitem nossos compromissos internacionais e regionais.

Por tudo isso, o debate que aqui se inicia ganha uma importância singular para nós.

Se é em parte verdade que a rigor a globalização começou com as caravelas de Vasco da Gama e Cristóvão Colombo, ela é um fenômeno relativamente recente no formato e abrangência com que o conhecemos hoje. Por isso ela exige dos formuladores e executores de políticas e dos analistas em geral, antes de tudo, consciência objetiva e crítica, espírito aberto e muito conhecimento das realidades nacional, regional e internacional. E isso para que possa ser enfrentada como aquilo que ela realmente é: um complexo conjunto de oportunidades, desafios e riscos, onde o que importa é a capacidade de dar respostas eficientes e ter ações e reações rápidas e apropriadas, em sintonia com as forças da história e não contra elas.

Muitas dessas respostas são ainda incompletas ou desconhecidas. Muitas já estão em prática, aqui ou em outros países e regiões. Muitas terão de ser corrigidas ou aperfeiçoadas.

Muitas ainda surgirão do debate crítico, aberto e construtivo, de que é exemplo este encontro.

A contribuição que sair daqui será fecunda, estou certo, porque nós precisamos de idéias e instrumentos conceituais e analíticos para melhor ver e interpretar o mundo.

Por isso, eu lhes desejo muito êxito em suas apresentações e deliberações, e que este seminário seja um tributo merecido ao cinquentenário da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, a cuja iniciativa devemos esta oportunidade e à qual, como instituição de ensino, tanto devem São Paulo e o Brasil inteiro.

Muito obrigado.

Brasil - França

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço oferecido pelo Conselho Nacional do Patronato Francês, Paris, 28 de maio de 1996

Queria agradecer ao Conselho Nacional do Patronato Francês e, em especial, ao seu Presidente, Jean Gandois, a gentileza deste almoço, que, tenho certeza, contribuirá para aproximar as comunidades empresariais do Brasil e da França.

Nossos países estão ligados por laços estreitos e interesses concretos. É grande a influência cultural francesa no Brasil, decisiva na formação de nossa intelectualidade e de nossas instituições políticas, assim como é expressivo o volume de investimentos franceses no Brasil.

A França e o Brasil vivem um processo comum de transição de seus modelos econômicos. Em ambos os países, o Estado teve um papel histórico relevante ao modelar o próprio processo de desenvolvimento econômico. Neste momento, os princípios que estiveram na base de nossos “projetos” de desenvolvimento estão sendo revistos por nossas sociedades, que elegeram Presidentes com programas de Governo que apontam na mesma direção de dar maior liberdade à iniciativa privada na promoção do desenvolvimento.

Paralelamente a esta orientação menos estatizante do processo econômico, nossos dois países vêm se defrontando com problemas comuns como os (i) da delicada necessidade de reforma dos mecanismos de assistência previdenciária, (ii) da adaptação dos bancos a um novo contexto de menor interferência do Estado, em que precisam assumir os riscos pelos empréstimos concedidos a empresas privadas, e (iii) do ajuste das economias nacionais

ao processo de integração regional em que os dois países se encontram engajados.

Este conjunto de circunstâncias comuns, de convergências, indica que o momento é oportuno para o aprofundamento dos vínculos entre os dois países; é o momento adequado para que possamos explorar novas potencialidades, em setores não-tradicionais.

As reformas que estão ocorrendo no Brasil oferecem extraordinárias oportunidades de negócios para os investimentos estrangeiros. Restabeleceu-se a confiança externa no Brasil, porque o país agora tem um rumo certo e bem definido, em harmonia com as tendências recentes da economia mundial. Sabemos aonde queremos chegar, e o Governo tem o pleno respaldo do povo brasileiro, dentro da democracia, para que possa perseverar e levar adiante as reformas necessárias para dar sustentabilidade ao crescimento econômico brasileiro.

Abandonamos qualquer ilusão, nesta época de globalização econômica, de que poderíamos crescer de modo autárquico, num modelo fechado em si mesmo. Sabemos que precisamos contar com a poupança externa em nossos programas de crescimento e estamos adotando as medidas necessárias para que isto ocorra. Os investimentos provenientes do exterior aumentaram consideravelmente nos últimos anos. E esperamos que aumentem ainda mais.

O Brasil é um grande eixo de crescimento econômico na América do Sul. Temos dez vizinhos,

com os quais estamos criando uma rede de acordos de livre comércio que tornarão o mercado sul-americano integrado e um dos mais atraentes do mundo.

É evidente que a integração não se materializará sem uma infra-estrutura adequada, isto é, sem uma modernização da infra-estrutura brasileira e sua interconexão com as malhas de transportes, energia e comunicações dos países vizinhos.

Nesta área de infra-estrutura há muito que ser feito e se abrem grandes avenidas de cooperação em projetos que sejam economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente desejáveis. A privatização e a concessão de serviços públicos são um instrumento importante para que isto ocorra. Um bom exemplo desse processo foi a compra da Light, em leilão realizado na semana passado, por um consórcio liderado pela Electricité de France.

Estamos falando, no Brasil, de projetos como a telefonia celular e a ampliação da rede de telefonia tradicional, de modernização e ampliação de estradas, hidrovias, ferrovias, portos e aeroportos, da ampliação da oferta de energia elétrica, de saneamento básico e tratamento de água.

Estamos também falando, no espaço mais amplo da América do Sul, de projetos tais como a conexão inter-oceânica Atlântico-Pacífico (Brasil/Chile e Brasil/Equador), da via expressa São Paulo/Buenos Aires, dos gasodutos Brasil/Bolívia e Brasil/Norte da Argentina, da interligação das Bacias dos Rios Paraná e Paraguai, que beneficiará todos os países da região.

Estimativas preliminares indicam que, apenas para a integração física e energética do Brasil na América do Sul, serão necessários nos próximos dez anos investimentos da ordem de US\$ 50 bilhões em infra-estrutura. A isto devemos somar várias dezenas de bilhões de dólares para a modernização da infra-estrutura brasileira. E estes investimentos terão de vir em grande parte de capitais privados nacionais e de investimentos externos, porque queremos andar rápido e manter a economia sem gargalos. Para tanto,

estamos implementando novas formas e mecanismos, mais ágeis, para podermos canalizar de forma eficaz os recursos externos para as áreas que deles necessitam.

Mas não é apenas na área de infra-estrutura que as oportunidades se apresentam neste momento no Brasil. Há outros setores em que há grande potencial a ser aproveitado, tais como, entre outros em que o Brasil é competitivo em nível internacional, o agroalimentar, o de papel e celulose, equipamento médico-hospitalar, química fina, serviços. E modalidades de cooperação se abrem também em setores de tecnologia de ponta, como o aeroespacial.

Por que é seguro e atrativo investir neste momento no Brasil? Não vou citar os números da economia brasileira, que todos aqui conhecem em detalhe. Mas quero, sim, mencionar alguns dos fatores que dão base de longo prazo à minha certeza de que o Brasil ingressa num novo ciclo de crescimento e prosperidade.

Em primeiro lugar, as variáveis macroeconômicas do país estão sólidas e sadias: a inflação está controlada, as reservas internacionais estão em nível confortável e o comércio externo do Brasil tem crescido muito em função da maior liberalização comercial. A estabilidade monetária é a base para o crescimento sustentado da economia brasileira, porque sem ela não há investimento produtivo e os recursos financeiros acabam se destinando à especulação. Tudo faremos para que a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real seja mantida.

Além disso, há o fato de que a democracia está enraizada entre nós, dá transparência aos atos do Governo, dá estabilidade às instituições, dá segurança jurídica ao investidor.

Estamos numa região em que a paz é uma realidade, em que a democracia vigora, em que a economia se abre ao exterior no marco da livre iniciativa tradicional e legalmente assegurada, em que as economias se integram cada vez mais. E o Brasil é um dos principais motores deste processo.

O maior estoque de investimentos franceses fora da OCDE está no Brasil. Estou certo de que as classes empresariais francesas, bem como a importante comitiva empresarial brasileira que me acompanha nesta viagem à França, saberão, em conjunto, aproveitar este momento extremamente

favorável e relançar as relações econômicas e comerciais entre os dois países, colocando-as num novo e mais elevado patamar que seja condizente com as oportunidades oferecidas por este momento de transição e crescimento que vivem Brasil e França.
Muito obrigado.



Brasil - França

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no banquete oferecido pelo Presidente da França, Jacques Chirac, Paris, 28 de maio de 1996

Venho a Paris com um objetivo muito claro: o de dar novo vigor ao relacionamento entre o Brasil e a França.

Sei que a política externa de seu Governo, Presidente Jacques Chirac, está buscando relançar as relações da França com a América Latina.

E o Brasil também tem o desejo firme de voltar a situar a França como parceiro fundamental em seu desenvolvimento.

Todos sabem o quanto me sinto pessoalmente ligado a este grande país. Aqui passei anos importantes de minha vida, que foram centrais em minha formação como sociólogo, como político e, principalmente, como cidadão.

A civilização francesa legou a todos nós uma base universal de valores e de conhecimentos.

Os ideais iluministas forjados neste país continuam a inspirar hoje, mais do que nunca, a conduta de grande parte da Humanidade. Liberdade e democracia, direitos humanos, a busca da equidade são princípios profundamente enraizados na vida desta nação.

Por isso, ninguém é indiferente aos destinos da França. Todos os que aqui tiveram a oportunidade de viver enriqueceram-se intelectualmente, abriram seus horizontes, refinaram sua sensibilidade para o que é humano e social.

A presença francesa na formação da cultura brasileira moderna foi decisiva. Nomes cardeais da cultura francesa e universal, como Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel, foram professores da

Universidade de São Paulo, no momento de sua criação e deixaram nosso País intelectualmente mais rico, mais bem preparado para entender a si próprio.

Esta é uma das dívidas de gratidão que o Brasil tem para com a cultura francesa. A força e a riqueza dessa cultura sempre foram para nós, brasileiros, e para mim, pessoalmente, muito positivas — uma verdadeira fonte de inspiração, que precisa ser mantida e reforçada.

Porque não queremos que a padronização, a uniformização cultural que está acompanhando o processo de globalização econômica empobrecem o mundo, estreitem os horizontes da humanidade, sufoquem expressões da individualidade, da diversidade nacional, que são essenciais para a existência mesma dos Estados.

Mas o patrimônio de nossas relações bilaterais não se limita à dimensão cultural: a França teve um papel de relevo no desenvolvimento do Brasil e sua presença se faz sentir através de investimentos em diversos setores da economia brasileira.

Nos anos 80 e início dos 90, o Brasil atravessou um período de transição democrática e de incertezas no plano econômico, as quais consumiram uma quota elevada de nossas energias.

Esta longa travessia brasileira, Senhor Presidente, está superada. Hoje o Brasil é um país que tem um rumo claramente definido na plena vigência da democracia e no crescimento, dentro da estabilização e de um novo modelo econômico aberto ao exterior e, portanto, condizente com as novas

realidades trazidas pela internacionalização da economia.

Sabemos hoje a importância que o Brasil tem no mundo e principalmente em sua região. Somos umas das maiores economias do Planeta e peça central no eixo de desenvolvimento hoje existente na América do Sul, que se integra celeradamente.

Não é por outra razão que os recursos externos voltaram a afluir em grandes volumes para o Brasil. E a França, uma das cinco maiores economias mundiais, com grupos empresariais modernos, tecnologicamente competitivos em escala mundial, não pode deixar de ocupar um grande espaço na economia brasileira. Promover esta reaproximação entre o Brasil e a França é o objetivo principal desta minha visita de Estado.

Temos hoje condições inigualáveis para que possamos relançar a parceria francobrasileira com êxito.

Temos a solidez e a tradição de nossa amizade. Temos o conhecimento recíproco que nos dá base firme para o desenvolvimento de projetos comuns, tanto na esfera governamental, como na iniciativa privada.

Falamos a mesma linguagem na economia e na política e compartilhamos valores e aspirações. Temos o patrimônio de uma forte presença francesa no Brasil e de uma considerável identificação de nosso país com a França.

O Brasil, assim como a França, atravessa um período de transformações profundas como resultado dos desafios e oportunidades trazidos pela globalização. Há claros pontos de contato entre o programa de seu Governo, Presidente Chirac, e aquele que eu defendo no Brasil.

Há, enfim, uma série de similaridades e convergências que apontam para a consolidação de uma parceria franco-brasileira mais eficaz.

É inegável que muitos agentes econômicos franceses já reconhecem as mudanças que estão ocorrendo no Brasil. Mas é preciso mais. Há oportunidades extraordinárias que se abrem no Brasil

na área de infra-estrutura, em transportes, energia e telecomunicações, todas elas áreas em que a França detém tecnologia de ponta.

Nos próximos anos, o Brasil precisará de investimentos em infra-estrutura que se elevam a dezenas de bilhões de dólares, provenientes em sua maior parte de recursos privados brasileiros e de fontes externas. Sabemos que a poupança externa é crucial para o desenvolvimento sustentado do Brasil.

Senhor Presidente,

O Brasil sempre acompanhou com interesse a política externa francesa, caracterizada pela independência, pela firmeza de princípios e pela coragem na defesa dos interesses nacionais de seu país. Além disso, a França soube marcar invariavelmente sua presença internacional pela solidariedade em relação ao mundo em desenvolvimento e às causas humanitárias.

Hoje, mais do que nunca, este papel tradicional da França é necessário, porque a globalização, ao multiplicar a riqueza mundial, tem também tido efeitos colaterais negativos, de marginalização de países e regiões inteiras que estão fora das correntes dinâmicas da economia mundial, bem como de exclusão social no interior das próprias sociedades desenvolvidas.

Será sempre visto com bons olhos por países como o Brasil um papel ativo da França no encaminhamento de questões centrais de nosso tempo, especialmente para a reintrodução da cooperação internacional para o desenvolvimento como tema prioritário na agenda dos países desenvolvidos.

O mundo não pode resignar-se à indiferença diante da tragédia humana, não pode perder de vista que o melhor caminho para a paz é a prosperidade e a equidade.

Precisamos balizar politicamente o processo de globalização e algumas de suas conseqüências, como a volatilidade dos capitais e o desemprego estrutural. E a França e o Brasil, por todo seu

passado, por toda sua tradição de cooperação, pelo conjunto de valores que compartilham, podem e devem ter um papel criativo na resolução destas questões.

Devemos trabalhar em conjunto.

Por sua tradicional postura construtiva e equilibrada na diplomacia mundial, o Brasil está pronto para contribuir nesse processo.

Senhor Presidente,

Que esta minha visita de Estado represente um marco político no relançamento de nossas relações. Estou seguro de que nossos países estão

preparados para e desejam ingressar numa era de cooperação, de projetos concretos mutuamente proveitosos, de diálogo e apoio recíproco nos grandes temas da agenda contemporânea internacional.

É com este espírito que peço a todos que me acompanhem no brinde que faço à felicidade do povo francês, à amizade renovada que nos une, ao futuro de maior cooperação e parceria que estamos construindo e à felicidade e ventura pessoais do Presidente e da Sra. Jacques Chirac.

Muito obrigado.



Brasil - França

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente da Assembléia Nacional Francesa, Philippe Seguin, Paris, 29 de maio de 1996

Agradeço a generosidade das palavras que Vossa Excelência disse sobre meu país, que estão em harmonia com o clima de amizade e de reencontro que tem prevalecido nesta minha visita de Estado.

A amizade e as relações que unem o Brasil e a França estão baseadas numa ampla comunhão de valores e numa longa convivência. Têm a solidez das melhores construções históricas.

Nós, brasileiros, sentimo-nos muito à vontade na França. Este é um país onde encontramos muitos dos traços que ajudaram a conformar a nossa própria identidade e o nosso projeto de desenvolvimento econômico e social.

Foi em Paris que pude, longe de meu país, aprimorar minha formação como sociólogo e como político. Foi aqui que pude fortalecer ainda mais o meu compromisso com a democracia e seus valores, que a Assembléia Nacional tão bem traduz.

Foi também no período em que aqui vivi que pude apreciar o alcance verdadeiramente universal do ideário herdado da tradição de luta pela liberdade e pela justiça.

País de vocação universalista pela própria diversidade de sua formação social, cultural e histórica, o Brasil não poderia ficar alheio às idéias revolucionárias propagadas a partir da França. Essas idéias encontraram nas terras brasileiras campo fértil para prosperar.

Inspiraram, desde as suas primeiras

manifestações, a nossa luta pela liberdade e pela consolidação das instituições políticas democráticas.

Venho a Paris como Presidente de um Brasil que reconquistou sua autoconfiança. Um Brasil democrático e livre, que soube compreender que a participação competitiva no mundo da globalização deve ser um instrumento do seu próprio desenvolvimento. E essa participação, voltada para os interesses permanentes do país - de justiça social e progresso material e cultural -, passa necessariamente pela estabilização da economia, pela reforma do Estado, pela privatização e pela abertura econômica.

O Brasil que hoje se reencontra com a França está avançando muito na criação de um ambiente econômico adaptado às condições da globalização e capaz de atrair de forma crescente o interesse internacional pelo país.

É um Brasil que soube entender que as reformas a que nos propomos só podem ter êxito se forem conduzidas dentro do marco da democracia, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos.

Estamos empenhados em pôr um fim ao abuso e ao desrespeito contra os direitos humanos no Brasil. Com esse objetivo, lançamos o Plano Nacional dos Direitos Humanos - um programa de ação acompanhado de medidas legais concretas que é antes de tudo um compromisso entre o Governo e a sociedade civil. O Brasil que estamos construindo

não tolera a violência e a injustiça.

Senhor Presidente,

O Brasil vê a parceria francesa também à luz do imperativo de uma política externa que busca uma melhor inserção do país nos fluxos internacionais de comércio, de tecnologia e de investimentos e uma maior participação no processo decisório internacional.

A França é prioridade para a diplomacia brasileira não apenas como país-chave no processo de integração do continente europeu, mas também como um dos grandes parceiros individuais do Brasil. A Europa sempre representou um fator de equilíbrio para o Brasil em suas relações com o mundo, como nosso principal parceiro comercial. E a França tem uma tradição de presença cultural, econômica e comercial no Brasil - um patrimônio que é preciso valorizar à luz das mudanças que se produziram no mundo, em nossas regiões e em nossos países.

A França tem sido também um aliado de peso na luta pelo estabelecimento de canais mais fluidos de diálogo entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento e na busca de soluções para os problemas ligados ao desenvolvimento econômico e social.

Assim como o Brasil, a França pode atuar como ponte para a construção de um ambiente internacional mais democrático e mais favorável à cooperação internacional para o desenvolvimento. Esta é uma área em que a diplomacia francesa tem tradição de atividade e participação.

Senhor Presidente,

O Brasil apresenta-se hoje como um país com muitas possibilidades a oferecer no campo econômico. Como a França, estamos engajados num processo de integração regional. O Mercosul acrescentou uma importante dimensão à personalidade internacional de cada um de seus quatro membros e vai despontando como interlocutor de peso em contatos com outros países e regiões do mundo.

As relações entre o MERCOSUL e a União Européia ganham nesse contexto importância singular. O acordo de cooperação econômica que assinamos em dezembro último é o primeiro passo rumo a uma área de livre comércio que esperamos ver implantada futuramente entre nossas regiões.

Não se trata aqui de uma visão utópica, mas de uma política da diplomacia brasileira baseada no interesse concreto de manter o equilíbrio que caracteriza nosso comércio exterior frente a uma realidade regional que aponta para uma crescente integração. Esse processo tem como uma de suas referências o ano de 2005, meta estabelecida em Miami para o término das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas.

O fortalecimento do MERCOSUL é pré-requisito para o êxito da integração hemisférica. Por isso estamos negociando individualmente com aqueles países cujas características favorecem uma aproximação com o MERCOSUL no curto prazo. A partir desse núcleo inicial, será possível integrar toda a América do Sul e prosseguir com êxito na integração hemisférica, mas sem descuidar um momento da construção de um espaço privilegiado de intercâmbio com a União Européia.

É nesse contexto mais amplo que a parceria franco-brasileira ganha uma importante dimensão adicional, como fator de aproximação entre as nossas respectivas regiões.

E os Parlamentos de ambos os países têm um papel de grande importância a desempenhar no processo de fortalecimento das relações franco-brasileiras. Como representantes das aspirações legítimas de nossos povos, o Congresso Nacional brasileiro e a Assembléia Nacional francesa são interlocutores permanentes para todos os que estão envolvidos na formulação da política externa de nossos dois países.

Senhor Presidente,

Minha visita representa uma reaproximação entre um grande país em desenvolvimento e um

expressivo país desenvolvido. Brasil e França têm peso específico e capacidade de atuação global.

Temos, nos muitos valores que compartilhamos, a mola propulsora de um relacionamento que tem tudo para tornar-se cada vez mais sólido e abrangente. Este é o sentido de minha presença aqui.

É com esse espírito e com a admiração de alguém que aprendeu a fazer política no Congresso

brasileiro que peço a todos que me acompanhem num brinde à prosperidade do povo francês, à amizade entre brasileiros e franceses, a tudo o que a Assembléia Nacional representa para a França e para o resto do mundo, e à saúde dos representantes do povo francês e do Presidente da Assembléia Nacional, Philippe Seguin.

Muito obrigado.



Brasil - França

Palavras do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro da República Francesa, Alain Juppé, Paris, 29 de maio de 1996

Senhor Primeiro-Ministro,

Vossa Excelência nos recebe com palavras que são de confiança e amizade para com o Brasil e os brasileiros.

Elas traduzem um interesse sincero da França pelas relações com o Brasil, e por isso nós nos sentimos recompensados.

Desde o momento em que formulou o convite para que esta visita se realizasse, o Presidente Jacques Chirac tem sido incansável no seu compromisso com o êxito das conversações que temos mantido aqui. O mesmo podemos dizer de todo o seu Governo.

As iniciativas que o Governo francês vem promovendo indicam que a diplomacia de seu país tem uma visão clara e construtiva das relações da França com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular.

De nossa parte, esse interesse é recíproco.

O Brasil quer que as relações franco-brasileiras aproveitem os muitos impulsos positivos e os inegáveis desafios que provêm de um sistema internacional em constante evolução, dos nossos sistemas regionais de integração e da nossa própria realidade interna.

Nós queremos que as nossas relações dêem um salto qualitativo que as recoloque em um nível compatível com a importância relativa dos dois países e com o sólido patrimônio de amizade e conhecimento recíproco que acumulamos em décadas de intenso intercâmbio e frutífera cooperação.

Nós queremos que a França seja um alvo preferencial no horizonte das nossas relações com o mundo desenvolvido, e que o Brasil também continue a ser para a França uma referência forte em suas relações com o mundo em desenvolvimento.

A França tem sido um parceiro de primeira grandeza do Brasil, e isso tanto do ponto de vista comercial e financeiro como do ponto de vista da cooperação cultural, técnica e científico-tecnológica.

E, como um dos grandes propulsores da União Européia, tem dado uma contribuição decisiva para que a Europa venha mantendo sua posição como primeiro bloco na escala do nosso comércio internacional e dos investimentos estrangeiros no Brasil.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil passou por uma revolução democrática nos anos 80 e por uma revolução econômica nestes anos 90. Democracia, que se traduz em estabilidade, confiabilidade e transparência; e liberdade econômica, que se traduz em oportunidades e competitividade, são moedas fortes no mercado internacional da globalização e no processo decisório que começa tomar nova forma depois de consolidado o fim da Guerra Fria e de estabelecidos os novos desafios e riscos para a comunidade internacional.

Nós estamos participando ativamente deste processo em que as regras básicas estão se definindo,

conscientes da importância do Brasil no cenário internacional e de seu peso específico em sua região, convictos de que temos contribuições a dar.

O Brasil vem aumentando sua presença no comércio e nos fluxos de investimentos e de tecnologias em todo o mundo, graças aos aperfeiçoamentos que temos sistematicamente introduzido em nosso próprio projeto de desenvolvimento, que alcançam também a área social, porque sabemos que sem melhorar nossos indicadores sociais as variáveis econômicas não serão capazes de se sustentar ou de resistir às pressões da globalização.

A abertura econômica, a desestatização — que combina privatização e quebra de monopólios estatais em áreas que despertam grande interesse dos agentes econômicos —, a busca de novas parcerias e mercados, a intensa participação no processo de integração regional, através do Mercosul e de suas projetadas alianças com outros parceiros, e a própria estabilização da economia têm contribuído para tornar o Brasil um participante mais ativo do sistema econômico e político internacional.

Somos um mercado dinâmico e em crescimento. Temos uma tradição de parceria com países que, como a França, participaram dos momentos decisivos do nosso desenvolvimento

econômico.

É imperativo, assim, que a França mantenha e amplie essa participação quando as oportunidades se multiplicam e as condições objetivas do Brasil evoluem positivamente.

Temos a possibilidade de oferecer uma nova agenda para as relações franco-brasileiras, uma agenda que combina parceria política e parceria econômica e que soma comércio, investimentos, cooperação.

Mesmo sendo diferentes em função do grau de desenvolvimento econômico — e social — dos nossos países, falamos uma mesma linguagem: a da democracia, dos direitos humanos, da liberdade econômica, da paz e da cooperação.

E é essa linguagem de identidade que estamos utilizando aqui, nesta visita que marca um reencontro e uma renovação.

É a esse reencontro entre a França e o Brasil e a esta renovação permanente da nossa amizade que eu quero levantar a minha taça, e por isso peço a todos que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo francês, à amizade sempre renovada e intensa entre a França e o Brasil, à saúde do Presidente Jacques Chirac e à felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Juppé.

Muito obrigado.

Título de Doutor Honoris Causa

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do recebimento do Título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lumière, Lyon, 30 de maio de 1996

É com grande honra que recebo o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Lumière-Lyon 2.

Agradeço ao Professor François LaPlatine por suas palavras de apresentação, que certamente fazem justiça ao Brasil e ao seu povo, mas que, em relação a mim, terão sido de grande generosidade e motivadas por simpatia pessoal.

A maior parte de minha vida acadêmica desenvolveu-se em São Paulo. Ali me formei, iniciei minhas atividades de pesquisa, lecionei. Ali, comecei meu esforço de entender o Brasil, sua complexa formação social, suas formas de inserção no sistema internacional, sempre decisivas para a análise de tantos aspectos de sua evolução.

A USP foi concebida, nos anos 30, em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja criação contou com a presença inspiradora de Professores franceses como Claude Lévi-Straus, Fernand Braudel, Roger Bastide, Paulo Arbousse Bastide e tantos outros.

Já se disse que a particularidade do espírito francês é sua vocação universal, a força permanente dos ideais iluministas a marcar sua melhor criação intelectual. Para mim, como para tantos colegas, a convivência com a cultura francesa foi decisiva para nossa formação. Fui aluno e assistente de Bastide, devo às suas lições, sobretudo ao seu cuidado em educar a sensibilidade para a pesquisa. E, desta forma, dar à investigação sociológica a dignidade

científica.

Um grande professor brasileiro, Antonio Cândido, mostrou como a presença francesa nos ajudou a melhor entender o Brasil. Nos anos 30, lembrava Antonio Cândido, os seus mestres brasileiros usavam categorias do pensamento europeu para construir imagens abstratas de uma realidade vaga, ao passa que os professores franceses obrigavam a olhar o mundo circundante, recorrer às fontes locais, descobrir documentos, investigar a realidade próxima: “os franceses, usando a sua língua, empregando os seus métodos, nos punham dentro do país”. Na formulação sempre clara e precisa de Antonio Cândido, encontro o melhor resumo para a lição francesa: as categorias universais valem quando nos ensinam a ver a realidade concreta, quando esclarecem sobre o movimento das sociedades, quando surgem impregnadas historicamente. Braudel dizia que “o Brasil o tornou mais inteligente”. Para nós, a presença francesa nos terá ensinado a ter olhos brasileiros para as coisas brasileiras, desde talvez a vinda de Debret no início do século XIX.

Nem sempre conseguimos seguir a boa lição. Muitas vezes o fascínio com as construções teóricas, nascidas na Europa, nos iludiu sobre nós mesmos. Buscamos descrever classes sociais de que esperávamos um determinado comportamento coletivo que o cotidiano desmentia. Imaginávamos conflitos onde a história impôs acomodações. Pretendíamos que a nossa evolução tivesse um tempo

mais rápido do que as estruturas permitiam. De qualquer forma, aos poucos, íamos constituindo, na USP, mas também em outros centros, um tecido de pesquisa e investigação que nos dá hoje mais segurança na compreensão da realidade. O trabalho sociológico, como todo o esforço intelectual, será sempre incompleto. Os desafios analíticos se renovam permanentemente, como se a vida das sociedades contivesse sempre um elemento de surpresas, de inesperado, que foge ao melhor modelo. Hoje, em tempo de transformações rápidas e abrangentes, essa consideração simples soa quase como turismo. De fato, as realidades do tempo de minha formação mudaram, e o Brasil mudou. Hoje, a dialética do universal e do particular se repõe no marco do que se chama a “globalização”. Hoje, no Brasil, superamos as tentações autoritárias e nos voltamos para construir uma democracia real, que conduza à realização da melhor justiça oral.

No plano nacional e no meio de inserção do Brasil no mundo, enfrentamos questões complexas, tanto analítica como politicamente.

As forças uniformizadoras no plano global são claras e contundentes. Atuam no plano e no plano de valores. As empresas planejam investimentos com base no mercado global. Os capitais financeiros fluem em rápida velocidade e ignoram fronteiras. As demandas em matéria de direitos humanos se universalizam.

Sabemos, porém, que as forças da globalização, econômicas e simbólicas, não existem em vazios. Não existem como entidades que valham em si mesmas. Na verdade, projetam-se sobre sociedades nacionais que as absorvem no marco de suas históricas. De novo, o fascínio, agora ainda mais facilmente explicado, por movimentos universais leva muitos analistas a esquecer a interação, sempre complexa, entre o sistema mundial e as estruturas, sociais e política de cada nação. De certa maneira, ainda que tenhamos que renovar conceitos, a lição metodológica central da “teoria da dependência” permanece válida.

A partir dessas considerações gerais, vou apresentar, como tema central de minha aula, “alguns aspectos contemporâneos da questão social”.

Se me permitem, partirei de minha experiência de político para caracterizar o que é a agenda social dos tempos presentes. Existem muitas definições do fazer político, mas, no cotidiano, seja no Parlamento, seja no Executivo, o nosso trabalho permanente é aceitar demandas, ordenar-lhes, procurar orientá-la em um “rumo”.

Outros falariam em um projeto, a supor abrangência e coerência que muitas vezes nos faltam no dia-a-dia.

Ora, o que eu posso observar — com base na experiência brasileira e na latino-americana que refletem a universal —, é o fato de que “a agenda de demandas “sobre o sistema político tem crescido, de forma sustentada e contínua, nos últimos anos.

Nos anos 70, concentra-se na luta contra o autoritarismo e pelo respeito aos direitos humanos, já como reflexo de sociedades que ganhavam complexidade, que repeliam as soluções impostas. Atualmente, as demandas talvez tenham perdido seu foco unificador, tenham-se fragmentado, cada fragmento apoiado em atores sociais diversos. Mais precisamente, as demandas correspondem à construção de novos atores sociais com “acesso político” ou, pelo menos, com acesso à opinião pública.

As questões sociais clássicas, como a de eliminar a exclusão social, atenuar desigualdades, proteger os desvalidos continuam, continuam sob formas novas nos países ricos, com a persistência das taxas de desemprego e a carga de desesperança que envolve. Continuam nos países pobres, em que o drama da miséria e da fome está, em muitos casos, longe de encontrar equações simples.

Mas, não se esgotam aí. A marca contemporânea é a ampliação da agenda social. Não é mais a garantia de emprego o que se busca, mas de uma ocupação que proteja saúde, física e moral, do trabalhador. A ocupação que permita tempo

também para o lazer. O significado da “igualdade de oportunidades” se torna complexo em um mundo em que a educação básica não é mais suficiente para participar ativamente do mercado de trabalho e das opções de lazer.

Os processos migratórios e a facilidade com que se deslocam populações exigem novos padrões de tolerância e modelos novos de convivência social, orientados por um grau de solidariedade que as sociedades raramente alcançam.

A temática do meio ambiente, dos direitos humanos, da proteção das minorias, dos gêneros, da luta contra formas novas de criminalidade transnacional, a questão das drogas, as questões de seguridade social abrem um leque de demandas que se renova a cada dia.

Essas observações iniciais inúmeras indagações. A expansão da “demanda por equidade” terá sentido universal? É um dos aspectos da globalização? Reflete a experiência de sociedades recentemente democratizadas que, de forma natural, ainda não disciplinam o elenco de suas demandas? De que maneira os temas sociais se diferenciam em cada região e nação? De que meios dispomos para atender ao novo quadro de demandas?

Respostas acabadas para essas questões não são conhecidas hoje. O que sabemos, sim, é que as questões tradicionais e contemporâneas encontram a mesma origem. Nasceram com a consolidação do capitalismo na Europa: nascem, portanto, quando as formações sociais perdem rigidez e a mudança se instala como feitiço necessário da vida social.

Os atores deixam de ter lugar pré-determinado em hierarquias: não existem limites para a imaginação de reformas sociais. As profundas desigualdades, geradas pela Revolução Industrial, encontram em pouco tempo uma resposta política global, nas várias formas da luta socialista. Ao crescimento das injustiças corresponde a esperança da máxima justiça. Ao crescimento das injustiças corresponde a esperança da máxima justiça.

Na verdade, como sabemos, na visão

marxista, a agenda social não se separa de um projeto de reforma global que desembocará no “socialismo real” já no século XX. Paralelamente, no marco do capitalismo, a partir de lutas concretas, vá se articulando, de forma clara, um processo de avanços sociais localizados. É a redução da jornada de trabalho, as primeiras formas de previdência social, a consagração dos direitos sociais e econômicos. Os direitos políticos — e, portanto, a democracia — são o terreno em que frutifica o processo de ampliação dos benefícios sociais. Em regra, é a classe trabalhadora que comanda as reivindicações e demandas, voltadas em última instância à transformação de práticas do Estado.

Outro ponto a salientar é o da unidade de processo reivindicatório, gerado até pelas referências ideológicas que, mesmo que variassem, se alimentavam de raízes socialistas.

O marxismo foi, para os de nossa geração, em todos os continentes, a mais acabada utopia, já que projetava um futuro de perfeição social e definia seu agente construtor. Sua falência, porém, não esgota a vontade de aperfeiçoamento das sociedades. Parece mesmo que o contrário ocorre. Se não existem causas unificadoras, existe clara consciência de que, mesmo nas sociedades desenvolvidas, há o que melhorar, que o processo de aperfeiçoamento da convivência é inesgotável.

O traço característico de nossos tempos é, porém, o de abandonar a idéia de uma sociedade qualitativamente nova, a idéia de um “homem novo”, e trabalhar por aperfeiçoamentos concretos (mais saúde, mais educação, mais lazer, etc.). Assim eu caracterizaria a “demanda de equidade” em nossos dias.

Hoje, não se articula mais uma noção, de sentido universal, dos mecanismos de exclusão social. À globalização corresponde um projeto de transformação social — no sentido forte, de futuro orientado pelo homem — tal como existia no marxismo. Vimos, aliás, como a própria “aplicação” do marxismo variou em função de condições

históricas diferenciadas na União Soviética e na China, no Leste Europeu e no Vietnã ou em Cuba.

De outro lado, a hegemonia das perspectivas liberais leva a que se veja, no livre funcionamento das forças de mercado, a possibilidade de ganhos de produtividade em escala mundial e, conseqüentemente, uma produção maior de bens e serviços mais baratos. Desta forma, a questão social deixaria de existir como tal e a dinâmica econômica resolveria os problemas de exclusão. Não é isto o que está acontecendo. A globalização reforça diferenças e desigualdades, mesmo dentro dos países desenvolvidos, e coloca desafios extremamente complexos para os países em desenvolvimento.

Estamos assim, diante de um duplo problema. Não existe uma teoria universal que explique como redimir a pobreza. Podemos descrever formas concretas de exploração, mas não dispomos mais de uma teoria geral da exploração, como as que se sustentavam na extração da mais-valia ou na teoria do imperialismo. De outro lado, sabemos que, caso o mundo continue como está, se repetir o padrão de crescimento que hoje prevalece, poderemos criar mais riqueza, mas estaremos criando também mais desigualdade, até um ponto em que ou consagraremos a agregação ou os conflitos se multiplicarão insuportavelmente. São cenários perversos.

O problema do político é justamente como reverter tais tendências, como recuperar a própria noção de que é necessário para modelar a sociedade para uma convivência mais justa. E, também, saber a medida certa da intervenção, para que se preserve a força criativa do mercado, evitando-se distorções conhecidas.

Na minha lista de problemas, agrego ainda outro, também de caráter geral. Mesmo se aceitássemos a perspectiva liberal, teríamos que admitir que os temas sociais são historicamente, em qualquer sociedade moderna, atribuição do Estado. Os limites de atuação são dados, de um lado, pela moldura ideológica das ações de Governo, que tem variado das soluções sociais-democratas às menos

intervencionistas, no modelo anglo-saxão e, de outro pelas próprias possibilidades reais, financeiras e gerenciais, de cada situação nacional.

O fato é que, se examinamos as sociedades desenvolvidas, um ingrediente importante da crise oficial dos Estados deriva justamente do esgotamento de soluções — historicamente e, alguns casos, dolorosamente conquistadas — para problemas fundamentais, como o da seguridade social. É evidente que, em sociedade como a brasileira, a crise fiscal se desenhou quando ainda estávamos longe de oferecer serviços sociais mínimos para a população.

Nos Estados em desenvolvimento, especialmente os que estabeleceram bases democráticas, como os da América Latina, a expansão da agenda social ocorre tendo como pano-de-fundo uma dívida social não resgatada.

Prossegue a luta por direitos básicos, em termos de saúde, educação e, muitas vezes, pelo direito à própria vida.

O quadro de dificuldades não nos deve impor atitude pessimista. Na verdade, este quadro é ambíguo.

Quais são os aspectos positivos?

Em primeiro lugar, como aponte, a própria constatação de que a agenda social se amplia. O passo inicial de qualquer mudança é a conformidade de ideais, e estes existem. Não tem mais a atração das construções fechadas de utopias totalizantes. Guardam, porém, a vitalidade do que tenho chamado “utopias concretas”. Algo que é, possível perceber de forma muito clara e, portanto, construir.

Em segundo lugar, o fato de que a vida internacional passa a gerar pressões sobre o Estado nacional, que permanece como alvo de cobranças decorrentes de valores construídos pela comunidade internacional.

Ao proporcionar maior velocidade na transmissão de informações e mais fácil acesso a essas informações, o fenômeno da globalização opera também em favor de uma certa uniformização de valores. Esse fenômeno tem como efeito a tendência

a que as condições sociais de um determinado país, e conseqüentemente as suas políticas sociais, sejam submetidas ao escrutínio e à pressão internacionais a partir de parâmetros de avaliação homogêneos.

Os resultados das conferências temáticas da ONU, o trabalho constante das ONGs, a ação dos movimentos sociais constituem a base política desse processo, que é essencialmente positivo. Pode sofrer, contudo, duas distorções, a primeira, a da seletividade (a media seleciona questões sociais contundentes e não dissecam as estruturas que as produzem) e, segunda, a da fragilidade dos meios de cooperação internacional, que acabam orientados por problemas episódicos.

De fato, os desafios da globalização — se pensarmos, p.e., nos eleitos sobre o emprego do investimento em tecnologias de ponta, na força perturbadora dos fluxos de capital sobre padrões de crescimentos, nas conseqüências sociais de crimes transnacionais, etc — não encontraram, ainda, o arcabouço de idéias e instituições reveladoras de novos e efetivos padrões de cooperação. Estamos diante tanto da necessidade de correntes constantes de assistência humanitária para países como da necessidade de sofisticados mecanismos para evitar os efeitos perversos da volatilidade de capitais.

Talvez um dos pontos centrais do teste das hipóteses de uma disposição dos Estados para trabalhar modelos novos de cooperação seja a reforma da ONU e das instituições econômicas multilaterais, sobretudo se entendermos que uma redefinição abrangente de seus mecanismos é o melhor caminho para darmos uma resposta politicamente inteligente aos desafios da globalização. Há diversos problemas que hoje adquiriram dimensão verdadeiramente global. No entanto, as instituições políticas, econômicas e financeiras internacionais foram concebidas e criadas no final dos anos 40, seus mecanismos decisórios elaborados num contexto político mundial completamente diferente do atual. O “aggiornamento” destas instituições é um imperativo e o Brasil está pronto a dar para tanto

sua colaboração.

Em terceiro lugar, a capacidade de criação de bens da economia moderna. Talvez hoje estejamos perto de visualizar o que Marx antevia como um “reino de abundância”, determinado pelo formidável progresso das forças de produção desencadeado pelo capitalismo. É claro que a possibilidade hipotética de produzir não significa que haverá produção ou que a produção será distribuída em equidade.

O cerne do desafio econômico é político, na forma em que definirmos os modos de apropriação das imensas possibilidades de riqueza que se descortinam hoje. O que sabemos, sim, é que as determinações de um modo de produção não são absolutas e é suficiente para tanto examinar as variações possíveis no próprio marco do capitalismo. As inequidades, que se repetem em tantas formações sociais em países em desenvolvimento, não são inflexíveis.

Como superá-las?

Passo agora ao quarto ponto de minha lista positiva, justamente a expansão da democracia. Algum analista apontava para o fato de que, hoje, cerca de 40% da humanidade vive em regimes democráticos comparados com talvez 2 ou 3% em 1800 e 10% em 1800. É hoje possível correlacionar a expansão das instituições democráticas com os avanços sociais, nos diversos planos nacionais e mesmo no plano internacional, na medida em que se articulam formas de pressões sistêmicas que favorecem as liberdades. A possibilidade de modelar as estruturas sociais, para favorecer os excluídos, tem origem no momento em que se dá voz aos excluídos, tarefa primeira de qualquer sociedade democrática. A rigor, não é o Estado o promotor dos benefícios sociais: será simplesmente o agente de forças que lhe são anteriores, que o modelam.

Quando o Estado assumiu autoritariamente a solução dos problemas sociais, as conquistas, ainda que reais, dificilmente conseguiram adquirir a vocação da permanência. E, mais grave, foram obtidas a um

custo, em termos de liberdade, altíssimo. É neste contexto que vejo o Brasil de hoje, sobre o qual faria uma breve referência. Tenho dito que o Brasil é um país injusto. Os exemplos mais contundentes da injustiça são conhecidos pelos brasileiros e pela opinião pública internacional. Não é preciso descrevê-los. Mas somos um país em movimento, porque as instituições democráticas se consolidam e, mais do que isto, a sociedade se articula democraticamente. A velocidade e a difusão dos movimentos comunitários, das ONGs, a presença crítica rigorosa dos meios de comunicação em massa, o debate parlamentar abrangente são as expressões mais evidentes da situação democrática brasileira.

Não podemos escamotear a realidade de injustiça e, ao conhecê-la, a ação política terá um rumo necessário. É claro que a superação dos problemas sociais não se fará do dia para a noite, por passes de mágicas, pois o Brasil de hoje é resultado de um longo processo histórico e cultural.

É claro que as mudanças dependem de luta política. Existem setores que se beneficiam das situações injustas, que não prefeririam a simples produção dos padrões sociais vigentes. Minha convicção é a de que estes setores não serão os vencedores.

Gostaria, ainda, de examinar, para concluir, umas tantas conseqüências da situação brasileira, especialmente a maneira pela qual a democracia modela certas linhas de ação do Governo.

Como promover as necessárias reformas internas?

No caso de um país em desenvolvimento como o Brasil, este processo passaria por quatro pontos essenciais:

a) o primeiro desses pontos diz respeito à necessidade de tratar simultaneamente o econômico e o social. Está definitivamente superada a visão de uma política que impere, autônoma e absoluta, em relação à política social, também esta vista de forma autônoma, mas subordinada, cabendo à segunda papel meramente corretivo dos efeitos perversos da

primeira. Deve haver plena articulação entre ambas se aspiramos a um progresso efetivo. É inegável que não se pode avançar solidamente no plano social sem uma base econômica estável, mas é igualmente indiscutível que o crescimento econômico sem atenção prioritária ao bem-estar da população é vazio e, portanto, desprovido de sentido.

b) a necessidade de que amplie e aprofunde o debate político, alargando-se para tanto o espaço público aberto à participação da população. A razão só será bem constituída se estiver o acesso livre de todos os grupos sociais no debate. A expansão da esfera pública é, pois, essencial para o desenvolvimento de mecanismos eficazes de inclusão social. É preciso dar voz a quem não tem capacidade de defender seus próprios direitos.

É preciso também reforçar o papel do homem público, do Estadista, em todos os níveis de Governo, em todos os poderes da República. Estadista é quem visa ao predomínio do interesse geral sobre o particular e quem tem capacidade de liderar o processo de transformações, construindo as coalizações e associações de interesses para tornar realidade as mudanças necessárias. O crescimento da importância do papel do Estado nos processos de mudança social incorre, principalmente, do fato de que, no mundo contemporâneo, pulverizaram-se os atores capazes de atuar no sentido da mudança, sem que um prevaleça sobre outro. Não há mais o monopólio de um determinado agente social — uma classe ou um grupo — para promover as transformações. É por isso que, numa sociedade que define democraticamente as suas prioridades, o Estadista tem um papel a catalisador nas ações econômicas, políticas e sociais;

c) é preciso reorientar a ênfase do conjunto de ações sociais do Governo na direção de proporcionar igualdade de oportunidades para todos, promovendo, para tanto acesso universal aos serviços públicos básicos, em especial educação e saúde. Essa característica é essencial para que nós quebreemos as assimetrias existentes. Quando defendendo a

igualdade de oportunidades, no sentido mais nobre da social-democracia, não estou querendo dizer que chegaremos a uma sociedade igualitária, em termos de padrão de vida, de consumo, de renda. A igualdade é essencial para que haja maior nivelamento no início da trajetória individual de cada um dos cidadãos, permitindo que o talento e o trabalho sejam reconhecidos e justamente recompensados. A igualdade de oportunidades está assim na própria base do conceito de liberdade. E nisso sou um grande admirador de Tocqueville;

d) para desempenhar a contento o seu papel de promotor de maior igualdade e oportunidades o tamanho do Estado não pode ser definido a priori, com base em opções ideológicas. O tamanho do Estado será aquele necessário para bem poder desempenhar sua função social. O Estado precisa ser redefinido, suas prioridades redesenhadas democraticamente para poder acompanhar os imperativos ditados por um modo de produção intensivo em conhecimento. Rediscutir o papel do Estado não significa reduzir sua importância; significa, ao contrário, dotá-lo de instrumentos mais eficazes de gestão e controle, fazê-lo prestar contas de seus atos à população de forma permanente, reforçando

assim seu papel num momento em que muitos acreditaram que a globalização e as forças de mercado seriam capazes, por si sós, de ditar o ritmo da vida política, econômica e social.

Os rumos da globalização precisam ser balizados politicamente. E para isto, não podemos renunciar ao ideal de um Estado cujo poder seja necessário para colocar o social como prioridade. Não se trata de falar de um Estado mínimo ou máximo, grande ou pequeno, mas sim do Estado necessário.

Quero terminar minhas palavras com um tributo à vida universitária francesa, de que pude participar de tantos momentos. A minha convivência com intelectuais e amigos, como Touraine, Foucault, Aron e tantos outros, as aulas no College de France, a convivência com os alunos em Nanterre nos dias dramáticos de 68, são lembranças fortes e permanentes. Depois do aprendizado com Bastide, essas passagens significaram invariavelmente a renovação de minha admiração pela França, pela inteligência francesa. Daí, a minha alegria pelo título que agora recebo.

Muito obrigado.



Brasil - França

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Ministro da Defesa da França na prefeitura da região de Rhône-Alpes, Lyon, 30 de maio de 1996

Vim à França com o espírito de dar às relações franco-brasileiras o caráter de uma parceria renovada, compatível com a qualidade que o nosso relacionamento adquiriu ao longo de muitas décadas e que responda aos desafios e oportunidades que se abriram para nós e para nossas respectivas regiões no mundo da globalização e do fim da Guerra Fria.

Todos conhecem a intensidade dos laços que me unem pessoalmente à França. Aqui completei minha formação de sociólogo e de professor. Aqui tive acesso aos elementos que me permitiriam formar-me como homem político com sensibilidade para as dimensões social e cultural do desenvolvimento, porque essa é a lição que a França ajuda a ensinar ao mundo.

Mas não sou só eu que devo uma parte da minha formação à França e à cultura francesa. Também o Brasil recebeu e incorporou em sua formação multicultural os valores e as contribuições que a França deu ao mundo.

Há na relação entre nossos países o traço das antigas amizades, do interesse que perdura há séculos. A França é, de fato, uma referência básica dos brasileiros no mundo exterior, e sua contribuição para a formação da cultura nacional brasileira foi muito além do interesse dos estudiosos franceses pela realidade social, cultural e física do Brasil. Minha Universidade, a Universidade de São Paulo, por exemplo, foi fundada por grandes nomes da

intelectualidade francesa deste século, com Lévi-Strauss e Fernand Braudel à frente.

Isso basta para expressar a magnitude da presença francesa no Brasil e a importância das relações tanto para nós quanto, acredito, para os próprios franceses.

Esta visita a Lyon assume para mim um significado muito variado. Em primeiro lugar, para quem fez vida universitária na França, ensinando e aprendendo, é uma honra ser homenageado pela Universidade de Lyon com o título de Doutor Honoris Causa. A qualidade acadêmica e intelectual da Universidade, dos seus professores e alunos, muitos dos quais brasileiros que aqui nos acompanham hoje, é razão mais do que justificada para que eu me sinta sensibilizado pela homenagem que me é feita.

Em segundo lugar, já em uma outra dimensão, porque é da maior importância que uma visita presidencial concebida para relançar as relações do Brasil com a França se estenda pela província francesa, e particularmente a Lyon, cidade de grande pujança industrial e grande vitalidade cultural.

É preciso que a diplomacia incorpore cada vez mais no seu planejamento e na sua execução a dimensão dos países que está fora das capitais. No mundo de hoje, é necessário compreender que a atividade diplomática não pode ficar restrita ao diálogo das capitais.

É fundamental que o interior participe de

forma mais intensa das relações exteriores, e que seja objeto do interesse refletido e deliberado dos governos e dos agentes econômicos.

O interior dos nossos países é cada vez mais a mola propulsora do desenvolvimento econômico, social e intelectual. É ali onde se encontra muitas vezes a melhor combinação dos traços mais definidores da nacionalidade de um povo com a sua capacidade de progredir e de inserir-se no mundo com a velocidade requerida pelas mudanças.

O interior do Brasil também é uma prova de que fora dos megacentros industriais existe criatividade, trabalho intenso e muitos resultados nos campos social e econômico.

Por isso, é importante que no Brasil se conheça melhor o que é o interior da França e se tenha consciência de que uma parte importante das nossas relações com este país vai além da região parisiense.

Também por isso é importante que os franceses conheçam melhor o interior do Brasil e saibam que existe um Brasil imenso fora das nossas

grandes cidades, um Brasil que trabalha e progride, dando uma contribuição insubstituível ao nosso desenvolvimento.

Porque, de forma muitas vezes discreta, mas muito eficiente, é das áreas rurais, das pequenas e médias cidades ou dos centros distantes das capitais que provêm os maiores estímulos ao progresso material e espiritual de um povo.

É isso o que se vê nesta região de Rhône-Alpes. É isso o que se vê nesta cidade de Lyon.

É portanto como uma homenagem a esta parte da França, que representa todas as demais regiões do interior, que eu peço a todos que comigo brindem à prosperidade do povo francês, às excelentes relações de amizade que unem a França e o Brasil, à saúde do Presidente Jacques Chirac e à felicidade e ventura pessoais do Ministro Charles Millon, do Prefeito da Região Rhône-Alpes e Senhora Paul Bernard e do Prefeito de Lyon e Senhora Raymond Barre.

Muito obrigado.

Escola Superior de Guerra

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na Escola Superior de Guerra sobre “ A execução da Política Externa Brasileira”, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que venho à Escola Superior de Guerra participar deste ciclo de conferências sobre a política externa brasileira. A formulação e implementação de uma política externa exige exercícios constantes de reflexão sobre seus próprios fundamentos e é neste contexto que se destaca a tradição de intercâmbio entre o Itamaraty e a Escola Superior de Guerra.

As apresentações já realizadas ofereceram uma visão ampla de vários aspectos políticos e econômicos de nossa diplomacia. Caberia agora complementar esse panorama, e, com este objetivo, pretendo discutir a execução da política externa, isto é, as formas e a capacidade de atuação do Itamaraty. O enfoque será, portanto, institucional, destacando o que a Casa faz, a sua especificidade e os meios com que conta.

A execução da política externa

Ainda que atividades de âmbito ou de projeção internacional sejam, direta ou indiretamente, desempenhadas por diversas instâncias do Governo Federal e, em menor medida, pelos governos estaduais e municipais, a execução da política externa é atribuição do Ministério das Relações Exteriores. Sob a liderança do Presidente da República e em coordenação com os outros órgãos do Governo, cabe ao Itamaraty essa complexa missão e é o seu exercício que o singulariza como unidade

governamental ante as demais.

A natureza da política externa é dual. Ela obedece à articulação entre o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional. Trata-se, portanto, da defesa externa de anseios domésticos. Assim, a tarefa do Ministério das Relações Exteriores como executor da política externa brasileira é buscar fazer prevalecer os interesses específicos da nossa sociedade, por meio do diálogo e da cooperação com os demais países.

Este exercício requer, do Itamaraty, uma atuação em sentidos complementares. De um lado, a atuação do âmbito Interno para o Internacional: o Ministério procura “ouvir” a sociedade e traduzir seus interesses, necessidades e valores nas ações externas do País. De outro, a atuação do âmbito Internacional para o Interno: o Itamaraty avalia as perspectivas e constrangimentos externos e procura informar e orientar a sociedade.

Não basta que o Ministério procure fazer valer os interesses domésticos em meio externo; é preciso também que a sociedade conheça as oportunidades e desafios internacionais para melhor avaliar as suas opções e pontos de vista. Cabe ao Itamaraty analisar o contexto internacional — suas tendências, configurações de poder em cada questão, os obstáculos a interesses específicos — para melhor informar a sociedade, a fim de que suas escolhas sejam realistas e compatíveis com os recursos de poder e a capacidade de atuação externa do País.

Princípios da política externa brasileira

O exercício da política externa deve ainda fundamentar-se em princípios, que tradicionalmente caracterizam a atuação diplomática brasileira, como a prevalência do interesse público e nacional sobre o particular. O Itamaraty procura defender objetivos nacionais, que atendam à sociedade com um todo, e a defesa do interesse particular só poderá ocorrer quando em harmonia com aquele. Para que seja defendida pelo Ministério, em sua atuação internacional, a reivindicação privada — o interesse específico de uma empresa, grupo, entidade ou cidadão brasileiro — deve coincidir com os interesses do País e com valores que informam a imagem do Brasil no exterior e sua atuação diplomática, como o recurso à solução pacífica de controvérsias, a defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos e a ênfase na busca do desenvolvimento.

O outro princípio é o da prevalência da visão de futuro sobre o imediatismo. O Itamaraty procura atuar tendo em vista a perspectiva de longo prazo, evitando modismos, soluções circunstanciais e precipitações que desconsideram dificuldades futuras, o grau de desgaste político e a eventual perda de credibilidade. O anseio mais imediato é avaliado com base nos seus benefícios e custos no futuro, não em seus resultados mais visíveis e freqüentemente de apelo mais fácil.

A credibilidade internacional de um país depende, em grande medida, de uma atuação externa fundada no respeito a valores e princípios. A pendularidade, o recurso a decisões de impacto, as flutuações ideológicas e o oportunismo diplomático tendem a corroer a confiança junto aos demais países e a minar a credibilidade externa. Um dos patrimônios do Itamaraty e da diplomacia brasileira é o legado de uma atuação fundada em valores permanentes, que conferem regularidade ao comportamento externo do País e, portanto, à sua própria respeitabilidade como interlocutor de seus parceiros.

Este patrimônio é tanto mais precioso porque os valores que o constituem decorrem do espírito de

moderação que caracteriza o povo, a História e a diplomacia brasileira. O relacionamento harmonioso com os países vizinhos, o recurso ao diálogo e à cooperação, a defesa permanente da paz e do desarmamento e o respeito ao Direito Internacional são todos fatores da imagem de um país que se faz respeitar no cenário internacional e de uma diplomacia que inspira confiança e credibilidade. Como um dos responsáveis pela construção e preservação deste legado de respeitabilidade, cabe ao Itamaraty atuar não apenas com vistas a objetivos imediatos, mas também — e sobretudo — de olhos postos no futuro, ou seja, em obediência ao imperativo de manter a coerência de nossa atuação diplomática.

A observância de princípios e valores não significa, no entanto, que a ação externa deva degenerar em dogmatismo ou principismo extremado. É necessário dispor de pragmatismo e flexibilidade no tratamento das questões internacionais, quando menos pelo caráter mutável da agenda internacional, das configurações de poder entre os países e do próprio estágio de desenvolvimento do País. Por vezes, a mudança tópica é condição para o respeito a objetivos mais gerais e permanentes. O exercício da flexibilidade e do pragmatismo não pode, entretanto, implicar o abandono de valores invioláveis, que constituem a própria identidade da atuação diplomática do Brasil. Na verdade, o respeito a princípios que nos são caros e o recurso ao pragmatismo moderado devem complementar-se no propósito maior de assegurar os interesses nacionais. O Ministério das Relações Exteriores procura atuar, portanto, com base em objetivos nacionais permanentes — paz, desenvolvimento, cooperação — e, apenas quando conciliáveis com estes, atua em defesa de objetivos particulares e imediatos reivindicados por grupos ou nacionais.

Formulação e coordenação da política externa

Inspirado por objetivos permanentes, o Itamaraty desempenha duas tarefas primordiais que antecedem a execução da política externa: a

formulação de suas diretrizes gerais e a coordenação com os demais órgãos do Governo e entidades civis.

O processo de formulação da política externa compreende, de um lado, a interpretação e avaliação da realidade internacional e, de outro, a identificação do interesse nacional, em cada uma das situações apresentadas, a partir das necessidades domésticas e dos constrangimentos externos. O Itamaraty atua com base no pressuposto de que a política externa brasileira não pode ser meramente reativa ante os acontecimentos e tendências das relações internacionais. A ação externa não deve ser uma simples sucessão de respostas caso a caso, sem um mínimo de coerência e articulação de objetivos, meios e princípios. Ao contrário, cabe ao Ministério cotejar interesses domésticos e a realidade internacional, para formular diretrizes gerais de atuação que irão permear as escolhas e decisões em cada um dos itens da agenda diplomática. Fundada nestas diretrizes, a política externa ganha sentido e torna-se instrumento para os objetivos mais amplos do Governo e da sociedade.

A tarefa de coordenação da política externa compreende, de um lado, o trabalho de informação da sociedade sobre a realidade internacional e, de outro, a tarefa de harmonizar posições entre os grupos sociais e as diversas instâncias governamentais sobre temas da pauta diplomática. Sob a liderança do Presidente da República, devem combinar-se o intercâmbio de pontos de vista entre Governo e sociedade e a coordenação de posições entre Ministérios e entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A importância do trabalho de coordenação deve-se à grande multiplicidade e complexidade dos temas da política externa. A multiplicidade de temas exige do diplomata transitar por áreas tão distintas quanto comércio exterior, meio ambiente, desarmamento, direitos humanos, ciência e tecnologia, transportes, comunicações, terrorismo e narcotráfico. Não basta, no entanto, que o agente diplomático conheça de modo profundo a realidade

nacional e tenha uma formação ampla capaz de habilitá-lo a negociar temas de natureza variada. A complexidade de cada um dos assuntos exige a articulação do Itamaraty com os demais Ministérios e órgãos do Governo, a fim de que o trabalho diplomático reflita o tratamento preciso e abalizado dos temas, mantendo a necessária coerência com as posições e políticas que o Governo brasileiro adota no plano doméstico.

O acesso à informação e a exigência do registro histórico

A execução da política externa pelo Itamaraty obedece ainda a dois cuidados básicos: o acesso à informação e a exigência do registro histórico.

Em consonância com o regime democrático e com o imperativo de prestação de contas à sociedade, o Ministério procura oferecer amplo acesso à informação. É nossa preocupação atuar da forma mais transparente possível. A chamada “diplomacia secreta”, de decisões de gabinetes e de restrições à circulação de informações só se justifica em algumas situações extremas, em que a segurança do Estado, o andamento das negociações com outros países ou o controle de informações econômico-financeiras que podem ser utilizadas maliciosamente exigem o tratamento sigiloso. À exceção destes casos, a sociedade deve ser permanentemente informada não apenas porque o Governo deve prestar conta de seus atos, mas também para que a sociedade possa reagir e ter seus interesses registrados no processo de formulação política.

Um exemplo recente da necessidade de melhor informar o público sobre as ações da política externa foram as discussões sobre os benefícios das viagens presidenciais ao exterior. Um tratamento simplificado por parte da imprensa deixou a falsa impressão de que as visitas realizadas pelo Senhor Presidente da República rendiam escassos ganhos para o País. Uma das razões para esta interpretação era justamente o fato de que se noticiava apenas a viagem em si, em seus aspectos protocolares, não a

evolução do relacionamento entre o Brasil e o país visitado a partir de então. Os fluxos de investimento, a criação de empreendimentos conjuntos, o intercâmbio científico e tecnológico, o comportamento da balança comercial e a afinidade de posições em foros internacionais são aspectos que podem ser influenciados por gestos políticos de aproximação como as visitas de alto nível.

Por não serem sensacionais e por isso receberem menor atenção da imprensa de massa, esses dados acabam, no entanto, por não serem transmitidos à sociedade, o que exige do Itamaraty um esforço adicional de divulgação e informação. Por esta razão, temos intensificado os contatos com a imprensa e a sociedade civil de maneira geral.

Outro cuidado do Ministério das Relações Exteriores na condução da política externa é a exigência do registro histórico: todas as decisões de política externa devem ser registradas, o que justifica o empenho do Itamaraty tanto na preservação de um processo de decisão fundamentado na circulação de expedientes quanto na manutenção dos arquivos históricos. O compromisso da chancelaria estabeleceu-se, portanto, com as gerações presentes e futuras, seja pelo acesso às últimas informações sobre a política externa, seja pela preservação da memória de nossa diplomacia.

Um dos maiores trunfos do Itamaraty é ter memória institucional que remonta praticamente à época da Independência do Brasil.

Atuação diplomática

Como instrumento primordial da execução da política externa, o desempenho da atividade diplomática desdobra-se em três funções básicas: a representação, a negociação e a informação.

O trabalho de representação, embora o mais simbólico dos três, é o requisito fundamental para a atuação diplomática. Ao ser investido na função de representante de seu Governo junto a outro país, o diplomata personifica o Estado que representa: é, ao mesmo tempo, uma espécie de porta-voz e de

procurador. Nessas condições, suas ações e palavras jamais podem dizer respeito à sua condição pessoal. São expressões do Governo que o enviou como representante. Somente sob esta condição pode desempenhar as demais funções associadas ao diplomata: negociar e informar.

A negociação exige do diplomata uma preparação constante. Requer o conhecimento da questão discutida, a capacidade de avaliar o jogo de forças entre as partes e a habilidade da negociação em si. Permito-me, aqui na Escola Superior de Guerra, traçar um paralelo entre o processo de negociação e as iniciativas militares. Três requisitos são fundamentais em ambas as situações: a preparação prévia, o conhecimento do poder do adversário e a habilidade no momento da ação.

Com certa cautela, seria possível ainda estabelecer uma segunda correlação entre negociação e guerra, a que se refere aos resultados. Raymond Aron, que, além de eminente sociólogo, foi um dos principais teóricos das relações internacionais, afirmava, inspirado em Clausewitz, que a guerra deve obedecer a um objetivo político, não merecendo ser levada ao paroxismo numa lógica de fins puramente militares. Neste sentido, nem sempre a vitória absoluta e o aniquilamento total do inimigo seriam os resultados que mais conviriam a determinado Estado. A satisfação gerada pela vitória total esconderia os riscos do ressentimento, do rearmamento do adversário e da recorrência do conflito. Aron pergunta-se, por exemplo, se haveria Segunda Guerra Mundial caso a Alemanha não sofresse uma derrota tão dura não só nos campos de guerra, mas também na mesa de negociação da paz em Versalhes. A vitória total dos aliados revelar-se-ia uma vitória provisória, até novo conflito eclodir em 1939.

Esta lógica do equilíbrio da vitória, temperada pela perspectiva política, também é um elemento indispensável para o sucesso e a permanência das decisões alcançadas por meio da negociação diplomática. O diplomata, quando negocia, deve ter em mente que os resultados pretendidos não devem

ser alcançados ao custo da insatisfação de seu interlocutor. O descontentamento de uma das partes é quase sempre condição para minar o processo de negociação, seja pelo risco de sua interrupção antes de serem tomadas as decisões, seja porque, mesmo quando adotadas, as decisões tenderão a ser rejeitadas em momento posterior por uma das partes. O exemplo mais evidente é o dos acordos internacionais assinados entre dois ou mais governos. O sucesso da negociação só será completo se o seu resultado for de tal maneira satisfatório para as partes a ponto de todos os Governos envolvidos aprovarem internamente e ratificarem o acordo.

Quanto à terceira função básica da atividade diplomática, a informação, pode-se dizer que o diplomata dispõe de condição privilegiada para colhê-la e transmiti-la ao seu país.

Como foi dito anteriormente, o acesso da sociedade às informações que podem embasar escolhas da política externa é uma diretriz que orienta a atuação do Itamaraty e, neste sentido, o trabalho do diplomata no exterior é indispensável, pois é ele quem pode recolher os dados relativos à situação política e econômica do país em que está lotado. Quando bem executado, este trabalho não deve circunscrever-se à mera coleta de dados, que, de qualquer modo, poderiam ser obtidos por outros meios, como a imprensa; deve compreender também um exercício de análise e de interpretação, que subsidie as ações da Secretaria de Estado em Brasília.

Prestação de serviços

O Ministério das Relações Exteriores atua também por meio da prestação de serviços específicos, de que se beneficiam tanto o poder público quanto indivíduos, associações e empresas. Neste segundo campo, realiza-se, em conformidade com o princípio de prevalência do interesse público, uma filtragem das solicitações feitas. Identificam-se interesses particulares que vão ao encontro dos objetivos nacionais e contribuem para que sejam alcançados. Essa revisão crítica de demandas - cujo

número tem aumentado rapidamente com a expansão da agenda internacional e o aprofundamento do processo de inserção internacional do Brasil - permite evitar qualquer tendência de “privatização” da atuação do Itamaraty.

A rede de contatos do Itamaraty é das mais extensas da administração pública, pois a área de atuação dos diferentes órgãos possui muito freqüentemente uma dimensão externa, que tende, no contexto da globalização, a aprofundar-se e que exige da chancelaria contribuições contínuas.

Essas contribuições se realizam, inclusive, sob a forma de cessão de profissionais formados pelo Instituto Rio Branco. A Presidência, Vice-Presidência e Ministérios, por exemplo, possuem, em suas estruturas próprias, assessorias internacionais, ocupadas geralmente por diplomatas. Tais assessorias, e outras unidades dos órgãos executivos, mantêm diálogos contínuos com o MRE sobre suas políticas setoriais.

Tomemos como exemplo a área de ciência e tecnologia. Ninguém ignora a importância que a pesquisa científica e sua aplicação aos processos produtivos passaram a ter para o desenvolvimento nacional. O avanço do conhecimento oferece perspectivas inéditas para os países que forem capazes de acompanhar seu ritmo e, pelo mesmo motivo, traz o risco de uma rigorosa cisão entre nações detentoras e desprovidas de capacidade científico-tecnológica. Na era da conectividade eletrônica, em que a informação ultrapassa fronteiras com a velocidade de um comando de teclado, o aspecto internacional de qualquer política científica se aprofunda e evidencia. Respondendo a esta tendência, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Itamaraty, sob a orientação da Presidência, trabalham em estreita coordenação, consolidando posições e estratégias brasileiras frente às novas configurações do cenário internacional.

O MRE cumpre igualmente a função de informar o Congresso a respeito dos temas da agenda internacional. Cabe ao Legislativo acompanhar a

execução da política externa e, por vezes, aprovar alguns de seus atos específicos; é o caso, por exemplo, da ratificação de acordos celebrados pelo Brasil. Por outro lado, várias normas internas repercutem no relacionamento externo do País. Isto cria para o Itamaraty a tarefa de subsidiar constantemente o trabalho da Câmara e Senado, enquadrando discussões tópicas no contexto de nossa inserção internacional. Fora este apoio a atividades permanentes do Congresso, é preciso responder também a solicitações pontuais, feitas por parlamentares com base em comunicações recebidas de eleitores, associações profissionais e outros núcleos de organização comunitária. A meta do MRE é a de garantir transparência em seu diálogo com a sociedade, o que torna o relacionamento com os representantes legítimos da população um fator de capital importância.

Dentre os serviços prestados ao público em geral, podemos mencionar de início a assistência a brasileiros no exterior, tarefa tradicional da diplomacia que o Itamaraty assumiu como prioritária, em cumprimento de orientações estabelecidas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como instrumento dos interesses nacionais, a política externa acompanha necessariamente a evolução da sociedade. O Brasil revela, em tempos recentes, uma inversão da direção tradicional de seus fluxos populacionais: a vinda de imigrantes, que cristalizou uma nacionalidade pluralista e harmônica, paulatinamente abriu espaço para um movimento significativo de brasileiros que seguem para o exterior.

Hoje, já nos aproximamos de um total de 2 milhões de brasileiros que vivem fora do País, sobretudo nos Estados Unidos, América do Sul, Japão e Europa Ocidental. A saída desses nacionais, freqüentemente provocada pela crise econômica que só recentemente logrou-se controlar, não implica ruptura com o País. Pelo contrário, as manifestações constantemente recebidas por nossa rede consular e o volume de recursos que são anualmente remetidos por brasileiros no exterior - estimados em

aproximadamente 3 bilhões de dólares anuais - comprovam a permanência de profundos vínculos com a pátria e do desejo de retornar.

Ao número de nacionais emigrados, devemos acrescentar os 3 milhões de turistas brasileiros que anualmente viajam ao exterior. Configura-se, desse modo, contingente expressivo de potenciais usuários de nossos serviços consulares, que englobam, entre outros, atos notariais, assistência e defesa de direitos. É importante notar o sentido político deste apoio: a atuação do consulado traduz o interesse do Estado por seus nacionais afastados e sua determinação em protegê-los. Representa, por isto, um fator de preservação da cidadania, cujas exigências formais, no tocante ao cumprimento de obrigações referentes ao serviço militar, justiça eleitoral e receita federal, são atendidas por intermédio da repartição consular.

Buscando responder ao desafio assim constituído, o Itamaraty reforçou sua estrutura em Brasília - por meio da criação da Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior e do Núcleo de Assistência a Brasileiros - e no exterior, com a abertura do Consulado-Geral em Tóquio. Outra importante inovação foi a implementação de missões consulares itinerantes, que levam serviços e apoio a nacionais que enfrentam dificuldades para deslocar-se até a repartição consular mais próxima.

Gostaria de referir-me aos Conselhos de Cidadãos, foros de discussão informais e apolíticos que reúnem autoridades consulares e representantes das comunidades de brasileiros no exterior. Essas unidades, que vêm se constituindo nos Estados Unidos, Japão e Europa, comprovam o interesse do Itamaraty em trabalhar junto com a sociedade, ouvindo seus problemas e suas críticas e debatendo possíveis soluções e iniciativas. Com o mesmo objetivo de melhor assistir os brasileiros no exterior, também estamos divulgando informações sobre as atividades do nosso setor consular por meio da distribuição de cartilhas.

O MRE atua também na área de promoção

comercial, estimulando as exportações brasileiras de bens e serviços, identificando oportunidades de investimentos, disseminando informações sobre oportunidades existentes em mercados internacionais e contribuindo para a transferência de tecnologia. Com isto, contribui-se para uma participação brasileira mais intensa na dinâmica econômica internacional, fator de crescente relevância para o desenvolvimento do País.

O apoio oferecido destina-se sobretudo às pequenas e médias empresas – cuja capacidade de captação de informação é, naturalmente, menor - o que não implica em absoluto exclusão de grupos maiores. Neste contexto, o Itamaraty tem trabalhado em estreita coordenação com o SEBRAE. Em dezembro de 1995, tive o prazer de firmar em Brasília protocolo entre essas duas instituições para o adensamento do sistema de promoção comercial em todo o País, a fim de permitir acesso a ampla rede de potenciais beneficiários e de aproveitar as perspectivas criadas pelo Mercosul.

Dentre os instrumentos específicos de promoção criados pelo Itamaraty, destacaria, de início, o SIPRI - Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas - que articula Setores de Promoção Comercial das Missões brasileiras no exterior e “pontos focais”, dos quais já existem vinte e sete distribuídos por todo o País.

Cabe ao SIPRI divulgar no Brasil e no exterior oportunidades capazes de propiciar aporte de capitais e tecnologia para empresas nacionais.

Outro importante instrumento, este em fase de implantação, é o Centro de Promoção da Eficiência Comercial - CPEC - em que serão coordenados os diferentes serviços oferecidos pelo Ministério para estimular a competitividade das empresas nacionais. O CPEC terá como uma de suas principais funções o apoio à criação, desenvolvimento e operação de “trade points”: centros facilitadores de comércio que reúnem os diversos participantes de operações internacionais, tais como alfândega,

câmara de comércio, transportadoras e companhias de seguro, entre outros. Nove “trade points” - em diferentes fases de instalação - já existem no Brasil, conectados a uma rede de aproximadamente oitenta no mundo.

O terceiro serviço oferecido pelo Itamaraty ao público de que gostaria de falar é a divulgação cultural. No cenário internacional contemporâneo, a capacidade de uma nação para ocupar espaços políticos relevantes e beneficiar-se de oportunidades econômicas dependerá fortemente de sua habilidade em transmitir uma imagem positiva.

Tornar-se conhecido no mundo é fundamental e isto, ressaltado, não implica mascarar a realidade nacional. O compromisso com a democracia e a transparência exige igual franqueza no trato, ante as demais nações, dos desafios que o Brasil enfrenta. O MRE, entretanto, procura dar conhecimento das ações implementadas por governo e sociedade com o objetivo de combater tais problemas. Por outro lado, é preciso desfazer imagens estereotipadas por meio da apresentação de informações sobre aspectos menos conhecidos de nosso País. Nossa cultura, com sua riqueza característica, representa, neste contexto, importante caminho para a redefinição de visões simplificadas do Brasil.

Deve ser notado, entretanto, que ao lado desse sentido político da diplomacia cultural, que revela sua capacidade de atender a interesses do Estado, existe um serviço que é oferecido aos produtores culturais brasileiros. Por meio do Itamaraty, vários artistas puderam ter acesso ao público internacional, consolidando, com isto, carreiras que de outro modo poderiam permanecer restritas ao espaço cultural brasileiro. Este processo mutuamente benéfico tem como exemplo clássico o papel do MRE na divulgação da “bossa nova” nos Estados Unidos. Estabeleceu-se uma referência marcante da nacionalidade brasileira no mundo e abriu-se espaço para obras que, por sua qualidade intrínseca, rapidamente tornaram-se autônomas frente a qualquer apoio oficial. Novamente são associados

interesses específicos e os objetivos gerais que orientam permanentemente a atividade diplomática.

Caberia acrescentar, finalmente, que, ao ajudar a canalizar a oferta cultural internacional para o País, o Itamaraty beneficia também o público brasileiro. A organização da próxima Bienal Internacional de São Paulo, por exemplo, tem contado com o auxílio de nossa rede de Embaixadas e Consulados, cuja proximidade com os vários ambientes artísticos do mundo permite identificar e contactar produtores e divulgadores estrangeiros capazes de contribuir para o êxito do evento.

Com relação à imagem do Brasil no exterior, o Itamaraty julgou necessário intensificar e exercer melhor coordenação de suas atividades de diplomacia pública. Em fins de 1993, foi criada a Coordenação-Geral de Informação e Divulgação, tendo em vista quatro objetivos básicos:

- a) divulgar o Brasil no exterior;
- b) divulgar a política externa brasileira no exterior;
- c) divulgar a política externa brasileira no Brasil; e
- d) informar as autoridades brasileiras sobre a repercussão no exterior de políticas adotadas e fatos ocorridos no Brasil.

Os trabalhos da Coordenação-Geral vêm sendo desenvolvidos com base no Programa “Brasil Hoje”, elaborado por grupo interministerial presidido pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia. O programa pretende divulgar cinco aspectos centrais da realidade brasileira:

- a) democracia, dinamismo e complexidade;
- b) cultura viva e própria;
- c) apresentação de soluções pela via democrática;
- d) variedade étnica, climática e de paisagens; e
- e) atual quadro de estabilidade econômica.

Capacidade de execução

A capacidade de execução de qualquer política externa depende dos meios humanos e materiais disponíveis. Enquanto a disponibilidade de recursos materiais estará sujeita a condicionantes que

muitas vezes fogem ao controle do Ministério, a reconhecida qualidade do agente diplomático brasileiro resulta de deliberado e permanente esforço de formação e constante aperfeiçoamento no mais alto nível, e é sobre este ponto que me deterei agora.

Recursos humanos

Fundado há cinquenta anos, o Instituto Rio Branco é o núcleo formador do diplomata.

O rigoroso exame de admissão realizado anualmente seleciona os mais bem preparados candidatos a uma carreira que exigirá não apenas conhecimento intelectual ou de idiomas estrangeiros, mas também a capacidade de responder prontamente a situações práticas urgentes e adversas.

Durante o curso, o futuro diplomata é avaliado sobre matérias das mais distintas, de Relações Internacionais a Prática Consular, de Direito Internacional Público e Técnicas de Negociação a Princípios de Gestão Orçamentária. Existe, ao mesmo tempo, a preocupação de tirar o aluno da sala de aula para conhecer de perto os mais variados aspectos da realidade nacional. Assim, são feitas viagens de estudo a diversos pontos de interesse e importância, como, por exemplo, o Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército em Manaus, o Projeto Carajás, o Complexo Hidrelétrico de Itaipu ou o Centro Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos. Essas experiências, aliadas ao extenso currículo acadêmico, consolidarão, no jovem egresso do Instituto, sólida formação profissional que o habilitará a exercer, no Brasil e no exterior, as múltiplas tarefas que lhe serão assignadas ao longo de sua carreira.

Mas o treinamento não se encerra com a formatura no Instituto Rio Branco. Além de estágios iniciais nas diferentes áreas do Ministério e numa embaixada em país latino-americano, o diplomata, no curso de sua vida funcional, é permanentemente avaliado. De um lado, pelo sistema de promoção por mérito, de Segundo-Secretário a Ministro de Primeira Classe, baseado na aferição, pela chefia da Casa,

do desempenho e conduta profissional do funcionário. De outro, e mantendo o vínculo com o Instituto Rio Branco, por meio de dois exames formais de cunho mais acadêmico - o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, exigência para a promoção a Primeiro Secretário, e o Curso de Altos Estudos, em que a defesa de tese de interesse para o Itamaraty é requisito para ascensão ao cargo de Ministro-Conselheiro.

A preocupação com a qualidade de seus quadros não se restringe à classe de diplomatas. As outras categorias de nível superior e intermediário do Itamaraty - os Oficiais e os Assistentes de Chancelaria - também são funcionários concursados cujo progresso funcional estará condicionado a constantes avaliações e cursos de especialização e treinamento.

O investimento em seu patrimônio humano é portanto prioridade para o Ministério das Relações Exteriores e os resultados dessa política são reconhecidos e respeitados por seus interlocutores, o que tem permitido ao diplomata brasileiro enfrentar e responder, com elevada proficiência, às cada vez mais complexas e especializadas provas a que é submetido em seu trabalho cotidiano.

Recursos materiais

Na mesma época em que se inaugurava o Instituto Rio Branco, a presença do Brasil no exterior limitava-se a cerca de quarenta representações permanentes. Não que isso significasse qualquer política deliberada de isolamento ou regionalismo. Há cinquenta anos atrás, os interesses brasileiros, tanto no campo político como no econômico, estavam condicionados àquela realidade nacional e internacional - um país essencialmente exportador de matérias primas - e vivendo num mundo ainda na fase incipiente da descolonização, em que a bipolaridade já começava a ser o fator determinante das relações internacionais.

Passadas cinco décadas, o perfil da nossa presença diplomática alterou-se sensivelmente. Não

só em função das profundas transformações internas que tornaram o País o maior parque industrial da América Latina, importante exportador de bens e serviços, como também das mudanças radicais no cenário internacional, com o surgimento de dezenas de países, o fim da política de blocos, a interdependência econômica e o surgimento de novos e complexos temas nas agendas multilaterais, regionais e bilaterais.

Coube portanto ao Itamaraty, como defensor dos interesses nacionais no exterior, acompanhar essas transformações e promover as necessárias adaptações em sua estrutura interna e externa.

Assim, o corpo funcional do Itamaraty hoje conta com cerca de 3.200 funcionários do quadro permanente, sendo 980 diplomatas, 1.400 Oficiais e Assistentes de Chancelaria e 900 das categorias de apoio, repartidos mais ou menos igualmente entre o Brasil e as missões no exterior. A rede de postos no exterior conta com 164 representações: 96 embaixadas, 6 missões junto a organismos multilaterais, 43 consulados e 19 vice-consulados, localizados na fronteira com nossos vizinhos sul-americanos. A maior parte dessas representações está localizada na região de interesse mais imediato para o Brasil: são 70 postos nas Américas, 44 na Europa, 23 na África, 18 na Ásia e 9 no Oriente Médio.

A expansão da área de atuação da diplomacia verifica-se também no contexto interno. Além da Secretaria de Estado em Brasília e da tradicional representação no Rio de Janeiro, foram recentemente inaugurados os escritórios regionais do Nordeste, no Recife, e no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Essas iniciativas colocam os serviços do Itamaraty em contato direto e à disposição de diferentes setores da sociedade de uma forma mais imediata, bem como permitem a captação de informações e aspirações das distintas realidades regionais no cada vez mais presente processo de integração regional.

Para o funcionamento eficaz de toda essa estrutura, necessita o Itamaraty dispor dos meios mais

modernos, a fim de poder acompanhar e executar suas tarefas. Sendo a informação a principal ferramenta de trabalho, grande esforço tem sido empregado em dotar o Ministério de recursos materiais e técnicos apropriados para seu tratamento e disseminação. Assim, todos os postos estão hoje interconectados por meio de moderno sistema de comunicações telegráficas, que permite a retransmissão automática de dados entre as missões e a Secretaria de Estado. Está-se expandindo também a utilização do sistema Internet, por meio do qual qualquer pessoa com acesso a essa rede pode extrair vários serviços de utilidade oferecidos através da “Home Page” do Itamaraty, tais como informações sobre países e repertório de posições sobre temas de política externa e tópicos oferecidos diretamente por algumas das principais embaixadas, como as de Londres e Washington.

Na Secretaria de Estado, a necessidade do tratamento cada vez mais ágil de importantes assuntos torna imprescindível o recurso à informática. Por isso, cada diplomata dispõe de seu próprio terminal de computador, ligado ao banco de dados central,

permitindo o acesso instantâneo a todas as comunicações telegráficas recebidas e expedidas aos postos. Esse sistema desenvolvido pelo Itamaraty permite a elaboração de um texto e sua transmissão automática, pelo próprio computador, a qualquer representação no exterior, eliminando dessa forma a antiga e muitas vezes lenta tramitação manual de papel.

Dotado destes recursos materiais e empenhado na valorização e constante aperfeiçoamento dos recursos humanos, conforme apresentado anteriormente, o Itamaraty procura desempenhar sua função primordial: transformar a política externa em instrumento para a realização dos objetivos nacionais. A diplomacia, por mais absorvente e complexa que seja, não é um fim em si. É um meio para a consecução de interesses definidos no plano interno e consolidados na execução da política externa. Esta é a tarefa do Itamaraty: fazer de nossa política externa um fator do desenvolvimento, da segurança e da valorização internacional do Brasil.

Muito obrigado.

Discurso do Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Plenário da XXVI Assembléia-Geral da OEA, Washington, 3 de junho de 1996

Senhor Presidente,
Senhor Secretário-Geral
Senhores Chefes de Delegação,
Senhores Delegados,
Senhoras e Senhores,

Desejo congratular-me com Vossa Excelência, Senhor Ministro Ricardo Arias, pela sua eleição para a presidência dos trabalhos desta Assembléia-Geral da OEA.

Estou seguro de que sob a orientação de Vossa Excelência, chegaremos a resultados auspiciosos ao final deste evento.

Desejo ainda agradecer, em nome da Delegação brasileira e no meu próprio, a generosa hospitalidade que nos oferecem o Governo e o povo do Panamá.

É com especial satisfação que o Brasil participa desta Assembléia. Há mais de um século realiza-se nesta mesma cidade o Congresso do Panamá, que deixou um valioso legado, o despertar da vocação pan-americana.

Nossa presença em solo panamenho, 170 anos mais tarde tem, assim, uma dimensão histórica e um significado especial – ela é o testemunho mais eloqüente dos esforços pioneiros de Simon Bolívar, cujas aspirações de integração estão hoje mais perto da realidade.

Cabe a nós a tarefa de definir os instrumentos que levarão a concretização do ideal bolivariano de uma só nação, constada a partir dos ideais da paz, do desenvolvimento e da prosperidade.

Senhor Presidente,

Nunca antes o contexto hemisférico apresentou perspectivas tão promissoras ao alcance dos ideais interamericanos, consagrados na Carta da Organização. Presenciamos um enriquecimento da agenda da OEA e do diálogo hemisférico, resultante do crescente dinamismo do processo de integração regional.

As conquistas alcançadas na defesa da democracia e da promoção dos direitos humanos ampliaram os horizontes da atuação da OEA em áreas cruciais para o aprofundamento da paz, do convívio harmonioso entre as nações e da consolidação de sociedades mais justas.

A Organização avança decididamente na superação dos desafios representados pela permanência em nossos países, que ainda priva enormes contingentes populacionais dos benefícios do progresso sócio-econômico. O Governo brasileiro acolhe, assim, com satisfação, a entrada em vigor, em janeiro passado, do Protocolo de Manágua, referente ao estabelecimento do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral. O Brasil está confiante em que o CIDI contribuirá decididamente para a construção de relações ainda mais densas entre seus membros, no campo da cooperação solidária.

Apraz-me ressaltar, também, a próxima entrada em vigor do Protocolo de Washington de reforma de Carta, que conclui importante processo de atualização dos fundamentos jurídicos da Organização. A ratificação pelo Brasil deste

instrumento e seu depósito junto à OEA, em 1995, pelo Presidente Fernando Henrique são testemunho fiel do compromisso brasileiro, nos planos interno e externo, com a causa da Democracia.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro acompanha com interesse os mandados da OEA no cumprimento do Plano de Ação da Cúpula Hemisférica, particularmente nas áreas referentes a democracia e direitos humanos.

O início da década de noventa assinala um momento no progresso da causa dos direitos humanos no Brasil, a partir da ratificação do pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e da adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Aos compromissos assumidos no plano internacional, acresce-se um aumento da consciência da necessidade de transparência ao tratamento dos problemas enfrentados pelo país na área dos direitos humanos. Nesta matéria, o Governo atua em sintonia com as exigências da sociedade brasileira e no entendimento de que a preocupação internacional com a promoção e a proteção dos direitos humanos é plenamente legítima e deve envolver governo e sociedade na tentativa de superação dos obstáculos à fruição de tais direitos. O Brasil tem acolhido, assim, manifestações de preocupação com a situação nessa área como contribuições válidas. O contato freqüente não-governamentais e entidades internacionais tem caracterizado a prática do Governo brasileiro, num clima de transparência, cooperação e diálogo franco. A nosso ver, essa é maneira de superar os graves problemas com que o país se defronta na área dos direitos humanos. A mobilização em torno dessa questão, coordenada pelo Governo, com ativa participação da sociedade visa a traduzir os compromissos consagrados nos textos legais nacionais e internacionais, em medidas que assegurem o exercício efetivo dos direitos humanos e a todos os brasileiros.

Um dos passos decisivos em nossa cooperação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos consistiu na visita da CIDH ao Brasil no final de 1995. Seus membros tiveram, então a oportunidade de reunir-se com o Presidente da República, autoridades federais e estaduais, além de representantes de entidades particulares, num amplo círculo de contatos que permitiu conhecimento minucioso da situação dos direitos humanos no país.

O lançamento pelo Presidente Fernando Henrique, no último dia 13 de maio, do Programa Nacional de Direitos Humanos - em cumprimento a uma das recomendações da Conferência Mundial de Viena sobre Direitos Humanos - o primeiro no Hemisfério, constitui um marco histórico no processo de construção de uma ampla cidadania no Brasil.

O programa busca identificar os principais problemas e propor reformas na legislação e políticas, com vistas a ampliar o respeito dos direitos e garantias fundamentais incorporando, também, os seguimentos mais vulneráveis da sociedade. Entre as medidas propostas ao Congresso Nacional para combater a impunidade destacam-se a tipificação do crime de tortura e a transferência para a justiça comum da competência para julgar crimes comuns praticados por policiais militares.

O Programa Nacional de Direitos Humanos prevê ainda o fortalecimento da cooperação com a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro apóia o processo de reflexão sobre o sistema interamericano de direitos humanos, que dará passo significativo com a realização, no segundo semestre do seminário organizado pela Comissão e pela Corte, com esta finalidade. O Brasil entende que a assinatura e ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos pelos países da região que ainda não fizeram reveste-se de importância fundamental para assegurar a necessária abrangência e aplicabilidade

ao instrumento básico de proteção dos direitos humanos no Hemisfério.

A intenção do Governo brasileiro continuar cooperando estreitamente com a Organização em áreas prioritárias é de mútuo interesse. Refiro-me, em particular, às atividades de coordenação pelo Brasil do tema Democracia e Direitos Humanos no processo de implementação das decisões do Plano de Ação de Miami, no âmbito da Comissão Especial de Gestão de Cúpulas Internacionais. A iniciativa que conta com a participação do Canadá. Visa principalmente a desenvolver uma cultura da democracia e a apoiar os países hemisféricos dos direitos humanos.

A cooperação internacional em matéria de controle de entorpecentes e outro tema prioritário de nossa agenda. O Governo brasileiro vem concentrando esforços no tratamento dessa questão nos planos interno, e externo. As dimensões e implicações políticas do problema das drogas reclamam ação urgente dos governos e intensificação de esforços concentrados no encaminhamento de soluções globais, que atendam os aspectos de redução do consumo, do controle da produção e do tráfico ilícito de entorpecentes.

Senhor Presidente,

O Brasil tem participado ativamente dos trabalhos da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, com vistas à elaboração de uma política regional de amplo alcance para o combate às drogas. Gostaria de enfatizar, a propósito, que o fortalecimento da CICAD é o passo fundamental em direção aos esforços de formulação de uma estratégia regional de combate ao consumo, à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes.

O Brasil reitera seu apoio à CICAD. A próxima visita ao Brasil de seu Secretário-Executivo demonstra a disposição de estreitar o diálogo com a Comissão e ampliar as bases de cooperação em matéria de controle de entorpecentes.

Inspirado nos princípios de parceria e de responsabilidade compartilhada, o Governo brasileiro

tem estado particularmente ativo na implementação de programas de cooperação bilateral antidrogas com países limítrofes. A dimensão de nossas fronteiras, ao lado das particularidades geográficas de algumas regiões, em especial a Amazônia, que dificultam sobremaneira as atividades de vigilância, são imperativos que nos levam a uma cooperação mais estreita com os países vizinhos. Nesse sentido, o Brasil procura formas operacionais de diálogo, que possam atender com maior rapidez e eficiência nossas necessidades específicas na luta contra o narcotráfico.

No âmbito interno, não poderia deixar de assinalar o intenso processo de aperfeiçoamento da legislação anti-drogas, à luz dos dispositivos da Convenção de Viena, de 1988, destacam-se o recente lançamento do Plano de Ação Anti-drogas. Atando, sim, nas vertentes interna e externa dessa questão, espera o Governo brasileiro chegar a resultados concretos na construção de uma sociedade livre da ameaça das drogas.

A consolidação da democracia, de um lado, e as perspectivas de desenvolvimento, de outro, reforçadas pelo amadurecimento das políticas de modernização e reforma econômica dos Estados são antepassos seguros à conformação da Área de Livre Comércio na América. Os benefícios resultantes de uma área consolidada de comércio se traduzem na geração de tecnologias de ponta, de novas oportunidades de empregos e na distribuição equânime do progresso material. Estamos todos empenhados no êxito dessa iniciativa, na qual a OEA tem importante papel a desempenhar, em cumprimento do Plano de Ação de Miami.

O diálogo e a cooperação entre nossa Organização e as demais entidades envolvidas no processo da integração regional podem prestar importante contribuição à liberalização comercial, especialmente a harmonização das legislações internas, a que se refere o Secretário-Geral em seu documento “O Direito Numa Nova Ordem Internacional”.

O Brasil apóia os esforços da Comissão

Especial de Comércio, de seu Grupo Assessor e da Unidade de Comércio, voltados para o apoio técnico aos Estados membros em matéria de comércio.

Apraz-me mencionar o oferecimento de sede no Rio de Janeiro, no Palácio do Itamaraty, para a Comissão Jurídica Interamericana, cuja contribuição ao processo de integração regional merece o nosso conhecimento. Nos anos recentes, a CJI passou a ter uma nova dimensão na OEA, cabendo destacar sua atuação no processo preparatório da Convenção Interamericana contra a Corrupção, nova etapa na conformação do Direito Interamericano. O Governo brasileiro está seguro de que o Secretário-Geral continuará a prestar todo o apoio que requer a Comissão para o pleno desempenho de suas funções.

O Brasil estará sediando em 1997 a III Reunião de Ministros do Comércio, na cidade de Belo Horizonte. Nesse sentido, julgamos que os desdobramentos do processo de integração regional, que se têm revelado vertiginosos, devem orientar-se pelos princípios de unidade e equilíbrio. Presenciamos, no momento, importante trabalho de avaliação do novo mecanismo institucional resultante da Reunião de Cartagema, as reuniões de Ministros, Vice-Ministros e Coordenadores de Grupos de Trabalho, que deverão definir as linhas de atuação no processo de integração. Nesse terreno, o Brasil busca manter atitude construtiva, que favoreça um consenso. É nossa intenção avançar de forma contínua, gradual e realista, tendo em vista manter-se o equilíbrio com as iniciativas adotadas no plano interno.

Senhor Presidente,

O Brasil reitera a Declaração do Grupo do Rio a respeito da chamada Lei Helms- Burton, no entendimento de que seus efeitos e sua aplicação extraterritoriais constituem violação das normas de Direito Internacional e das regras do livre comércio e não contribuem para a luta dos países do hemisfério em prol da democracia e da defesa dos direitos humanos.

A delegação do Brasil gostaria de congratular-se com a Secretaria-Geral da OEA pelos esforços

do Grupo de Trabalho conjunto para a instalação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, novo marco da Organização em matéria de cooperação. As recomendações dos documentos “Uma Nova Visão da OEA” e “Modernização da Cooperação e Novas Diretrizes para o Funcionamento do CIDI” constituem princípios norteados dos programas de cooperação horizontal, de primordial importância na construção do desenvolvimento social de nossos países.

A entrada em vigor do Fundo Brasileiro de Cooperação no âmbito da OEA e a próxima aprovação dos primeiros projetos apresentados pelos Estados-membros refletem a atenção e prioridade que o Brasil confere à cooperação horizontal como forma de apoio ao desenvolvimento.

Não podemos falar de desenvolvimento sem deter-nos nos aspectos da educação e cultura, instrumentos imprescindíveis ao pleno florescimento de nossas gerações e à edificação dos valores de justiça social. Educação e cultura são poderosos elementos de identificação no processo de integração regional e de afirmação da consciência democrática. São múltiplas as possibilidades de atuação da OEA nessa área, em prol da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de nossas postulações.

É motivo de grande satisfação para o Brasil a concessão do Prêmio Interamericano de Educação Andrés Bello, de 1995, ao Professor Darcy Ribeiro, em reconhecimento à sua magnífica obra na área da educação.

Senhor Presidente,

Ao concluir minha intervenção neste debate geral, gostaria de expressar o apoio do Brasil aos esforços do Secretário-Geral de revitalização da OEA em um momento de importância decisiva para todos nós. Estou seguro de que o processo iniciado sob a orientação do Doutor César Gaviria conduzirá a Organização a um renovado multilateralismo, expressão de nossos legítimos anseios.

Muito obrigado.

Mercosul

Discurso do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião do encerramento do I Seminário sobre Fontes de Financiamento e Fomento a Negócios no âmbito do Mercosul, Recife, 14 de junho de 1996

Considero ser hoje um dia de particular importância para o Nordeste. Pela manhã, tive a grata satisfação de abrir foro de debates sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste, participar de assinatura de Convênio para a criação do Centro Nuclear do Recife e de painel sobre as aplicações sociais dessa fonte de energia. Agora tenho a alegria de encerrar esse seminário sobre instituições financeiras.

Se observarmos a trajetória das iniciativas realizadas e em vias de implementar-se, desde o início desse esforço conjunto de maior integração do Nordeste aos mercados econômicos nacional e internacional, verificaremos que esse processo obedece a uma perspectiva estratégica.

As primeiras atividades destinaram-se a abrir um diálogo, que prossegue, sobre as potencialidades de integração. Em um primeiro momento, tratou-se de promover um debate interno, com os parlamentares, com os representantes dos órgãos executivos regionais e estaduais e com os empresários, sobre as opções existentes. Ressaltou-se, sempre, que a alternativa a um programa de integração competitiva em que fôssemos o agente de nossos interesses seria a absorção passiva do processo de globalização. Conclui-se, portanto, pela necessidade de uma postura dinâmica em reação a esse processo.

Já em uma segunda etapa, abrimos esse diálogo aos países do sul do continente. Já

conversamos diversas vezes com os argentinos, cujo Vice-Presidente, Carlos Ruckauf esteve aqui recentemente; já realizamos um seminário no substantivo com os chilenos, em Salvador, com a presença de toda a cúpula do Governo daquele país, e também uma visita ao pólo de Petrolina/Juazeiro; estamos programando visita ao Uruguai, para a qual gostaria de contar com a participação de dirigentes das federações de indústria e de agricultura do Nordeste.

Enquanto todas essas atividades internacionais continuam, dá-se início ao processo de discussão dos meios e dos instrumentos disponíveis para a tarefa de mudar o alcance qualitativo do desenvolvimento nordestino, e programa-se a implantação de projetos concretos.

Este seminário, ao examinar fontes alternativas de financiamento, enquadra-se nessa nova fase, iniciada há duas semanas com o seminário sobre como elaborar projetos, passo preliminar a qualquer ação.

Da mesma forma, como lhes informei, as atividades de que participei pela manhã, não apenas analisam mecanismos de ação, mas também lançam a pedra de atividades concretas.

Além dessa perspectiva estratégica, o que se deve ressaltar é a nova concepção, a nova mentalidade que orienta essa ação. Trata-se da evolução de uma consciência participativa, isto é da compreensão de que a tarefa de promoção do

desenvolvimento do Nordeste em níveis competitivos requer a contribuição de cada um de nós, requer a identificação de engenharia inovadora para a realização de projetos.

Convivemos com um mundo em que a redefinição do papel do Estado e a exploração de novas formas de participação dos diversos setores da sociedade no processo de desenvolvimento não deixam mais espaço a políticas paternalistas. Somente a construção coletiva, tanto no que se refere ao exame das alternativas quanto aos meios e recursos para a sua realização, permitirá a consecução dos objetivos almejados.

Considero que todos compreendemos essa missão, razão pela qual estamos aqui reunidos. E ressalto, especialmente, os esforços do Itamaraty e da Sudene nessa tarefa.

O Ministério das Relações Exteriores tem utilizado a sua capacidade instalada no exterior, a sua experiência nos assuntos de política externa e a sua progressiva interação com a sociedade brasileira

para imprimir um ritmo dinâmico à integração do Nordeste ao Mercosul e aos demais blocos econômicos, bem como à sua vinculação aos programas das agências multilaterais.

A Sudene, com o seu conhecimento da região Nordeste e a sua capacidade de mobilização regional tem intermediado a participação dos agentes econômicos e governamentais das regiões nesse processo.

Os dois órgãos, Itamaraty e Sudene, reúnem-se, assim, para interiorizar o benefícios de uma política externa ativa e para exteriorizar o desenvolvimento do Nordeste. Em suma, utilizam as possibilidades internacionais como um instrumento de transformação regional.

Desejo, pois, ao encerrar este seminário agradecer a essas duas instituições e transmitir a todos os participantes os meus votos de que obtenham o melhor aproveitamento das possibilidades oferecidas pelas fontes de financiamento representadas neste evento.

Brasil - Paraguai

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Cerimônia de Condecoração com a Ordem Nacional do Mérito do Paraguai, Assunção, 26 de junho de 1996

É uma honra para mim receber das mãos de Vossa Excelência, Presidente Juan Carlos Wasmosy, o Colar da Ordem Nacional do Mérito do Paraguai.

É uma distinção que eu recebo, em nome de todos os brasileiros, como símbolo da amizade entre nossos povos e da disposição de seguirmos trilhando um caminho de realizações conjuntas.

O Brasil e o Paraguai são mais do que bons vizinhos. São sócios inseparáveis, ligados pela história e pela geografia o que possibilitou projetos de grande alcance, que vinculam nossos países de forma sólida e duradoura, como a Itaipu Binacional e o MERCOSUL.

Quando Vossa Excelência, em visita ao Brasil no mês passado, convidou-me a vir a Assunção para celebrarmos os 30 anos da Ata das Cataratas, instrumento que daria origem ao Tratado de Itaipu, aceitei prontamente o convite.

Nada mais justo do que homenagear, nesta ocasião, a visão de brasileiros e paraguaios que nos antecederam, cujo esforço pioneiro tornou impossível a extraordinária obra de integração bilateral que é Itaipu, testemunho eloqüente da capacidade de empreendimento dos povos brasileiro e paraguaio.

Itaipu é produto cuidadoso do trabalho de aproximação e de negociação entre os dois Governos — e também de uma visão de futuro.

Tal empreendimento só se tornou possível por estar solidamente fundado no respeito mútuo e na

busca de benefícios recíprocos.

As relações entre Brasil e Paraguai adquiriram uma dimensão especial graças a Itaipu. E essa dimensão especial nos dá uma responsabilidade acrescida na tarefa de sempre trazer de Itaipu um marco de convergência entre os nossos países.

O desafio que Itaipu nos apresenta hoje é o de torná-la cada vez mais uma empresa sadia e eficiente e moderna como exige a economia contemporânea.

Estou certo de que sua Diretoria, nas competentes mãos de Euclides Scalco e Miguel Luciano Jiménez, está à altura desse desafio.

As relações entre o Brasil e o Paraguai também se desenvolvem com uma importante dimensão humana: a participação de brasileiros na atividade agrícola paraguaia, especialmente na produção de soja.

A presença significativa de trabalhadores e de investidores brasileiros neste país é um fato que fortalece ainda mais nossa parceria.

Os números de nosso comércio bilateral têm aumentado de forma sustentada, sobretudo a partir da consolidação do MERCOSUL e da estabilização da economia brasileira, que combina hoje crescimento econômico com abertura comercial.

A intensidade da vida econômica e social ao longe da fronteira é uma demonstração expressiva da densidade de nossas relações.

Temos muito a fazer para continuar tornando nossa agenda comum a mais positiva e construtiva possível.

O Paraguai é uma referência importante para os brasileiros no âmbito da Bacia do Prata e assim este país se apresenta na escala das prioridades da ação externa do Brasil.

Senhor Presidente,

O Paraguai passou, em abril deste ano, por um momento que certamente representará um marco em sua história democrática: a reafirmação do respeito à legalidade e à ordem constitucional.

A atuação decidida de Vossa Excelência e as demonstrações de firmeza e de patriotismo do povo paraguaio para salvaguardar a vontade soberana manifestada em eleições livres e democráticas devem ser motivo de justo orgulho para esta Nação e para todos nós sul-americanos.

A grande maioria da classe política paraguaia também teve um papel decisivo naquele momento e soube dar, com civismo, responsabilidade e descortino, o firme apoio na manutenção da ordem constitucional. É isto que o povo paraguaio e todo o Continente dela esperam.

O Brasil, junto com os demais sócios do MERCOSUL, apoiou e continuará a apoiar a democracia paraguaia.

Não poderia ser outra a nossa atitude, uma vez que partilhamos com o povo paraguaio, como requisito essencial à nossa cooperação e integração,

a vigência plena do regime democrático e o respeito aos direitos humanos.

Senhor Presidente,

É uma feliz coincidência estar em Assunção justamente no dia em que se comemora o dia do nascimento do excepcional artista Lívio Abramo, que completaria nesta data 93 anos de idade.

Lívio, como outros tantos membros da família Abramo que aprendi a admirar e respeitar, foi artífice exemplar e um símbolo da aproximação entre brasileiros e paraguaios.

Viveu em Assunção quase trinta anos e adotou o Paraguai como sua segunda pátria, como hoje fazem tantos brasileiros. Fez aqui um grande número de amigos e de admiradores.

E é justamente para deixar registro perene dessa missão cultural pioneira e fertilizadora que Lívio Abramo desenvolveu no Paraguai que decidi dar seu nome ao Espaço Cultural que hoje inauguramos em nossa Embaixada em Assunção.

Senhor Presidente,

Venho ao Paraguai para reiterar a disposição de avançarmos ainda mais na integração entre nossas sociedades.

Trago ao povo paraguaio a mensagem de solidariedade e amizade de todo o povo brasileiro e a minha gratidão pela condecoração que agora recebo.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Termo de Referência para a Constituição do Conselho Comercial Indo-Brasileiro (27.1.1996)

Agenda Comum para o Meio Ambiente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia (27.1.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Agenda Brasil-Índia para Cooperação Científica e Tecnológica (27.1.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, fase de Pós-Assessoramento, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, sobre o Projeto “Impacto Ambiental Provocado por Grandes Barragens” (29.1.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Cooperação Científica e Tecnológica (29.1.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte relativo a um Projeto de Cooperação Técnica de Suporte à Reforma do Sistema de Saúde no Brasil (29.1.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação na Área de Transportes (30.1.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal (8.2.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Facilitação de Atividades Empresariais (15.2.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Promoção e o Desenvolvimento dos Correios e das Telecomunicações (22.2.1996)

Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (23.2.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Estudos Geológicos e Áreas Limítrofes entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (23.2.1996)

Memorando de Entendimento para o Programa de Cooperação de 1996/1997 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (23.2.1996)

Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia relativo ao Convênio entre o INPE e o SENAMHI (23.2.1996)

Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente (26.2.1996)

Ata de Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (26.2.1996)

Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru (26.2.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Coréia do Sul, que emenda o Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respective Territórios e Além de 11 de agosto de 1992 (29.2.1996)

Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior (1.3.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Aumento da Competitividade da Pequena e Média Indústria no Nordeste (11.3.1996)

Acordo, por Troca de Notas Verbais, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, que Prorroga por um Período Adicional de Um Ano, os Artigos 10 (Parágrafos 2, 5), 11 (Parágrafo 2b), 12 (Parágrafo 2b) e 23 (Parágrafo 3) da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, de 25/4/75 (19.3.1996)

Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha (20.3.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile (25.3.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Mecanismo de Consultas (25.3.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países (25.3.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação para a Execução de Estudos e Ações de Interesse Comum na Área de Agricultura (25.3.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Âmbito da Cooperação e da Co-produção Cinematográfica (25.3.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile (25.3.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile em Matéria de Cooperação Desportiva (25.3.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Apoio à Implantação do Centro Nacional de Tecnologia Ambiental, em Curitiba/PR (29.3.1996)

Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Tadjiquistão (29.3.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Elaboração de Primeiro Plano de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro (1.4.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda (2.4.1996)

Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Turcomenistão (3.4.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Fase de Follow-Up do Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas (4.4.1996)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação e Interconexão Energéticas (9.4.1996)

Memorando de Entendimento sobre Integração Física entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (9.4.1996)

Protocolo Adicional ao Convênio de Intercâmbio Cultural, Relativo à Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (9.4.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Atividades de Cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Ciências e Tecnologia da Presidência da Nação Argentina (9.4.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação Técnica (9.4.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação em Matéria Ambiental (9.4.1996)

Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais (9.4.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (9.4.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Microempresários do Setor Informal em Fortaleza e outros Municípios do Estado do Ceará (11.4.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre a Futura Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático de Portugal (15.4.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa relativo à Isenção de Vistos (15.4.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo para Cooperação Técnica com outros Países da América Latina e Países da África, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, para o Desenvolvimento de Ações e Atividades em Áreas Pertinentes a Assuntos Trabalhistas e Sociais (17.4.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia relativo à Isenção Parcial de Exigências de Vistos (26.4.1996)

Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia (26.4.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Saúde relativo ao Município de Angatuba (8.5.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Saúde relativo ao Município de Caxias (8.5.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países (14.5.1996)

Comunicado Conjunto – Ata do Planalto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela (20.5.1996)

Declaração de Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela (20.5.1996)

Ajuste Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Mecanismos e Requisitos Sanitários para o Comércio de Pescado e Produtos de Pescado (25.5.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes de Missões Oficiais de cada Estado no Outro (28.5.1996)

Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (28.5.1996)

Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (28.5.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre Supressão de Vistos (28.5.1996)

Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (28.5.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à Cooperação no Âmbito da Reforma do Estado e da Modernização da Administração Pública (28.5.1996)

Entendimento Específico de Cooperação sobre Microsatélites entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (28.5.1996)

Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (28.5.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular (28.5.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Transporte Marítimo (31.5.1996)

Termo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de

Telecomunicações para Prestar Apoio à Reforma Estrutural do Setor das Telecomunicações (14.6.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países da OCDE, relativo ao Ingresso do Brasil no Comitê do Aço (17.6.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Domínio da Nova Zelândia sobre Serviços Aéreos (18.6.1996)



COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Nota sobre relatório de ONG dedicada a questões de direitos humanos a respeito de comunicações da Corte Interamericana de Direitos Humanos que envolvem o Brasil, 31 de janeiro de 1996

A propósito das matérias que vêm sendo publicadas na imprensa em função de relatório recém-divulgado por organização não governamental dedicada a questões de direitos humanos, em que se alega que o Brasil teria sido condenado pela OEA (Organização dos Estados Americanos), o Itamaraty deseja prestar os esclarecimentos que se seguem.

A divulgação de relatórios sobre a situação de direitos humanos em todo o mundo ou em países específicos é forma de manifestação habitual das ONGs. No caso do relatório recém-divulgado, a ONG estrangeira tem representação no Brasil e funciona, de acordo com seus métodos próprios, em total liberdade, a exemplo do que ocorre com as ONGs brasileiras.

Tendo em vista, porém, as referências à condenação do Brasil, o Itamaraty vem precisar algumas informações sobre a forma de funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a qual foram apresentadas ultimamente três comunicações sobre casos ocorridos no Brasil: dois recentes, o de Corumbiara e o de Nova Brasília, e um antigo, da década de setenta, sobre desaparecidos no Araguaia.

A admissão de comunicações pela CIDH, que não envolve qualquer juízo de valor, é feita com relação a qualquer país membro da OEA, pois a CIDH é simultaneamente órgão de monitoramento da Convenção Americana de Direitos Humanos

(“Pacto de São José”) e órgão integrante da Organização dos Estados Americanos. O Brasil se enquadra nos dois casos. Para a admissão de qualquer petição, é necessário somente o preenchimento de requisitos formais: qualificação do peticionário, indicação do Estado supostamente responsável e o relato dos fatos alegadamente ocorridos.

Os três casos acima mencionados envolvendo o Brasil se encontram em fase inicial de tramitação, ou seja, a CIDH, por nota enviada pela Secretaria-Executiva, comunicou a queixa da ONG ao Governo brasileiro, solicitando informações. A partir daí começam a decorrer prazos para a prestação dos esclarecimentos solicitados, sua retransmissão aos peticionários originais, eventuais réplicas de ambas as partes, etc. Somente após esgotada uma longa tramitação, em que a CIDH atua, sempre com ânimo cooperativo, para encontrar solução satisfatória para os dois lados, decide ela sobre a elaboração ou não de relatório específico para encaminhamento às autoridades do Governo envolvido e, à luz das últimas respostas, pode decidir divulgar ou não o relatório e suas conclusões.

Sobre os três casos em questão, o procedimento encontra-se em sua primeiríssima fase, ou seja, a CIDH transmitiu as alegações da ONG ao Itamaraty, que por sua vez está em contato com o Ministério da Justiça para a obtenção das informações pertinentes.

O Governo Federal dialoga amplamente com todos os órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, no entendimento de que o sistema internacional de proteção a esses direitos é legítimo,

oferecendo relevante complementação aos esforços nacionais na matéria. Evidências da seriedade com que o Governo Fernando Henrique Cardoso aborda a questão dos direitos humanos e dialoga com todos os interessados são a elaboração, em curso, sob coordenação do Ministério da Justiça, de um Plano Nacional sobre os Direitos Humanos, em consulta ampla com a sociedade civil, assim como a recente visita ao Brasil, a convite do Governo, de missão da própria CIDH. Esta, em dezembro, além de avistar-se com o Presidente da República e todas as autoridades federais e estaduais competentes, pode avaliar diretamente a situação brasileira em vários Estados da Federação. Durante essa visita, o Presidente da CIDH não deixou de assinalar, em todas as oportunidades, a seriedade que observava no Governo Brasileiro no tratamento do assunto, sabidamente de grande complexidade.

Nota sobre a adesão da França, Reino Unido e Estados Unidos aos protocolos adicionais do Tratado de Rarotonga, que estabelece uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul, 26 de março de 1996

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio feito em 24 de março corrente pelos Governos da França, Reino Unido e Estados Unidos, de adesão desses países aos Protocolos Adicionais do Tratado de Rarotonga, que estabelece uma zona livre de armas nucleares na região do Pacífico Sul.

Trata-se de uma iniciativa positiva de parte de três potências nucleares em favor da não-proliferação de armas nucleares, da proibição completa de teste nucleares naquela região e da concessão de garantias de segurança aos países do Pacífico Sul, contra o uso de armas nucleares. O gesto dos três países reforça o objetivo do estabelecimento do Hemisfério Sul como área totalmente livre de armas nucleares, que o Governo brasileiro antevê como possível diante da recente conclusão do Tratado de Pelindaba, relativo ao continente africano, e do

Tratado que cria a Zona Livre de Armas Nucleares no Sudeste Asiático.

O Governo brasileiro tem a firme intenção de continuar apoiando a conclusão, em 1996, de um Tratado de Proibição Total dos Testes Nucleares (CTBT, na sigla inglesa), continuará seus esforços em prol da criação de uma zona livre de armas nucleares no Atlântico Sul, sob a égide da iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, e espera que seja possível chegar a um compromisso internacional em torno da completa proscrição de armas nucleares, no mais breve prazo.

Nota sobre a escalada da violência em Israel e no Líbano, 12 de abril de 1996

O Governo brasileiro vê com grande preocupação a escalada da violência em Israel e no Líbano e lamenta os sofrimentos das populações civis desses dois países em função dessa violência. Ações de força de qualquer natureza, acarretando mortes e ferimentos entre civis ou destruição de propriedades civis, são inaceitáveis e condenáveis em qualquer circunstância.

O Governo brasileiro apela para que a razão prevaleça entre as Partes envolvidas, de modo que não se coloque em risco o processo de paz em curso no Oriente Médio, nem se criem falsas justificativas para estancá-lo ou revertê-lo. O Governo brasileiro tem sido enfático e imparcial em suas manifestações de apoio ao processo de paz e continuará observando atentamente o desenrolar dos acontecimentos na região.

O Governo brasileiro espera que esse processo proporcione uma paz justa, abrangente e duradoura para todos os povos da região, permitindo a retomada do desenvolvimento econômico e social. Reitera ainda, sua expectativa de que, na consolidação da paz no Oriente Médio, se leve em consideração o direito do povo libanês à soberania e independência, conforme previsto nas resoluções internacionais, em especial a 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nota sobre a assinatura do Tratado de Pelindaba, que transforma o Continente Africano em zona livre de armas nucleares, 12 de abril de 1996

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio da assinatura, na cidade do Cairo, em 11 de abril corrente, do Tratado de Pelindaba, que transforma o continente africano em zona livre de armas nucleares.

A iniciativa dos países da África reforça o objetivo do estabelecimento do Hemisfério Sul como área totalmente livre de armas nucleares, que o Governo brasileiro antevê como possível ante a existência de acordos análogos do continente austral (Tratado da Antártica), na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco), no Pacífico Sul (Tratado de Rarotonga) e no Sudeste Asiático (Tratado de Bangkok).

O Governo brasileiro manifesta seu agrado pela adesão da França e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte aos protocolos adicionais do Trabalho de Pelindaba, gesto que espera seja seguido pelos demais países nuclearmente armados e que confere aos países partes do Tratado a garantia de que não serão atacados ou ameaçados com armas nucleares.

O Governo brasileiro confia em que a assinatura de tratados que criam zonas livres de armas nucleares e a adesão aos respectivos protocolos adicionais por parte dos países nuclearmente armados irão contribuir para a conclusão, ainda em 1996, de um Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla inglesa), iniciativa que deverá culminar na adoção, o quanto antes, de acordo internacional para a completa eliminação e proibição das armas nucleares.



“O desafio da diplomacia”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal de Brasília. 21 de janeiro de 1996

A política externa do Brasil tem diante de si o desafio de ampliar e consolidar a presença brasileira nos diversos quadrantes do mundo, em consonância com as dimensões do País, sua capacidade econômica e sua tradição pacífica.

A ação diplomática brasileira parte de um patrimônio de realizações. Refiro-me à nossa presença praticamente universal; ao equilíbrio de nosso comércio exterior entre quatro grandes grupos de países (a União Européia, o Nafta, a América Latina e a Ásia-Pacífico); à credibilidade que vimos construindo com a democracia, o compromisso com a paz e a não-proliferação de armamentos; e o empenho em adaptar-nos às tendências mais dinâmicas da macro estrutura internacional, em matéria de competitividade, confiabilidade e liberdade de mercado.

A esse patrimônio soma-se hoje uma nova projeção internacional do País, resultante dos êxitos obtidos com a estabilização econômica, o encaminhamento satisfatório e duradouro da questão da dívida externa, na abertura da economia brasileira à competição internacional, a retomada do crescimento, a melhora dos padrões de consumo da população e o crescimento dos atrativos para investimento no País.

Diante dessa nova realidade, o papel de nossa diplomacia se define hoje, claramente, como o de coadjuvar, no plano externo, os esforços do Brasil por uma nova inserção internacional, que responda

de forma adequada e produtiva à combinação de fatores positivos e de desafios nos planos interno e internacional.

Em termos mais concretos, essa formulação pode ser traduzida em três áreas básicas de atuação:

- Ampliar onde for possível o número e a qualidade das nossas parcerias internacionais, com o triplo objetivo de aumentar nosso acesso a mercados, a tecnologias e a investimentos produtivos no Brasil;

- Participar, sem veleidades de prestígio ou falsa liderança, dos foros e mecanismos decisórios de natureza política e econômica internacional, de forma a coadjuvar com nossa presença e atuação nesses foros a ação na primeira área;

- Desenvolver e aperfeiçoar os meios materiais de diplomacia brasileira da nossa rede consular, de forma a dotar a política externa do instrumental básico para essas tarefas;

Uma listagem não-exautiva das principais tarefas do Itamaraty no governo Fernando Henrique inclui:

- A consolidação do Mercosul, sua eventual ampliação com a incorporação de novos parceiros, seu relacionamento com outros espaços econômicos, notadamente a União Européia e o Nafta e sua incidência na estabilização econômica e na retomada do crescimento do Brasil;

- O fortalecimento das relações com nossos vizinhos latino-americanos e o processo de integração hemisférica, especialmente a partir do aprofundamento das relações com a América do Sul;

- A intensificação das relações com o centro dos três pólos de poder econômico mundial, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão;

- A dinamização das relações com a região

da Ásia-Pacífico, com especial atenção aos novos parceiros emergentes na região;

-O relançamento das relações com os três países continentais, a China, a Rússia e a Índia;

-O revigoramento das relações com nossos parceiros econômicos tradicionais, acrescidos agora da África do Sul democrática;

-A reforma das nações Unidas;

-A participação ativa na consolidação da Organização Mundial de Comércio e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai;

-A proteção internacional dos direitos e o diálogo construtivo com organismos internacionais e organizações não-governamentais sobre o assunto;

-A atuação nos foros políticos e concentração de que o Brasil faz parte ou tem interesse em integrar, como o Grupo do Rio, a OCDE, o Grupo dos 15, a Conferência Ibero-Americana e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

-O desenvolvimento das relações fronteiriças com nossos vizinhos, especialmente através do fortalecimento das interligações viárias e de comunicações e a cooperação em torno das atividades humanas desenvolvidas ao longo da faixa de fronteira;

- A proteção e a assistência aos brasileiros no exterior, o aperfeiçoamento da rede consular brasileira em função das novas realidades da emigração brasileira e a adequação do regime de vistos consulares, com base na reciprocidade de tratamento, para ampliar onde for possível os benefícios de que usufruem os cidadãos brasileiros que viajam ao exterior;

- A adequação da estrutura da diplomacia brasileira, na Secretaria de Estado e no Exterior, em busca de maior eficiência administrativa da maximização dos recursos humanos e materiais do Itamaraty em função das prioridades da política externa.

Ao longo de 1995, cuidamos de avançar nessas várias frentes. Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais

para operarmos no plano externo, contamos com um presidente que tem uma manifesta disposição de exercer um papel protagônico no campo da política externa – marca, aliás, das relações internacionais contemporâneas e característica particularmente importante da diplomacia hemisférica. A título ilustrativo, menciono, a seguir, alguns dos principais desdobramentos da ação diplomática brasileira no ano passado.

Começando pelo Mercosul, o Brasil contribuiu ativamente para a consolidação da união aduaneira. Esse processo revelou-se vigoroso e, graças à flexibilidade e senso de realismo com que vem sendo conduzido pôde fortalecer-se não obstante as dificuldades pontuais que enfrentou, normais em qualquer projeto de integração econômica. Ao mesmo tempo, a agenda externa do Mercosul alcançou de forma notável. Conclui-se a renegociação, em formato 4 + 1, das preferências acordadas no passado, em bases bilaterais, como a Bolívia, e progrediram os entendimentos nesse sentido com os demais parceiros sul-americanos. Está em vias de concluir-se a negociação para a associação do Chile ao Mercosul, por meio de um acordo de livre comércio.

No fim do ano, o Mercosul firmou, com a União Européia, acordo-quadro de cooperação com vistas à criação futura de uma zona de livre comércio entre os dois grupos.

Com nossos vizinhos e principais parceiros sul-americanos, mantivemos um diálogo de alto nível, freqüente e construtivo. Houve intensa troca de visitas e contratos em todos os títulos, nosso principal parceiro na região. Além da própria Argentina, o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Chile, a Venezuela, o Uruguai e o Peru.

Em outra atuação marcante na América do Sul, coordenamos a atuação dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro em relação aos incidentes fronteiriços entre o equador e o Peru. O papel dos Garantes foi fundamental no sentido de evitar o agravamento das tensões, permitir o

estabelecimento de uma zona desmilitarizada e promover o diálogo direto entre as partes.

As relações com os Estados Unidos encontram-se em fase particularmente positiva, pela dimensão dos interesses comuns e pelos avanços que se realizam em diferentes campos na construção de uma parceria estratégica. A visita do presidente Fernando Henrique Cardoso aos EUA, em abril, criou as condições para uma interlocução ainda mais fluída. Por iniciativa dos dois presidentes, o chefe do Escritório Comercial da Casa Branca, Mickey Kantor, e eu demos início a uma revisão do comércio bilateral com vistas à ampliação do intercâmbio e à melhoria das condições de acesso de produtos brasileiros ao mercado norte-americano.

As visitas presidenciais à União Européia, ao Reino da Bélgica, à Alemanha e a Portugal demonstraram o interesse com que as autoridades e o empresariado europeu se voltam para o novo Brasil, democrático, estável e em crescimento.

País que acolheu importantes comunidades de origem judaica e palestina, o Brasil acompanha com interesse o processo de paz no Oriente Médio.

Minha visita a Israel e à Faixa de Gaza buscou abrir avenidas de cooperação, entendimentos esses que prosseguiram com a visita ao Brasil do presidente Yaser Arafat.

Especial atenção vem sendo conferida à Ásia, região de importância crescente no cenário internacional. As visitas presidenciais à China e à Malásia significaram nosso interesse em uma aproximação mais estreita com a região. Este ano, estão previstas visitas do Presidente da República à Índia e ao Japão, país com o qual comemoramos, em 1995, 100 anos de relações diplomáticas.

No que se refere à África, inauguramos nova fase no relacionamento com a África do Sul democratizada, com a troca de visitas em nível de chanceler. Recebemos dos presidentes de Angola e da Namíbia, além dos chanceleres do Quênia e de Moçambique. É importante mencionar, no contexto da política africana, a contribuição que o Brasil vem

prestando ao processo de paz em Angola.

Em 1995, o Brasil manteve participação ativa nos debates conduzidos no âmbito das Nações Unidas, sobre os diversos temas da realidade internacional. Confirmamos nosso compromisso com a Organização e o interesse em sua reforma, com vistas à modernização e a maior eficácia de sua atuação. O presidente Fernando Henrique esteve presente às comemorações do quinquagésimo aniversário da ONU, ocasião que manteve inúmeros contatos com chefes de Estado e de Governo de países amigos.

Em relação à ação diplomática brasileira no plano multilateral, é importante ressaltar o ingresso do Brasil no Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MCTR), foro internacional destinado à coordenação das políticas de controle de exportação de equipamentos e tecnologias que possam contribuir para a proliferação de vetores de armas de destruição em massa. Para o Brasil, que busca maior acesso às tecnologias sensíveis para fins pacíficos, são indispensáveis credenciais sólidas de confiabilidade e responsabilidade internacional, como as que representa nossa admissão ao MCTR.

Em 1996, a chancelaria brasileira continuará a perseguir os objetivos fixados pelo Presidente da República no início de seu mandato, animada pela excelente receptividade que o Brasil vem encontrando no exterior e determinada a ampliar, cada vez mais, os espaços de nossa atuação externa.

“O Brasil e a OMC”

Artigo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, publicado na “Gazeta Mercantil”, e no Diário “La Época”, de Santiago do Chile. Rio de Janeiro e Santiago do Chile, respectivamente, em 26 de janeiro e 17 de fevereiro de 1996

Ao celebrar o seu primeiro aniversário, a Organização Mundial de Comércio iniciou um processo de avaliação sobre o seu primeiro ano de

funcionamento e de discussão sobre o futuro das negociações comerciais. Em Vancouver, no Canadá, e em Genebra, cidade onde se encontra a sede da Organização, seus países-membros realizaram, no final do ano passado, reuniões para analisar o andamento da implementação dos acordos da Rodada Uruguai e para avaliar a conveniência de que novos temas relacionados a comércio sejam incorporados à agenda da OMC já a partir da primeira Conferência Ministerial, que ocorrerá em Cingapura, em dezembro deste ano.

Os encontros de Vancouver e de Genebra foram marcados pela moderação. A grande maioria dos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, têm reconhecido que a agenda futura da OMC, e da Reunião de Cingapura em especial, deverá ser equilibrada, combinando o trabalho de implementação dos acordos já existentes com a tarefa de assimilação cautelosa de novos temas. A exemplo do GATT, seu antecessor, a OMC fundamenta-se no consenso e no contrato entre as partes que a integram, e novas propostas de ampliação do escopo das negociações somente poderão ser aceitas caso não exacerbem antagonismos e não ameacem o consenso a custo preservado nos últimos anos.

A principal conclusão dos encontros foi a de que, ao menos a curto e médio prazo, o maior desafio dos países membros da OMC é assegurar-lhe bom funcionamento. A estrutura da Organização já está completa, mas falta conferir-lhe estabilidade e credibilidade, o que decorrerá do cumprimento integral das obrigações da Rodada Uruguai, da observância dos calendários e do respeito às decisões do mecanismo de solução de controvérsias, tarefas que dependem mais da disposição dos Governos do que da eficiência do Secretariado da OMC.

Para a economia internacional, o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, e da OMC em particular, representa a segurança de que eventuais impulsos protecionistas não redundarão no fechamento dos mercados mundiais. Para o Brasil,

com uma pauta de comércio exterior diversificada em produtos e equilibrada entre os diversos países compradores, um sistema multilateral de comércio estável e previsível representa a manutenção de mercados abertos em todos os continentes. Com cerca de 1/5 de suas vendas destinadas a cada um de seus principais mercados (o europeu-ocidental, o latino-americano, o norte-americano e o asiático), ao Brasil não interessaria o recrudescimento de um nacionalismo comercial agressivo, a exemplo do que ocorreu nos anos 30, ou a divisão da economia internacional em blocos regionais fechados ao comércio com outras partes do mundo, como alguns analistas chegaram a prever em meio aos impasses, depois superados, da Rodada Uruguai.

Pela ótica dos interesses brasileiros, o bom funcionamento da OMC não significa, no entanto, apenas a preservação de um comércio internacional desimpedido e fundado em regras estáveis. Significa também a garantia de que medidas específicas que venham a ser adotadas por outros países contra produtos brasileiros poderão ser coibidas caso sejam incompatíveis com os princípios e acordos previstos na Organização. Países em desenvolvimento como o Brasil são antes vítimas do que agentes do unilateralismo comercial, e o recurso a um mecanismo de solução de controvérsias como o da OMC é o melhor instrumento de defesa contra medidas protecionistas. Uma das principais diferenças da OMC em relação ao GATT é a existência de um Órgão de Apelação com poder de julgar mesmo quando não há consenso entre as partes e, mais do que isso, com autoridade para exigir o cumprimento de suas decisões. Brasil e Venezuela, por exemplo, já iniciaram um processo contra os Estados Unidos pela imposição do que consideram ser uma legislação discriminatória às suas exportações de gasolina e aguardam parecer que poderá indicar a necessidade de reformulação da legislação norte-americana ou de concessão de compensações comerciais.

Outra vantagem para países em desenvolvimento como o Brasil decorrente do

fortalecimento da OMC é a possibilidade de que a Organização proceda ao disciplinamento de medidas que, apesar de provocarem efeitos na área comercial, não foram suficientemente regulamentadas em foros de comércio. É o caso de medidas comerciais adotadas com base em alegações de caráter ambiental e que provocam discriminação contra exportações de países em desenvolvimento. Os selos verdes, por exemplo, que proliferaram a partir de meados da década de 80, baseiam-se quase sempre em critérios de escassa fundamentação científica, que valorizam processos domésticos de produção não necessariamente mais saudáveis do ponto de vista ambiental do que aqueles adotados em outros países.

O Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC, cujo programa de trabalho foi definido na Reunião de Marraqueche, de abril de 1994, e que foi presidido inicialmente pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia, pode ser um importante instrumento para disciplinar o uso de selos verdes e para evitar que sejam criados apenas para proteger indústrias nacionais pouco eficientes.

Consciente destes benefícios proporcionados pelo fortalecimento do sistema multilateral de comércio, a diplomacia brasileira vem atribuindo grande importância à consolidação e ao bom funcionamento da OMC. Nossa atuação fundamenta-se em três prioridades. A primeira e mais genérica é a preservação do papel do Brasil como um dos principais atores nas negociações dentro da OMC. Durante a Rodada Uruguai do GATT, o Brasil reforçou a posição de destaque assumida pelo País nas rodadas anteriores. Já neste primeiro ano da OMC, a ativa participação brasileira garantiu-nos a escolha para a Presidência do Órgão de Solução de Controvérsias, que será desempenhada pelo Embaixador Celso Lafer, cujas qualidades pessoais foram determinantes na eleição, e a representação do Brasil no seletivo “Grupo de Altos Funcionários” que se vem reunindo para discutir o futuro da Organização. Quanto mais atuante for o Brasil na OMC, mais poderá influenciar seus trabalhos com

vistas a que se concentrem em medidas que favoreçam a abertura comercial em setores e países que representam os maiores mercados para os nossos produtos.

A segunda prioridade do Brasil na OMC é o aprofundamento da liberalização comercial em setores tradicionais. Como forma de reduzir as distorções que caracterizam o comércio de bens agrícolas, em especial pelo recurso abusivo aos subsídios na União Européia e nos Estados Unidos, o Brasil tem advogado o estrito cumprimento do acordo de redução de subsídios à produção e à exportação no setor, cujo término em 1999 lançará nova etapa de negociação. Também privilegiamos a implementação do cronograma de desmantelamento do Acordo Multifibras na área têxtil e a ampliação do acesso a mercados para alguns produtos industrializados e semi-industrializados que ainda são injustificadamente protegidos por barreiras tarifárias e não-tarifárias. A Reunião Ministerial de Cingapura será ocasião para avaliar o cumprimento destes acordos negociados na Rodada Uruguai e para reafirmar nosso propósito de que continua a ser indispensável a maior liberalização em setores tradicionais.

A terceira e última prioridade do Governo brasileiro em sua atuação na OMC é a de evitar que a eventual assimilação de “novos temas” à agenda da Organização se faça de modo precipitado ou em detrimento dos interesses dos países em desenvolvimento.

Diversos assuntos têm sido suscitados por países desenvolvidos, como comércio e questões trabalhistas, regionalismo e investimentos, mas há o reconhecimento generalizado de que a incorporação de novos temas à agenda da OMC deve requerer o consenso entre as partes e o amadurecimento prévio das discussões sobre que aspectos se relacionam diretamente ao temário comercial. A tarefa de países como o Brasil no tratamento destes assuntos não deve ser tanto a de opositores por princípio, mas a de promotores de um debate em que a assimilação de

novos temas, além de cautelosa e fundada no consenso, seja equilibrada por avanços nos demais setores tradicionais da OMC ou em novas áreas que podem ser do interesse dos países em desenvolvimento, como comércio e correntes migratórias, políticas de concorrência e “dumping financeiro” (competição desleal em termos de capacidade de financiamento de exportações).

O sucesso do Governo brasileiro na sua estratégia de participar ativamente das decisões e do próprio fortalecimento da OMC e de auferir os benefícios decorrentes da liberalização dos mercados mundiais dependerá não apenas de nossa atuação em Genebra, mas também e principalmente de nossa credibilidade como parceiros comerciais. Ao contrário do protecionismo, a liberalização raramente é um ato unilateral. Concessões são feitas e regras multilaterais são respeitadas na medida em que os demais parceiros o fazem.

O Brasil empreendeu um ambicioso programa de liberalização comercial nos últimos anos e vem pautando sua atuação pelo respeito às regras emanadas dos acordos que firmou na OMC e no âmbito regional. Tem, portanto, todas as condições de continuar a ser um dos países mais atuantes na Organização e de utilizá-la como instrumento para o acesso cada vez maior às exportações de seus bens e serviços.

“Um projeto de política externa para 1996”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Folha de São Paulo. São Paulo, 28 de janeiro de 1996

Na entrevista coletiva de 17 de janeiro, o presidente FHC forneceu o marco básico com o qual o Itamaraty está trabalhando para continuar a implementar a política externa deste governo.

Nela o presidente alinhou alguns dos elementos que melhor contribuem para impulsionar a nossa política externa, projetar uma imagem positiva do Brasil junto aos nossos parceiros e neles alimentar o

interesse demonstrado de tão variadas formas em 1995.

O apoio popular ao governo, a sustentação da estabilidade econômica, o crescimento da economia — ainda que inexistam problemas setoriais —, a forma serena com a qual foram tratados problemas conjunturais, como a crise financeira que afetou a América Latina, ou questões tópicas como o desequilíbrio de balança comercial, as mostras de amadurecimento e equilíbrio na forma de fazer política e de administrar o país e a determinação de prosseguir as reformas estruturais indispensáveis para consolidar a estabilidade e o crescimento, fomentar os investimentos produtivos nacionais e internacionais e tornar o país mais competitivo e dinâmico.

A esses elementos somam-se o amadurecimento da democracia brasileira, que se traduz em estabilidade e transparência — duas mercadorias muito apreciadas no mundo competitivo da globalização — e uma abordagem objetiva e pragmática da questão social, sem ranços populistas, com ênfase na educação — o grande trunfo dos países que estão dando certo — e sem descuidar a questão dos direitos humanos.

Somando ao que fizemos em matéria de reforço da nossa credibilidade internacional em 1995, de que é um paradigma o ingresso do Brasil no MTCR — o regime de controle de tecnologia missilística — temos para 1996 um cenário quase ideal para um grande país em desenvolvimento como o Brasil se mova em um mundo marcado pela integração econômica, pela globalização e pela intensa busca de parcerias novas ou renovadas. É nesse cenário que a política externa continuará a ser um instrumento do projeto de estabilização com retomada sustentada do crescimento.

É também nesse cenário que nós continuaremos o trabalho de renovar ou revitalizar as nossas principais parcerias externas, acrescentando aos países visitados pelo presidente em 1995 o Japão, Argentina, França, Canadá e Itália.

Vamos também aprofundar o compromisso com novas e importantes parcerias que, por razões

que será longo explorar aqui, ficaram em segundo plano até passado recente – a Índia e a África do Sul.

A dimensão da diplomacia presidencial continuará a ser central na promoção dos nossos interesses no exterior, pois ela provou ser capaz de mobilizar os agentes governamentais e econômicos e catalisar iniciativas e vontade políticas com países que ocupam um lugar de realce em nosso comércio internacional ou nos fluxos de investimentos e tecnologia de que necessitamos.

Na seleção de nossos objetivos diplomáticos continua a prevalecer um sentido de relevância e equilíbrio. Centrando nossa atenção na nossa vizinhança continental – a América do Sul —, vamos intensificar nossa política asiática e continuar explorando as oportunidades que surgiram na África, como Angola, Moçambique e África do Sul renunciando um “renascimento africano”, e no Oriente Médio, em vias de pacificação. O Mercosul, EUA, União Européia, Japão, China e Rússia continuarão a ser nossos pontos focais.

O bilateralismo clássico que estamos energizando com a diplomacia presidencial soma-se o intenso multilateralismo destes anos 90. Em 1996 a integração e a consolidação do Mercosul — aí incluídas as relações do bloco com outros países ou regiões — continuarão a ocupar grande parte dos esforços da nossa diplomacia econômica.

A OMC será palco de intensa atividade de defesa dos interesses do comércio exterior do Brasil, que busca competitividade ao tempo em que deseja equidade e “fair play” no acesso a outros mercados e prudência para a consolidação do Real. A integração hemisférica, com o seguimento da Cúpula de Miami e da reunião de Denver, é outra área prioritária da diplomacia multilateral brasileira, combinando uma vertente política de promoção e defesa da democracia com uma vertente econômica de integração e liberalização comercial que deve ser cuidadosamente calibrada e ajustada aos nossos esforços de consolidação do Mercosul e de ampliação das suas parcerias em todo o mundo.

E a ONU, que não chegou a completar o projeto de reforma e fortalecimento dos seus órgãos e de melhoria da sua eficiência, continuará a exigir do Brasil, em 96, um trabalho intenso de reflexão, acompanhamento e participação.

Nossa agenda continua, portanto, intensa e variada. É um reflexo natural do peso específico e da presença internacional global do Brasil, mas é também o resultado que estamos realizando em nosso próprio país.

Da perseverança na realização desse projeto interno dependem em grande medida a continuidade dos bons resultados que temos alcançado lá fora e a consolidação da mudança qualitativa que se está operando na imagem e na inserção internacionais do Brasil.

“Novas bases para a relação com o México”
Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil, 14 de março de 1996

As visitas de presidentes brasileiros ao México haviam ocorrido no final dos nos setenta e início dos oitenta, quando as relações entre os países latino-americanos se desenvolviam no marco mais estrito do bilateralismo, a que se agregava a dimensão das preferências tarifárias bilateralmente acordadas no âmbito da Aladi. Mais de uma década de intensas mudanças nos cenários internacionais e regionais — a globalização, no primeiro, e a integração sub-regional e as reformas no segundo — transformou a base da nossa relação bilateral com o México. Mudou o México, abrindo-se ao exterior e aderindo ao Nafta, e mudou o Brasil, cuja participação no Mercosul deu uma nova dimensão externa para o País. É natural que as relações bilaterais se adaptem a essas transformações – indo além do modesto crescimento do comércio bilateral, passou a favorecer, em menor proporção, o México.

A visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao México obedeceu, portanto, à

necessidade de redefinir nosso relacionamento com uma das economias mais importantes do hemisfério, tanto em termos de Produto Interno quanto em volume de comércio exterior (as exportações em 1995 ultrapassaram US\$ 79 bilhões, ante importações da ordem de US\$ 72 bilhões). Com um processo de transformações econômicas sem precedentes na sua história (que se aprofundou em 1995, até como resposta à crise), o México passaria também a ter uma influência indireta – positiva ou adversa, segundo o momento – sobre toda a nossa região. Um relacionamento mais intenso entre o Brasil e o México obedece, portanto, à dimensão relativa das duas economias, à intensidade dos processos de transformação e de integração sub-regional que os dois países estão vivendo e à influência que exercem um sobre o outro em razão dos impactos da sua inserção externa.

Além de indiretamente manifestar seu apoio ao processo de ressurgimento do México após a crise de 1995, o presidente foi levar essa mensagem específica sobre a importância de atualizarmos o relacionamento à luz das novas circunstâncias de cada país. O presidente aproveitou também para expor no México um retrato do Brasil do Real, da estabilização e das reformas, de um país que tem crescido como parceiro internacional e que está relançando suas relações com seus principais sócios em razão dos avanços que vem alcançando no plano interno.

Ao apresentar esse retrato, o presidente insistiu na nova dimensão internacional do Brasil dada por sua participação no Mercosul: agora uma realidade concreta e indiscutível.

O êxito do Mercosul faz parte, hoje, da própria identidade de cada um de seus membros, reforçando-as em vez de diluí-la. O presidente deixou claro que o relacionamento do Brasil com o México, em boa medida, passa pela condição de membro do Mercosul, assim como a identidade mexicana de membro do Tratado de Livre Comércio da América do Norte não é ponto a ser questionado por seus

parceiros.

É a partir desse quadro que as bases de uma nova relação Brasil-México se estão lançando. O potencial de cooperação entre o dois países pode ser constatado pelo simples fato de que, juntos, Brasil e México representam um mercado de 250 milhões de pessoas, com um produto de mais de US\$ 900 bilhões.

O comércio exterior dos dois países somou US\$ 246 bilhões em 1995 — e está em crescimento — mas menos de 0,4% desse valor corresponde ao comércio bilateral, que ano passado alcançou pouco menos de US\$ 1,2 bilhão. Para se ter outro elemento de comparação, essa cifra representa pouco mais de 10% do comércio entre o Brasil e a Argentina, que alcançou cerca de US\$ 10 bilhões no mesmo ano.

Apesar de relativamente modesto, ante seu imenso potencial, o perfil do comércio entre o Brasil e o México apresenta grande complementaridade, elemento-chave para engrenar o aumento do intercâmbio ao processo mais amplo da globalização e da integração sub-regional. A pauta de comércio bilateral é, de lado a lado, composta majoritariamente de produtos industrializados, de alto valor agregado: o principal item de exportação do México para o Brasil no ano passado foram os automóveis de passeio e, em contrapartida, o Brasil teve na venda de autopartes seu principal produto de exportação para o México. Trata-se de um perfil de comércio maduro entre os dois países. Temos qualidade na relação: falta-nos quantidade.

Esse potencial começa, também a se tornar uma realidade na área de investimentos: são investimentos produtivos mexicanos instalando-se no Brasil e investimentos brasileiros dirigindo-se ao México. O melhor conhecimento recíproco é, aqui, um fator fundamental, a ser obtido com uma política mais agressiva de exploração dos mercados de bens e serviços, das oportunidades de parcerias entre empresas e de análise das perspectivas abertas com as privatizações e a flexibilização de monopólios

estarias nos dois países.

O fato de que esse novo relacionamento ideal não se dá mais em bases puramente bilaterais, mas sim no contexto das inserções regionais de cada parceiro, não é obstáculo.

Ao contrário, o regional e o bilateral não são instâncias excludentes, mas complementares, que agem em sinergia. Já temos o compromisso de renegociar, até 32 de dezembro deste ano, o patrimônio histórico de concessões comerciais recíprocas no âmbito da Aladi em uma base multilateral entre o Mercosul e o México. A partir desse acordo, estará construída uma base sólida para que se alcance um acordo 4 + 1 entre o Mercosul e o México — proposta que a parte mexicana nos adiantou em termos genéricos durante a visita e que está sendo mais precisada e analisada pelo Mercosul em conjunto.

A visita do presidente da República foi um sinal inequívoco do reconhecimento dessas novas realidades nas relações entre o Brasil e o México e da vontade política brasileira de dar novas respostas aos desafios e possibilidades do relacionamento entre um Brasil mais forte interna e externamente e um México que retoma o ritmo das suas transformações — um país que deve estar sempre sob a atenção prioritária do governo e do empresariado brasileiro. Dessa forma, poderemos chegar ao novo patamar que os dois presidentes colocaram como um objetivo nas nossas relações.

“Uma nova era nas relações Brasil-Japão”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil. 28 de março de 1996

O Presidente Fernando Henrique Cardoso faz uma das viagens internacionais mais importantes de seu Governo: a visita de Estado ao Japão. Será a coroação das comemorações do centenário das relações bilaterais, que já levaram ao Japão o Vice-Presidente Marco Maciel e trouxeram ao Brasil a

Princesa Sayako, filha mais nova do Imperador Akihito. Mais do que isso, a visita presidencial consolidará uma nova etapa do relacionamento nipo-brasileiro, sinalizando que a parceria do Japão alcança o topo das prioridades da política externa brasileira e que o Brasil volta a ocupar lugar de destaque na agenda japonesa.

Há bons motivos para isso. Nos últimos anos, mudanças nos planos interno e externo dos dois países produziram novas áreas de convergência e de interesse compartilhado e oportunidades acrescidas de intercâmbio, cooperação e negócios. No Brasil, a consolidação da estabilidade com crescimento da economia e as perspectivas favoráveis de encaminhamento das reformas constitucionais recuperam a confiança dos agentes econômicos estrangeiros, e dos japoneses em particular, que têm demonstrado grande interesse em voltar a investir no Brasil.

Para dar a exata medida desse interesse, basta lembrar o êxito absoluto do lançamento, em junho último, de títulos brasileiros no Japão, no que foi reconhecido como a melhor operação do gênero envolvendo mercados emergentes em 1995.

E se a estabilidade econômica brasileira traz a possibilidade de maior participação nos fluxos internacionais de comércio, capitais e tecnologias, o Mercosul, no plano regional, é percebido como alavanca para uma melhor inserção do Brasil na economia mundial. Prioridade máxima da diplomacia brasileira, o Mercosul oferece uma dimensão adicional à nossa identidade e se firma como um interlocutor importante para outras regiões e países, como o Japão, atraídos por um mercado sub-regional de 200 milhões de habitantes e com enorme potencial de crescimento.

O Japão, por sua vez, busca canalizar o êxito econômico que se tornou a marca registrada do país em parcerias dentro e fora de sua região. Na Ásia, espaço por excelência da sua projeção externa, o Japão amplia sua presença, privilegiando as relações com as economias emergentes, aproximando-se da China e tendo participação central em foros regionais

como a APEC (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico). Mas a condição de grande potência econômica mundial leva naturalmente o Japão a procurar áreas de atuação fora do contexto asiático e países com os quais desenvolver laços mais sólidos de intercâmbio.

O Brasil, nesse contexto, desponta como uma parceria única no mundo em desenvolvimento fora da região asiática, e não mais dentro da estratégia anterior de supridor de matérias-primas e comprador de bens de capital, mas como mercado para investimentos produtivos. Por outro lado, tanto o Brasil quanto o Japão tem hoje maior espaço de manobra no plano internacional e buscam elevar o perfil da sua participação nos processos decisórios mundiais, em foros como a ONU e a OMC. Isso nos aproxima e da à relação bilateral elementos adicionais de convergência de interesses.

A esses elementos positivos que permitem falar em uma nova relação, agrega-se hoje, como símbolo e como realidade poderosa, a presença no Japão de uma numerosa e ativa colônia brasileira, a segunda maior no país, com cerca de 150 mil integrantes. São brasileiros que hoje reproduzem, em certa forma, ainda que em proporção menor, o que a imigração japonesa fez como principal vetor das relações entre os dois países ao longo deste cem anos.

Brasil e Japão estão, portanto, diante de uma fase particularmente promissora do relacionamento bilateral, que, após atingir um ponto alto na segunda metade da década de setenta, com projetos de grande envergadura, passou por uma etapa de menor dinamismo, sobretudo em razão dos dados negativos da inflação e da dívida externa brasileira e do insistente fechamento da economia brasileira, que predominaram até pouco tempo atrás. Houve uma reversão da imagem brasileira; hoje, superados esses problemas, o Brasil volta a despertar a atenção do Japão como um parceiro confiável e como uma relação produtiva a ser cuidada e promovida.

Nosso objetivo com a viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso é claro: colocar o Japão

no topo das prioridades brasileiras, como uma relação equivalente às mais importantes que nós mantemos no mundo desenvolvido. Afinal, o Japão tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento brasileiro, especialmente através de investimentos produtivos e da expansão da infraestrutura existente nas áreas energética — mineração, petróleo, eletricidade e gás canalizado —, de telecomunicações e de transporte.

A visita presidencial ao Japão não poderia, portanto, ocorrer em momento mais oportuno. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, como porta-voz por excelência do novo Brasil, vem somar às credenciais cada vez melhores do País no exterior a credibilidade e o respeito pessoais que desperta na comunidade internacional. Além disso, a diplomacia presidencial é hoje uma ferramenta insubstituível na condução das relações externas de um país. É preciso, pois, usá-la, e usá-la bem, sobretudo neste momento em que o Brasil se moderniza e abre suas portas para o mundo.

“Uma diplomacia afirmativa na África”
Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Correio Braziliense. Brasília, maio de 1996

Desde o início do Governo Fernando Henrique, o Itamaraty tem feito uma atualização das nossas relações com a África, partindo de um levantamento sistemático dos assuntos pendentes com cada um dos países e das possibilidades reais de ampliação do intercâmbio e da cooperação, inclusive à luz dos processos de pacificação e estabilização política na região. O Departamento da África e do Oriente Próximo passou por uma reestruturação e esta inteiramente voltado para esse esforço, que traduz a idéia de que a África deve ser para nós uma área de criativa prioridade.

Uma política africana de resultados nos planos político, econômico e de cooperação parte dos muitos elementos de identidade entre o Brasil e a

África e da contribuição cultural e étnica do continente africano em nossa formação como nação soberana e independente — para não falar da riqueza material criada pelo trabalho africano. Mas a identidade com a África não pára aí. Também compartilhamos com os países africanos interesses próprios do mundo em desenvolvimento nas áreas econômica, social, ambiental e até política.

O renascimento democrático na África e a adoção de políticas de desestatização e abertura econômica competitiva abrem um horizonte novo de possibilidades para vários países africanos, contrabalançando em grande medida os problemas que ainda afetam certas áreas e povos do Continente. Alguns países africanos poderão ser, pelo seu potencial e vigor, molas propulsoras de um renascimento do desenvolvimento africano em geral. Combinada com o novo impulso de desenvolvimento econômico no Brasil do Plano Real, essa realidade deve ter um impacto positivo de médio e longo prazo nas relações. A vizinhança pelo Atlântico Sul — que nos aproxima de toda a África, e não apenas dos países ribeirinhos da África Austral e Ocidental — cria um espaço privilegiado de entendimento diplomático e de cooperação entre a África e a América do Sul, em especial o Brasil. Queremos explorar esse espaço.

Nosso compromisso com as relações Brasil-África é firme. A África é um objetivo insubstituível da diplomacia brasileira. Temos presença sólida na região das mais sólidas entre os países em desenvolvimento — e uma agenda da qual é exemplar nossa participação na UNAVEM III, a maior força militar que enviamos ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial e que foi viabilizada, apesar da contenção orçamentária, como gesto político de primeira grandeza em relação a Angola e a todo o continente africano em geral, para deixar claro que a África continua sendo prioridade para nós. O Presidente Fernando Henrique tem insistido nesse ponto em diversas oportunidades. Nossa ação diplomática expressa isso com fatos. Visitei a África

do Sul. Fui a Moçambique para a reunião que ultimou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, iniciativa que tem um importante vetor de política africana do Brasil e à qual temos dado todo apoio. Recebemos os Presidentes da Namíbia e de Angola, os Chanceleres de Moçambique, da África do Sul, da Namíbia e do Quênia. O Presidente Fernando Henrique visitará Angola e a África do Sul neste ano. Em todas as oportunidades, à margem de reuniões internacionais, procuro trocar impressões e informações com meus colegas africanos. O diálogo com os países africanos de língua portuguesa é intenso. O mesmo ocorre com a Namíbia e a África do Sul. Através da Agência Brasileira de Cooperação e com a participação de entidades do setor privado brasileiro, estamos empenhados em promover uma cooperação mais ativa com alguns países africanos que nos têm apresentado pleitos concretos e promissores na área de formação de recursos humanos.

Estamos lotando mais adequadamente algumas das nossas missões diplomáticas na África, reestruturando o quadro de embaixadas cumulativas para dar-lhes maior eficiência e estabelecendo relações diplomáticas com sete países africanos com os quais ainda não tínhamos relações ou trocado missões.

Estamos nos aproximando da Organização da Unidade Africana para acompanhar mais de perto a realidade política e de cooperação do Continente e conhecer melhor as formas de interação regional e sub-regional que ali se dão. Participamos da reunião da SADC — Southern Africa Development Cooperation, que acompanhamos com atenção pela possibilidade futura, mas real, de estabelecer intercâmbio e compromissos de liberalização comercial com o Mercosul.

Temos dado cooperação a países africanos na medida das possibilidades — as quais, francamente, diferem muito das que prevaleceram na década de 70 e início dos anos 80, quando houve condições objetivas de oferecer créditos subsidiados a vários países africanos. Hoje as condições são outras no Brasil e na África.

É preciso trabalhar com essa realidade. Nós queremos parcerias que engajem os dois lados em um esforço comum, criativo, para desenvolver as relações. Parcerias que mobilizem os Governos e os agentes econômicos dos dois lados, porque as relações internacionais de hoje comportam necessariamente uma forte dose de iniciativa privada. Parcerias que levem em conta as oportunidades reais de cooperação e intercâmbio e que atuem com realismo, sem gerar expectativas descabidas, e que se centrem em algumas iniciativas de maior visibilidade e efeito multiplicador.

Temos exortado as Embaixadas africanas e todos aqueles que têm um interesse especial pela África a que ajudem a buscar fórmulas criativas de promover essas parcerias renovadas. Que ajudem a trazer a África mais para perto do Brasil.

E, porque as relações com a África devem ir mais além do campo econômico, estamos propondo aos nossos parceiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul duas iniciativas políticas, com reflexo potencial positivo na área de cooperação e alta visibilidade de opinião pública interna e internacional. A primeira é um Tratado de Desnuclearização do Atlântico Sul, que formalizará a Zona de Paz e Cooperação, que irá completando a desnuclearização total do Hemisfério Sul. A segunda é um Tratado de Proteção do Meio Ambiente Marinho no Atlântico Sul, com mecanismos de cooperação na área ambiental marinha, prevenção e contenção de acidentes ecológicos, intercâmbio de informação e atuação coordenada.

A diplomacia brasileira tem plena convicção de que não pode praticar exclusões ou adotar abordagens estreitas das relações internacionais do Brasil. Por isso, estamos fazendo um grande esforço diplomático em diversas frentes ao mesmo tempo. O único limite são nossos próprios recursos. A África é uma dessas frentes, como prova o extenso inventário do que temos feito e como sinaliza o que nós pretendemos continuar a fazer com nossos parceiros na região.

Patentes: Um grande passo

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal o Globo. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1996

O presidente Fernando Henrique Cardoso acaba de sancionar o projeto de lei de proteção aos direitos de propriedade intelectual, tal como aprovado no dia 10 de abril na Câmara dos Deputados. A lei que entra em vigor é o resultado de um dos mais abrangentes e extensos processos de consulta e negociação entre o Governo e agentes econômicos e grupos sociais interessados, dentro do Poder Executivo, entre o Executivo e o Legislativo e dentro do Legislativo. É um exemplo acabado de como funcionam as instituições democráticas em um país da complexidade do Brasil e de como é possível aprovar, com maioria expressiva, legislação moderna e com efeitos diretos sobre os investimentos e as relações comerciais internacionais do Brasil.

O projeto de lei aprovado resguarda os interesses brasileiros de forma ampla e variada, e muito particularmente naqueles pontos que chegaram a suscitar polêmica e uma natural combatividade dos defensores das diferentes opções. No que se refere à fabricação local, licença compulsória e importações paralelas, a lei apresenta solução adequada para o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional em condições internacionais de competitividade, ao exigir a fabricação desde que economicamente viável, e ao admitir importações para garantir o atendimento do mercado em condições normais de qualidade, quantidade e preço. O *pipeline* contemplado na lei possui salvaguardas suficientes para, em primeiro lugar, resguardar os direitos das empresas brasileiras que tenham produzido e comercializado produtos ou que tenham investido para produzir e comercializar esses produtos no Brasil; em segundo lugar, para garantir que não haverá pagamento retroativo de *royalties* nesses casos; e, em terceiro lugar, para assegurar que não haverá qualquer prejuízo à pesquisa nacional. Em matéria de biotecnologia, a lei

respeita os limites do Acordo de Trips para o patenteamento de microorganismo e de processos biotecnológicos, desde que atendidos os três requisitos de patenteabilidade (novidade, passo inventivo e aplicação industrial).

As salvaguardas são suficientes para evitar o patenteamento de descobertas, de seres vivos superiores ou da diversidade biológica brasileira. Finalmente, o prazo de transição de um ano é adequado às necessidades da política industrial e tecnológica do Brasil.

Não há vencidos nem vencedores na árdua e complexa negociação que se fez desde a proposição inicial do projeto de lei. Ganha o processo decisório democrático, que pode até ser lento se comparado às decisões de força, mas é a única garantia de que os resultados são legítimos e destinados a durar. Ganha o Brasil, que aperfeiçoa a sua legislação em uma matéria fundamental no campo do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial.

Passamos a contar agora com uma legislação de nível internacional precisamente no momento em que o país vislumbra a possibilidade de dar um salto qualitativo no seu processo de desenvolvimento e na forma como extrai benefícios das suas relações com seus principais parceiros desenvolvidos.

De fato, do ponto de vista da nossa política externa, a aprovação da lei de patentes vem acrescentar-se a uma série de elementos novos ou renovados que dão uma nova projeção externa ao Brasil — uma projeção que alia estabilidade política e econômica, abertura competitiva ao exterior, reformas estruturais para consolidar a estabilização macroeconômica com crescimento e controle da inflação, compromissos firmes na área de não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis ou duais e garantias amplas de participação plena no sistema multilateral do comércio.

Não se trata, em absoluto, de acompanhar movimentos internacionais de forma crítica ou alternada. Trata-se de uma realidade mais direta: o Brasil tem feito o que é preciso fazer na área de comércio, investimentos, não-proliferação e outras,

porque, no mundo da globalização, com suas oportunidades e riscos, não basta contar com as características de país grande e com imenso potencial, é necessário contar com credenciais que nos habilitem a ser um participante de pleno direito nesse jogo. E um parceiro dessa natureza conhece e respeita as regras do jogo, utilizando-as em seu benefício. Os resultados práticos dessa nova projeção são visíveis. A visita presidencial ao Japão, por exemplo, foi clara a respeito da mudança de abordagem em relação ao Brasil. As reformas que estamos fazendo — e certamente entre elas se inclui a reforma da nossa legislação sobre propriedade intelectual — têm sido instrumento na mudança da percepção de curto, médio e longo prazo dos nossos principais parceiros, criando confiança — e confiança se traduz em investimentos diretos, mais empregos, mais atividade econômica com seu efeito multiplicador.

O impacto positivo da Lei de Patentes nas nossas relações com alguns dos nossos principais parceiros desenvolvidos é evidente. Eliminamos uma área de contencioso real ou potencial com graves riscos para nós, que temos reduzida margem de manobra quando confrontados com reações externas que, indo das sanções comerciais ao puro e simples desinteresse por investir aqui, afetam adversamente a nossa atividade econômica e reduzem a nossa capacidade de auferir benefícios da relação econômica internacional.

É claro que a negociação da Lei de Patentes teve também um outro tipo de componente internacional forte, na medida que a tramitação interna do projeto foi sempre acompanhada com ativo interesse por parte de alguns dos nossos parceiros. Mas a diplomacia brasileira tem sido enfática ao exigir respeito às peculiaridades e complexidades do nosso processo decisório democrático. E hoje temos orgulho de poder dizer que esse processo decisório, ao chegar a resultados da maior importância para fortalecer as credenciais internacionais do Brasil, mostrou uma enorme capacidade de tratar o tema da propriedade intelectual com isenção, objetividade e independência.

“Les relations Franco-Brésiliennes: À la recherche de temps nouveaux”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampraia, publicado na Revista França-Brasil. Maio de 1996

A l'invitation du Président Jacques Chirac, le Président brésilien, Fernando Henrique Cardoso, est attendu en France — à Paris et à Lyon — les derniers jours du mois de mai 1996, pour une visite d'Etat. Ce sera le retour en France d'un vieil ami, d'un homme politique dont la carrière universitaire et intellectuelle s'est bâtie en étroit contact avec la culture, l'Université et la vie françaises. Ce sera aussi une visite vouée à être un appel à l'approfondissement des liens traditionnels qui ont toujours uni la France et le Brésil.

Le Gouvernement français a voulu donner la plus grande importance à cette visite, en la qualifiant de visite d'Etat tant du point de vue du protocole que de l'importance qu'il y accorde. De notre côté, la visite en France fait partie d'une double stratégie de la diplomatie brésilienne, conçue comme un instrument des politiques de développement économique et social mises en place au Brésil.

Il s'agit, d'une part, de réactiver nos relations avec la France, un de nos plus importants partenaires, pris isolément. Et ceci, à partir de trois éléments qui ont changé la nature même de l'image internationale du Brésil: en premier lieu les progrès substantiels faits par le Brésil depuis l'implantation du Plan Real en 1994; en second lieu, le succès obtenu par le Président de la République dans le domaine des réformes constitutionnelles qui assureront la consolidation de ce Plan; enfin, la reprise de la croissance économique dans un contexte d'ouverture de l'économie brésilienne à la compétition étrangère.

D'autre part, la visite en France vient s'ajouter à un vaste programme de visites internationales du Président à certains de nos plus importants partenaires du monde développé ou en voie de développement, et ce afin de présenter les progrès du Brésil en matière

politique et économique et d'explorer les nouvelles voies de coopération désormais ouvertes. L'Europe occupe une place privilégiée dans ce projet, car die reprend d'environ 30 pour cent de notre commerce extérieur — commerce qui montre un équilibre appréciable entre quatre grands pôles: l'Europe, les Etats-Unis, l'Asie et l'Amérique Latine, avec au centre le Mercosud.

Nous tenons absolument à maintenir cet équilibre et que l'Europe garde sa place dans nos relations économiques internationales. C'est d'ailleurs cette orientation qui nous a poussés à conclure un accord-cadre interrégional de coopération économique et commerciale entre le Mercosud et l'Union Européenne, accord signé à Madrid en décembre 1995 et qui est à créer dans un délai raisonnable une zone de libre-échange entre ces deux groupes régionaux.

Conscient de ce que nos relations vont bien au-delà des relations officielles pour s'inscrire dans un cadre de rapports humains solides et de participation active des entrepreneurs privés, c'est un Brésil renouvelé que le Président Fernando Henrique va présenter au gouvernement, au peuple et aux agents économiques privés français. Un Brésil bien connu de la France, mais qui regrette une certaine absence de celle-ci ces dernières années, absence qui s'explique, mais qui ne saurait durer, sous peine pour la France de perdre une place importante qu'elle a toujours occupée en Amérique Latine en général et au Brésil en particulier, pour le plus grand bénéfice de nos deux peuples. Absence qui, heureusement, commençait à s'estomper, grâce à l'intérêt que certaines entreprises françaises commencent à montrer pour le marché brésilien, un marché de 160 millions de consommateurs potentiels auxquels viennent s'ajouter, par la voie de l'union douanière, les quarante millions de consommateurs des autres Etats-membres du Mercosud.

En fait, plusieurs éléments caractérisant le Brésil d'aujourd'hui s'ajoutent au tronc des intérêts communs qui nous unissent à la France: la

consolidation de notre démocratie, l'importance accordée aux attentes de la Société - y compris dans le domaine des droits de l'homme -, notre engagement en faveur de la non-prolifération d'armes de destruction massive, la stabilisation de notre économie grâce à une baisse soutenue de notre inflation à un niveau acceptable, la reprise de la croissance économique avec pour conséquence un plus large accès des couches populaires à la consommation de biens, des réformes qui permettent de moderniser notre économie tout en la rendant toujours plus attrayante pour les investisseurs internationaux, la consolidation du Mercosud comme groupe d'intégration régionale et comme interlocuteur international valable et reconnu. En somme, nous voulons mettre au profit des nos relations avec la France l'ensemble de perspectives positives qui s'ouvrent à notre pays dans plusieurs domaines.

Ces perspectives nous permettent de regarder le monde extérieur comme une source fondamentale d'éléments indispensables à la consolidation de cette "révolution silencieuse" qui se fait au Brésil: des investissements productifs, tels que celui que la Régie

Renault vient d'annoncer, un accès plus libre de nos produits aux marchés consommateurs et un recours inconditionnel aux technologies indispensables à notre développement scientifique et industriel.

La France a sans aucun doute un rôle jouer dans ce processus de renouvellement de la projection internationale du Brésil. Elle peut aussi en bénéficier largement grâce à sa tradition de présence culturelle politique et économique au Brésil. Les Français nous connaissent mieux probablement que la plupart des peuples développés — témoin, cette tradition des études liées au Brésil dans la droite ligne d'un Lévy-Strauss, d'un Fernand Braudel, d'un Roger Bastide et de tant d'autres.

La visite d'Etat que le Président Fernando Henrique doit faire en France sera donc une occasion unique pour que nos gouvernements respectifs relancent le partenariat entre la France et le Brésil. Se sentant chez lui, très à l'aise avec la langue française qu'il maîtrise parfaitement, le Président brésilien parlera avec son hôte un même langage, celui d'une amitié renouvelée et d'une coopération qui ne peut que s'accroître dans tous les domaines.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Academias Diplomáticas 278, 280

Aço 35, 281, 287, 289

África do Sul

149, 171, 174, 197, 198, 199, 225, 277, 288, 289, 292, 293, 297

Agricultura 26, 33, 61, 62, 273

Alemanha

127, 128, 129, 139, 143, 146, 147, 170, 173, 194, 216, 217, 222, 223, 262, 278, 279, 289

Argentina

17, 18, 80, 124, 132, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 170, 171, 172, 179, 194, 204, 222, 224, 236, 277, 279, 288, 292, 294

Assembléia 83, 243, 244, 245, 269

B

Bolívia

50, 71, 72, 73, 80, 89, 104, 124, 224, 236, 277, 288

C

Chile

20, 50, 80, 89, 104, 123, 124, 125, 148, 170, 172, 222, 224, 236, 278, 288, 289

Comissão Mista 127, 128

Comitê de Cooperação Econômica 79

Conferência

23, 32, 54, 63, 71, 78, 92, 100, 119, 253, 259, 270, 288, 290

Cooperação

11, 13, 14, 26, 29, 31, 32, 33, 36, 43, 48, 49,

50, 51, 58, 60, 72, 73, 75, 78, 80, 84, 85, 89, 93, 104, 107, 108, 111, 117, 124, 125, 127, 128, 129, 132, 148, 162, 166, 171, 172, 176, 184, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 224, 236, 240, 241, 244, 247, 248, 253, 259, 260, 269, 270, 271, 272, 276, 280, 288, 289, 294, 295, 296, 297, 298

D

Declaração de Paz do Itamaraty 37, 38, 76

Defesa 117, 180

Desarmamento

150, 176, 188, 194, 226, 260, 261

Dia do Diplomata 189, 190

Direitos Humanos

93, 243, 270, 271, 283, 284

Doutor Honoris Causa 248, 257

E

Energia

72, 109, 114, 124, 127, 160, 179, 212, 236, 240, 273

Escola de Guerra Naval 137

Escola Superior de Guerra 258, 262

Estados Unidos da América

117, 278, 279, 281

Equador 37, 38, 76, 236, 280

F

França

25, 147, 171, 173, 222, 223, 235, 237, 239, 240, 243, 244, 245, 247, 248, 255, 257, 258, 284, 285, 300

G

Genebra 203, 290, 292

Globalização

23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 36, 41, 54, 57, 58, 59, 60, 75, 79, 80, 81, 93, 95, 113, 138, 139, 161, 175, 187, 188, 216, 231, 232, 233, 234, 239, 240, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 255, 257, 263, 273, 292, 293, 294, 299

I

Índia

13, 14, 15, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 104, 140, 145, 146, 150, 170, 175, 194, 218, 222, 226, 276, 277, 288, 289, 292

Instituto Rio Branco

189, 191, 192, 195, 263, 266, 267, 279

Investimento

24, 25, 26, 36, 54, 57, 62, 81, 90, 139, 167, 216, 217, 223, 225, 236, 253, 261, 267, 287

Israel 13, 66, 149, 175, 201, 284, 289

Irlanda do Norte 277, 285

J

Japão

12, 27, 79, 81, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 166, 167, 170, 175, 194, 216, 217, 219, 221, 222, 226, 264, 287, 289, 292, 295, 299

L

La Paz 65, 71

Líbano 83, 84, 85, 149, 175, 284

M

Malásia

146, 150, 170, 175, 222, 226, 277, 280, 289

Meio Ambiente

14, 32, 35, 42, 45, 73, 93, 127, 128, 132, 162, 179, 187, 199, 251, 261, 291, 298

Mercosul

14, 18, 19, 20, 42, 50, 58, 68, 72, 80, 81, 93, 104, 110, 111, 120, 124, 128, 131, 132, 133, 136, 147, 148, 153, 157, 160, 161, 162, 163, 171, 172, 173, 175, 179, 180, 181, 187, 194, 198, 199, 208, 212, 224, 244, 265, 274, 287, 288, 293, 294, 295, 297

México

39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 57, 60, 62, 66, 89, 146, 148, 170, 172, 222, 224, 293, 294, 295

N

Nações Unidas

77, 78, 85, 11, 145, 147, 149, 150, 151, 170, 174, 176, 177, 188, 199, 222, 224, 225, 226, 227, 284, 289

Nordeste

123, 172, 267, 272, 273, 274, 278

Nova Délhi 14

Nova York 77

Nova Zelândia 281

O

OCDE 35, 36, 61, 236, 281, 288

OEA 269, 270, 271, 272, 283

OIT 279

ONG 96, 97, 253, 254, 283

P

Países africanos 198, 199, 297

Paraguai

72, 80, 132, 179, 236, 274, 275, 276

Parlamento

47, 92, 95, 98, 107, 108, 109, 132, 159, 162, 244, 250

Patentes 298, 299

Peru 37, 38, 75, 76, 277, 278, 288

Pescado 280

Portugal

66, 70, 146, 170, 183, 184, 185, 194,
222, 279, 289

Primeiro-Ministro

33, 108, 113, 114, 150, 175, 176, 183,
184, 185, 186, 245, 247

R

Recursos Hídricos 279

Reino Unido 171, 179, 277, 284, 285

S

Saúde

12, 25, 33, 58, 73, 102, 115, 125, 132, 155,
158, 185, 213, 245, 248, 250, 251, 252, 254,
258, 277, 280

Secretária-Geral 35

Suriname 11, 12

T

Tadjiquistão 278

Telecomunicações

81, 88, 114, 240, 277, 281, 296

Tordesilhas 199

Transporte Marítimo 281

Tributação 35, 278, 279

Turcomenistão 279

U

Universidade 91

V

Venezuela

20, 50, 148, 170, 172, 211, 212, 213, 222,
224, 280, 288, 290

Vistos 288

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 78, 1º semestre de 1996

Ano 23

Capa / Editoração eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

Número de páginas

306

Tiragem

500 exemplares

Impressão / Acabamento

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação